

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE
FRUTAL (MG): AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS PEQUENAS
CIDADES**



LETÍCIA PARREIRA OLIVEIRA

UBERLÂNDIA/MG
2019

LETÍCIA PARREIRA OLIVEIRA

**A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE
FRUTAL (MG): AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS PEQUENAS
CIDADES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção de título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Professor Dr. Vitor Ribeiro Filho

UBERLÂNDIA/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48m
2019

Oliveira, Letícia Parreira, 1990-

A modernização do campo nos municípios da microrregião de Frutal (MG [recurso eletrônico] : as transformações socioeconômicas das pequenas cidades / Letícia Parreira Oliveira. - 2019.

Orientador: Vitor Ribeiro Filho.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3610>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

I. Geografia. I. Ribeiro Filho, Vitor, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Nelson Marcos Ferreira - CRB-6/3074



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia



ATA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO ACADÊMICO

Nº 172 PPGeo

Ano: 2019

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, do Instituto de Geografia – IG, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

DATA: 08/4/2019

INÍCIO: 14h00

ENCERRAMENTO: 18h00

LOCAL DA DEFESA: Campus Santa Mônica – Bloco 1H Sala 14

DISCENTE: Letícia Parreira Oliveira

Nº. MATRÍCULA: 11513GEO009

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

LINHA DE PESQUISA: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

TÍTULO: “A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE FRUTAL (MG): AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS PEQUENAS CIDADES”.


Prof.(a) Dr(a): Vitor Ribeiro Filho Orientador (a) (Presidente)	CPF: 511.115.006-49	UFU
Prof.(a) Dr(a): Marcos Antônio Silvestre Gomes	CPF: 007.409.894-21	UFTM - MG
Prof.(a) Dr(a): Humberto Ferreira Silva Mineu	CPF: 325.801.423-04	IFTM – Ituiutaba- MG
Prof.(a) Dr(a): Julio Cesar de Lima Ramires	CPF: 510.699.387-34	UFU
Prof.(a) Dr(a): Hélio Carlos Miranda de Oliveira	CPF: 059.844.426-20	UFU/PONTAL

Em sessão pública, após exposição de cerca de 30 minutos, o(a) aluno(a) foi arguido(a) oralmente, sendo que a Banca Examinadora considerou o(a) candidato(a) A provado(a).

Esta defesa de Tese de Doutorado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

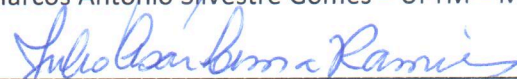
Na forma regulamentar, foi lavrada a presente Ata que é assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

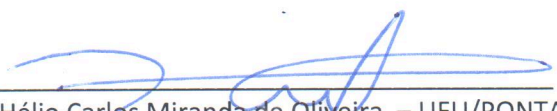
OBS:



Vitor Ribeiro Filho (Presidente) – UFU


Marcos Antônio Silvestre Gomes – UFTM – MG


Humberto Ferreira Silva Mineu – IFTM


Julio Cesar de Lima Ramires – UFU


Hélio Carlos Miranda de Oliveira – UFU/PONTAL


Aluno (a) Letícia Parreira Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LETÍCIA PARREIRA OLIVEIRA

**“A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE
FRUTAL (MG): AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS PEQUENAS
CIDADES”**

Professor Doutor Vitor Ribeiro Filho (Orientador) - UFU

Professor Doutor Marcos Antônio Silvestre Gomes – UFTM - MG

Professor Doutor Humberto Ferreira Silva Mineu – IFTM – MG

Professor Doutor Hélio Carlos Miranda de Oliveira – UFU/PONTAL

Professor Doutor Julio Cesar de Lima Ramires – UFU

Data: ____/____ de ____

Resultado: _____

À minha família e amigos, pelo zelo e humanidade.

À minha avó paterna, que nos ilumina do céu, pelos diálogos regados a biscoito e simplicidade, que no sonho de ter uma boneca me levou ainda mais a querer fazê-la eterna. Sinto seu cheiro, sua respiração, seu coração bater e sua humildade em cada passo da minha vida... Te sinto aqui!

AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica não pode ser compreendida como um processo isolado e desconexo da realidade de cada pessoa. É uma atividade que não permite egoísmos, nem egocentrismos e muito menos a ilusão de verdades absolutas. Se colocar como superior, irrefutável e soberano faz com que a ideologia da Universidade, do espaço social e criticamente construído e em constante metamorfose se desfigure do seu real e grandioso sentido. Em dias que esse ambiente é dissociado do seu papel nos discursos, em que ele deixa de ser vivenciado e passa a ser equacionado externamente por meio da criação de estereótipos, vale ainda mais ressaltar a sua genuinidade.

A pluralidade, a diversidade e a liberdade fazem do espaço acadêmico um local distinto. Portanto, não dá para vê-lo isolado e sem se inserir nesse contexto, em seus aspectos científicos, ideológicos, imensuráveis e que, ao mesmo tempo, são reflexos da sociedade, do cotidiano, do bem comum. Diante disso, se torna impossível, de determinado ponto de vista, ver a universidade de forma altruísta, mesmo que seja plausível vivenciar tal contexto em alguns de seus eixos.

Nesse sentido, a pesquisa e o ensino não são dissociáveis das contribuições externas e dos sujeitos nelas envolvidos. São atividades que envolvem muitos elementos que estão ao seu redor, mesmo que eles não notem tal fato. Logo, não são passíveis de uma evolução por si só, não crescem sem um apoio, mas são sim edificadas com fragmentos dos agentes e elementos sociais que permeiam todo o ambiente.

Para além dos conteúdos e conceitos, a pesquisa é resultado dos diálogos externos ao *locus* acadêmico, é a prospecção emocional, é o ser reencontrado, é o amadurecimento de temas que carregam consigo a subjetividade vivenciada pelos atores, é conformidade entre o trabalho e a ciência, é o afago nos dias de desespero, é o puxão de orelha que te faz reencontrar o foco, é a confiança demonstrada na hora em que o mundo desacredita das possibilidades de bons sentimentos, é a palavra pronunciada e não mais esquecida, é o zelo discreto e eterno que te transforma e, provavelmente, redireciona seu olhar analítico das pesquisas em andamento.

Isso posto, a tese é um processo que cronologicamente dura em torno de quatro anos, mas, apesar disso, praticamente vivi dez anos nesse recorte temporal.

Reencontrei-me e, para além da formação profissional, levo o amadurecimento e o crescimento pessoal. De nada adiantaria findar esse processo com uma boa pesquisa, mas sem evolução interna. Meu ganho não foi só em leituras, em novas aspirações conceituais, em abertura de debates socioespaciais em âmbitos externos aos acadêmicos, minha vitória foi me superar e me permitir ter sonhos maiores aos que a minha realidade me fazia acreditar que eram o limite. Não eram! Que bom que reconheci isso e pude ver o valor da geografia no cotidiano e seu reflexo na superação pessoal.

E nada seria efetivado se estivesse só. Portanto, a pesquisa é a construção do que cada um deixou, das inúmeras contribuições reais ou conceituais, das gentilezas e das não-alegrias distribuídas nesses anos. Diante disso, deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam nessa jornada externamente curta e internamente grandiosa.

A Deus, agradeço por se fazer renovado nas minhas concepções, me permitindo sair do aprisionamento causado pela sociedade, me levando a outros patamares nos quais pude ser autêntica e caridosa diante da criticidade que sempre carreguei comigo e até então não colocava em prática. Consegui ver a relação entre o sagrado e o real, e não mais do ilusório para com a verdade mascarada. Agradeço pelas oportunidades dadas, os caminhos concedidos para, então, reavaliar sonhos, desejos, bem como meu papel de humanidade e ser social.

À minha família — pai, mãe e irmãs —, agradeço porque aprendemos que a estrutura comumente e socialmente aceita não desfez nossos laços de sangue e de amor, pois tudo isso transcende esse mundo. Como caminhar sem vocês? Desculpem-me os que estão por vir, mas sem eles, para mim, seria humanamente impossível!

À minha irmã Lêda, agradeço em especial por toda confiança, crédito e ajuda que sempre teve comigo, sem medir esforços. Há mais do que o palpável entre nós, há complementos que, mesmo sem os outros notarem, sabemos que a troca de sentimentos supera o explicado. Nada menos que o amor surreal definiria tal relação.

Agradeço aos meus eternos professores da graduação — do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia —, aos novos do IG (Instituto de Geografia), com quem pude ter a honra de evoluir e conviver durante esses últimos anos, em especial às professoras Beatriz

Soares, Gláucia Carvalho, Vera Salazar Pessôa, aos professores Sérgio Luiz Miranda, Mirlei Pereira, Guilherme Resende e Túlio Barbosa.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Geografia, agradeço pela cooperação e pela oportunidade de continuar a vida acadêmica.

À Fapemig, pelo auxílio com a bolsa.

À Capes, pela bolsa de doutorado sanduíche.

Ao orientador, professor, colega e admirado Vitor Ribeiro, por acreditar no meu trabalho e no amor pela geografia, bem como pela confiança pessoal e profissional nesses anos de pesquisa.

Ao Adriano S. Reis de Paula e à Eliana, por me levarem a me encantar por Frutal (MG), pelos auxílios e bases.

À professora Beatriz Soares, pela simpatia e oportunidade de realizar o estágio em doutoramento em Portugal.

Ao professor Júlio Ramires, pelas contribuições na qualificação e defesa.

Ao professor Nuno Costa e à querida professora Eduarda Marques da Costa, que tão bem me receberam em seu país e em sua casa. Obrigada pelo voto de confiança, pelos ensinamentos que me permitiram ver o mundo para além dos meus olhos. Aqui fica meu eterno agradecimento por tanto carinho recebido.

Ao professor Geraldo Alves de Souza, de forma grandiosa, por todo aporte dado e incentivo a pesquisar sua cidade natal. Aos seus irmãos Jorge e Miguel, suas esposas e filhos, agradeço toda receptividade em todos os campos realizados. Conhecer-los me fez aspirar ainda mais a construir um trabalho relevante para a região de Frutal (MG).

Ao Sérgio Parreira, pela ajuda no primeiro campo.

Ao querido colega Paulo, que me socorreu e tanto me ensinou a trabalhar a inteligência emocional e a estruturar meus planos a curto, médio e longo prazo. Enfim, a última meta está sendo atingida! Para quem estava estática diante do mundo em que vivia, o aprendizado contigo foi o ponto exato de tamanha transformação. Muito obrigada!

À Márcia, que me acompanhou, como especialista na área de psicologia, por muito tempo nas terapias que me edificaram e me sustentaram até hoje. Fica meu eterno carinho não só pela profissional, mas pela pessoa grandiosa que pude conhecer.

Ao meu maior presente em 2018, Izael, fica minha gratidão por tudo. Pela parceira e disponibilidade de transporte no último campo, pela paciência em entender esse processo acadêmico que está a findar, pelo amor e zelo comigo, tanto profissional quanto pessoal. Você é parte muito importante desse momento idôneo e sublime. É o abraço no qual quero morar... é a paz que sempre acreditei poder desfrutar.

Ao lindo amigo, confidente e parceiro de um período restrito e intenso, Luiz Mário. Difícil definir tamanho aprendizado e amor. Ser sublime, de uma áurea rara. Apreendi da vida, para com a vida e muito sobre história. Você sempre estará presente em mim! Obrigada!

Ao professor Hélio Carlos, que tanto me incentivou desde a graduação, me apoiando sempre e contribuindo com as pesquisas e indagações dos trabalhos realizados. Agradeço imensamente, pois, além da parceria acadêmica, para mim sempre foi um espelho e uma pessoa pela qual também carrego muita admiração e carinho. Obrigada por esses dez anos de convivência e ensinamento.

Aos meus amigos e confidentes do ambiente acadêmico que foram, além de tudo, meus companheiros. Em especial, à Maria Ribeiro, pois devo a ela o carinho nos momentos mais difíceis durante esses quatro anos. Como pude demorar tanto para valorizar essa amizade que, para mim, exala pelos poros. É um amor que não sei decifrar. Obrigada “Má”, por me socorrer tantas vezes, por me olhar com outros olhos e me fazer reconhecer meus valores e minha importância. Obrigada por não desistir de mim, não me desamparar e me ensinar sobre elementos tão importantes que hoje me fazem ter imenso orgulho. Amo muito você!

À minha querida amiga Antônia Marcia, que mesmo na distância me incentivou tanto, que na sua história de vida e progresso me fez sair da minha zona de conforto. Obrigada por me ajudar a tentar o doutorado sanduíche, obrigada pelo apoio e pelas longas conversas quando cada uma estava em um continente diferente. Você me inspirou!

À minha amada amiga Isabel Maria, que sempre compreendeu meu processo de construção pessoal e profissional, me incentivando em todos os sentidos e sendo parceira sempre!

Ao meu amigo Alison Teixeira, que me ensinou tanto na simplicidade, humildade, zelo e caráter. É uma honra tê-lo por perto sempre!

Aos antigos amigos e, em especial, Cleiton Coutinho, pelos colos e carinho em Portugal, meu amigo Húrbio Rodrigues e Franciele Siqueira, distantes fisicamente, mas sempre dispostos a ajudar, à querida prima Cecília e seus pais, à minha madrinha Tânia e querido padrinho Domingos, por sempre me acompanhar, à minha linda avó materna Catarina, por tanto zelar por mim.

Aos meus amigos, em particular, que me ouviram reclamar dos dias exaustivos de pesquisa, sendo eles: Raislene Dantas, Ana Flávia, Natalia Morais, Daiane Xavier, Carla Camargo, Alex Cristiano, Larissa Avelos, Sabrina Fontebassi, Bianca Souza, Marcela, Cintia Alves, Priscila Moura, Ludmille Santos, Bruna Paula, Daivid Souza, Gustavo Fontoura, João Alves, Rafael Rial.

Ao Vinícius Uehara, pela ajuda e contribuição pré-viagem para Portugal.

Ao lindo amigo Guilherme Gomes e Tatiane Garcia, por me ajudarem a realizar tantos sonhos.

Ao querido Tiago Cardoso, pelas experiências e debates econômicos, políticos e de vida.

À Jakeline Confessor e meu Tio Francisco Mauro Vilarinho, pela ajuda em Iturama (MG).

Ao Heitor, pelos respaldos em Frutal (MG).

Ao agrônomo da prefeitura de Frutal (MG), Leonardo, pela predisposição de ajudar sempre.

Ao engenheiro Eric, de Frutal (MG), pela ajuda com os dados da cervejaria Imperial.

Ao querido colega Gustavo Franco, pela ajuda em Belo Horizonte e pelas intermináveis conversas sobre a vida.

Ao querido “Nadin”, pela ajuda mental, pelas conversas memoráveis sobre as dores e alegrias da vida. Obrigada por tudo!

À querida amiga mexicana, Paola, por todo amor, e à Itzel Morales, pela alegria e alto astral.

À Clarice, pela revisão ortográfica e de gramática.

Ao Húrbio e Alison, pela elaboração dos mapas.

Aos meus amados tios Eliana e Rubens, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

Às secretarias de educação e saúde de Campina Verde (MG), Carneirinho (MG), Comendador Gomes (MG), Itapagipe (MG), Fronteira (MG), Frutal (MG),

Limeira do Oeste (MG), Planura (MG), Pirajuba (MG), Iturama (MG), São Francisco de Sales (MG) e União de Minas (MG), pelas entrevistas e dados disponibilizados.

Findando essa imensa lista que tenho prazer de detalhar, agradeço verdadeiramente a todos os colegas, amigos, parceiros que estiveram esses anos comigo e participaram com detalhes importantes para a construção dessa pesquisa. Mesmo não tendo sido citados, saibam que foram e são pessoas fundamentais na minha vida e na minha essência acadêmica.

*"Meu filho tente
não fazer de ninguém
uma cidade."*

(Matilde Campilho)

RESUMO

As pesquisas acadêmicas a respeito da modernização do campo e das pequenas cidades no enquadramento contemporâneo são fundamentais para se entender a dinâmica socioeconômica e de hierarquia urbana no Brasil e, para isso, é importante realizar um retrospecto histórico com o intuito de abranger o desdobramento do processo de urbanização, considerando inclusive as relações territoriais como a base inicial desse processo no âmbito nacional. Diante disso, o trabalho tem como objetivo compreender o processo de modernização do campo e as mudanças na organização socioeconômica das pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Frutal (MG). De modo específico, a pesquisa visa analisar a formação histórica; as atividades agropecuárias e do agronegócio que interferiram nos aspectos socioeconômicos; objetiva também entender a estrutura teórico-conceitual sobre as pequenas cidades, com base nas contribuições de Portugal, além da infraestrutura viária de interação e os fluxos vinculados ao ensino superior e à saúde, além de avaliar a dinâmica econômica do campo e do comércio. A presente pesquisa se justifica pela necessidade de entender as recentes transformações no campo, que afetam diretamente a dinâmica local e regional. Logo, os passos metodológicos permitiram desenvolver o estudo embasado nos objetivos e questões propostas, uma vez que eles transcorreram pelo levantamento de dados primários e secundários obtidos por meio de sites, como o do IBGE, e trabalhos de campo. Nesse contexto, foi possível entender a homogeneidade na região, a formação territorial, posição geográfica e dinâmica do Triângulo Mineiro (MG), ao mesmo tempo que se constatou a presença de significativas diferenças internas e camufladas pela aparência similar da realidade regional. Nas verificações atuais, é possível observar como a modernização agrícola trouxe aos municípios novas dinâmicas socioeconômicas, que se refletem na infraestrutura e disponibilização dos serviços e comércio das pequenas cidades, permitindo, assim, averiguar detalhes desses processos em cada local. A disposição das rodovias na região e o sentido dos fluxos identificam as relações estabelecidas com sua hinterlândia. Logo, na Microrregião de Frutal (MG), há a presença de dois municípios centralizadores — Iturama (MG) e Frutal (MG) — que se destacam ao estabelecer relações com São Paulo, em seu posicionamento à noroeste do estado com Jales (SP), São José do Rio Preto (SP), Ribeirão Preto (SP) e Barretos (SP); e Uberlândia (MG) e Uberaba (MG), em Minas Gerais. Os dois municípios definem uma dinâmica ligada às atividades agropecuárias, explicitada na diversidade e no agronegócio por meio de um campo modernizado, que define outros setores da economia, como de vendas de maquinários, dinamizando os fluxos de estudantes e o consumo gerado por eles, além de reorganizar o espaço urbano. Dessa maneira, constata-se que o processo de apropriação das pequenas cidades da região pelo agronegócio deixou as aglomerações urbanas com população inferior a 20 mil habitantes, no decorrer dos anos, cada vez mais vulneráveis às profundas transformações do espaço, permitindo entender como as infraestruturas básicas urbanas levam o “modo de vida na cidade” a se modernizar.

Palavras-chave: Atividades agropecuárias. Modernização do campo. Agronegócio. Pequenas cidades. Formação socioeconômica e territorial. Microrregião de Frutal (MG).

ABTRACT

Academic research on the modernization of the countryside and small towns in the contemporary context is fundamental to understand the socioeconomic dynamics and urban hierarchy in Brazil and, for this, it is important to carry out a historical retrospective in order to cover the unfolding of the urbanization process, including territorial relations as the initial basis of this process at the national level. Therefore, the objective of this work is to understand the process of modernization of the field and changes in the socioeconomic organization of the small cities of the Geographical Microregion of Frutal (MG). Specifically, the research aims to analyze historical formation; agricultural and agribusiness activities that interfered with socioeconomic aspects; also aims to understand the theoretical-conceptual framework on small cities based on the contributions of Portugal, as well as the infrastructure of interaction roads and flows linked to higher education and health, as well as to evaluate the economic dynamics of the field and the commercial ones. This research is justified by the need to understand recent transformations in the field that directly affect local and regional dynamics. Therefore, the methodological steps allowed to develop the study based on the objectives and questions proposed, since they were carried out by the collection of primary and secondary data obtained through IBGE sites and fieldwork. In this context, it was possible to understand the homogeneity in the region, the territorial formation, the geographic location and the dynamics of the Triângulo Mineiro (MG), while the presence of significant internal differences was detected and camouflaged by the similar regional reality. In the current verifications, it is possible to observe how the agricultural modernization brought to the municipalities new socioeconomic dynamics that are reflected in the infrastructure and availability of the services and commerce of the small cities, thus allowing to investigate details of these processes in each place. The layout of the highways in the region and the direction of the flows identify the relations established with its hinterland. Therefore, in the Microregion of Frutal (MG), there are two centralizing locations — Iturama (MG) and Frutal (MG) — that stand out when establishing relations with São Paulo in its positioning to the northwest of the state with Jales (SP), São José do Rio Preto (SP), Ribeirão Preto (SP) and Barretos (SP); and Uberlândia (MG) and Uberaba (MG) in Minas Gerais. The two locations define a dynamic linked to agricultural and livestock activities, explained in diversity and agribusiness through a modernized field that defines other sectors of the economy, such as sales of machinery, streamlining student flows and the consumption generated by them, as well as reorganize the urban space. In this way, it is verified that the process of appropriation of the small towns of the region by the agribusiness has left urban agglomerations with population less than 20 thousand inhabitants, over the years, more and more vulnerable to deep transformations of the space allowing to understand how the basic infrastructures the "way of life in the city" to modernize.

Keywords: Agricultural activities. Modernization of the field. Agribusiness. Small cities. Socioeconomic and territorial formation. Microregion of Frutal (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Sertão da Farinha Podre, início do século XIX: trajeto da Estrada dos <i>Goiases</i>	43
Figura 02 – Fronteira (MG): ponte Mendonça de Lima.....	68
Figura 03 – Usina de Marimbondo e Vila de Furnas, Rio Grande.....	68
Figura 04 – Rio Grande: Usina Hidrelétrica Porto Colômbia.....	69
Figura 05 – Limeira do Oeste (MG): primeira igreja, São Pedro.....	72
Foto 01 – Limeira do Oeste (MG): atual igreja de São Pedro.....	72
Foto 02 – União de Minas (MG): atual igreja de Nossa Senhora Aparecida.....	74
Foto 03 – Iturama (MG): Unimed Pontal do Triângulo Mineiro.....	155
Foto 04 – Frutal (MG): UEMG.....	158
Foto 05 – Iturama (MG): UFTM	160
Foto 06 – Iturama (MG): FAMA	160
Foto 07 – Iturama (MG): Localização industrial da usina Coruripe.....	168
Foto 08 – Carneirinho (MG): planta industrial da usina Coruripe.....	170
Foto 09 – Carneirinho (MG): canais utilizados para irrigação.....	170
Figura 06 – Frutal (MG): Fábrica de cerveja (2018)	173
Figura 07 – Frutal (MG): obras de ampliação da fábrica de cerveja Cidade Imperial (2018)	173
Foto 10 – Campina Verde (MG): Laticínio AgroVerde.....	180
Foto 11 – Frutal (MG): Chiquinho Sorvetes.....	190
Foto 12 – Frutal (MG): Água Doce Cachaçaria.....	190
Foto 13 – Iturama (MG): drogaria Americana.....	191
Foto 14 – Limeira do Oeste (MG): supermercado Santa Rita – Rede Smart.....	195
Foto 15 – Frutal (MG): supermercado JB.....	195
Foto 16 – Iturama (MG): Magazine Luiza.....	196
Foto 17 – Iturama (MG): Eletrosom.....	196
Foto 18 – Frutal (MG): Credicitus.....	198
Foto 19 – Comendador Gomes (MG): Banco Sicoob.....	198
Foto 20 – Iturama (MG): Banco Santander.....	200
Foto 21 – Carneirinho (MG): Bradesco.....	200
Foto 22 – São Francisco de Sales (MG): Agência dos Correios.....	201
Foto 23 – União de Minas (MG): Agência dos Correios.....	201
Foto 24 – Pirajuba (MG): Caixa Econômica Federal.....	203
Foto 25 – Limeira do Oeste (MG): Casas Lotéricas.....	203
Foto 26 – Itapagipe (MG): agência do Banco do Brasil.....	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da população urbana e rural (1970-2010).....	80
Gráfico 02 – Triângulo Mineiro (MG): número de maquinários agrícolas das microrregiões (2006).....	92
Gráfico 03 – Triângulo Mineiro (MG): número de maquinários agrícolas das microrregiões (2017).....	93
Gráfico 04 – Triângulo Mineiro (MG): número de estabelecimentos com silos por microrregião (1995-2017).....	96
Gráfico 05 – Triângulo Mineiro (MG): produção pecuária das microrregiões (1974-1990).....	98
Gráfico 06 – Triângulo Mineiro (MG): evolução do número efetivo de rebanho bovino nas microrregiões (1992-2016).....	99
Gráfico 07 – Microrregião de Frutal (MG): percentual dos principais tipos de produção de origem animal (1992-2016).....	102
Gráfico 08 – Microrregiões do Triângulo Mineiro (MG): evolução da agricultura por área plantada (2010-2016).....	104
Gráfico 09 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da participação do valor adicionado bruto a preços correntes das atividades econômicas (1999-2012).....	105
Gráfico 10 – Microrregião de Frutal (MG): evolução do PIB municipal a preços correntes (2003-2015).....	107
Gráfico 11 – Microrregião de Frutal (MG): evolução do PIB per capita em preços recorrentes (2010-2015).....	108
Gráfico 12 – Microrregiões Geográficas do Triângulo Mineiro (MG): evolução da produção de arroz e milho em toneladas (1973 -2010).....	109
Gráfico 13 e 14 – Triângulo Mineiro (MG): evolução da produção cana-de-açúcar e laranja em toneladas (1973 -2010).....	113
Gráfico 15 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da produção de cana-de-açúcar (2010-2016).....	120
Gráfico 16 – Microrregião de Frutal (MG): principais municípios agroexportadores/Valor das exportações de álcool etílico (2008-2017)	172
Gráfico 17 – Frutal (MG): Valor das exportações de cerveja malte (2015-2018).....	174
Gráfico 18 – Iturama (MG): Valor das exportações de carne bovina congelada (2008-2018).....	178

Gráfico 19 – Iturama (MG) e Campina Verde (MG): Valor das exportações das principais miudezas de origem animal (2008-2018).....	179
Gráfico 20 – Microrregião de Frutal (MG): valor gasto com salário mínimo e outras remunerações em reais (2006-2016).....	185

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): delimitação da Microrregião Geográfica de Frutal (MG).....	27
Mapa 02 – Frutal (MG): emancipação do município (1885).....	57
Mapa 03 – Pontal do Triângulo Mineiro: emancipação dos municípios até 1938.....	60
Mapa 04 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: emancipação dos municípios na Microrregião de Frutal (MG) em 1948.....	63
Mapa 05 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): emancipação dos municípios Microrregião de Frutal (MG) em 1953 e em 1962.....	66
Mapa 06 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: emancipação dos municípios Microrregião de Frutal (MG) em 1992 e 1995.....	71
Mapa 07 – Triângulo Mineiro (MG): uso da Terra (2005) nas áreas de cana-de-açúcar (2010).....	119
Mapa 08 – Brasil: total de habitantes por município (2018).....	136
Mapa 09 – Minas Gerais: total de habitantes por município (2018).....	137
Mapa 10 – Triângulo Mineiro: principais rodovias da Microrregião de Frutal (MG) – 2018.	142
Mapa 11 – Pontal do Triângulo Mineiro (MG): região de influência das cidades da Microrregião de Frutal (MG) – 2007.....	145
Mapa 12 – Microrregião de Frutal (MG): Municípios agroexportadores/Valor das exportações de açúcar (2017).....	166
Mapa 13 – Microrregião de Frutal (MG): Municípios agroexportadores/Valor das exportações de açúcar (2018).....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Microrregião de Frutal (MG): ano de emancipação dos municípios.....	75
Quadro 02 – Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG): população e habitações (1872).....	76
Quadro 03 – São Francisco de Sales (MG): população e habitações (1872).....	76
Quadro 04 – Microrregião de Frutal (MG): extensão das rodovias municipais (2018).....	143
Quadro 05 – Microrregião de Frutal (MG): Triângulo Sul e Região Ampliada de Saúde...	150
Quadro 06 – Frutal (MG): estabelecimentos por tipo de serviços especializados hospitalares por atendimento não realizado no SUS (2019).....	156
Quadro 07 – Iturama (MG): estabelecimentos por tipo de serviços especializados hospitalares por atendimento não realizado no SUS (2018).....	157
Quadro 08 – Frutal (MG): cursos de ensino superior e tecnólogos (2018).....	158
Quadro 09 – Microrregião de Frutal (MG): deslocamento Ensino Superior e técnico.....	161
Quadro 10 – Frutal (MG): Franquias (2018).....	189
Quadro 11 – Iturama (MG): Franquias (2018).....	192
Quadro 12 – Microrregião de Frutal (MG): Instituições financeiras (2018).....	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Pontal do Triângulo Mineiro: número de habitantes por município/distrito (1872-1940).....	61
Tabela 02 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da população total (1950-2010).....	77
Tabela 03 – Municípios da Microrregião de Frutal (MG): modalidade de exploração dos estabelecimentos (1950).....	85
Tabela 04 – Microrregião de Frutal (MG): número de estabelecimentos por utilização de máquinas agrícolas (1950).....	86
Tabela 05 – Microrregião de Frutal (MG): número de estabelecimentos por insumos agrícolas (1975-1985).....	88
Tabela 06 – Microrregião de Frutal (MG): número de estabelecimentos por utilização de máquinas agrícolas (1975-1995).....	90
Tabela 07 – Microrregião de Frutal (MG): número de estabelecimentos por máquinas agrícolas (2017).....	94
Tabela 08 – Microrregiões de Frutal (MG): evolução da produção de grãos em toneladas (1974 -2010).....	111
Tabela 09 – Microrregião de Frutal (MG): área colhida em hectares de lavoura permanente de laranja (1974 -2016).....	114
Tabela 10 – Microrregião de Frutal (MG): Equipe saúde da família – convencional.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROVALE	- Associação de Produtores de Cana do Vale do Rio Grande
BDMG	- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMAA	- Companhia Mineira de Açúcar e Alcool
CNAA	- Companhia Nacional de Alcool e Açúcar
CNES	- Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COOPERCITRUS	- Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo
COPERSUCAR	- Cooperativa Brasileira de Açúcar e Alcool
DATASUS	- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEER	- Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (MG)
DGE	- Diretoria Geral de Estatísticas
EAD	- Educação a Distância
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATERR	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (MG)
ESF	- Estratégia Saúde da Família
FACIP	- Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
FAF	- Faculdade de Frutal
FAMA	- Faculdade Aldete Maria Alves
FEF	- Fundação Educacional de Fernandópolis
FTM	- Faculdade do Triângulo Mineiro
FUNAGRI	- Fundo Geral para Indústria e Agricultura
IAA	- Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
INDI	- Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior (MG)
INE	- Instituto Nacional de Estatística
INSTITUES	- Instituto Ituramense de Ensino Superior Ltda
IPEADATA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
MDIC	- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEC	- Ministério da Educação
MRG	- Microrregião Geográfica
OCDE	- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

PIB - Produto Interno Bruto

PLANALSUCAR - Programa de Apoio à Agroindústria

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PRODECER - Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados

REGIC - Região de Influência das Cidades

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SUS - Sistema Único de Saúde

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNICA - União da Indústria de Cana-de-açúcar

UNIESP - União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1. FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOESPACIAL DO TRIÂNGULO MINEIRO: ocupação do pontal e da Microrregião de Frutal (MG).....	37
1.1 As “Minas Gerais” e a chegada aos sertões no período colonial: formação do Triângulo Mineiro (MG) e os primeiros ocupantes da região.	38
1.2 Ocupação do Oeste Paulista, a produção cafeeira e a chegada da ferrovia na divisa com Minas Gerais.....	48
1.3 Da fragmentação territorial e emancipação dos municípios da Microrregião de Frutal (MG)	54
1.4 A evolução populacional da Microrregião de Frutal (MG): de 1872 a 2010.....	76
2. AS PEQUENAS CIDADES: o papel das atividades agropecuárias e a modernização do campo na Microrregião de Frutal (MG).....	82
2.1 O processo de modernização agrícola na Microrregião de Frutal (MG)....	82
2.2 Microrregião de Frutal (MG): produção pecuária, de grãos e a modificação do campo com o setor sucroenergético (1970-2016).....	97
3. AS PEQUENAS CIDADES: conceitos, economia e dinâmicas na Microrregião de Frutal (MG).....	122
3.1 Relação urbano-rural e o surgimento das cidades: análises conceituais brasileiras e contribuições dos estudos de Portugal.....	123
3.2 As pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG): disposição viária e o papel das mesmas na rede urbana.....	139
3.3 O papel da dinâmica regional da saúde e o Ensino Superior nas cidades da Microrregião de Frutal (MG).....	147
4. DAS AGROINDÚSTRIAS AO CENTRO COMERCIAL: análise das interferências da modernização do campo nas cidades da Microrregião de Frutal (MG).....	163
4.1 O setor primário e secundário nas cidades da Microrregião de Frutal (MG): as pequenas e grandes agroindústrias.....	164
4.2 O setor terciário nas pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG): o comércio e a prestação de serviços.....	181

4.3 A prestação de serviços, o comércio varejista e o papel das instituições financeiras.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS.....	219
APÊNDICES.....	234
Apêndice A – Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Saúde solicitando os dados para a pesquisa.....	235
Apêndice B – Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Educação solicitando os dados para a pesquisa.	236
Apêndice C – Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Desenvolvimento Rural solicitando os dados para a pesquisa.....	237
Apêndice D – Tabela da Microrregião de Frutal (MG): Número de estabelecimentos por máquinas agrícolas (2017).	238
Apêndice E – Tabela da Microrregião de Frutal (MG): Equipe de Saúde da Família – Convencional – Grupo 1.....	239
Apêndice F – Tabelas por município da Microrregião de Frutal (MG): unidades de saúde cadastradas no CNES.....	240
Apêndice G – Mapa da nova divisão regional do IBGE – 2017.....	247
Apêndice H – Mapa de delimitação do município de Uberaba em 1836.....	248
Apêndice I – Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice de nível de infraestrutura básica (2016).....	249
Apêndice J – Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice de nível de renda (2016).....	250
Apêndice K – Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice do nível de escolarização (2016).....	251
Apêndice L – Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): saúde e acesso a serviços (2016).....	252
Apêndice M – Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): vulnerabilidade das condições de vida (2016).....	253
ANEXOS.....	254
Anexo A – Figura: Primeira igreja de Limeira do Oeste (MG), localizada no local onde se encontra a atual prefeitura municipal da cidade.....	255
Anexo B – Figura: Avenida Bahia, uma das principais de Limeira do Oeste (MG), localizada em frente à atual praça principal da cidade.....	256
Anexo C – Figura: reportagem em jornal impresso que elucidava o desejo de emancipação de Limeira do Oeste (MG).....	257
Anexo D – Narrativa de Juscelino Kubitschek sobre a visita a Iturama (MG) em 1951.....	258
Anexo E – Figura: artigo referente à “Cratera” localizada no município de Iturama (MG).....	259
Anexo F – Figura: revista comemorativa do aniversário de emancipação de Iturama (MG).....	260
Anexo G - Francisca Justina de Andrade – Fundadora de Iturama.....	261

INTRODUÇÃO

O debate acerca das cidades e da sua relação com o campo, no contexto atual, é fundamental para se entender a dinâmica urbana e socioeconômica contemporânea e, para isso, é importante realizar um retrospecto histórico com o intuito de alçar o decurso do processo de urbanização brasileiro, a modernização agrícola, considerando também as relações territoriais como a base inicial desse processo no âmbito nacional. Funções, como a de agrupar pessoas e comercializar artigos e mercadorias do campo, foram essenciais para o surgimento das aglomerações.

Contudo, a ampliação da agricultura e o acúmulo de riquezas provenientes da mineração que deram início à formação das cidades em direção ao interior e para as demais regiões do país. Desse modo, após a década de 1950, a população brasileira se direciona à porção central do território, sobretudo, a urbana, onde se efetiva e atenua o processo de produção do capitalismo.

Entre as décadas de 1960 e 1970, ocorre a transição do país predominantemente rural para um com maior percentual de população urbana. Esse período é marcado pelo êxodo rural e pelas modificações no âmbito territorial que geraram alterações nas correlações do urbano com o local, o regional e o global, ativando funções urbanas em níveis que estabeleceram interdependências regionais no Brasil.

Nesse contexto, a relação cidade-campo acontece de forma singular devido ao processo de globalização, o que leva a análise de cada local a uma conjuntura particular de observação, de pesquisa e de discussão. Da mesma forma que, ao se intensificar as atividades agropecuárias no meio rural, serão notadas distinções inter e intraurbanas para atender essas demandas, mas que se mostrarão específicas ao se considerar cada cenário, visto que a inserção de fixos e a dinâmica dos fluxos relacionam-se juntamente com demais elementos, como a localização geográfica, a atuação dos agentes políticos, as atividades econômicas, entre outros.

No momento em que todos esses aspectos de aprimoramento do campo ocorrem nas pequenas cidades, constata-se, de forma realçada, as interferências das atividades agropecuárias e agroindustriais no meio urbano, especialmente na disponibilização de comércios e serviços direcionados a esse setor da economia.

Desse modo, a abrangência cada vez maior do desenvolvimento técnico-científico que atingiu a agroindústria implicou na maior interação do meio rural com o urbano, modificando as formações espaciais, as redes urbanas e as relações socioespaciais, como vários autores já trabalharam: Corrêa (2011, 1997), Santos (1982, 2004, 2008, 2012), Elias (2003, 2011, 2012), Lefebvre (2008), Singer (1980), Sposito (2006), Endlich (2013), Beaujeu-Garnier (1999), Castells (1999), Pierre George (1978), Graziano (1996), Lencioni (1985, 2011) e Müller (1989).

Portanto, discutir a realidade de uma Microrregião Geográfica no contexto do Cerrado brasileiro sob a perspectiva da formação do Triângulo Mineiro¹, da modernização do campo, é essencial, pois ela se insere nas mudanças ocorridas também na cidade devido ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e inserção de novas tecnologias que dinamizaram o rural, as mudanças populacionais e econômicas, de consumo e serviços, interferindo, dessa forma, na organização urbana das pequenas cidades. A escolha da microrregião não limita as discussões das relações estabelecidas, mas sim auxilia a entender o pressuposto urbano-regional munido de semelhanças que será desenvolvido no decorrer do presente trabalho.

A escala de análise nesse recorte parte do município, uma vez que se associa à formação histórica territorial de agentes políticos e econômicos, além de favorecer a coleta de dados e comparativos nas investigações inter-regionais, chegando às análises das pequenas cidades, que refletem a dinamicidade do campo e sua modernização por meio de infraestrutura, funções e fluxos. Sendo o município a escala primária de análise, entende-se que ele deva ser compreendido no contexto de um recorte histórico abrangente.

Logo, a modernização do campo passa a ser um eixo importante para as pesquisas das pequenas cidades, uma vez que há uma restrita abordagem acadêmica, conceitual e metodológica sobre essa escala urbana, principalmente diante dos inúmeros estudos acerca das médias e grandes cidades, dos seus processos de urbanização e contradições socioespaciais e ambientais que estão sempre em pauta. Soma-se a isso o fato de que a base de produção econômica brasileira é historicamente vinculada à agropecuária e ao agronegócio, e a

¹ Para mais informações sobre a ocupação e formação dos municípios no cerrado do Triângulo Mineiro, consultar: Soares (1995,1997), Oliveira (2013), Carvalho e Pedrosa (2016), Lourenço (2005, 2007), Brandão (1989), Bacelar (2003), Bessa (2018), Guimarães (2010, 2018), Mori (2015), Sampaio (1971), Souza Junior (2015).

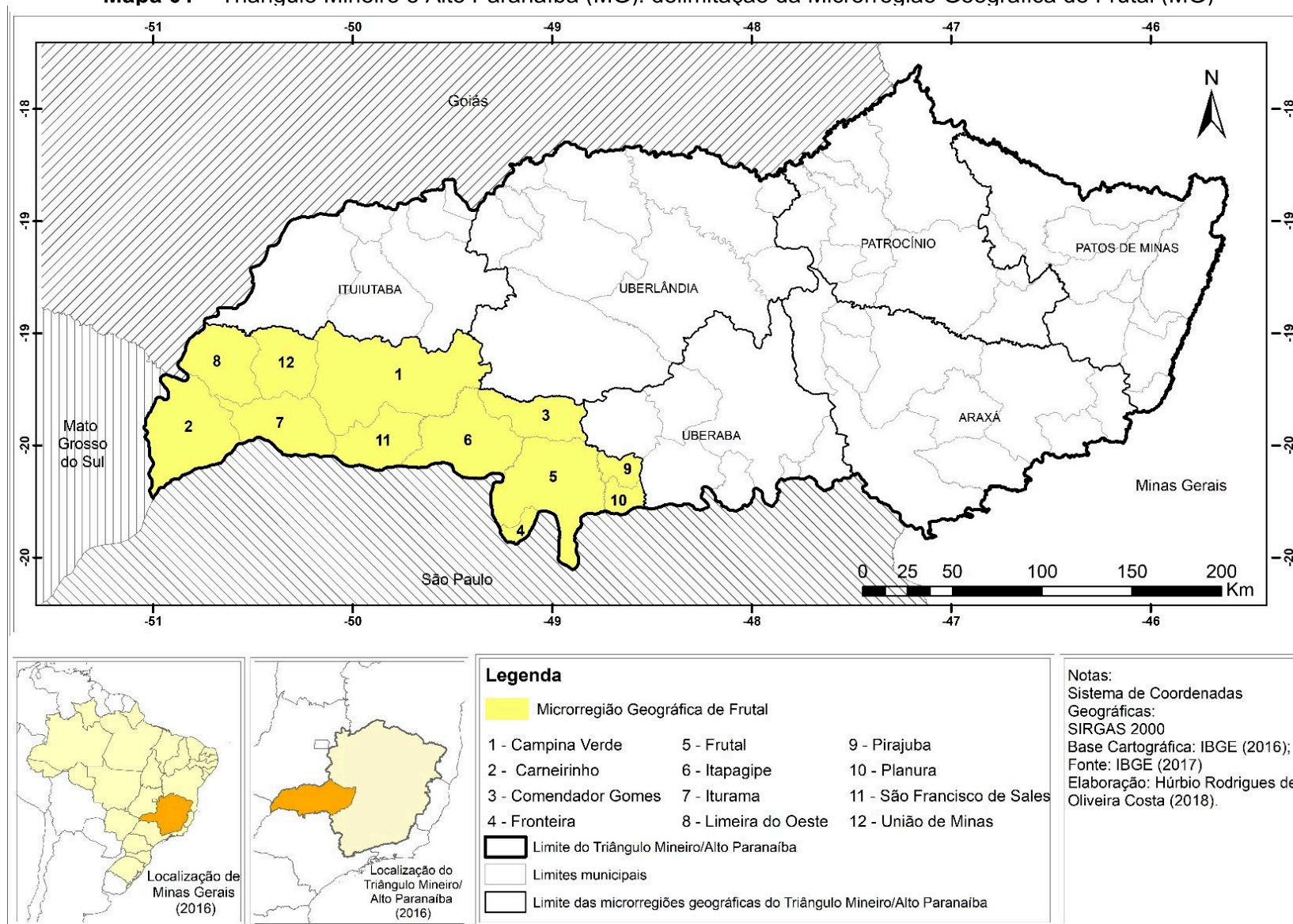
composição da estrutura urbana do país chega a aproximadamente 88% de cidades com uma população inferior a 50 mil habitantes, conforme a estimativa populacional do IBGE para 2018.

Portanto, o recorte espacial delimitado para a pesquisa é a Microrregião de Frutal (MG), localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG) — a oeste no estado de Minas Gerais. Vestígios históricos dos povos indígenas ainda são evidentes às margens dos principais cursos d'água do Pontal do Triângulo Mineiro, os rios Paranaíba e Grande, leitos fluviais que evidenciam a localização geográfica da Microrregião do Pontal. Ao retomar importantes autores e viajantes do século XVIII, pode-se compreender como o território, que tardiamente foi ocupado, se comparado à região central do estado de Minas Gerais, identificava uma ocupação primária do solo e dos recursos naturais realizada pelos índios.

A posição geográfica e os recursos naturais não foram empecilhos para a região ser desbravada, mas os caminhos já percorridos cortando a área do Sertão da Farinha Podre e a busca por minérios que vinham da região central do estado deixaram por décadas a Microrregião de Frutal (MG) desocupada. Uma terra sem minério na época não representava valor para a Coroa Portuguesa, nem aos demais ocupantes desse país.

Diante disso, a área de estudo é composta por doze municípios: Campina Verde (MG), Carneirinho (MG), Comendador Gomes (MG), Fronteira (MG), Frutal (MG), Itapagipe (MG), Iturama (MG), Limeira do Oeste (MG), Pirajuba (MG), Planura (MG), São Francisco de Sales (MG) e União de Minas (MG), conforme indica o mapa 01 a seguir.

Mapa 01 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): delimitação da Microrregião Geográfica de Frutal (MG)



A história se mostra indispensável à ciência geográfica na sua análise do espaço, ao resgatar elementos de conflitos, ocupação, relatos paisagísticos, dentre outros, que permitem a análise crítica do processo histórico-espacial. É por meio do historicismo que se pode compreender a paisagem, a dinâmica social, a ocupação do solo e os manejos primários das terras nas quais hoje está delimitada a Microrregião de Frutal (MG), recorte espacial selecionado para o desenvolvimento da pesquisa.

Diante disso, torna-se fundamental para o sujeito, como pesquisador participante, ir a campo, recolher os materiais e relatos *in loco*, visando absorver a cultura, as relações socioespaciais para, assim, poder entender as dinâmicas da modernização ocorridas naquele espaço, especialmente quando se trata de estudos primários e referentes a realidades ainda pouco exploradas dentro das ciências como um todo, bem como dentro da geografia urbana, que é o caso das pequenas cidades. Reforça-se assim o objetivo principal do trabalho, que é compreender o processo de modernização do campo e as mudanças na organização socioeconômica das pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Frutal (MG).

No que tange aos objetivos específicos, eles visam: a) analisar a formação histórica da Microrregião de Frutal (MG) e do Pontal do Triângulo Mineiro; b) identificar quais e como as atividades agropecuárias e o agronegócio interferiram nos aspectos socioeconômicos e espaciais dos municípios; c) entender o conceito de cidades, sobretudo das pequenas cidades brasileiras, com base nas contribuições históricas e teóricas de Portugal, além da infraestrutura viária de interação e os fluxos vinculados ao ensino superior e à saúde; d) caracterizar a dinâmica econômica do campo e as atividades comerciais das pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Frutal (MG).

Nessa perspectiva, a pesquisa visa apresentar questionamentos a respeito da dinâmica das pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG), que tem um papel significativo no processo histórico de formação territorial no Triângulo Mineiro e de constituição das atividades desenvolvidas nesse espaço, além de interferências recentes no campo que se refletem no âmbito das cidades, por meio da modernização do agrícola.

Sob esse preceito, a tese direciona-se à análise das relações socioespaciais, econômicas e de formação territorial histórica, essas que têm por base as observações empíricas já obtidas em trabalhos científicos realizados anteriormente,

como a pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado² referente a Frutal (MG), e a instigação acerca da função das relações internas da microrregião estudada, seja entre os municípios ou intra e inter-regionais, pensando na proximidade com os estados de São Paulo e Goiás.

O posicionamento de realizar uma pesquisa, principalmente da área de Ciências Sociais, tem por base inúmeras indagações que, por vezes, surgem pelas observações críticas diante de determinada realidade ou fato. Esse nexo, estabelecido diretamente entre ensino-aprendizagem, se modifica com o passar dos anos frente aos novos enfoques, promulgando e reformulando as questões metodológicas, que, no caso do presente estudo, perpassam pelas análises qualitativas e quantitativas.

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa se enquadra nas investigações previstas para a tese. Ela permite uma ampla relação entre as disciplinas e conceitos, com objetivo de se investigar o fenômeno sob a base de vários conceitos.

A pesquisa quantitativa é igualmente utilizada em função dos dados primários e secundários que auxiliam na quantificação de produção e modernização do campo, além do processo urbano. Ao partir dessa premissa, é possível adentrar na construção das hipóteses para os problemas listados, os quais possuem destaque na pesquisa. “Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica” (GIL, 1999, p. 56).

As constatações anteriores foram as bases para tratar a questão central da pesquisa, de formação territorial e da modernização do campo, ligadas diretamente às pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG), que a levaram a uma conjuntura de relações e estrutura em rede, de fixos e fluxos, para além do limite político-administrativo do estado de Minas Gerais, apresentando cidades com funções distintas internamente à delimitação regional, assim como na amplitude de todo Triângulo Mineiro.

Os estudos urbanos na dimensão inferior, do trato da pequena cidade, sua relação com o campo e com o interior do país, são tão importantes quanto os estudos das grandes metrópoles.

Logo, a pesquisa perpassa pela discussão sobre a Microrregião Geográfica de Frutal (MG), visando compreender como ocorre a formação dos municípios, a

² Centralidade urbana no Pontal do Triângulo Mineiro: um estudo sobre Frutal (MG) e Ituiutaba (MG).

dinâmica socioeconômica com base na modernização do campo e suas interferências na cidade que se reorganizaram até os dias atuais. Para entender essa relação, é necessário abranger as mudanças ocorridas nos municípios estudados, sinalizando as modificações no recorte temporal da formação territorial até a contemporaneidade, analisando como ocorre a reorganização espacial e econômica.

Com o intuito de entender essas condições, várias questões surgiram. Algumas delas são: existem municípios da Microrregião de Frutal (MG) que se evidenciam no âmbito do agronegócio no contexto de toda Mesorregião do Triângulo Mineiro? Como a modernização do campo modificou e/ou dinamizou os setores da economia das cidades da microrregião pesquisada? Qual o papel dos setores econômicos para o desenvolvimento das cidades? Como e de que forma a inserção de diferentes atividades comerciais e de serviços que possuem relação direta com a dinâmica do campo impactam as cidades? A presença das Universidades e do agronegócio pode promover uma ressignificação urbana? Qual é a relação da modernização do campo e as pequenas cidades? Há um aumento de prestação de serviços públicos devido a essa ampliação das atividades do campo visando atender a toda população? As relações estabelecidas para além do estado mineiro se dão em busca de mais disponibilidade de serviços e consumo?

Uma questão, que de antemão apresenta relevância, é, primeiramente, a direcionada à função das pequenas cidades, visto que é fundamental compreender esse recorte conceitual por acreditar que as cidades pesquisadas se enquadram nas categorias citadas. Em relação à pequena cidade, entendida por Santos (1982, 2004) como “cidade local”, o surgimento e o desenvolvimento dessas são “uma resposta a novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite a uma aglomeração satisfazer as demandas gerais” (SANTOS, 2004, p. 332). Nesse sentido, será necessário entender o papel funcional das doze cidades da Microrregião de Frutal (MG), quanto a uma discussão e caracterização, no âmbito de suas estruturas vinculadas ao setor agropecuário e ao agronegócio.

Para a delimitação do recorte espacial da pesquisa, já mencionado anteriormente, utilizou-se como base a Microrregião Geográfica definida pelo IBGE (1990), que, segundo Souza (2015, p. 146) seria “regiões dentro de regiões: das ‘macrorregiões’”, devido à facilidade na obtenção e somatória dos dados, além da busca por avaliar as relações que extrapolam esses limites regionais e como eles

puderam e ainda podem interferir nas dinâmicas das cidades e da própria microrregião. O documento do IBGE (1990) definia as microrregiões selecionando dois indicadores: a estrutura da produção e a interação espacial.

Nessa perspectiva, a pesquisa se deu inicialmente de forma documental e bibliográfica, sob o modelo qualitativo, uma vez que ela “[...] visa explicar os fenômenos sociais através das experiências de indivíduos ou grupos, por meio da análise de documentos e da interação entre os atores sociais” (CORONEL et al., 2013, p. 309). Foram também utilizadas como técnicas: a observação, a entrevista semiestruturada e entrevistas informais. Essas últimas foram aplicadas aos prefeitos ou seus representantes em todas as doze cidades pesquisadas da Microrregião de Frutal (MG), no primeiro trabalho de campo realizado em outubro de 2016, com objetivo de ter acesso e primeiro contato com a administração pública e a dinâmica local das cidades pesquisadas. A entrevista informal é uma técnica exploratória que se baseia em perguntas de estimulação do tema, porém de forma liberal, permitindo transitar por outras questões de forma abrangente sobre os assuntos e informações singulares (MANN, 1975). A entrevista semiestruturada³ foi trabalhada com o intuito de coletar dados exatos para todos os municípios da Microrregião de Frutal (MG), visando uma análise geral e das relações locais nos setores de fluxo do ensino superior e da saúde pública.

No que diz respeito à técnica de observação utilizada, vale destacar que ela “[...] consiste em analisar as interações dos agentes sociais em determinadas situações com o objetivo de verificar o seu comportamento e suas atitudes dentro de determinado contexto econômico, social e cultural” (CORONEL et al., 2013, p. 309).

Portanto, o primeiro passo consistiu em uma densa investigação sobre a temática com o intuito de abranger o que já se tem pesquisado sobre as pequenas cidades, especialmente, as da Microrregião de Frutal (MG), além de um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de modernização do campo, pequena cidade e suas contribuições portuguesas, suas abordagens e dicotomias, a fim de aprofundar a análise do objeto de pesquisa selecionado.

Essa delimitação teórica se torna relevante na análise da relação da modernização do campo e as modificações das pequenas cidades, tendo em vista que o aporte bibliográfico leva à compreensão das particularidades possivelmente

³ Previamente enviadas via e-mail por meio de ofícios (modelo nos anexos) às secretarias de saúde, de transporte ou de educação e as vinculadas às atividades agropecuárias.

encontradas na microrregião estudada. Em vista disso, é fundamental também abranger as referências que auxiliam a entender a dinâmica do Triângulo Mineiro quanto ao seu processo de modernização da agricultura, visto que foi a partir dela que a rede urbana da região se reestruturou, modificando a dinâmica das cidades nela inseridas.

Nesse contexto, o pressuposto teórico de abordagem regional se baseia no enquadramento conceitual apresentado por Lencioni (2003). Na presente pesquisa, esse enquadramento tem como objetivo se voltar às particularidades, considerando que assim pode se tornar possível revelar aspectos do real que, na análise do nacional ou global, seriam dificilmente constatados. Santos (2006, p. 206), reforçando suas análises, corrobora com essa compreensão do regional — não mais submisso aos objetos — ao compreender que a nova centralidade vincula-se à dependência da racionalidade, “que não se dá igualmente em toda parte, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica”.

Dessa maneira, parte-se de um viés teórico vinculado à análise regional de modernização do meio técnico-científico informacional e das escalas locais abordadas por Milton Santos. Para o autor, esse viés é inserido no processo de globalização, sendo que a “especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva [...]” (SANTOS, 2006, p. 206). Consequentemente, a sustentação desse campo se entrelaça cada vez mais às monoculturas e às junções produtivas sustentadas pelo desenvolvimento científico-informacional, que passam a ser a base ressignificada, que é movida por uma rigidez exógena, de imposição do consumismo e da ampliação da produtividade (SANTOS, 2006).

Com base no referido autor, é possível compreender que pequenas cidades regem “os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes” (SANTOS, 2006, p. 184). Sendo então, local de produção, técnica, inserção do trabalho agrícola, mas se localizando de forma distante dos centros de gestão das empresas que se localizam nas metrópoles e até mesmo em outros países (SANTOS, 2006).

Essa delimitação teórica-conceitual embasa as análises específicas no decorrer das abordagens da pesquisa, visto que engloba todo o processo de modernização do campo, industrialização e urbanização brasileira, que permitem entender esse novo papel da zona rural e seu reflexo na dinâmica urbana das pequenas cidades.

Perante essa estruturação teórica, foram alçadas informações sobre alguns grupos econômicos dos municípios da Microrregião de Frutal (MG), partindo nesse primeiro momento pelo levantamento das atividades agropecuárias, bem como de indicadores de modernização, como número de maquinário, equipamentos, silos, investimentos, entre outros, permitindo uma análise quantitativa.

Desse modo, os procedimentos metodológicos perpassaram também de forma inicial pelo levantamento de censos e estimativas populacionais, urbanos e rurais. Em seguida, foram coletados os dados secundários ligados às atividades agroindustriais nos anos de 1950, 1975, 1980, 1985, 1995 e para as análises recentes, de 2006 e 2017, sendo elas:

- Estabelecimentos agropecuários;
- Número de estabelecimentos por utilização de máquinas agrícolas;
- Número de estabelecimentos por utilização de insumos agrícolas.

No que tange à produtividade do campo e suas principais empresas, foram selecionados os dados secundários ligados às atividades, sendo elas:

- Produção pecuária (1974-2016);
- Evolução da agricultura plantada e por produção (1973-2016);
- Participação econômica por setor (2009-2012);
- PIB Municipal (2003-2015);
- Evolução do PIB *per capita* (2010-2015);
- Evolução da produção e área colhida de cana-de-açúcar e laranja (1973-2010);
- Empresas ligadas à agroindústria e ao agronegócio;
- Produção exportada (2008-2017).

Na amplitude urbana, esse levantamento foi realizado na sua primeira etapa com os dados secundários adquiridos por meio do IBGE, DATASUS, IPEADATA, MDIC e sites das prefeituras municipais. Na segunda etapa, foram realizados os trabalhos de campo para constatação das informações já apresentadas, obtenção de informações advindas das entrevistas com membros da gestão pública (Secretaria de Saúde e Educação), empresários (Associação Comercial) e lojistas (Sindicato dos Trabalhadores), o que permitiu também levantar dados ligados às atividades urbanas, sendo elas:

- Gastos com salário mínimo (2006-2016);
- Instituições financeiras (bancos e correspondentes bancários);
- Instituições ligadas à saúde pública e privada (dados coletados também no âmbito secundário);
- Comércio e serviços;
- Franquias;
- Unidades de ensino superior e tecnólogo.

Partindo desse pressuposto, foram analisados também os dados referentes, sobretudo, às diversidades das:

- Clínicas, laboratórios, hospitais e farmácias;
- Restaurantes;
- Supermercados;
- Escolas de idiomas e de informática;
- Acesso rodoviário.

A partir desse ponto, todos os dados foram tabulados por meio das tabelas, dos gráficos (elaborados no Excel 2016), e dos mapas, permitindo assim identificar os pontos dessa relação cidade-campo no local estudado, contextualizando a discussão do trabalho.

Os mapas foram formulados utilizando o software ArcMap 10.3, sendo as bases municipais de Minas Gerais adquiridas no Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE)⁴, separadamente, pelos anos, para assim identificar a fragmentação territorial durante o período. O IBGE disponibiliza as bases da divisão municipal a partir de 1872, sendo necessário realizar uma construção referente aos municípios criados antes desse período. Seguidamente, fez-se necessário definir o sistema de projeção, ao passo que se utilizou como Sistema de Coordenadas Geográficas o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

Os mapas seguem a sequência de criação dos municípios. Logo, algumas bases foram sobrepostas, utilizando a divisão mais recente (2016), para reconstruir a área de municípios mais antigos não disponíveis no banco de dados do IBGE.

Desse modo, entende-se a importância de avaliar, estudar e analisar as relações e as dinâmicas socioeconômicas que ocorrem nas pequenas cidades. É importante problematizar os critérios utilizados nas classificações dessas aglomerações urbanas, uma vez que, com o aprofundamento das discussões sobre a temática, essa pesquisa contemple o objetivo de acrescentar e cooperar para o entendimento dessas cidades e, conseqüentemente, com o progresso das discussões no âmbito da Geografia.

Dessa forma, entende-se que esses passos metodológicos favoreceram as indagações e discussões para atingir, com bases sólidas, os resultados. O pesquisador consegue se aproximar da experiência dos sujeitos e de seu próprio papel por meio das fontes manuseadas, gerando troca entre os realces da pesquisa e as experiências empíricas. Diante disso, cada capítulo do trabalho foi construído para atingir o objetivo final de se compreender a modernização do campo e o papel das pequenas cidades na Microrregião de Frutal (MG).

Portanto, o primeiro capítulo dedica-se a estruturar uma reconstrução histórica de formação da mesorregião do Triângulo Mineiro (MG) com enfoque principal no Pontal, objetivando contemplar a divisão territorial dos municípios da Microrregião de Frutal (MG). Ao entender todo esse processo, é possível verificar as dinâmicas populacionais, processo de industrialização e de modernização que atinge o campo e, por conseguinte, as atividades urbanas.

No segundo capítulo, inicia-se a abordagem referente à análise das atividades agropecuárias no recorte histórico partindo de 1950 até os dados mais recentes, com

⁴www.downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm

o intuito de apresentar as mudanças de produção do campo ao longo do tempo e os impactos socioeconômicos dos municípios.

O terceiro capítulo apresenta o início da abordagem urbana, iniciando com a apresentação de um debate acerca dos conceitos de cidades brasileiras e portuguesas — embasadas na realização do doutorado sanduíche em 2016 —, para justificar a importância das pesquisas da ciência geográfica no âmbito desses núcleos urbanos menores, além de definir as relações viárias, os fluxos do ensino superior e da saúde, visando identificar como eles se ligam aos outros estados na divisa com Minas Gerais.

O quarto capítulo traz os dados referentes ao mercado externo, com o objetivo de definir a relação desses centros locais com o mundo por meio da tecnologia e globalização que, pelas redes, conseguem ligar as grandes empresas do campo e do agronegócio canavieiro e cítrico, de forma internacional, mas tornando também as cidades restritas conforme suas funcionalidades e ressignificação do campo, fazendo com que um número pequeno delas consiga apresentar infraestrutura urbana básica de atendimento à população local e regional.

1. FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOESPACIAL DO TRIÂNGULO MINEIRO: ocupação do Pontal e da Microrregião de Frutal (MG)

O longo e paulatino processo de conquista, formação e ocupação do território brasileiro vincula-se às relações econômicas, com o objetivo de ampliar o domínio sobre as terras, povoando o interior do país e ordenando as produções locais. Inicialmente para fins mercantis, este processo baseava-se na exportação de açúcar e algodão. Para além disso, é importante mencionar os tratados e acordos, que delimitaram e fixaram os extremos, fronteiras e tamanhos para o território. As atividades econômicas desenvolvidas no Brasil nos primórdios de sua ocupação, primeiramente na forma do extrativismo e posteriormente na da agricultura, identificavam um país desde já vinculado às dinâmicas dos produtos agropecuários.

Por isso, as análises históricas desde o início são pilares das relações socioespaciais brasileiras. O autor Prado Júnior⁵ ressalta a necessidade de se entender a formação histórica do Brasil desde a colonização para, assim, analisar a atualidade, afirmando que

[...] para compreender o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; e subindo até lá. O leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 10)

A formação histórica territorial analisada na pesquisa correlaciona a estruturação socioespacial, no decorrer do tempo, com a delimitação dos municípios, ocupação e meios de produção sob determinado espaço. Segundo Santos (2008b)

Poder-se-ia também falar exclusivamente de formações sociais, pois estas não se realizam de nenhuma maneira fora do espaço. Um tal estudo assimilaria a história da produção e a história do espaço humano em uma história só, a da sociedade global. (p. 240)

Nessa perspectiva, o presente capítulo visa analisar a formação histórica que se dá a partir do papel da mineração até atingir o Triângulo Mineiro, e da ocupação do oeste paulista, com a expansão cafeeira, em direção ao estado de Minas Gerais. Dessa maneira, pode-se adentrar na ocupação histórica e territorial do Pontal, onde

⁵ A opção de trabalhar com o referido autor objetiva apresentar a ocupação histórica brasileira por meio das bases capitalistas, não assumindo sua posição na análise pretérita de Minas Gerais.

se localiza o recorte espacial da pesquisa, trabalhando os primeiros moradores e a constituição inicial e socioeconômica de cada município. O recorte histórico parte do princípio de que “as formações sociais não existem senão pelos seus aspectos concretos, entre os quais os modos de produção concretos que as constituem e que possibilitam chegar a compreender a especificidade de cada sociedade [...]” (SANTOS, 2008b. p. 245).

Nesse contexto, em meados do século XVII, Minas Gerais inicia sua exploração de minérios com o “Ciclo Econômico do Ouro”, bem como com a ocupação das terras centrais do estado, marcada pela presença dos escravos para o trabalho nas jazidas. Com a decadência do período aurífero no século XIX, ocorreu a migração dos mineradores para as regiões agrícolas, como a cafeeira (SILVA, 1995). A monocultura do café tem papel fundamental na formação da rede urbana e na criação das cidades paulistas em direção ao interior do Estado, levando mão de obra, logo, contingente populacional aos novos espaços.

O café, em São Paulo e no sul de Minas Gerais, alcançou um crescimento econômico até próximo à divisa com a Microrregião de Frutal (MG). A transposição do Rio Grande não ocorreu e a expansão não chegou às terras do Pontal, tanto por questões ambientais e morfológicas como por decisões políticas.

Com base na referência histórica da ocupação do interior do país, as próximas abordagens do capítulo visam fazer um retrospecto dos avanços do oeste paulista, assim como do Triângulo Mineiro, cada qual com suas estruturas econômicas para entender como se deu a chegada dos primeiros viajantes às terras dos atuais municípios da Microrregião de Frutal (MG).

1.1 As “Minas Gerais” e a chegada aos sertões no período colonial: formação do Triângulo Mineiro (MG) e os primeiros ocupantes da região.

A relação com a história é essencial para as análises geográficas, pois negar a historicidade significa rejeitar o real, uma vez que o espaço é real por ser histórico e isso torna a retrospectiva no tempo uma fase fundamental no desenvolvimento das ciências humanas (LOURENÇO, 2005).

Dessa maneira, Andrade (1997) contribui com essa perspectiva, principalmente atrelada à organização do espaço, identificando como isso se configura na paisagem e nas dinâmicas engendradas ao relatar que

Daí a necessidade de uma maior aproximação entre a geografia e a história, porque, para se explicar a organização atual do espaço, externada em grande parte na paisagem, é necessário que se encare, de forma dinâmica, duas grandes categorias – espaço e tempo –, lembrando Elisée Reclus já afirmava que “a geografia é a história do espaço enquanto a história é a geografia do tempo”. (ANDRADE, 1997, p. 23)

O arcabouço histórico ligado diretamente à geografia mostra a importância da configuração do espaço na lógica do tempo. “Assim, a um só tempo, a sociedade e a natureza vivem no presente também o passado, através dos resquícios outrora dominantes, e as projeções no futuro” (ANDRADE, 1997, p. 21).

Ao abordar essa perspectiva histórico-espacial e social, é importante entender que o Brasil Colônia apresentou suas bases agrícolas de forma precária, devido ao enfoque primordial das explorações portuguesas ser o encontro das jazidas minerais. Contudo, diante da frustração inicial com a mineração, as atividades no campo foram desenvolvidas com baixa qualidade de orientação técnica. Nesse sentido, a expansão para o interior da colônia em meados do século XVI chega ao território que daria origem a Minas Gerais. A exportação mercantil com base na extração e produtos agrícolas não agradava à Coroa portuguesa, a qual buscava prata e pedras preciosas para melhor justificar a ocupação da colônia, que até então apresentava poucos retornos aos colonizadores.

Portanto, entende-se que o capitalismo brasileiro já não se mostrava isolado, mas sim vinculado ao sistema de exploração internacional. A produção toda era voltada para fora e não internamente, visto que havia necessidade no período colonial de bens consumíveis, objetivando o lucro cada vez maior para exportação, faltando a premissa do mercado interno, mesmo com o avanço das forças produtivas e da expansão do capitalismo (PRADO JÚNIOR, 1994).

Por conseguinte, a exploração portuguesa no período inicial de sua dominação ficou baseada na extração dos principais recursos naturais, sendo “este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 31).

Freyre (1977) em sua clássica obra *Casa-Grande e Senzala* perpassa por toda história da ocupação e conquista da colônia portuguesa no íntimo da sociedade patriarcal, destacando que o espaço socialmente criado foi escravocrata e monocultor,

menos geográfico, ao ponto que foram desconsideradas as etnias, as culturas, formações regionais, entre outras relações dos homens com o espaço. Para os bandeirantes, o índio serviu para devastar as matas e chegar aos sertões, sendo o guerreiro, canoeiro, caçador e pescador, além de terem sido catequisados pelas missões jesuítas.

Nessa perspectiva, ao pensar conceitualmente sobre território⁶, vale ressaltar seu destaque no âmbito geográfico e político-econômico, sobretudo no enfoque de sua reconfiguração, uma vez que é tratado de forma amplificada e generalista. Contudo, para a análise desse processo histórico ao qual o presente trabalho se debruça, torna-se fundamental entender o território não apenas como a delimitação do espaço de relações de poder, cíclicas ou não, mas sim de forma que os agentes sociais e suas relações sejam considerados nesse transcurso. Logo, o território se dá sob a apropriação do espaço, sendo uma ação ou trabalho do sujeito, de forma material ou imaterial, sempre baseada nas relações de poder. Consequentemente, nessa perspectiva “o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa maneira, no período colonial, o encontro de jazidas nas regiões interioranas levou a maior preocupação da Coroa com a necessidade de proteger essas terras e seu território, o que acabou “causando despovoamento de regiões agrícolas e alta mortalidade, que se verificava nas áreas de mineração” (KLUG, 2016, p. 154). O encontro desses minerais preciosos não se deu de forma pacífica, uma vez que as áreas eram ocupadas por vários povos indígenas, esses que foram dizimados em combates sangrentos. Apesar disso, a ocupação da região ficou apenas na porção de obtenção dos minérios, sem uma dispersão e povoamento significativo para além das áreas já estabelecidas nesse período.

Esse momento histórico, marcado pelas expedições dos paulistas aos sertões entre 1651 e 1694, durou anos até o efetivo povoamento disperso das terras de Minas Gerais, sobretudo, com a população escrava de índios e negros destinados em grande parte ao trabalho na mineração. Contudo, essa não foi a primeira ocupação dessas áreas. Na porção norte do atual estado de Minas Gerais, já havia povoados que chegaram das regiões litorâneas com o objetivo de desbravar os sertões buscando vastos pastos, com bom relevo, para criação de gado. Para Guimarães (2004)

⁶ O conceito de território aqui é abordado para tratar da ocupação histórica da área de estudo.

[...] as novas áreas de ocupação não nasceram deslocadas da experiência da mineração, mas se dissociaram desta à medida que reproduzem novas experiências de desenvolvimento sócio-econômico, cuja ausência de uma forte centralidade econômica no próprio estado permite o desabrochar de distintas realidades e novas formações regionais (p. 2).

Toda essa configuração socioeconômica da criação de Minas Gerais ressalta sua posição regional, mas com limites territoriais indefinidos quanto à estruturação histórica das relações, que têm como base justamente o papel das atividades econômicas em destaque durante o processo de ocupação originado de forma pontual e não integrada.

Uma primeira especificidade de Minas Gerais é que suas principais regiões internas – Mata, Sul, Metalúrgica, Triângulo, Oeste, a do alto e do médio São Francisco, do Alto Jequitinhonha, do rio Doce, de Urucaia e do alto Paranaíba – continuavam, até recentemente, pouco integradas entre si. Algumas delas, como o Triângulo, a Mata e o Sul, tinham maiores vínculos comerciais com São Paulo e Rio de Janeiro do que com o próprio estado. (CANO, 2002, p. 56)

Inserida no bioma do Cerrado, essa região possui “formato geométrico dos leitos fluviais dos rios Paranaíba e Grande, muito mais perceptíveis do que as características intrínsecas de formação socioeconômica regional” (GUIMARÃES, 2010, p. 32). As observações paisagísticas da região no período da ocupação dos sertões são limitadas aos relatos dos bandeirantes e viajantes que desbravavam tais terras. Essas imagens reforçadas cada vez mais pelos conquistadores “sobre o sertão brasileiro perduraram por meio da historiografia, reafirmando sua incapacidade de compreender a peculiaridade e diversidade da natureza e as gentes dos sertões” (PEDROSA, SOUZA, 2014, p. 20).

Dessa maneira, o Triângulo Mineiro, assim como a Microrregião de Frutal (MG), teve como primeiros ocupantes os índios do grupo Kayapós⁷ (TURNER, 1992). Nos relatos de Saint-Hilaire (1975), o nome Caiapós foi dado pelos portugueses em razão de ser um grupo de índios que ainda vivia isoladamente nas matas e “não tinha nome que os identificasse, e por isso passaram a usar a palavra panariá a fim de se distinguirem, como raça, dos negros e dos brancos” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 66).

⁷ “Embora a primeira menção direta aos Kayapó só apareça em 1723, alguns autores já levantaram a hipótese de, no século XVI, os Kayapó serem conhecidos como Bilreiros ou Ibirajara, “senhores do tacape”, segundo Schaden” (MANO, 2010, p. 328).

A Estrada dos Goiases ou do Anhanguera foi um trajeto importante para a criação dos aldeamentos, dos quais alguns deram origem aos atuais municípios e distritos (OLIVEIRA, 2013). O surgimento dessa estrada no século XVII relaciona-se com a origem dos trajetos de São Paulo, que perpassaram pelas terras do atual Triângulo Mineiro, dos bandeirantes rumo a Goiás devido às jazidas de minérios. Já em 1971, um novo caminho foi aberto passando pelo território mineiro, o mesmo que tinha sido desmembrado das capitanias de São Paulo, que, assim, de fato deu origem à “Estrada dos Goiases” ou “caminho geral dos Goiases” (ROSSETTO, 2006).

Uma das explicações para a nomeação nesse período da região como Sertão da Farinha Podre⁸, ao sul das até então capitanias de Goiás, se deu em função de os mantimentos dos bandeirantes no retorno a São Paulo “apodrecerem” nessa fase do percurso entre Goiás e as terras paulistas.

Era costume destes entrantes, denominados “bandeirantes”, quando iam penetrar em lugares incultos, fazerem depósito de alguns dos víveres que conduziam, em pontos que assinalavam: regularmente eram as grandes árvores que lhes serviam de “depensa”.

No grande ribeirão então desconhecido, mas hoje atravessado pela via férrea Mojiana nas proximidades da Estação Engenheiro Lisboa, Município do Sacramento, deixavam os “entrantes” alguma provisão de víveres, que lhes devia sentir de conforto no regresso para Desemboque. Encontraram, porém, ao voltarem, alguns deles avariados, entre os quais a “farinha de milho” apodrecida. (SAMPAIO, 1971, p. 122)

Logo, essa área e a porção entre os rios Grande e Paranaíba ficou conhecida como “Farinha Podre” (SAMPAIO, 1971). Nessa região, os índios escravizados faziam o papel de desbravar novos territórios o que, para os recém-chegados, se tornava uma atividade árdua diante dos conflitos entre etnias indígenas e o próprio domínio das terras. A luta dos índios pelos solos do Sertão da Farinha Podre já deixava claro a identidade que eles tinham com as terras no cultivo e na proximidade com os rios. Segundo Mori (2015), o conflito intenso entre colonizadores e indígenas se deu principalmente porque “os não-índios cobiçavam as férteis áreas dos aldeamentos para a implantação de propriedades destinadas à agropecuária. Ou seja, os índios deveriam ser, e foram expulsos das áreas que habitavam” (MORI, 2015, p. 142).

A utilização desses nativos para mão de obra não foi o maior embate. A expulsão deles das terras férteis gerou grandes conflitos e a guerra contra eles, sendo que “os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre foram bastante úteis para os não-

⁸ Referente ao nome “Sertão da Farinha Podre”, conferir Bacelar (2003).

índios, principalmente atacando grupos indígenas considerados inimigos ou auxiliando as bandeiras na pacificação dos índios” (MORI, 2015, p. 132). Dessa maneira, para as comunidades no período colonial

Para ter o título de vila, era necessário que o povoado obtivesse a provisão régia de Portugal. Obtida a provisão, os ouvidores do rei acompanhavam a eleição, a instalação da câmara e levantavam o pelourinho, condição formal para a elevação de um povoado à categoria de vila. No entanto, em vários pontos da colônia, as municipalidades foram criadas pela vontade local, à revelia das autoridades centrais, que somente ratificavam a iniciativa. (CIGOLINI, 1999, p. 10)

Diante disso, a ocupação dessas terras desapropriadas dos antigos donos, os indígenas e posteriormente alguns quilombolas, se deu com base nos migrantes que vinham de São Paulo e das regiões mineradoras em Minas Gerais em busca de novas terras para o cultivo e para a expansão da criação de gado, o que a região favorecia devido ao relevo e aos importantes rios (LOURENÇO, 2005).

Todo esse contexto de região remete-se à análise de que

[...] a “experiência regional” pode se dar, muitas vezes, mediada por um compartilhamento (de um falar ou dialeto, de certos valores, de determinadas tradições, de alguns interesses etc.) que se sabe ou presume, com base em uma extrapolação plausível, nos contatos esporádicos (ou regulares) com outros moradores da mesma região e, no limite, nas informações que circulam pela própria imprensa ou que estão cristalizadas na literatura [...]. (SOUZA, 2015, p. 147-148)

Logo, “a noção (antes mesmo do conceito) de região está sujeita, como tantas outras ideias caras à pesquisa socioespacial, a uma grande variabilidade histórico-geográfico-cultural” (SOUZA, 2015, p. 146). Daí a importância de um retrospecto histórico, da cultura, tradição e folclores de determinada área nas análises da sociedade sob o espaço geográfico. Consequentemente, entender o processo histórico de ocupação vincula-se diretamente às possibilidades de utilização, dominação e relações nesse espaço, que sofre mudanças no decorrer dos tempos, sempre pertencendo a um contexto genérico.

Andrade (1987), trabalhando a perspectiva de Bernard Kayser (1966, 1964), afirma que “região não pode ser considerada como uma área isolada, de vez que ela está permanentemente em contato com o exterior, sendo parte de um todo, maior, bem mais amplo” (ANDRADE, 1987, p. 47). Ao tratar do conceito de região, relacionando-o com o papel dos fixos, é possível afirmar que esse “provêm de épocas

passadas, ainda que de um passado recente, e cuja instalação correspondeu a uma lógica buscada na rede de relações múltiplas (políticas, econômicas, geográficas) de então, tem um papel de inércia” (SANTOS, 2008, p. 90), ou seja, dentro de um contexto geral, em dado momento histórico na região, ocorreu a inserção de determinadas atividades e/ou técnicas no espaço permeando as várias relações. Portanto, “a região e o lugar são *lugares funcionais do todo*” (SANTOS, 2008, p. 92).

Isso posto, “a região será justamente um ‘acumulador espacial’ de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira ‘estrutura-sujeito’ na relação histórica do homem com seu território” (CASTRO, 1997, p. 62). Dessa maneira, os contextos das regiões e suas identidades

[...] podem ser manipulados ou pelo menos influenciados por interesses e projetos de poder de elites regionais e por planos de um governo central (fortalecimento de regiões em um caso, enfraquecimento de regiões e fortalecimento do poder estatal central em outro...), do mesmo modo os bairros, suas imagens e seus limites podem ser condicionados por intervenções do Estado [...]. (SOUZA, 2015, p. 155)

Diante desse pressuposto, entende-se que o Sertão da Farinha Podre “nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas. Tornou-se parte da então recém-criada capitania de Goiás, em 1736” (LOURENÇO, 2005, p. 21), sendo os primeiros aldeamentos, do ano de 1748, Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas (LOURENÇO, 2005). Dessa forma, o termo que até então designava a região deixou de ser utilizado após a chegada dos trilhos da Mogiana e também devido à proclamação da república, por volta de 1887, período no qual jornais de Uberaba começam a utilizar “Triângulo Mineiro” e não mais “Sertão da Farinha Podre” (LOURENÇO, 2007).

A palavra “sertão” possui uma relação intrínseca com a região oposta ao mar, ao litoral, não no sentido do meio natural, “não se define por características intrínsecas de sua composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica” (MORAES, 2003, p. 1). Nem natureza, nem lugar, ele se torna sim uma estrutura simbólica, é o espaço pensado para o tempo futuro, sob uma possível ação de transformação, de ocupação, de exploração e de conquista, configurando um papel de domínio econômico e político; é o oposto do não-sertão, que carrega consigo a importância dessa dualidade também na presença de povos distintos ou exóticos; é o termo utilizado pelos colonizadores imperiais para as áreas a serem desbravadas deixando assim de ser terras “sertanejas” e sim povoadas ou modernizadas

(MORAES, 2003). Pré-concebida como área revoltosa, de habitantes raros e indisciplinados, o sertão “é oriundo do radical latino *“desertanu”* que se traduz como uma ideia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio” (AMANTINO, 2001, p. 30), podendo ser também o oposto da costa marítima e “estabelecido como espacialmente periférico, é também culturalmente tido como estando fora dos centros dinâmico do mundo moderno” (RIBEIRO, 2005, p. 54).

Amado (1995) apresenta um outro aspecto do “sertão”, ainda na visão dicotômica, mas sob o olhar dos excluídos ou perseguidos de modo geral no período do Brasil Colonial, com a ideia contrária ao inferno, ou seja, sendo o paraíso, o qual significava assim a “liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz” (AMADO, 1995, p. 149-150).

Portanto, a ocupação do sertão oeste de Minas Gerais se deu com a migração de viajantes, roceiros e quilombolas⁹ fugitivos das regiões de mineração, que se enfraqueceram. Além disso, o Triângulo Mineiro, no final do século XVIII, foi inserido no circuito econômico vinculado à exploração de minérios, com caminhos para o transporte dos metais, apresentando maior circulação de mercadorias e viajantes a leste (GUIMARÃES, 2010), o que não aconteceu para oeste e, especialmente, na microrregião pesquisada.

Dessa maneira, os aldeamentos no Sertão da Farinha Podre aos poucos surgiam por meio dos fazendeiros — recentes donos de terras — e pelo apoio das jurisdições paroquiais. Todavia, o caminho para *Goiases*, devido à descoberta de ouro, contrabando e aos limites indefinidos da região, passou a criar conflitos e revolta das autoridades locais, construindo as bases iniciais para que a região fosse anexada às capitanias mineiras. Isso ocorreu em meados de 1816, por meio da petição encaminhada à Coroa que se justificava devido às distâncias extensas até as jurisdições goianas, além disso, a pecuária com a venda do gado, principal fonte de renda local nesse período, era realizada por intermediadores de São João Del Rei (MG) com enfoque no mercado do Rio de Janeiro (SOUZA JÚNIOR, 2015). Logo, “a decisão da Coroa Portuguesa em favor da Capitania de Minas se explica pela maior capacidade desta em promover a ocupação do sertão, até porque possuía maior contingente demográfico” (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 110).

⁹ Referente aos grupos quilombolas no Sertão da Farinha Podre, confira Martins (2008).

No contexto de criação dos povoados e da delimitação das terras da capitania mineira, alguns aldeamentos formados deram origem a municípios atuais, como os núcleos de povoamento de Frutal e Campo Belo (atual Campina Verde), entre os anos de 1821 e 1960, os quais estão inseridos na microrregião pesquisada. Para mais, a missão e o aldeamento de São Francisco de Sales entre 1830 e 1860 (BESSA 2013) também identificou as primeiras ocupações da atual Microrregião de Frutal (MG). Segundo Bessa (2013), a

Missão de São Francisco de Sales, um aldeamento de índios Caiapós, foi criado por volta de 1830, com a intenção de agrupar os indígenas que povoavam as margens do rio Grande, no extremo oeste do Triângulo Mineiro, e, conseqüentemente, liberar esses territórios à colonização e à ocupação agropastoril. (p. 513)

Desta maneira, nota-se que Frutal (MG) apresentava expressividade na ocupação do Triângulo Mineiro nesse período, estando junto com os dois primeiros e mais antigos municípios da região, como será abordado posteriormente.

1.2 Ocupação do Oeste Paulista, a produção cafeeira e a chegada da ferrovia na divisa com Minas Gerais.

A concepção mencionada anteriormente mostra a importância da retomada histórica para além da apresentação do passado, mas, sim, sendo uma forma de obtenção de dados e informações que ajuda a entender e avaliar as perspectivas da realidade contemporânea sobre as relações socioespaciais, as quais levam a pensar a ocupação do país sob a égide mercantil, em razão de que “a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 2008b. p 246).

Assim, a ideia de que o Sertão da Farinha Podre era um local inóspito, de que eram terras despovoadas, é errônea devido justamente à ocupação indígena e de quilombolas, sobretudo, de negros que fugiam da escravidão da mineração e das lavouras de café. Dessa maneira, o sentido de vazio do “sertão” era sim, de fato, “uma região vazia de elementos civilizados e civilizadores e que precisava ser ordenado e controlado” (AMANTINO, 2001, p. 45).

Acerca da apropriação de terra e necessidade de demarcar os territórios é que a pesquisa parte da conquista do Oeste Paulista, a qual se deu com a proposta de ocupar tais regiões com o café e, conseqüentemente, diminuir as demais plantações, por exemplo, as de cana-de-açúcar e os plantios de grãos.

Essa economia, a princípio, se expandiu no Rio de Janeiro, o qual já apresentava “terras necessárias ao latifúndio cafeeiro, particularmente aquelas situadas no vale do Paraíba. A questão da mão de obra foi resolvida pela “solução” escravista, aproveitando-se, de início, de remanescentes da mineração” (CANO, 2002, p. 50). Apesar disso, as mudanças relevantes ocorreram especialmente em São Paulo e posteriormente em Minas Gerais, sobretudo após a crise do café, em 1929, no Vale do Paraíba devido ao elevado preço das terras e dos escravos.

Dessa maneira, a cafeicultura chegou a Minas Gerais com o intuito de ocupar novas áreas para a produção que ascendia na região paulista, principalmente após a queda do Vale do Paraíba. Logo, “a cafeicultura mineira beneficiou-se da existência daquele plantel, não sofrendo o efeito da alta dos preços do escravo com igual intensidade ao verificado no Vale do Paraíba” (CANO, 2002, p. 56).

A produção cafeeira em Minas Gerais teve seu maior embate com o escoamento da produção, uma vez que dependia dos portos de outros estados para exportar suas mercadorias (CANO, 2002). A monocultura e, sobretudo, a expansão e exportação do café permitiu um desenvolvimento superior ao do estado paulista, assim como permeou a acumulação de capital, que ascendeu no período auge do grão produzido e consumido na Europa. Logo, o surgimento das ferrovias ligadas à produção de café em São Paulo direcionou-se a essa consumação fora do país, o que não aconteceu com todas as regiões do Brasil, onde as linhas férreas não foram implantadas. Todo esse contexto histórico e de acumulação do capital foi fundamental para o desenrolar desse marco de expansão do território brasileiro, sendo o avanço das técnicas e maquinário no plantio cafeeiro um dos aportes também dessa ocupação.

Por conseguinte, não somente a justificativa dos solos férteis dessas áreas foi suficiente. A topografia, vasta oferta de terras e as bases políticas e riquezas dos grandes fazendeiros, além da proximidade com os europeus, foram fundamentais para incentivar novos negócios e favorecer a busca por mais áreas produtivas. “Assim, não se introduziu uma cultura nova, sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista” (MONBEIG, 1984, p. 97). Vale ressaltar que, neste caso, a criação das

ferrovias só foi um instrumento alcançado após 1852, por meio das medidas criadas pelo Império pela Lei nº 641 (FONTANARI, SAES e OLIVEIRA, 2013). Além disso, nesse contexto

O peso dos grandes proprietários rurais, e sua natureza de classe agromercantil, mostra-se historicamente central nessa marcha da evolução do capitalismo no Brasil. Dela advém o modo de ocorrência dos eventos que marcam seu nascimento e instituição. (MOREIRA, 2013, p.23)

Com a chegada da ferrovia, se modificam as várias escalas do tempo e espaço para a época, para além de toda paisagem, levando não somente a preocupação com esses conceitos, mas também com a concepção das relações com o meio rural e a ideia de desenvolvimento e riqueza para o Brasil. “A eficiência do trem configurou-se no grande apanágio de um momento do período pré-industrial brasileiro: ‘ferrovia é progresso’” (ZAMBELLO, 2003, p. 1). Não somente a ferrovia era vista como sinal de progresso. Toda a junção da produtividade do solo, cafezais jovens, assim como o desenvolvimento das técnicas levaram à ascensão cada vez maior dos lucros na cafeicultura do Oeste Paulista, diferente do que ocorria no Vale do Paraíba, no qual os custos só ampliavam, e de Minas Gerais e do Espírito Santo, nesses que também seguiam esse aumento sem apontar transformações significativas (CANO, 2002).

Por conseguinte, a economia, o tempo e o espaço interligados por meio da ferrovia modelaram a porção oeste paulista, ofertando cada vez um maior número de novas terras. Esse período foi o auge da importação de escravos, elevando o valor deles. Mais do que mão de obra inicial, os escravos libertos e os indígenas foram fundamentais para o povoamento das terras no século XIX, bem como as áreas dos municípios da Microrregião de Frutal (MG).

Dessa maneira, a primeira ferrovia instalada no estado de São Paulo ligava a cidade de Cachoeira (SP) a do Rio de Janeiro, intitulada Estrada de Ferro de D. Pedro II. A segunda permeou a ligação do porto de Santos (SP) a Jundiaí (SP), o que permitiu, de forma inicial, a maior expansão cafeeira no território (SAES, 2002). A expansão dessa cultura pelos sertões não teria sido tão ágil e forte sem a criação da rede de “viação acelerada de que é o tronco e a primeira na ordem cronológica como na benemerência em relação ao progresso desta terra, a estrada de ferro inglesa, a São Paulo Railway” (SAMPAIO, 1978, p. 91).

Assim, surgiam as aglomerações juntamente com a ferrovia e sua interlocução com o rural e interior do estado. A ferrovia ia, por conseguinte, reconfigurando as

paisagens por onde passava, originando as cidades, as quais ascendiam conforme as construções de armazéns, galpões e demais edificações e estruturas que atendiam não somente a manutenção das ferrovias, mas também a atividade desenvolvida no campo.

No que tange ao alicerce histórico das revoluções e acontecimentos políticos independentes no Brasil, foram as elites agrárias, que tinham como base a exportação, que entremearam a ligação cidade-campo com a burguesia industrial (MOREIRA, 2013). Logo,

[...] a relação cidade-campo ser a ossatura que contempla e articula em aliança desde a totalidade das oligarquias rural-regionais remanescentes do período pré-republicano até as frações urbanas igualmente oligárquicas das cidades, em uma unidade cidade-campo de escala nacional. (MOREIRA, 2013, p. 24)

Portanto, a ocupação das terras e a plantação de café culminaram na necessidade urgente de construção de ferrovias que fizessem o transporte dessa “matéria-prima”. As cidades cresciam conforme as estações e as suas necessidades, diversificando a economia. O mesmo ocorre com a disponibilidade de comércios e serviços que as dinamizam, visando atender a população que trabalhava nessas ferrovias, principalmente oficinas, hotéis, entre outras atividades extremamente ligadas a essa expansão. A mão de obra destinada à construção e manutenção das linhas férreas era ampla e tornava as cidades o ponto do lar, da edificação das moradias e das relações familiares. Nesse contexto ocorreu a criação da segunda ferrovia no estado paulista, a Mogiana, em 1872, especificamente em Campinas, “fundada pela iniciativa de um proprietário de Moji-Mirim, Antônio de Queirós Teles” (MONBEIG, 1984, p. 98).

Em meados de 1883, fase final do período imperial, ocorreu o início da interrupção da importação de escravos e, dessa maneira, surgiu um novo problema à acumulação da elite cafeeira na região, que obtinha elevados lucros sobre essa forma de trabalho. Assim, um marco importante da mão de obra cafeeira e do povoamento, que segue a ascensão da produção do grão, foi o ano de 1886 “dado que, a partir dele, a expansão cafeeira estava totalmente assegurada pelo trabalho assalariado” (CANO, 2002, p. 65), para, logo em seguida, a abolição da escravidão acontecer em 1888. Esse trabalho assalariado foi obtido por meio da migração europeia, que chegou ao Brasil para ocupar os cafezais, além de criar colônias no sul do país. Esse contexto

subsidiou a criação de um amplo mercado de trabalho e de um exército de reserva que permitiram o surgimento da mão de obra urbana em São Paulo (CANO, 2002).

Por conseguinte, o povoamento do Oeste Paulista e do Triângulo Mineiro se deu ancorado a essa expansão do café, sendo “um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico” (MONBEIG, 1984, p. 105), uma vez que o aumento do consumo do café na Europa e também na América do Norte elevou as exportações brasileiras. O caminho da Mogiana, que antigamente era a via de comunicação até as terras goianas pela *Estrada dos Goíases*, passou a ser utilizado com maior intensidade após a descoberta do ouro em Goiás e perdeu esse fluxo devido à retomada do foco ao Rio de Janeiro (FONTANARI, SAES e OLIVEIRA, 2013).

Assim, a região do Triângulo Mineiro começa a ser povoada e construída. Sendo que até metade do século XIX, São Domingos do Araxá (MG) abrangia toda área compreendida atualmente pela mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG), uma área importante de trocas de mercadorias e fluxos de comerciantes (OLIVEIRA, 2013). Apesar disso, a região do Sertão da Farinha Podre começa a se destacar, tornando-se município quatro anos após, com Araxá (MG).

Esse primeiro contato da Mogiana com o rio Grande e seu direcionamento vinculado a Uberaba (MG) e não a oeste das terras da Microrregião de Frutal (MG) desviou o deslocamento comercial e de crescimento para áreas distantes. O papel político-econômico de Uberaba (MG) se sobrepôs, permitindo a chegada das linhas férreas tão importantes para o desenvolvimento local da época, o que de forma distinta aconteceu com as demais empresas de ferrovias que se aproximaram do rio Grande, divisão com Minas Gerais e, por conseguinte, com as terras da Microrregião de Frutal (MG). Esse foi um primeiro marco do crescimento econômico a leste do Triângulo Mineiro, deixando a porção do Pontal da mesma região, por anos e até os dias atuais, “distante” do progresso da ligação Uberaba (MG) e Uberlândia (MG). Como relata Monbeig (1984), as inúmeras fazendas entre as fronteiras de Minas Gerais e São Paulo, às margens do rio Grande e do rio Pardo, desfizeram a figura da carta de 1905 que retratava um vazio, limites esses que foram atingidos, mas que não apresentavam vantagens para o avanço da cafeicultura no Cerrado mineiro.

O progresso e o surgimento das cidades não ultrapassaram o rio Grande. Assim, as ferrovias surgiram e as cidades foram se erguendo pontualmente nos seus limiares e com a criação dos armazéns voltados à produção de café, porém tal evento

não subiu na direção de Minas Gerais. Vários fatores contribuíram para isso, além dos físicos e das barreiras naturais. Dentre eles, destaca-se o papel de Uberaba (MG) como ponto central na região conhecida com o Sertão da Farinha Podre e a divisa no estado mineiro dentro da comarca de Paracatu (MG)¹⁰.

Assim, a passagem das estradas de ferro pela região do Triângulo Mineiro permitiu o destaque de Uberaba (MG) devido à presença da ferrovia Mogiana, que interligava São Paulo a Goiás, favorecendo a comercialização de produtos e escoamento de grãos. É importante ressaltar que a implantação das ferrovias no Brasil teve como pano de fundo as influências europeias.

O desenvolvimento do transporte ferroviário ocorreu norteado por fatores específicos. Deve ser destacado o fato de ter-se constituído em importante elemento para o avanço da indústria inglesa, movimentando a produção de ferro e aço e consumindo elevado número de mão-de-obra. (MELO, 2008, p. 69)

Portanto, a expansão das ferrovias brasileiras não se deu com o objetivo de desenvolvimento, mas sim sob a égide do capitalismo industrial europeu. Todos esses fatores, juntamente com a crise de Araxá (MG), levaram Uberaba (MG) a despontar como principal município na região, além de embasar a fragmentação do território, reconfigurando a região, conforme mostra Oliveira (2013), Guimarães (2010), Bessa (2013) e Lourenço (2005, 2007).

Com a nova queda do café — devido à crise internacional de 1929 e as questões político-econômicas no Brasil —, a franja pioneira a oeste de São Paulo, firme na expansão cafeeira, e o papel das ferrovias que ampliavam as ligações entre as cidades e adentraram cada vez mais em direção ao interior do país, o enfoque econômico foi então direcionado para a criação de gado.

O autor Monbeig (1984), na sua obra referente ao pioneirismo em São Paulo, afirma que “Ora, essas novas massas urbanas, compostas de empregados do comércio e dos bancos, de operários do nascente parque industrial e de trabalhadores ferroviários e do porto, eram consumidores de carne” (MONBEIG, 1984, p. 182). A pecuária nas regiões limítrofes, como Goiás e o Triângulo Mineiro, influenciou esse segmento tornando viável a criação de frigoríficos no estado paulista.

¹⁰ Essa região mineira será tratada no próximo tópico da pesquisa.

Consequentemente, com características históricas de formação territorial específicas e vinculadas às elites, o Triângulo Mineiro sempre apresentou forte regionalismo e projeção no âmbito das disputas e reivindicações políticas estaduais e nacionais. Como ressalta Soares (1995, p. 56), a “criação do Estado do Triângulo é o exemplo mais significativo desses movimentos de caráter regionalista aqui existentes.” No que se refere à infraestrutura, as cidades de Frutal (MG), Araxá (MG) e Uberaba (MG) já se destacavam desde 1920, com a presença de serviços urbanos e arrecadação de impostos (SOARES, 1995).

Logo, a chegada da ferrovia e todo esse processo de ocupação do oeste paulista está interligado e faz parte dos primórdios da formação socioespacial do Triângulo Mineiro, permeando as passagens e conquistas que direcionaram as vias e fluxos, essenciais ao surgimento das primeiras comunidades a oeste da região, deixando municípios da Microrregião de Frutal (MG) à mercê da produção agropecuária.

1.3 Da fragmentação territorial e emancipação dos municípios da Microrregião de Frutal (MG).

O papel dos primeiros viajantes e das atividades agropastoris da região do Triângulo Mineiro, bem como da Microrregião de Frutal (MG), identifica como se deu a ocupação, surgimento do vínculo e abertura de estradas que se tornaram efetivas com a criação das comunidades locais até chegar à criação dos municípios atuais. Dessa maneira,

Em 1818, a construção da primeira estrada, por meio de um desvio na Estrada do Anhanguera, que se localizava um pouco mais a leste da atual BR 050, garantiu a ligação com São Paulo e com Goiás, resultando no abandono do antigo trecho. A segunda estrada foi construída em 1824, permitindo a ligação com Cuiabá, por meio de um desvio na estrada Real. Nesse período, foram também construídos dois novos portos, o da Ponte Alta (Delta), no Rio Grande, que facilitava o acesso a São Paulo, por meio de uma hidrovía natural, em que estava também incluída a estrada que ligava Uberaba ao referido porto; e o porto de Santa Rita dos Impossíveis (Itumbiara), no rio Paranaíba, que facilitava o acesso a Goiás e a Mato Grosso. (BESSA, 2013 p. 523)

Nesse contexto, pelo distrito de Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG) passava a segunda estrada, construída em 1824 — “Estrada do Piquiri” —, a qual partia de Cuiabá (MS) no sentido das províncias de Minas Gerais e São Paulo,

transpondo os rios Paranaíba e Paraná. Os itinerantes “que de Mato Grosso seguiam rumo a São Paulo preferiam utilizar a passagem pelo rio Paranaíba e pela província mineira para daí alcançar a cidade paulista de Araraquara” (SILVA, BORGES, 2013, p. 339). Segundo Oliveira (2013), essa estrada transpunha em direção a Uberaba (MG) e era ponto de interligação fluvial, fator que a destacava cada vez mais no contexto regional, principalmente por ser um eixo no trajeto de cargas de sal.

No respectivo recorte histórico, o Império, com uma tendência político-administrativa monopolizadora, promulga em 1828 a lei de organização municipal, que constituiu, por um lado, “eficiente processo técnico de redução da sua autonomia e, por outro, concorria, para impedir que os municípios se tornassem centros de atividade política mais intensa” (LEAL, 2012, p. 46). Para mais,

[...] a centralização era a pedra de toque do regime burocrático-escravocrata e garantia da preservação da unidade territorial, mantida a duras penas, apesar das forças centrífugas representadas pelo tamanho do território, pelo isolamento e a dispersão da ocupação territorial e pelo baixo poder do centro. (ANDRADE, SANTOS, 2004, p. 4)

Com base nessa análise, torna-se evidente a presença do molde municipal “português para as novas terras, seja quanto aos conselhos, seja nas suas feições administrativas, até mesmo porque as fontes legislativas municipais eram oriundas da Metrópole [...]” (CORRALO, 2006, p. 61).

Dessa forma, Pontes (1970) aponta como o Porto de Ponte Alta fortaleceu o poder centralizador e comercial de Uberaba (MG), sendo “a navegação do rio Mogi-Guaçu até ao rio Grande para o transporte de sal, um dos gêneros de primeira necessidade e ainda muito escassos no país” (PONTES, 1970, p. 91) um fator preponderante para essa ascensão. Apesar disso, em meados de 1858, a supremacia uberabense sofre abalos, visto que a navegação pelo rio Mogi-Mirim se desloca para Frutal (MG) “abrindo-se ao trânsito a ponte do Jaguará, os pontos do Coxim e a navegação do rio Araguaia, ao norte Goiás, por onde então se canalizaram os transportes de mercadorias” (PONTES, 1970, p. 91). Tal queda no comércio de Uberaba (MG) perdurou alguns anos, mas a atividade retomou destaque em 1874, despontando de forma efêmera com a proximidade dos trilhos da Mogiana (GUIMARÃES, 2010).

Diante disso, ressalta-se que as emancipações municipais por si só não são utilizadas para justificar a formação histórica, mas o processo de ocupação

pesquisado em escalas locais e regionais, principalmente de migração devido ao trabalho ou pela obtenção de terras no país, ainda desprovidas de posse, são informações preponderantes aos estudos histórico-geográficos. Além de que “a criação dos municípios iniciou já vinculada à propriedade de terras, sendo os coronéis os detentores dessas, das milícias, do poder econômico e político” (CORRALO, 2006, p. 62).

Assim, segundo Magalhães (2008) e Leal (2012), desde meados de 1888, o país já passava por um processo nesse contexto de descentralização político-administrativa, sendo que a União ainda buscava ter o poder nas mãos por meio das alianças periféricas, ou seja, “com tais poderes sobre a vida das comunas, podia a corrente preponderante na assembleia adquirir, em toda a província, uma grande influência, capaz de lhe dar a desejada autoridade [...]” (LEAL, 2012, p. 48).

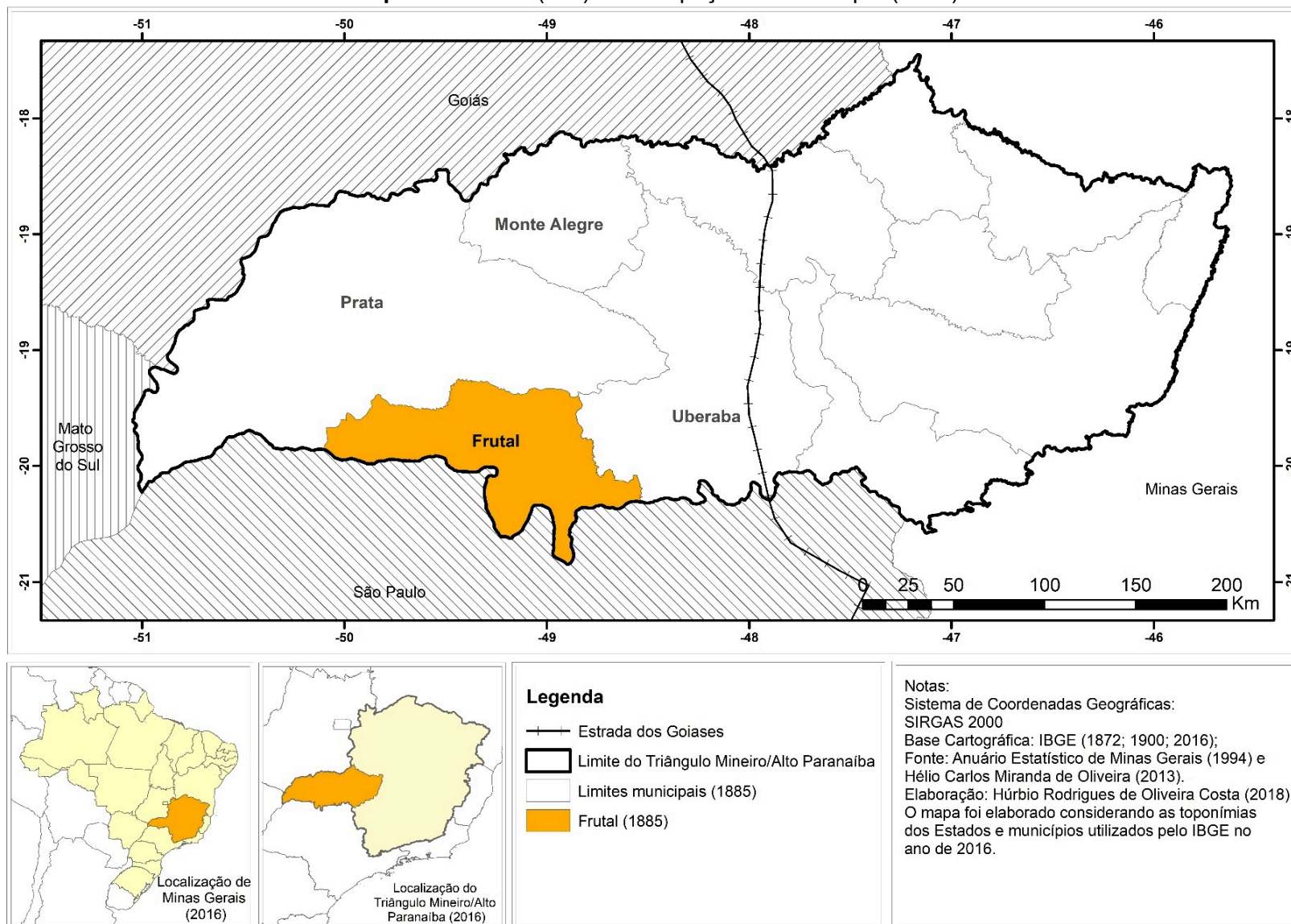
Ao observar a análise do processo de construção do território do Triângulo Mineiro, no qual se encontra Frutal (MG), foram os indígenas, tropeiros e bandeirantes, em seguida, os escravos fugitivos, os formadores dos aldeamentos na região. Portanto, prosseguindo, o IBGE (1959) mostra que Antônio de Paula e Silva foi um dos primeiros moradores da área que viria a ser Frutal (MG) (OLIVEIRA, 2015). Juntamente com esse desbravador, sua família e alguns escravos chegaram às terras. Em 1835, começaram a estruturar as edificações na até então *Carmo do Fructal*, que se tornou arraial em 1850 (PLASTINO, 2003).

Portanto, de forma inicial, o desmembramento do município de Uberaba (MG) só aconteceu em 1854, com a emancipação do Prata (MG), o qual permaneceu com o mesmo território até 1870, com a criação de Monte Alegre (MG), sendo novamente fragmentado após quarenta e cinco anos — em 1915 — quando Ituiutaba (MG) é elevada à condição de cidade. Segundo Oliveira (2013), em 1872 o distrito de Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG) apresentava representatividade regional, uma vez que, seguida de Santo Antônio de Uberaba (MG), possuía população e número de habitações superiores a São Pedro do Uberabinha, atual Uberlândia (MG), que, segundo o autor, significava desenvolvimento econômico.

Diante disso, de Uberaba (MG), após trinta anos, em 1885, surge Frutal (MG), município que se localiza na divisa com o estado paulista (mapa 02). Segundo o IBGE (1959) e Oliveira (2013), no dia 5 de outubro de 1885 foi instaurado o município de Frutal (MG), elevado à categoria de distrito da paz, tornando-se cidade em 4 de outubro 1887. Assim, como se destacou anteriormente, a “chegada da ferrovia, dois

acrécimos viários contribuíram para distribuir a centralidade, até então concentrada em Uberaba, para outras cidades: o porto de Fructal e a ponte do Jaguará” (LOURENÇO, 2007, p.141). Esse foi um dos motivos pelo qual Frutal (MG) apresentava tanta visibilidade nesse período da história do Triângulo Mineiro.

Mapa 02 – Frutal (MG): emancipação do município (1885)



No mapa 02 anterior, nota-se o processo maior de fragmentação territorial na porção leste do Triângulo Mineiro, justamente nas áreas de passagem dos caminhos para Goiás, favorecendo assim a criação de povoados destinados à comercialização de produtos. A porção oeste das estradas só se tornou atraente devido ao crescimento das atividades agropastoris, as quais demandavam vastas terras e que não determinava maior número populacional.

Conforme Lourenço (2007), já em 1885 Frutal (MG) possuía um porto próximo a atual cidade de Planura (MG) na foz do rio Pardo, sendo esse o meio de ligação entre os povoados de Frutal (MG) e as estradas que ligavam a Mato Grosso. Assim, “abreviavam-se, aproximadamente, 207 km na viagem de São Paulo ao Mato Grosso, dos quais 91 ainda tinham o inconveniente da navegação a contracorrente do Rio Grande” (LOURENÇO, 2007, p. 143).

Diante disso, a estrada de ferro modificou a organização socioeconômica da região do Triângulo Mineiro, além de remodelar a função das cidades na divisão inter-regional do trabalho, sendo superada a rota fluvial, já que teve grande importância na criação da cidade de Frutal (MG) em 1885. Conforme apresenta Brandão (1989), ainda no século XIX, Frutal (MG) já apresentava ligação direta com Barretos (SP) por meio da navegação do rio Pardo (OLIVEIRA, 2015).

Nessa conjuntura, final do século XIX e início do século XX, a autonomia municipal ainda se manteve com os debates incongruentes sobre a descentralização efetiva. Logo, a “centralização organizativa permaneceu ainda mais forte, visto que, após a reforma constitucional de 1926, a União mesma voltava os seus tentáculos para o município” (SILVA, 2009, p. 356).

Já na década de 1930, com a Revolução, a Constituição de 1934 progrediu criando “estados, também, os Departamentos de Municipalidades, destinados a dar assistência técnica aos municípios e fiscalizar suas finanças, o que deixou os municípios sujeitos ao controle dos governos estaduais” (CIGNOLI, 1999, p.15); em contrapartida, permitiu aos Estados um domínio político-administrativo sob os municípios, retrocedendo no segmento de autonomia, tornando-os menos autônomos que em períodos nacionais precedentes (SILVA, 2009).

Portanto, os surtos de emancipação a partir da década de 1940 têm suas bases na Constituição de 1946, que definiu a autonomia local, ou seja, a União passou a direcionar um percentual dos seus tributos às instâncias estaduais e municipais, sendo a década de 1970 caracterizada pelo retrocesso justificado pelo Governo Militar

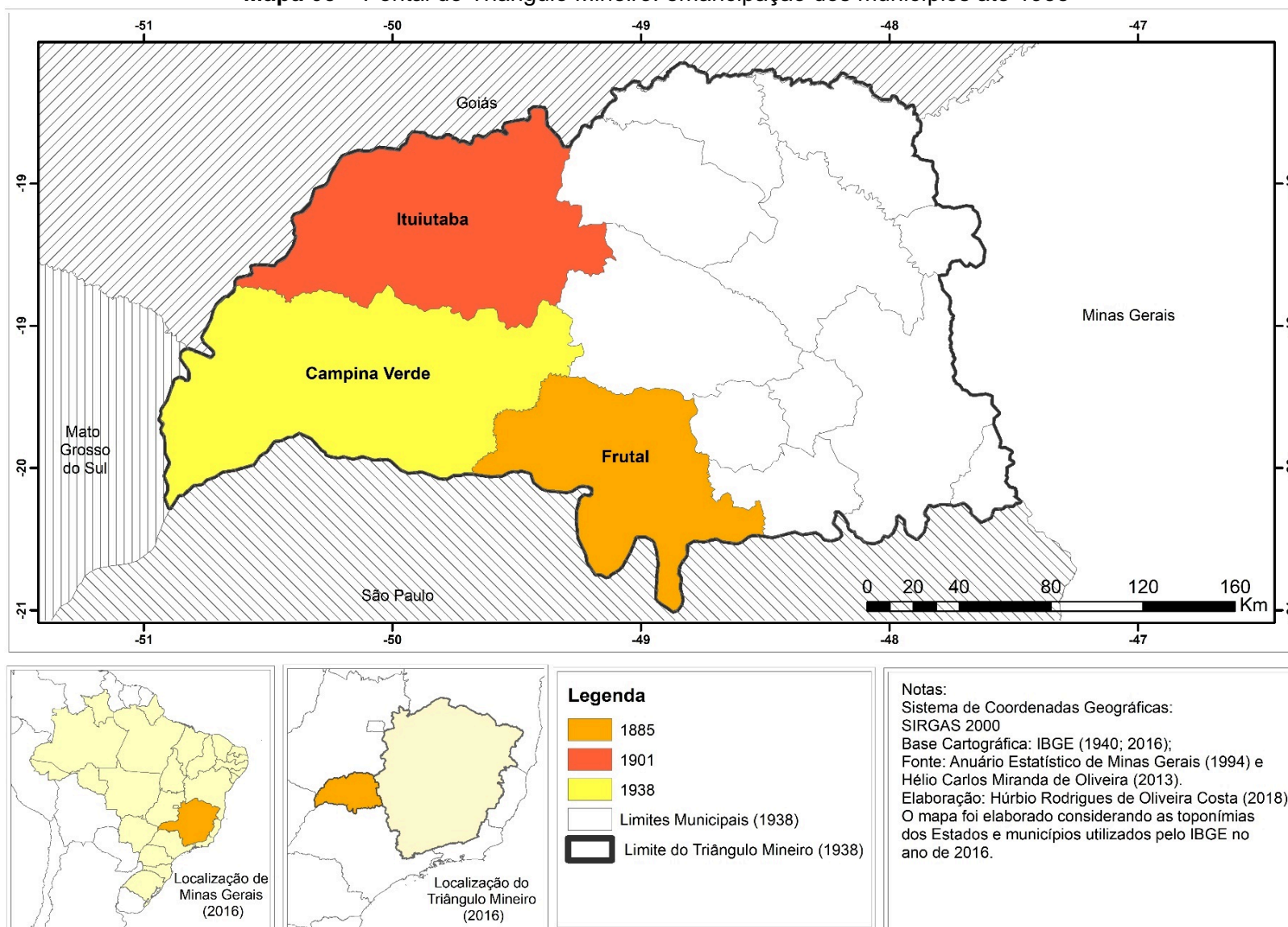
(Constituição de 1967) e pela Constituição de 1988 marcada pela autonomia organizacional maior aos municípios, além de nova demanda de impostos destinados às administrações locais (NUNES, GARCIA, 2015). Camargo (2004) reafirma essa análise ao relatar que, no país, a queda do regime militar permitiu o surgimento do movimento municipalista, novo modelo de federalismo edificado pela Constituição de 1988. Ademais,

No entanto, no art. 23, ficou também configurado que governo federal, estados e municípios partilham de grande número de competências comuns ou concorrentes, configurando um federalismo anárquico que ora cria a competição excessiva entre os três níveis da Federação, ora favorece a omissão sempre que possível, em função de uma acentuada crise fiscal. (CAMARGO, 2004, p. 42)

Para além da análise nacional, as motivações estaduais se deram uma vez que mais municípios significava também atrair mais recurso da União para os estados (MELLO, 1992). Dentre as necessidades locais, se enquadrava a maior preocupação da administração pelos distritos, que está diretamente relacionada à extensão territorial e ausência de infraestrutura, o que tornava problemática a comunicação entre os povoados. Mesmo após a emancipação dos municípios, grande parte dos administradores apresentavam inúmeras dificuldades na edificação das sedes, inviabilizando uma infraestrutura adequada, sobretudo para o limite urbano. A defasagem apresentada pelos prefeitos se deu referente ao repasse insuficiente de verbas e por desproverem de maquinários essenciais para as construções (BREMAEKER, 1996).

Diante disso, em 1938, após cinquenta anos, a fragmentação do Prata (MG) começa a configurar o território denominado como Pontal do Triângulo Mineiro, com a presença de Ituiutaba (MG), Campina Verde (MG) e a já emancipada Frutal (MG), conforme mostra o mapa 03 a seguir.

Mapa 03 – Pontal do Triângulo Mineiro: emancipação dos municípios até 1938



O Pontal do Triângulo Mineiro, assim denominado há tempos e já mencionado pelo IBGE em 1959, tem seu significado vinculado à delimitação territorial da porção oeste do Triângulo, compreendendo as Microrregiões de Frutal (MG) e Ituiutaba (MG), as quais se encontram no limite dos rios Paranaíba e Grande, na divisa com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Pela perspectiva etimológica, *Pontal* é uma palavra composta de “ponta” + “al”, sendo a primeira parte da palavra latina *Puncta*, que passa a ideia geográfica de encontro de extremidades conexas no formato de uma ponta. O sufixo “al”, que vem no final da palavra, tem origem no latim *Alis*, comum em várias palavras, denominando com frequência o sentido de grandeza, relação ou coletividade.

Portanto, pontal é uma terminologia muito utilizada para denominar regiões que, para além do encontro de terras com o mar ou rios, estão no limite com outras divisões territoriais e/ou outros estados, por exemplo, o Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Como local de fronteira, cercado das questões atreladas à formação socioespacial por meio dos conflitos étnicos, de interesses locais e das governanças, das elites e dos indígenas, a frente de expansão foi incompatível ao processo de desenvolvimento ocorrido na região paulista, como trata Davim e Künzli (2005).

Dessa forma, Frutal (MG), Ituiutaba (MG) e Campina Verde (MG) foram os primeiros municípios do Pontal, com um total de 7.927 habitantes em 1872 (tabela 01).

Tabela 01 – Pontal do Triângulo Mineiro: número de habitantes por município/distrito (1872-1940)

Município	Distrito	1872 ¹	1890	1900	1920	1940
Frutal (MG)	Nossa Senhora do Carmo do Fructal	4.477	6.978 ¹	9 470	28.519	23.045
Ituiutaba (MG)	São José do Tijuco	2.131	5.067 ¹	-	20.772	35.052
Campina Verde (MG)	Campo Bello	1.319	5.573 ¹	26.185 ¹	32.926 ¹	18.844

Nota de Tabela¹: Valores indicados para os distritos.

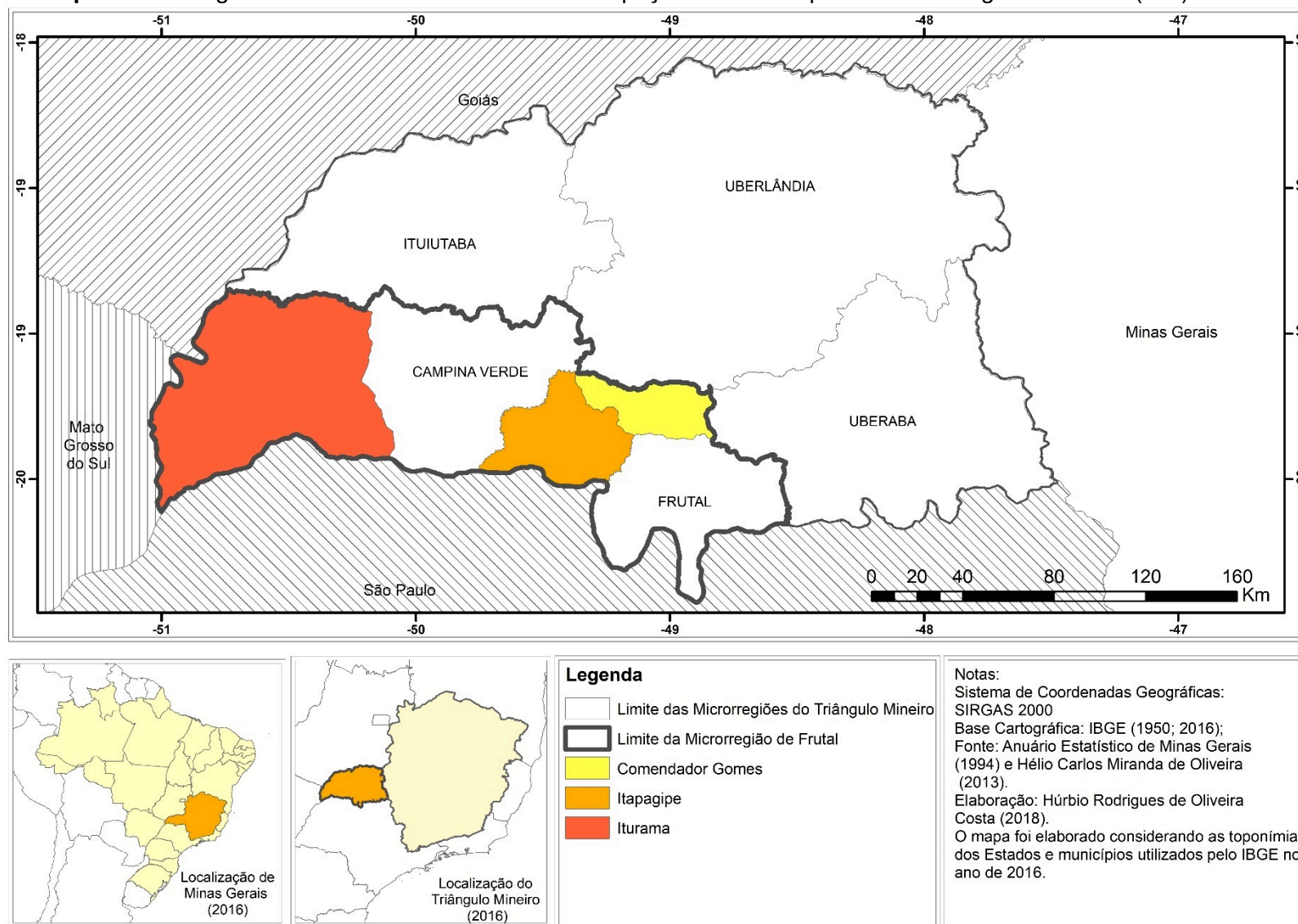
Fonte: DGE, 1872. MINAS GERAIS, 1925. IBGE, 2011.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

A tabela acima identifica que Frutal (MG), com uma população superior a Ituiutaba (MG) em 1920, perdeu parte dos seus habitantes de 1920 para 1940, com a emancipação de Campina Verde (MG). Seguindo a perspectiva de formação do Pontal

do Triângulo Mineiro, na atual mesorregião de Frutal (MG), em 1948 surgem Comendador Gomes (MG), Itapagipe (MG) e Iturama (MG); em 1953, Pirajuba (MG); 1962, Fronteira (MG), Planura (MG) e São Francisco de Sales (MG), conforme indica o mapa 04 a seguir.

Mapa 04 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: emancipação dos municípios na Microrregião de Frutal (MG) em 1948



Iturama (MG) surge como distrito em 1938, como Santa Rosa, desmembrado de São Francisco de Sales (MG), integrado em 1943 no município de Campina Verde (MG). Após ser denominado como Camélia, em 1948, Iturama (MG) se torna município (IBGE, 1959). A atual nomenclatura tem como significado “muitas cachoeiras”, segundo relato do que seria o criador da palavra, José Carvalho. Ele era descendente de índios, os quais foram os primeiros ocupantes dessas terras em um aldeamento nomeado “Aldeia dos Índios”, que se extinguiu após a criação da usina hidrelétrica no rio Grande¹¹.

Com um vasto período sem relatos dos ocupantes dessas terras, surge em 1890 os primórdios da criação do que viria a ser Iturama (MG). Nesse momento histórico, na região havia um latifúndio, denominado de Fazenda Santa Rosa, propriedade de Antônio Pula Diniz e sua esposa Francisca Justina de Andrade, que, após o falecimento de seu marido, inicia a venda das terras, o que dá origem ao povoado de Santa Rosa¹² (IBGE, 1959).

Já o município de Itapagipe (MG) (mapa 04), advindo da divisão territorial de Frutal (MG), diferentemente de Iturama (MG) não apresenta como seus primeiros ocupantes os indígenas, mas sim os desbravadores que vinham da região da Serra da Canastra em direção ao interior do país, objetivando obtenção de terras e locais propícios à instalação, por volta de 1850. Dos relatos, nota-se que o primeiro morador foi Vicente Joaquim da Silva, que possuía uma fazenda na região e que deu início ao povoado em 1880 com o nome de “patrimônio de Santo Antônio do Lajeado”. Após o Decreto-lei estadual, ele passa a ser conhecido como Itapagipe (MG), elevado a município em 1948 (IBGE, 1959). Conforme relatos, não há indicado o motivo da nomeação Itapagipe (MG), apesar disso, sabe-se que na etimologia “ita” é uma palavra tupi-guarani que significa pedra e “pagipe” seria dura (IBGE, 1959).

Comendador Gomes (MG), igualmente emancipado em 1948 (mapa 04) na divisão territorial de Frutal (MG), também apresentou como seus primeiros ocupantes fazendeiros (João Claudino, Cristiano de Freitas e Idelfonso Luiz de Freitas), com o objetivo de criar gado, principalmente zebu, os quais doaram as terras para missionários da região de Campina Verde (MG), dando início ao povoado nomeado de “São Sebastião do Entre Morro” e posteriormente “São Sebastião das Areias de

¹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA, 1998.

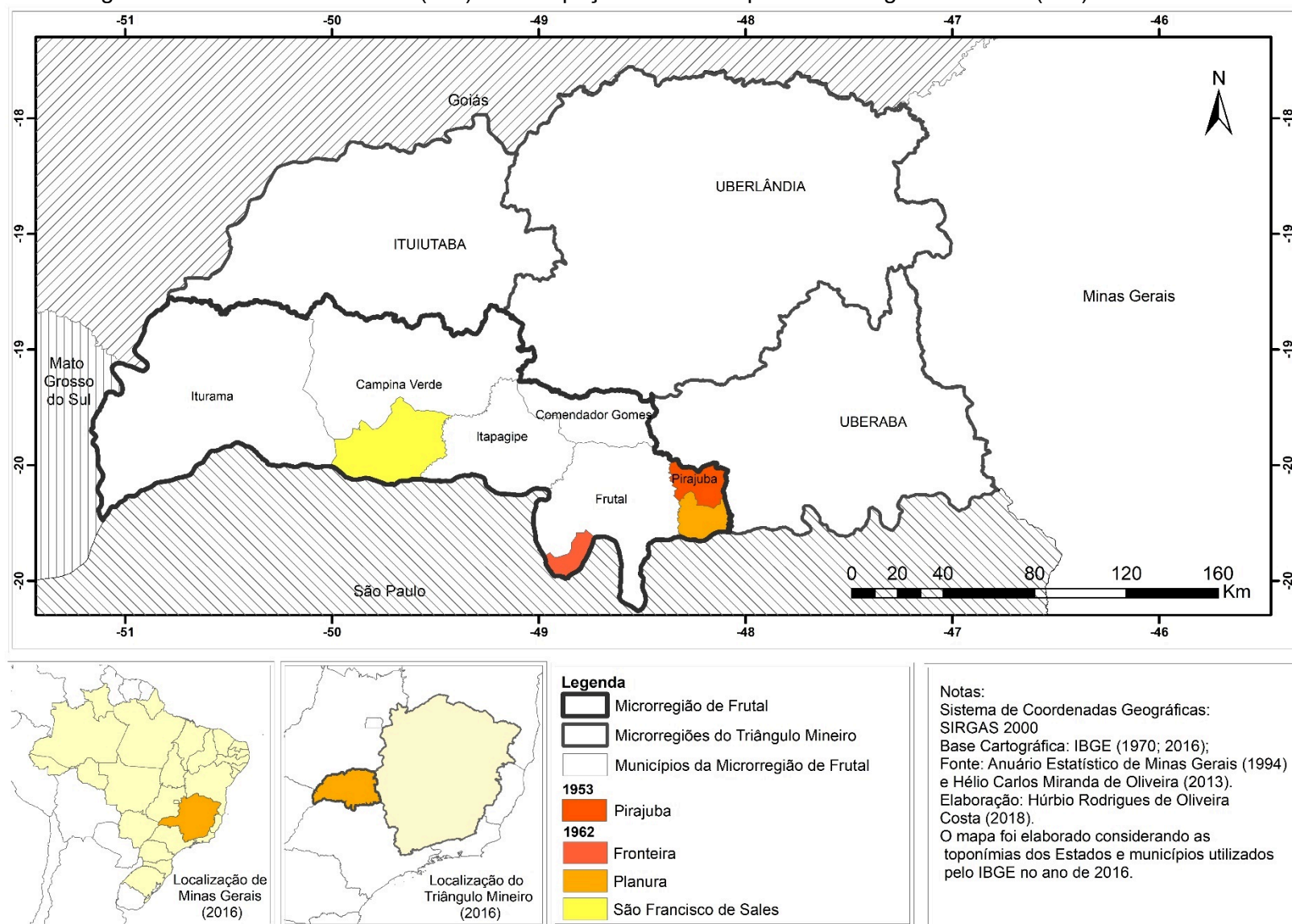
¹² Idem ⁹.

Frutal”¹³. A nomenclatura “areias”, utilizada nos primórdios, surgiu devido à tipologia do solo dessa área. Em 1885, elevado à vila, passa a ser denominado com o topônimo de “Comendador Gomes”, nome do jornalista e senador conhecido, nesse período, por toda região entre Frutal (MG) e Uberaba (MG) (IBGE, 1959).

No mapa 05, a seguir, o município de Pirajuba (MG), criado em 1953, como resultado da fragmentação territorial de Conceição de Alagoas (MG), pertencente à atual Microrregião de Uberaba (MG), teve como primeiros ocupantes os sertanistas — já mencionados na ocupação de outros municípios emancipados anteriormente — que visavam encontrar terras propícias à criação de gado.

¹³ Informações do site da Prefeitura Municipal de Comendador Gomes (MG): www.comendadorgomes.mg.gov.br

Mapa 05 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): emancipação dos municípios Microrregião de Frutal (MG) em 1953 e em 1962



Segundo o IBGE (1959), aproximadamente em 1830, o manejo do gado nessa região era propício ao estilo de criação à solta, fato esse que favorecia a aglomeração populacional e a formação de povoados. A doação de terras pelas irmãs Bárbara e Esídia Rodrigues à criação da capela destinada a Nossa Senhora da Abadia foi o marco para o início das edificações e, portanto, do povoado, que iniciou com o topônimo de “Buritis”, posteriormente “Dourados”, sendo por fim nomeado Pirajuba que, por sua etimologia advinda do tupi-guarani, significa “peixe dourado” — pirá (peixe) e ïub (amarelo)¹⁴.

Em 1962, dentre os municípios emancipados na microrregião, destaca-se Fronteira (MG), mapa 05, que surgiu da divisão do território pertencente a Frutal (MG) na extremidade sul do estado de Minas Gerais, na divisa com São Paulo, limítrofe do rio Grande. Segundo informações da Prefeitura Municipal, o povoado surgiu em 1943 com uma proposta de ser uma cidade planejada. O ícone da história fronteirense é seu fundador Maurício Goulart, paulista de São José do Rio Preto (SP) e conhecido por sua carreira política, empresarial e intelectual. Ele instalou nas terras de Fronteira (MG) a destilaria nomeada Usina Fronteira S/A, por pressupor que a região favorecia a produção e seu escoamento¹⁵.

Em uma de suas obras, “A Escravidão Africana no Brasil”, há relatos do autor sobre seu encanto por Fronteira (MG), motivos da escolha do nome e dos objetivos para tais terras. “Chamei-a Fronteira para significar o começo de uma nova vida. Eu andava cansado demais da vida nos grandes centros e procurei criar alguma coisa que tivesse sentido humano, no interior do meu país [...]” (GOULART, 1975, IX).

Outro fator histórico importante em Fronteira (MG) é a edificação, em 1943, da Ponte Mendonça de Lima — Ponte do Rio Grande¹⁶ — (figura 02) sobre o rio ligando Minas Gerais ao estado paulista, favorecendo o transporte de gado e a dinâmica de fluxos com os principais eixos do Triângulo Mineiro, Uberaba (MG) e Uberlândia (MG). O referido relato do próprio Goulart encontra-se no prefácio, escrito por Sérgio Buarque de Holanda, do seu livro de 1975.

¹⁴ Informações do site da Prefeitura Municipal de Pirajuba (MG): www.pirajuba.mg.gov.br

¹⁵ Informações do site da Prefeitura Municipal de Fronteira (MG): www.frenteira.mg.gov.br.

¹⁶ Sobre a história da Ponte Mendonça de Lima, acesse: www.historiadefrenteira.blogspot.com.br.

Todo esse aporte histórico-político também favoreceu a construção da Usina de Marimbondo¹⁷ (figura 03), localizada no rio Grande, entre as cidades de Fronteira (MG) e Icém (SP) em 1975.

Figura 02 – Fronteira (MG): ponte Mendonça de Lima



Fonte: Acervo de fotos antigas da Prefeitura Municipal de Fronteira (MG). www.fronteira.mg.gov.br

Figura 03 – Usina de Marimbondo e Vila de Furnas, Rio Grande



Fonte: J. R. Nonato, 1965 – Memória Furnas 50 anos – Exposição Fotográfica, 2007. Autora: GUERRA, 2008.

Inaugurada oficialmente em 1976, a Usina de Marimbondo trouxe impactos ambientais e culturais para os municípios na sua proximidade, especialmente para Fronteira (MG).

O desvio das águas do rio Grande, em 1973, formou um reservatório de 438 quilômetros de extensão e 6,15 bilhões de m³ de água, que transformou a paisagem e mudou a vida dos moradores dos municípios paulistas de Icém, Guaraci, Barretos e Colômbia, e também das cidades mineiras de Fronteira, Frutal e Planura. (REVISTA FURNAS, 2005, p. 21)

Para a sua construção, foi necessária a criação de vilas¹⁸ para receber os funcionários, sendo que Icém (SP) destinou-se a receber os trabalhadores de nível superior e administrativos e Fronteira (MG), a acomodar os operários da construção civil (GUERRA, 2008).

Ainda vinculada à Usina de Marimbondo, Planura (MG) também possui a vila de operários do período de construção da hidrelétrica em 1970, reforçando a “relação muito estreita entre o período dos governos militares e a modernização do setor de energia elétrica no Brasil” (GUERRA, 2008 p.115). Os primeiros ocupantes dessa área

¹⁷ Sobre a Usina de Marimbondo, acesse: www.furnas.com.br.

¹⁸ Referente à Vila criada em Fronteira (MG), sua tipologia, ocupação do solo e análise visual, ver Guerra (2008).

onde se localiza o município atualmente estão marcados pela construção da ferrovia, em meados de 1929, em Colômbia (SP). Ela surgiu por meio da compra das terras da porção mineira por João Januário, que viu com o progresso ferroviário um motivo para loteá-las, dando início ao povoado com topônimo de “Porto do Cemitério”, que se torna posteriormente “Nova Esplanada” e, por fim, Planura (MG), que passa a ser distrito de Frutal (MG) em 1939, desmembrando-se de Frutal (MG) em 1962¹⁹.

A hidrelétrica de Porto Colômbia (figura 04), inaugurada em 1973, também do sistema de Furnas, foi importante nesse processo de ocupação de Planura (MG), uma vez que a usina se localiza entre o município mineiro — a 12 km — e de Guaíra (SP).

Figura 04 – Rio Grande: Usina Hidrelétrica Porto Colômbia



Fonte: AC Júnior. Rocha, 2017.

A construção da vila operária destinada aos trabalhadores operacionais e administrativos modificou o direcionamento da construção da cidade, que seguiu para leste, o que deixou na ocupação do solo um vazio urbano (GUERRA, 2008).

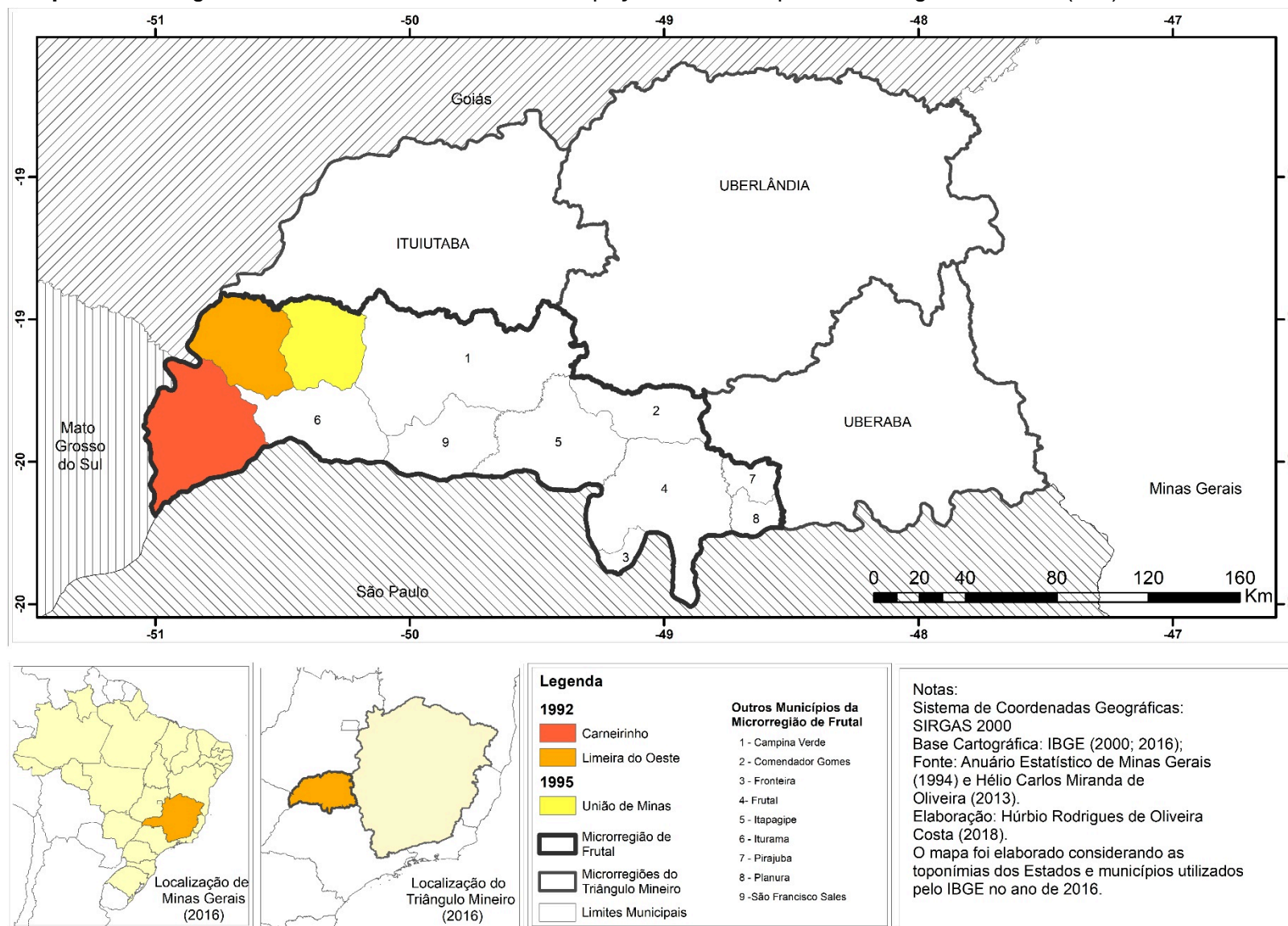
Das emancipações ocorridas na microrregião em 1962, São Francisco de Sales (MG) é o município que se localiza mais a leste. Com a proximidade com Iturama (MG) e a “Aldeia dos Índios”, os primeiros ocupantes dessas terras também foram os índios, sendo posteriormente os bandeirantes e aventureiros. Em 1835, adentram essa região, entre os rios Grande e Verde, o padre Jerônimo Gonçalves de Macedo, vindo

¹⁹ Informações disponíveis no site: www.planura.mg.leg.br.

de Campina Verde (MG), juntamente com o padre Fortunato; chegaram às terras no dia 29 de janeiro, consagrando-as e nomeando o local como São Francisco de Sales, em virtude de ser o dia desse santo católico.

Em 1992, houve a emancipação de Carneirinho (MG) e Limeira do Oeste (MG), sendo 1995 a última fragmentação, dando origem à atual configuração territorial da Microrregião de Frutal (MG), com a criação de União de Minas (MG), como se observa no mapa 06 a seguir.

Mapa 06 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: emancipação dos municípios Microrregião de Frutal (MG) em 1992 e 1995



Limeira do Oeste (MG) surge como distrito em 1976 e se emancipa de Iturama (MG) em 1992 (mapa 06). Segundo os documentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Limeira do Oeste (1996, 2001/2004), as terras onde se localiza o município atualmente permaneceram praticamente inabitadas até que Joaquim Gomes Ribeiro — português residente em São José do Rio Preto (SP), que se tornou embaixador de sua nacionalidade na Argentina — as recebeu como forma de pagamento de dívidas em seu comércio, nomeando seu filho Joamário para a análise e demarcação dos lotes.

Um dos primeiros compradores das terras, José Candido de Lima, chegou à região com sua família, loteando as terras, fundando assim o povoado, em 1968, o qual levou o seu sobrenome como primeira parte da nomenclatura, sendo “Oeste” a representação geográfica da localização do município no Triângulo Mineiro. O primeiro terreno foi adquirido por Manuel Candido de Lima e o segundo por João Felipe, dando sequência às edificações nas terras, assim como à construção da capela de São Pedro em 1969 (figura 05 e foto 01).

Figura 05 – Limeira do Oeste (MG): primeira igreja, São Pedro (1969)



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Limeira do Oeste (MG). Trabalho de campo, 2016.

Foto 01 – Limeira do Oeste (MG): atual igreja de São Pedro



Fonte: Trabalho de campo. Oliveira, 2016.

O município de Carneirinho (MG), também emancipado em 1992 de Iturama (MG), apresentava em 1882 a fazenda “Bom Sucesso” dos descendentes de Rita Carneiro. Seus netos foram os precursores do povoado, com a criação de armazéns

com o nome de sua família, além de doar terras para a construção da escola e igreja, o que fez com que passasse a ser chamado de “Carneirinhos”²⁰.

Já União de Minas (MG) teve sua divisão territorial advinda de Iturama (MG). Em meados de 1923, chegaram a essas terras, já local de passagem de viajantes e tropeiros, Manoel Simão Nunes e família, dando início assim ao povoado conhecido como “Casinhas”. A escolha pela região se deu devido à abundância hídrica concebida em função da proximidade com grandes rios, como o Grande, e ao relevo plano, que permitiam melhor manejo agropecuário.

Dessa maneira, Guilherme Simão Nunes, adquirindo mais terras em 1945, constrói a primeira casa do povoado, o que promoveu a chegada de mais moradores ao núcleo, que passou a ser chamado de “Porteirão”. Tal nomeação se deu devido à existência de uma densa porteira entre as terras dos moradores Guilherme Simão Nunes e Antônio de Souza, principais residentes nesse período na região. Com a ampliação do povoado, Guilherme Simão Nunes pensou o loteamento em 1960, que foi aprovado em 1969, momento esse que fez a vila passar a se chamar “Bela Vista do Porteirão”.

Após a construção da capela de Nossa Senhora Aparecida (foto 02) e devido à má administração da época, a população local se reúne para arrecadar recursos financeiros para a infraestrutura nas terras, o que levou o vilarejo a ser chamado de “União”. O trabalho de emancipação teve início em 1995 com o apoio da população e de políticos, por meio da criação de uma comissão Pró Desenvolvimento de União com o objetivo de emancipá-lo por meio de um plebiscito, sendo elevado assim a município de União de Minas (MG) em 1995²¹.

²⁰ Informações do site da Prefeitura Municipal de Carneirinho (MG): www.carneirinho.mg.gov.br.

²¹ ALVES, Izolda Aparecida Maria. “De Porteirão a União de Minas” – “Porteirão”. Prefeitura Municipal de União de Minas. Acesso: trabalho de campo, 2016, Biblioteca Pública Municipal Maria Livia das Neves.

Foto 02 – União de Minas (MG): atual igreja de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Trabalho de campo. Oliveira, 2016.

Dessa maneira, todos os municípios da microrregião foram emancipados em 1995, mantendo seus limites até os dias atuais. De forma espaçada territorialmente, todas ocorreram desde 1885 até o ano de 1995, como constata o quadro 01, o que se refletiu na evolução populacional dos municípios no decorrer do processo de formação da região.

O processo emancipatório no Brasil se deu entre as décadas de 1930 e 1940, se acentuou “de 1950 e 1960 e foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente” (MAGALHÃES, 2008, p. 13). Nesse cenário, enquadram-se os municípios da Microrregião de Frutal (MG), emancipados até o final da década de 1960: Campina Verde (MG), Comendador Gomes (MG), Fronteira (MG), Itapagipe (MG), Iturama (MG), Pirajuba (MG), Planura (MG) e São Francisco de Sales (MG).

Quadro 01 – Microrregião de Frutal (MG): ano de emancipação dos municípios

Municípios	Ano de Emancipação
Frutal (MG)	1885
Campina Verde (MG)	1938
Comendador Gomes (MG)	1948
Itapagipe (MG)	1948
Iturama (MG)	1948
Pirajuba (MG)	1953
Fronteira (MG)	1962
Planura (MG)	1962
São Francisco de Sales (MG)	1962
Carneirinho (MG)	1992
Limeira do Oeste (MG)	1992
União de Minas (MG)	1995

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

O surto de emancipações após a década de 1990 tem suas bases na Constituição Federal de 1988, a qual se reflete na Microrregião de Frutal (MG) em 1992 e 1995, com o surgimento dos três últimos municípios: Carneirinho (MG), Limeira do Oeste (MG) e União de Minas (MG).

Segundo Nunes e Garcia (2015), esses municípios surgiram com uma melhor qualidade de vida e dinamicidade econômica, devido à ausência de dívidas, o que também pode ter relevância com o aumento de migração. Contudo, o crescimento migratório que ocorreu nesse período não se replicou nos números populacionais dos municípios da Microrregião de Frutal (MG), visto que “94,5% dos 1.405 municípios instalados entre 1984 e 2000 têm menos de 20 mil habitantes” (MAGALHÃES, 2008, p. 14).

As emancipações após a década de 1990, no Triângulo Mineiro, ocorrem apenas na Microrregião de Frutal (MG), seguindo encadeamento constatado no oeste paulista. Além disso, enfatiza-se a dependência maior desses municípios às instâncias federais, dado que a maioria tem sua economia vinculada aos serviços de

gestão da administrativa local. Esse panorama populacional e econômico também é observado na Microrregião de Frutal (MG), com abordagem na sequência da pesquisa.

1.4 A evolução populacional da Microrregião de Frutal (MG): de 1872 a 2010.

No período imperial, a primeira administração do Brasil após a independência, como se trabalhou anteriormente, foi marcada por ainda manter a concentração municipal na União. Todavia, no Triângulo Mineiro, os fazendeiros formavam suas comunidades e aldeamentos a passos lentos em direção à porção oeste da região, permitindo o surgimento de dois distritos na área da atual microrregião pesquisada. Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG) pertencia ao município de Uberaba (MG), com 417 casas e 875 escravos (quadro 02), sendo esses 16,34% da população local, enquanto Santo Antônio de Uberaba (distrito sede) identificava 9,49%, no recorte histórico ainda durante o processo para abolir a escravidão, que se legitima em 1888.

Quadro 02 – Nossa Senhora do Carmo de Frutal (MG): população e habitações (1872)

Total	Homens	Mulheres	Livres	Escravos	Nº de Habitações
4.477	2.301	2.176	4.477	875	417

Fonte: DGE, 1874.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

O distrito de São Francisco de Sales (MG), que surgiu por meio de missões com o intuito de aglomerar indígenas, no mesmo período, possuía maior número de casas que Frutal (MG), 422 residências, apesar da população total ser aproximadamente 50% inferior, como mostra o quadro 03. O número significativo de pessoas para a época, bem como o percentual de escravos, 19,45%, justificam o deslocamento das missões e a criação do distrito.

Quadro 03 – São Francisco de Sales (MG): população e habitações (1872)

Total	Homens	Mulheres	Livres	Escravos	Nº de Habitações
2.132	1.095	1.037	2.132	515	422

Fonte: DGE, 1874.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Em 1920, Frutal (MG) possuía uma densidade demográfica de 3,32 habitantes por km² e 2.058 habitações; o distrito de São Francisco de Sales (MG) possuía 1,09 habitantes por km² e 1.282 edificações; enquanto Campo Bello ou a atual Campina Verde (MG) se sobressaía com 17,81 pessoas por km² e 2.142 prédios²².

A Microrregião de Frutal (MG) possui um território de 2.427 km², apresentando em 2010 um total populacional de 179.525 pessoas e densidade demográfica de 10,66 habitantes por km², divididos nos doze municípios, conforme mostra a tabela 02. Como a maioria dos municípios se emanciparam entre 1960 e 1990, nos primeiros censos demográficos não há discriminação de dados na contagem da população. Apesar disso, é possível analisar a tabela 02 a seguir e constatar como esses desmembramentos afetaram a configuração populacional de cada município, uma vez que houve a diminuição de habitantes nos antigos para a criação dos novos.

Tabela 02 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da população total (1950-2010)

Municípios	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Campina Verde	13.513	19.001	21.940	21.152	20.080	19.100	19.285
Carneirinho	-	-	-	-	-	8.910	9.467
Comendador Gomes	3.594	3.520	3.671	3.224	2.964	2.842	2.972
Fronteira	-	-	5.322	7.050	7.902	9.024	14.047
Frutal	17.809	28.803	30.669	34.271	41.424	46.566	53.474
Itapagipe	6.489	9.975	13.644	11.477	11.203	11.832	13.669
Iturama	9.425	14.785	42.644	47.564	45.699	28.814	34.440
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	6.170	6.890
Pirajuba	-	2.496	2.151	2.984	3.112	2.741	4.664
Planura	-	-	7.372	8.168	7.309	8.297	10.393
São Francisco de Sales	-	-	6.774	4.441	4.941	5.274	5.800
União de Minas	-	-	-	-	-	4.638	4.424
Microrregião de Frutal	50.830	78.580	134.187	140.331	144.634	154.208	179.525

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Primeiros Resultados do Censo 2010. **Organização:** Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Nota-se na tabela acima a presença de cinco municípios na década de 1950. Dessa maneira, Frutal (MG) e Campina Verde (MG), com 17.890 e 13.513 habitantes,

²² Fonte: MINAS GERAIS, 1925.

respectivamente, apresentavam os maiores núcleos populacionais. O município de Iturama (MG), em 1991, definia o maior índice demográfico, o que se explica devido à proporção territorial superior que finda com as emancipações da década de 1990, o que levou à perda populacional de aproximadamente 36,94% de pessoas.

No censo demográfico de 2010, todos os municípios da Microrregião de Frutal (MG) apresentaram população inferior a 54 mil habitantes, segundo os dados populacionais. Os três maiores em contingentes populacionais, conforme apresenta a tabela 02, são Frutal (MG), com 53.474 habitantes, Iturama (MG), com 43.440 habitantes e Campina Verde (MG), com 19.285 habitantes (IBGE, 2010).

Com o processo territorial de ocupação e desenvolvimento dos municípios durante os anos, as características dos núcleos, povoados e cidades foram se modificando, passando de rurais para urbanos. Por meio desse eixo espaço-temporal é possível se atentar para algumas relações entre a cidade e o campo, além de suas transformações, apesar dessas não serem abrangidas totalmente (LEFEBVRE, 2008).

No Brasil, esse contexto se relaciona diretamente com a modernização do campo, com êxodo rural para as áreas urbanas, elevação dos fluxos e dinamização das atividades associadas à produção agrícola em maior escala, ou seja, com um parque industrial sob a proteção e incentivos do Estado autoritário da década de 1960 (SORJ, WILKINSON, 1983). Portanto, o campo apresenta uma ligação intrínseca com a indústria, tornando-o cada vez mais dependente da agroindústria, mercado interno e externo e, especialmente, do ramo de produção de insumos e maquinários (MÜLLER, 1989).

Esse contexto se deu a partir da década de 1970 e no

[...] Triângulo Mineiro orientou-se principalmente pela modernização do campo, que expulsou uma parcela significativa da população rural; pelo dinamismo de algumas aglomerações; pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações bem como, pela diversificação dos serviços, que possibilitaram uma maior diferenciação entre as cidades. (SOARES, 1995, p. 87-88)

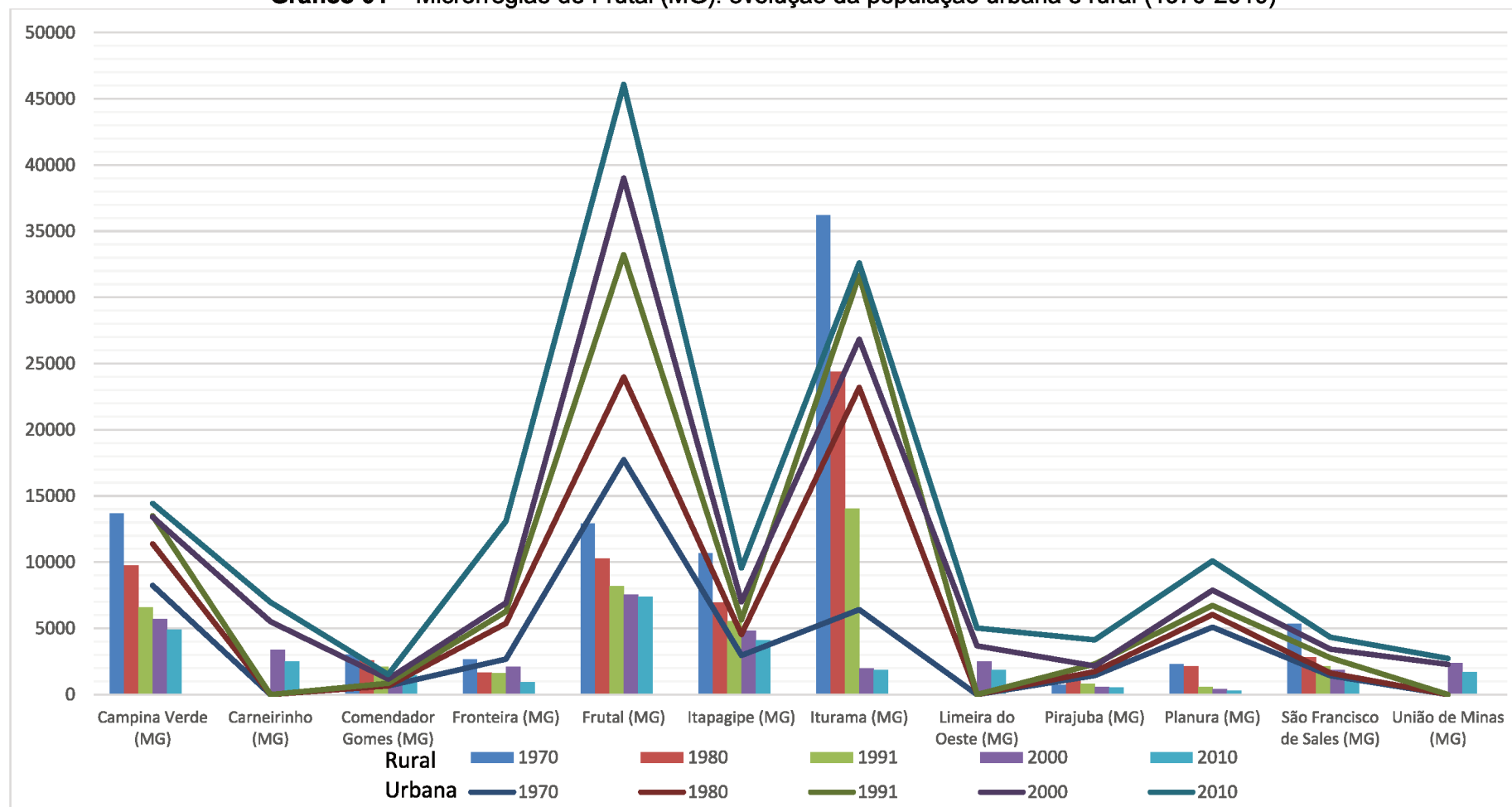
Esse processo se deu no período da reestruturação econômica do Brasil, bem como sob as perceptivas regionais, com a construção estratégica de Brasília e do setor político-administrativo no Cerrado e a mudança do eixo de fluxos para o interior do país, pelo qual o litoral passa a ter necessidade de entroncamentos até chegar ao

Centro-Oeste e, no caso especialmente da conexão com São Paulo, à principal região nacional. Assim, as áreas compostas pelo Triângulo Mineiro passam a ser um ponto de acesso à cidade administrativa, o que a influenciou a ser inserida na integração econômica da região (GUIMARÃES, 2010).

O papel da industrialização, principalmente iniciada em São Paulo, também *amplia a intensidade de sua força centrípeta*, o que promove a expansão das vias rodoviárias de acesso às demais regiões, ligando o país por meio da atração efetivada pelo mercado consumidor (ANDRADE, 1987).

Na mesorregião do Triângulo Mineiro — na qual se encontra a Microrregião de Frutal (MG) —, a rede urbana passa por essa movimentação pertinente e pela refuncionalização das cidades. Dessa maneira, até 1970 a população rural da Microrregião de Frutal (MG) ainda era superior à urbana, com 87.554 habitantes (IBGE, 1980). Durante a década de 1970, ocorre a inversão demográfica com maior número de pessoas nas cidades devido ao processo do êxodo rural identificado em todo o país. Assim, a população urbana no censo atingiu 55,85% em 1980.

Santos (2013, p. 33), em seu estudo sobre o intenso movimento da urbanização brasileira, afirma que o “que se verifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso [...]”. Nesse contexto, no censo de 1970 do IBGE, Fronteira (MG), Frutal (MG), Pirajuba (MG) e Planura (MG) já possuíam uma população residente nas cidades maior que a rural, enquanto, em um processo inverso, Comendador Gomes (MG) e União de Minas (MG) só identificaram um índice populacional urbano superior nos dados demográficos de 2010, passando de 1.174 para 1.508 e de 2.272 para 2.726 habitantes, respectivamente, nas cidades (gráfico 01).

Gráfico 01 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da população urbana e rural (1970-2010)

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Primeiros Resultados do Censo 2010. **Organização:** Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Logo, a modernização do campo, baseada no processo e desenvolvimento técnico-científico, recria os novos elementos do rural, ampliando a relação cidade-campo, uma vez que no urbano se encontra a disponibilização de comércios e serviços que atendem essa nova demanda, o que também altera a paisagem dinâmica da cidade, modificando os aspectos demográficos.

Em vista disso, a Microrregião de Frutal (MG) perpassou por esse processo com um movimento de expulsão do campo para as cidades após a década de 1970. Contudo, no caso específico de Comendador Gomes (MG), essa transformação aconteceu tardiamente, principalmente quando se avalia o ano de sua emancipação, que aconteceu em 1949, e a maior parte da população só se torna urbana em 2010, com 50,74% de pessoas na cidade (IBGE, 2010).

2. PEQUENAS CIDADES: o papel das atividades agropecuárias e a modernização do campo na Microrregião de Frutal (MG)

O presente capítulo visa analisar os dados da evolução das principais atividades econômicas recentes ligadas ao campo e à agroindústria. No processo histórico da Microrregião de Frutal (MG), a criação de gado e a agricultura foram pertinentes para a estruturação dos municípios. Por conseguinte, o processo de modernização agrícola interferiu no papel do campo, alterando o contexto das atividades e dos setores econômicos na relação intra e inter dos municípios da região pesquisada.

A Microrregião de Frutal (MG) evidencia a relação direta da zona urbana com a rural. Esta, seguida pelo setor de serviços, faz a base da economia dessas pequenas cidades. O destaque nesse contexto se direciona para a produção pecuária e de lavouras, no papel das agroindústrias sucroenergéticas, fator esse que destaca a relação com a economia das microrregiões limítrofes, como de Ituiutaba (MG)²³ e Uberaba (MG). Tal contexto define a dependência da microrregião com o campo, o que será detalhado adiante.

2.1 O processo de modernização agrícola na Microrregião de Frutal (MG).

A agricultura se tornou, com a “revolução agrícola”, iniciada na Europa no século XVIII por meio da inserção das técnicas e industrialização, um processo visando alta produtividade, disseminado de forma desigual da estruturação agrária pelo mundo. Essa concepção desvia-se do olhar histórico de Pierre George (1978), segundo o qual a agricultura se embasava na domesticação das plantas e animais para proteção, deslocamento e, sobretudo, alimentação do homem.

No Brasil, a configuração colonial pela qual o país passou se transforma em um contexto urbano-industrial, inserido no processo de produção do capitalismo, que resultou no agrarismo e no industrialismo eminente da articulação político-econômica sob a aliança campo-cidade (MOREIRA, 2013). Dessa maneira, o modelo agroexportador arcaico permeou uma base inicial de acumulação do capital com a presença da indústria para beneficiamento apenas substancial, que aos poucos foi

²³ Sobre a agroindústria canavieira da Microrregião de Ituiutaba (MG), confira Oliveira (2013).

perdendo espaço. Logo, acompanhando a mudança do processo produtivo internacional e a industrialização, essa configuração no país se modificou em meados da década de 1950, com a transferência do modelo de investimento já calcado no capital industrial, o qual se inseriu na agricultura brasileira por meio do deslocamento das matérias-primas, até chegar à modificação das formas antagônicas de manejo e de produção (MÜLLER, 1989). A modernização da agricultura é um

[...] processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 30)

Dessa maneira, para o autor, a modernização da agricultura, apesar de efetiva, não se desenvolveu inicialmente em maior escala devido às dificuldades de internacionalização dos insumos. Logo, a mesma resulta na mercantilização interna da agricultura e propicia a mudança de “elementos internos do complexo rural por compras extrassetoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústria de bens de capital e insumos para a agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 20).

Nesse contexto, a globalização econômica mundial levou o Estado brasileiro a apresentar o papel de interferência incisiva de políticas desse cenário, gerando amplas modificações nas atividades agropecuárias, como em 1965, com a criação do Fundo Geral para Indústria e Agricultura (FUNAGRI). Portanto, esse processo “representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 3). Santos (2013) corrobora com o processo de modernização agrícola, afirmando que ela atingiu igualmente produções tradicionais brasileiras, como as do café, da mesma maneira que ocorreu o aumento do plantio e do consumo da classe média. Na década de 1950 houve uma “substituição de importação de fertilizantes (em particular fosfatos), mas as importações ainda permaneciam elevadas, favorecidas por um sistema de taxas múltiplas de câmbio que perdurou até 1961” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 19).

Em vista da exigência de se quebrar com o modelo produtivo insuficiente para a época, o país foi levado a ampliar a produção e modernizar o setor industrial. Para

cumprir com tal meta, as políticas públicas e de interesses dominantes foram implantadas visando avanços técnicos, de maquinários, científicos e de infraestrutura. Logo,

A reestruturação produtiva da agropecuária foi intensa a partir da década de 1960, mas privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo. (ELIAS, 2005, p. 4476)

Atrelado a esse ponto, com a expansão da fronteira agrícola e, consequentemente, ocupação das áreas do Cerrado brasileiro, as regiões Centro-Oeste e Norte se tornaram *locus* dos complexos agroindustriais. Esse processo se deu no decorrer dos anos por meio das interferências políticas e de capital financeiro nacional e internacional, de forma seletiva e pouco homogênea no espaço.

Dessa maneira, a abordagem histórica ocupacional referente ao atual território da Microrregião de Frutal (MG) de antemão apresentou o papel econômico da criação de gado, que até o início do século XX era uma herança histórica modificada com

O desenvolvimento dos aportes tecnológicos remete à década de 1930, com as primeiras investigações sobre espécies forrageiras nos centros de pesquisa e nas universidades, caracterizando o primeiro passo para a melhoria na área de nutrição animal e nos ganhos de produção na atividade. (LEMOS, 2013, p.40)

Assim, os dados do censo agrícola do IBGE de 1950 reforçam como a exploração das terras estava vinculada à agropecuária, apontando um total de 41,35% dos hectares destinados a esse setor da economia, além de 58,46% do total dos estabelecimentos rurais. Como mostra a tabela 03, em Campina Verde (MG) e Comendador Gomes (MG), o total de instalações direcionadas à criação de gado é superior às destinadas à agricultura. Segundo as informações do IBGE de 1950, dentro do setor pecuário a principal criação era a de bovinos, com um total de 299.773 mil animais.

Tabela 03 – Municípios da Microrregião de Frutal (MG):
modalidade de exploração dos estabelecimentos (1950)

	Agropecuária		Agricultura		Pecuária	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Campina Verde (MG)	521	205.304	65	12.932	206	200.240
Comendador Gomes (MG)	64	251.09	13	195	140	70.492
Frutal (MG)	467	121.454	134	24.311	135	82.611
Itapagipe (MG)	253	92.713	92	10.119	152	54.142
Iturama (MG)	204	124.913	32	9.586	225	312.440
Microrregião de Frutal (MG)	1.509	544.384	336	57.143	858	719.925

Fonte: IBGE. Censo agrícola de 1950, 1955.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Na década seguinte, o total de estabelecimentos agropecuários passou de 1.509 para 2.057 unidades, sendo que os dados para a pecuária triplicaram, chegando a 2.808 instalações (IBGE, 1960). Esse contexto também interferiu na extensão de terras destinadas às produções do campo, no qual a criação de gado ascendeu, atingindo 955.298 mil hectares; já a agropecuária retrocedeu em 173 mil hectares no intervalo de dez anos. No Brasil, esse período foi marcado pelo fortalecimento da indústria de abate e processamento de carne, já iniciado em meados de 1940, com a presença de frigoríficos de capital estrangeiro e matadores regionais que visavam mercado externo e interno (LEMOS, 2013).

A relevância da atividade pecuária é justificada dentro do processo histórico de formação regional e de expansão da fronteira agrícola, bem como pelo fato de a área ser a segunda maior em extensão territorial no Triângulo Mineiro (com aproximadamente 16.839 km²) — atrás apenas de Uberlândia (MG), com 18.790 km² —, o que também viabiliza a criação bovina, juntamente com os aspectos físicos, do relevo, vegetação do Cerrado brasileiro e proximidade com importantes cursos de água. A pecuária extensiva, do mesmo modo, era a forma com menos gastos para ocupação do território, de fácil manejo das pastagens e uma opção viável para regiões distantes do mercado consumidor final.

Em contrapartida, o setor da agricultura, totalizando 336 estabelecimentos, é o menor em quantidade dentro das análises, o qual nesse estágio estava respaldado na rizicultura, sobretudo o município de Frutal (MG), que apresentou maior número de estabelecimentos e área de produtividade para sua microrregião. Porém, com o

decorrer dos anos ocorreu a queda dessa monocultura, devido à ausência de técnicas apropriadas para regulação do solo e maquinário adequado. Esse quadro mostra a relevância de tais equipamentos para o aumento da produtividade agrícola, sendo a mecanização do território um marco histórico de inserção crescente das técnicas, das ciências e da informação, as quais são fundamentais no processo de hegemonia das produções e da informação como eixo disseminador no território que permite uma ampliação da circulação de serviços e produtos nesse espaço geográfico (SANTOS, 2013).

Dessa maneira, na década de 1950, a inserção das tecnologias e o processo de modernização notadamente ainda não atingia as terras da microrregião estudada, o que pode ser justificado devido ao número elevado de estabelecimentos ainda utilizando o manejo de tração animal: 1.089, como mostra a tabela 04.

Tabela 04 – Microrregião de Frutal (MG):
número de estabelecimentos por utilização de máquinas agrícolas (1950)

	Veículo de tração animal	Veículo motor	Trator	Arado	Grades	Rolos	Semeadeira	Pulverizadores
Campina Verde (MG)	287	5	0	38	2	0	4	2
Comendador Gomes (MG)	88	4	0	54	10	0	6	0
Frutal (MG)	371	9	7	331	53	9	68	2
Itapagipe (MG)	130	3	7	61	2	2	3	3
Iturama (MG)	213	6	0	4	0	0	4	0
Microrregião de Frutal (MG)	1089	27	14	488	67	11	85	7

Fonte: IBGE. Censo agrícola de 1950, 1955.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Os veículos a motor eram escassos, totalizando apenas 27 estabelecimentos que utilizavam tal tecnologia na microrregião e 14 tratores, sendo os últimos presentes com destaque apenas em Frutal (MG) e Itapagipe (MG).

Esse contexto no decorrer dos anos foi modificando-se no Cerrado e em Minas Gerais, bem como na região do Triângulo Mineiro, com a modernização do território. Santos (2013) aponta que o meio natural do pretérito, que escolhia a natureza e retirava dela o necessário para existência, é modificado pela técnica, pela mecanização, sobretudo no século XIX. Nesse âmbito, após a década de 1950,

passam a se destacar cada vez mais os núcleos urbanos de Uberlândia (MG) e Uberaba (MG), em função da busca pela ocupação do interior do país, assim como a construção de Brasília (DF). Em contrapartida, o papel dos recursos enérgicos era algo ainda necessário e foi solucionado com a construção da hidrelétrica em Cachoeira Dourada (MG), nos cursos do rio Paranaíba (GUIMARÃES, 2010). Além disso, essa expansão se deu vinculada à ampliação da malha rodoviária, ferroviária e dos meios de telecomunicação. O setor agropecuário se sobressaiu na região, atendendo à demanda alimentícia, que rendeu maiores produtividades devido aos “estímulos mercantis oriundos do desenvolvimento industrial urbanizado do centro-sul e, em função da expansão dos transportes” (GUIMARAES, 2010, p. 162).

Na região, a inviabilidade da produção em virtude dos fatores naturais foi superada com o desenvolvimento das técnicas e da tecnologia, que junto ao

[...] capital passam a subordinar em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias a produção agrícola, cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumento de trabalho agrícola. (ELIAS, 2003, p. 61)

Portanto, o campo é ressignificado e onde há a implementação do desenvolvimento técnico-científico a vida deixa de ser “tradicional”, sendo substituída por uma realidade informacional que, segundo Elias (2003, p. 64), “aumenta a proporção da natureza social sobre a natural”.

Em vista disso, ainda na década de 1970, o papel do Estado no desenvolvimento da política tecnológica foi determinante, principalmente no setor agrícola, com a criação da EMBRAPA e EMBRATER, além da estratégia financeira com o Banco do Brasil e o Sistema de Crédito Rural (Elias, 2003). Assim, a Microrregião de Frutal (MG), inserida nesse recorte, apresenta a interação estreita da relação urbano-rural, devido também ao tamanho das cidades, o que leva à interferência direta do campo. Por conseguinte, conforme apresenta Graziano da Silva (1996), essa modernização do campo pode ser avaliada pelo avanço na utilização dos insumos agrícolas, equipamentos/maquinários e biológicos nesse setor.

Observa-se na tabela 05 a evolução do número de estabelecimentos com utilização de insumos agrícolas. O número dos que utilizam fertilizantes totais aumentou nos primeiros cinco anos da pesquisa, mas apresentou quedas entre 1980

e 1985, em Comendador Gomes (MG) e Planura (MG). Os que utilizam defensivos diminuiu entre 1975/1980 e ascendeu entre 1980/1985 na microrregião como um todo.

Tabela 05 – Microrregião de Frutal (MG):
número de estabelecimentos por insumos agrícolas (1975-1985)

	1975		1980		1985	
	Fertilizantes Totais ¹	Defensivos	Fertilizantes Totais	Defensivos	Fertilizantes Totais	Defensivos
Campina Verde (MG)	178	1.095	508	1.226	651	1.694
Comendador Gomes (MG)	257	347	311	320	263	407
Fronteira (MG)	73	142	153	121	250	193
Frutal (MG)	864	1.142	1.986	1.356	2.168	1.948
Itapagipe (MG)	349	1.378	930	1.169	1.031	1.531
Iturama (MG)	163	2.318	723	2.119	1.014	2.976
Pirajuba (MG)	73	209	301	168	383	271
Planura (MG)	118	115	242	72	199	142
São Francisco de Sales (MG)	86	406	189	433	253	525
Microrregião de Frutal (MG)	2.161	7.152	5.343	6.984	6.212	9.687

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985.

Nota da Tabela¹: Soma de adubos químicos, orgânicos e calcário.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a queda, nesses dois municípios da microrregião, no total de estabelecimentos no segmento de fertilizantes é a inserção inicial do cultivo da laranja, que começa a despontar após 1980 na região e, sobretudo, em Comendador Gomes (MG). A produção de citros, que cresceu também no estado de São Paulo, apresenta culturas permanentes com irrigação e maior gasto com os defensivos agrícolas no combate às pragas e para o aumento da produtividade, como apresentam os dados da pesquisa de Neves, Rodrigues e Gastaldi (2004) sobre os custos da economia de citros em São Paulo. Esse fator difere da produção de grãos, que acaba por necessitar de ambos os insumos.

A partir desses dados calculou-se a taxa de crescimento anual para a Microrregião de Frutal (MG) e para os municípios. Desse modo, a microrregião de Frutal (MG) apresentou uma taxa de crescimento anual de 0,19% (1975/1980) e 0,03

(1980/1985) para os fertilizantes; para os defensivos, essa taxa foi negativa entre 1975/1980 e de 0,06% entre 1980/1985. Esse valor foi superior à taxa brasileira de fertilizantes, que identificou 0,08% e 0,02% nos respectivos censos analisados, e inferior para a taxa de defensivos brasileiros (1975/1980), que foi de 0,04%, e maior para 1980/1985, com uma taxa aproximadamente nula (IBGE, 1975-1980).

Na análise dos municípios no contexto intrarregional, Iturama (MG) apresentou maior taxa de crescimento anual na utilização de fertilizantes totais, chegando a 0,34% entre 1975 e 1980. Já na análise entre 1980 e 1985, Fronteira (MG) identificou o menor percentual de ascensão, com 0,10% ao ano, como apresenta a tabela 05 anterior. No segmento dos defensivos agrícolas, a taxa foi negativa entre 1975/1980, identificando apenas Campina Verde (MG), Frutal (MG) e São Francisco de Sales (MG) no limiar positivo, com 0,02%, 0,03% e 0,01%, respectivamente. Entre 1980/1985, a microrregião totalizou um crescimento de 0,06 %, sendo Planura (MG) o município com maior utilização dessa técnica, com 0,14% de aumento.

Dessa forma, nota-se na microrregião o processo de modernização das atividades do campo com a utilização de corretivos e insumos agrícolas, sobretudo entre os anos de 1975 e 1980, podendo vincular-se ao período auge brasileiro de expansão da economia da década de 1970, com o governo de Ernesto Geisel (1974/1978), que permeou de forma inicial a passagem para uma democracia liberal. Nesse patamar, para Müller (1989)

[...] os subsetores que cresceram a taxas mais elevadas e de modo concentrado nos anos 70 foram (i) no segmento das indústrias para a agricultura: adubos, inseticidas, tratores e produtos farmacêuticos e veterinários, e rações, sendo que os três primeiros foram os mais dinâmicos, impondo seu selo na forma predominante da industrialização do campo; e (ii) no segmento das agroindústrias: álcool, açúcar, borracha, óleos e gorduras, leite e laticínios, cervejas, preparação do fumo, abate, outras bebidas alcoólicas e celulose (p. 39).

Assim, o aumento do número de maquinários agrícolas também permite avaliar a modernização do campo, identificando uma realidade da década de 1970 na qual a indústria e o capital privado se beneficiavam desse crescimento. O Estado se torna um administrador preponderante, que cria circunstâncias especiais para determinados grupos, especialmente no que tange ao “crédito, financiamento, preços, administração das margens, de modo a possibilitar a cada um dos agentes econômicos da cadeia

— ainda que não integrados pelos mesmos capitais — a obtenção de uma taxa média de lucro” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 79).

Diante disso, a Microrregião de Frutal (MG) passa de um total de 14 estabelecimentos com utilização de tratores em 1950 para 1.306, em 1975. O número é ascendente até o censo de 1995, como apresenta a tabela 06.

Tabela 06 – Microrregião de Frutal (MG):
número de estabelecimentos por utilização de máquinas agrícolas (1975-1995)

	1975			1980			1985			1995		
	Trator	Arado Mecânico	Colheitadeira	Trator	Arado Mecânico	Colheitadeira	Trator	Arado Mecânico	Colheitadeira	Trator	Arado Mecânico	Colheitadeira
Campina Verde (MG)	215	393	17	379	424	24	412	302	20	603	535	36
Carneirinho (MG)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	411	445	22
Comendador Gomes (MG)	48	34	2	118	92	4	148	192	5	315	147	9
Fronteira (MG)	37	34	11	100	65	6	92	237	5	89	54	3
Frutal (MG)	263	275	26	584	1475	84	869	1.188	96	1.170	862	101
Itapagipe (MG)	137	197	9	236	348	16	246	218	10	460	423	132
Iturama (MG)	643	581	29	1.030	1.194	31	1.199	882	56	633	802	69
Limeira do Oeste (MG)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	254	225	18
Pirajuba (MG)	27	24	0	199	154	30	214	179	43	202	107	37
Planura (MG)	98	99	12	182	150	34	197	143	38	225	141	49
São Francisco de Sales (MG)	150	285	57	182	337	10	170	156	12	183	199	42
Microrregião de Frutal (MG)	1.618	1.922	163	3.010	4.239	239	3.547	3.497	285	4.545	3.940	518

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985, 1995.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Conforme se pode observar na tabela 06, o número de estabelecimentos com utilização de tratores apresentou uma taxa de crescimento de 13% entre 1975/1995 e 3% entre 1980/1985, esse último que se manteve no período de 1985/1995 para a Microrregião de Frutal (MG).

Entre os dois primeiros censos, Pirajuba (MG) foi o município que identificou maior ascensão, com 49% do total de mecanização. Esse valor só retrocede entre 1980/1985 com valores negativos em Fronteira (MG) e São Francisco de Sales (MG), com -2% e 1%, respectivamente. Após a emancipação de Limeira do Oeste (MG) e Carneirinho (MG), após 1990, Iturama (MG) atingiu uma queda de -6% de taxa, o que pode ser justificado devido ao desmembramento do território, que também destinou os valores para os novos municípios nos censos seguintes.

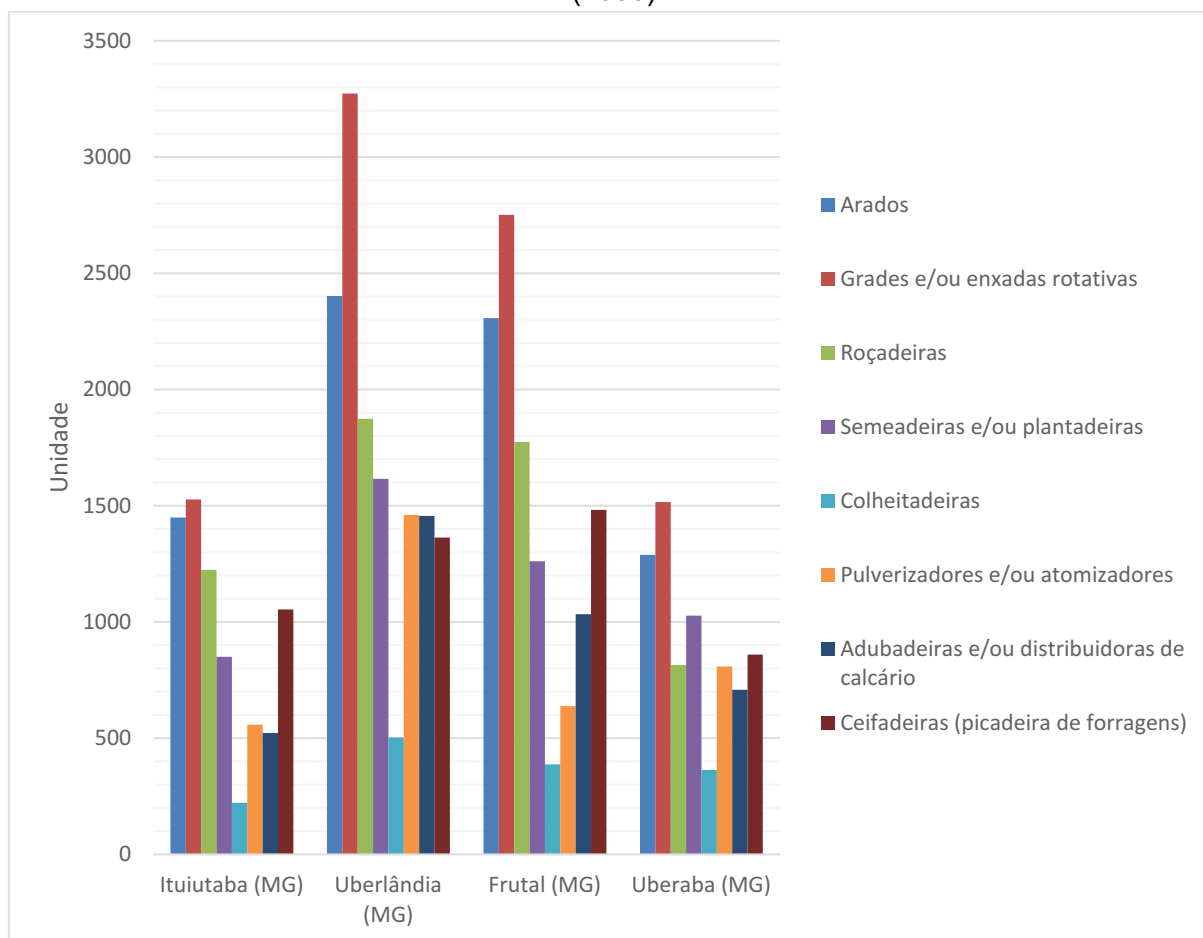
O arado mecânico e a colhedeira em substituição da tração animal igualmente identificam o processo de modernização e mecanização da agricultura. Dessa forma, a taxa de crescimento anual no uso do arado e das colheitadeiras é significativa entre 1975/1980, com 0,17% e 0,07%, respectivamente, para a Microrregião de Frutal (MG).

Contudo, houve uma queda generalizada entre os municípios nos valores da utilização de arado e colheitadeira para os demais censos, chegando a ser negativa entre 1980/1985 para o primeiro tipo de maquinário, com -0,03%. No âmbito das colheitadeiras, a década de 1990 identificou uma nova ascensão no emprego dessas no campo.

A desvalorização tanto dos insumos agrícolas quanto dos insumos maquinários, na década de 1980, é fundamentada na repercussão nacional do novo governo Figueiredo, que teve início em 1979. A crise engendrada, a diminuição dos salários e os cortes nas importações visando amenizar a dívida externa brasileira atingiram de forma efêmera a agropecuária nacional, o que se propagou por anos, identificando o período como a “década perversa” de Graziano da Silva (1996). Segundo o autor, as novas políticas públicas favoreceram algumas monoculturas e prejudicaram outras, mas, de forma geral, romperam com o plano de modernização do setor das décadas anteriores (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Na perspectiva do século XXI, no censo de 2006, a Microrregião de Frutal (MG) desponta, juntamente com a de Uberlândia (MG), na quantidade de máquinas agrícolas, com ênfase para o total de ceifadeiras que é superior ao de todas as demais na região (gráfico 02).

Gráfico 02 – Triângulo Mineiro (MG): número de maquinários agrícolas das Microrregiões (2006)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Nota¹: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere “X”. **Organização:** Letícia Parreira Oliveira, 2018.

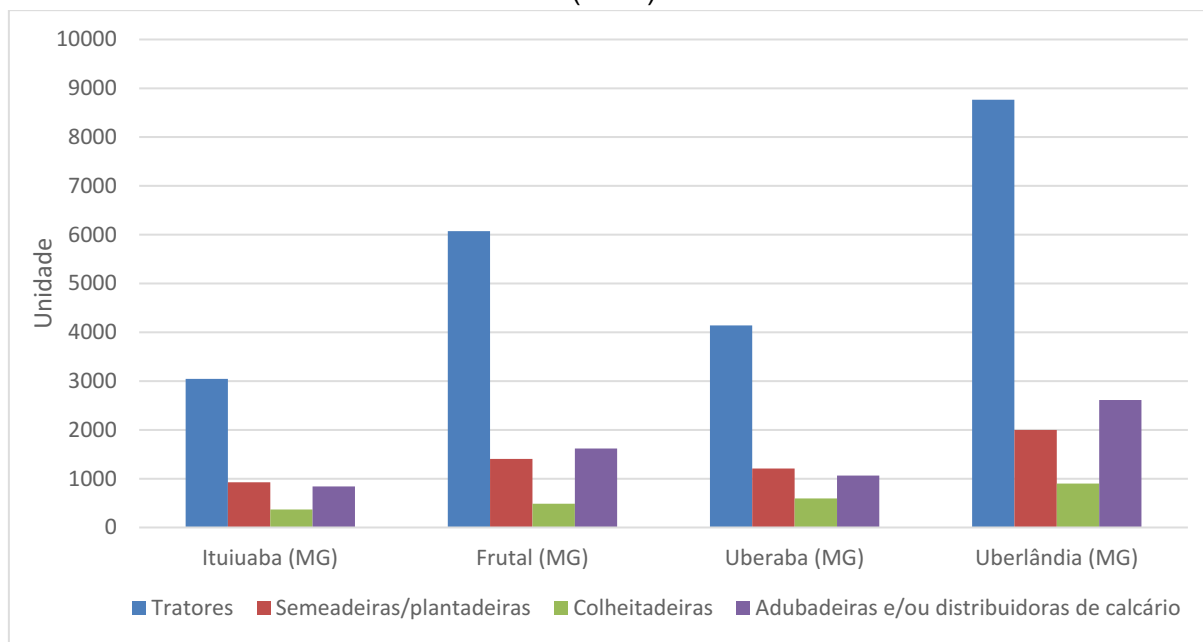
As ceifadeiras são máquinas utilizadas para picar ou moer capim, cana-de-açúcar, milho, soja, entre outros destinados à preparação de silagem para alimentação de rebanhos de gado. Esse enquadramento mostra o papel da modernização da agricultura para a Microrregião de Frutal (MG) com valores equiparados aos da Microrregião de Uberlândia (MG).

Com o enfoque de produção não destacado no âmbito de grãos, como ocorre, por exemplo, na Microrregião de Ituiutaba (MG), a de Frutal (MG) tem seus maquinários destinados a outros tipos de cultura, recentemente vinculados, sobretudo, à produção canavieira e também para atender a demanda da criação de gado no campo.

Apesar de não exprimir valores para o total de ceifadeiras, os resultados preliminares do censo de 2017 apresentam o número de máquinas agrícolas para a

Microrregião de Frutal (MG) ainda superior ao de Uberaba (MG), especialmente no total de tratores e adubadeiras, como mostra o gráfico 03.

Gráfico 03 – Triângulo Mineiro (MG): número de maquinários agrícolas das Microrregiões (2017)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Nota¹: Dados relativos à data de referência (30/09/2017).

Nota²: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caractere X.

Nota³: Os dados de outras Unidades Territoriais ou categorias podem ser desidentificados com o caractere X a fim de inibir inferência daqueles com menos de 3 (três) informantes.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Dessa maneira, na análise interna da microrregião, a tabela 07 define os municípios com maior número de máquinas agrícolas: Frutal (MG), Campina Verde (MG), Itapagipe (MG) e Carneirinho (MG), respectivamente.

Com base na tabela 07, identifica-se que no segmento de máquinas agrícolas há o maior número de tratores, adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, com destaque para o total de Frutal (MG) e Campina Verde (MG): 2.498 e 1.717 unidades, respectivamente. Segundo os dados do IBGE para 2017²⁴, o número de roçadeiras é maior em Campina Verde (MG) e os demais maquinários em quantidade total são mais encontrados em Frutal (MG). Esse fator permite identificar como a modernização no campo se dá de forma mais intensa em alguns municípios da microrregião.

²⁴ Tabela completa nos anexos.

Tabela 07 – Microrregião de Frutal (MG):
Número de estabelecimentos por máquinas agrícolas (2017)

	Total	Tratores	Semeadeiras	Colheitadeiras	Aduadeiras e/ou distribuidoras de calcário
Campina Verde (MG)	1717	1026	270	83	338
Carneirinho (MG)	719	531	77	28	83
Comendador Gomes (MG)	546	359	62	20	105
Fronteira (MG)	208	144	15	6	43
Frutal (MG)	2498	1514	406	135	443
Itapagipe (MG)	884	601	130	22	131
Iturama (MG)	672	452	73	49	98
Limeira do Oeste (MG)	498	317	78	18	85
Pirajuba (MG)	549	321	96	67	65
Planura (MG)	419	241	81	40	57
São Francisco de Sales (MG)	418	280	36	7	95
União de Minas (MG)	450	285	80	11	74
Microrregião de Frutal (MG)	9758	6071	1404	408	1617

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017²⁵.

Nota¹: Dados relativos à data de referência (30/09/2017).

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Toda modernização do campo, por meio dos incentivos financeiros governamentais, pelo avanço no maquinário, pelo desenvolvimento de sementes e adubos mais eficientes, leva os setores agroquímico, laboratorial e de manutenção a uma ascensão. Assim, a cidade comporta todos esses equipamentos e serviços especializados destinados especificamente a atender as demandas rurais. Dessa forma, entender as principais atividades do campo dos municípios da microrregião estudada e suas potencialidades permitirá compreender o papel de cada ramo nas cidades.

No entanto, seguindo o processo de modernização do campo, a Microrregião de Frutal (MG) não apresenta números significativos de armazéns e silos para a estocagem da produção em 1950, chegando em 1975 com 10 unidades, sendo: uma em Fronteira (MG), uma em Itapagipe (MG), uma em Iturama (MG) e uma em São

²⁵ Para o censo agropecuário de 2017, as críticas qualitativas e quantitativas dos dados ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores.

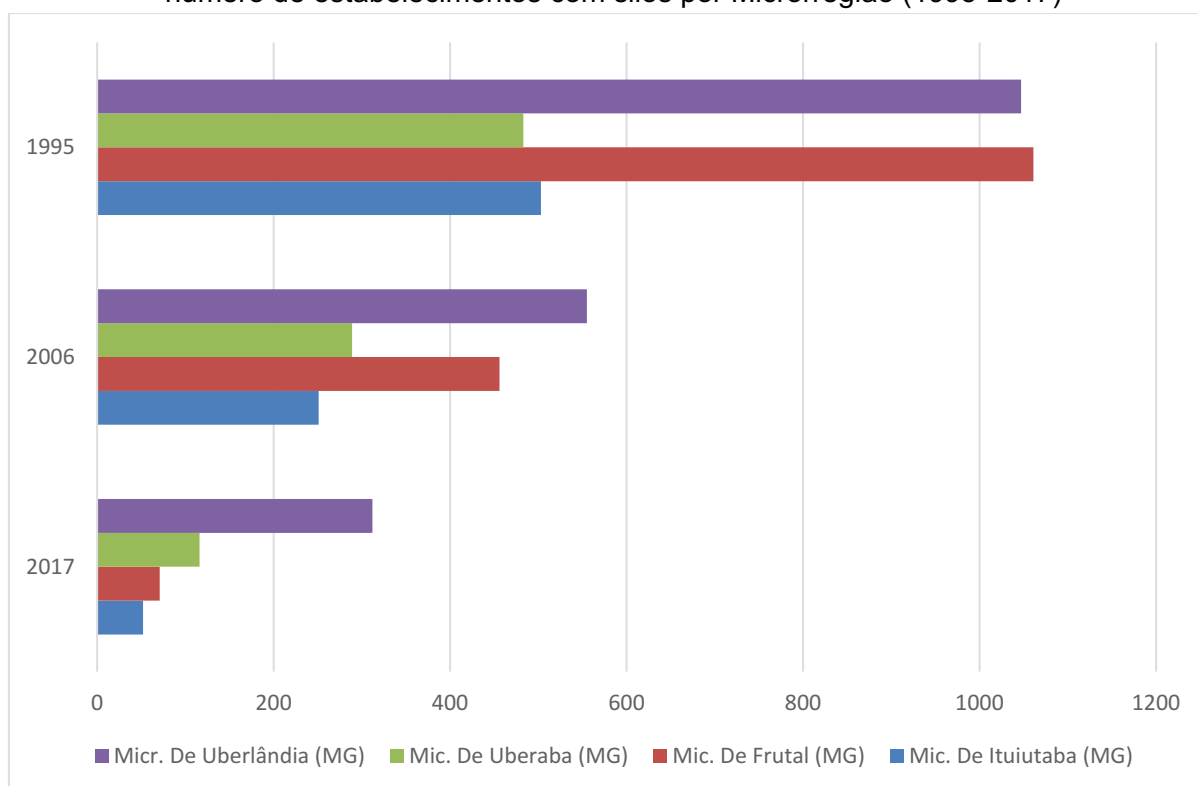
Francisco de Sales (MG), e seis em Frutal (MG). Na década de 1980, o total de silos passou para 46 unidades, com destaque para Campina Verde (MG), onde se identificavam 18 estabelecimentos, mas ainda com menor representatividade dentre as microrregiões do Triângulo Mineiro.

Tal contexto se transformou e foi notado no censo de 1985, no qual, segundo dados do IBGE, a microrregião chegou a 246 unidades, sendo Frutal (MG) o município com maior número de estabelecimentos na região do Triângulo Mineiro (gráfico 04), com 161 silos²⁶, sendo superior a Uberaba (MG), com 126 unidades, que despontava no censo anterior, de 1980. Uberlândia (MG) possuía, em 1980, 58 silos e sua microrregião um total de 129 unidades, passando a ter, em 1985, 81 silos e 203 unidades, respectivamente. Logo, tanto Frutal (MG) isolada quanto a somatória de sua microrregião identificava um número de estabelecimentos superior aos demais municípios e microrregiões que nas últimas décadas se destacaram nas atividades agropecuárias e, por conseguinte, também elevaram a quantidade de unidades de estocagem das produções rurais.

No século XX, a Microrregião de Frutal (MG) inicia o processo de diminuição do número de estabelecimentos com silos, ficando atrás da região de Uberlândia (MG), com a maior taxa de crescimento negativo: de 0,07% para 2006 e 0,15% para 2017, como apresenta o gráfico 04 a seguir.

²⁶ Silos informantes, segundo os censos agropecuários de 1950, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 04 – Triângulo Mineiro (MG):
número de estabelecimentos com silos por Microrregião (1995-2017)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995, 2006, 2017.

Nota de Tabela¹ - As críticas qualitativas e quantitativas dos dados ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores. Dados relativos à data de referência (30/09/2017).

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Essa realidade pode ser explicada pela expansão das indústrias cítricas e canavieiras, as quais serão abordadas adiante.

Assim, as pequenas cidades acabam por se reorganizar, tanto na conjuntura política quanto de dinamicidade de fluxos do urbano, para atender a demanda exigida pelas atividades agrícolas e agroindustriais do próprio município ou de outros adjacentes. Logo, para Elias (2011), o fornecimento do comércio e dos serviços se liga às necessidades dessas atividades econômicas, ampliando o número de empresas direcionadas à venda de insumos, fertilizantes e maquinários, assim como de profissionais especializados nas atividades do campo, além de serviços de engenharia, agronomia, cursos superiores e técnicos.

O técnico-científico-informacional de Santos (2013, 2008) é um marco da fase final do período em que “já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão da modernização, não só apresenta quanto aos capitais,

como quanto à tecnologia e às formas de organização” (SANTOS, 2013, p. 39). Nessa perspectiva, a próxima discussão irá tratar sobre os setores da economia do campo e quais atividades se desenvolveram nesse processo de modernização agrícola no decorrer dos anos na Microrregião de Frutal (MG).

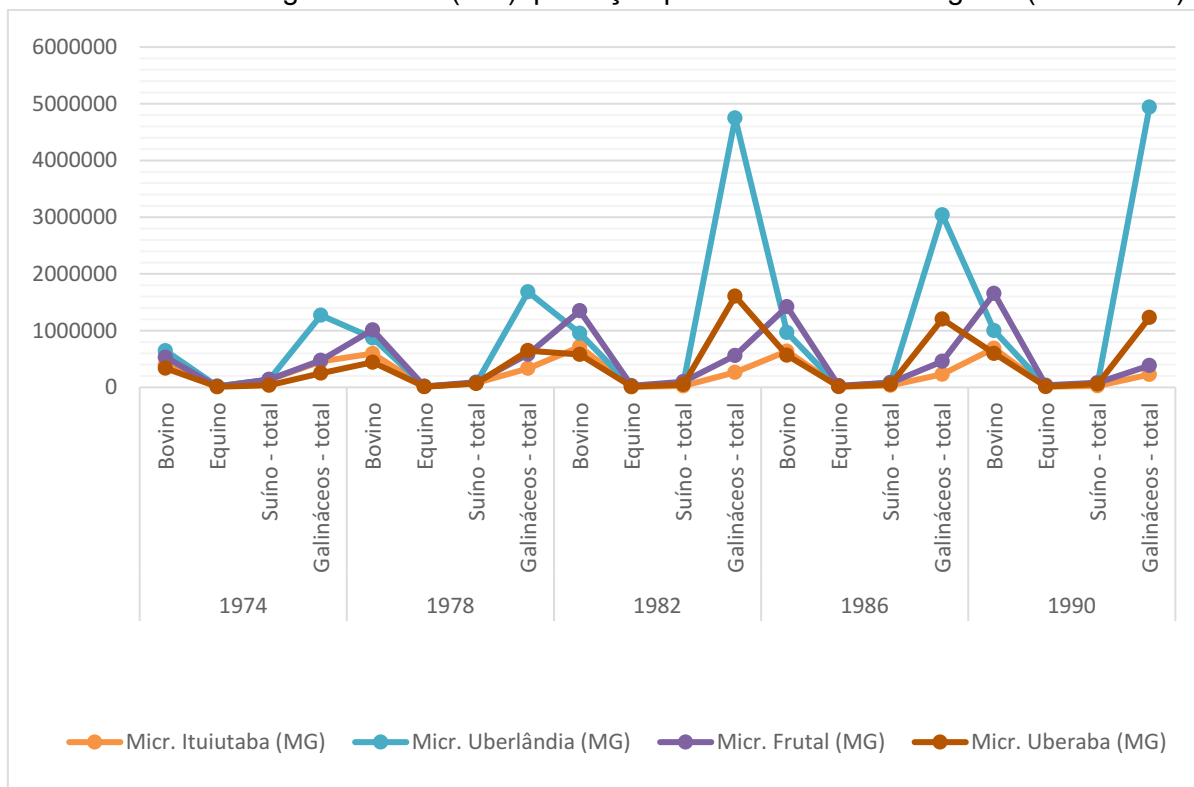
2.2 Microrregião de Frutal (MG): produção pecuária, de grãos e a modificação do campo com o setor sucroenergético (1970-2016).

O desenvolvimento do campo se respalda nos investimentos ocorridos no patamar das políticas governamentais e privadas. Elias (2011, p. 153) afirma que as “transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais”.

Portanto, o campo apresenta uma ressignificação, passando de um local simples e desabitado para um recondicionado, no qual a natureza e o meio rural ganham valor. O desenvolvimento das redes tecnológicas e dos meios de comunicação levam as áreas rurais às mesmas dinâmicas das cidades (ALENTEJANO, 2003). Assim, Salim (1986, p. 302) contribui com essa análise, afirmando que “uma agropecuária organizada nas bases apontadas, que é estimulada por programas governamentais e diversas medidas de política agrícola, só é acessível a um número reduzido de produtores.”

Tal processo interferiu diretamente nas comunidades do campo, o que tornou a vida dessas possível apenas por meio de muito trabalho para sobreviverem com o básico em uma sociedade que passa a mudar mais a forma de consumo e a sua quantidade, ou seja, “as transformações produzidas nas comunidades rurais pelo processo de urbanização são marcadas pela proposição ou imposição, ao homem rústico, de certos traços da cultura material e não material” (ENDLICH, 2013, p. 24).

Como indica o gráfico 05, essa análise identifica que o destaque da criação de bovinos na Microrregião de Frutal (MG) vem desde 1974 no Triângulo Mineiro, seguindo uma ascensão, até 1990, superior às Microrregiões de Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG) e Uberaba (MG).

Gráfico 05 – Triângulo Mineiro (MG): produção pecuária das Microrregiões (1974-1990)

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 1974-1990.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um produto de origem animal não aparecem nas listas.

Nota²: Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação. **Organização:** Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Os planos de modernização da agropecuária com a expansão da fronteira agrícola a partir da década de 1970 igualmente afetaram a produção bovina. O capitalismo, com o papel da lucratividade e implemento financeiro direcionado, levou a agropecuária a se modernizar, bem como a ser competitiva, sendo o período técnico-científico-informacional fator principal dessa transformação que interligou os setores da economia (ELIAS, 2003).

Diante disso, Graziano da Silva (1996) separa as fases da modernização da agricultura no país em quatro partes, sendo que a primeira visou restringir a transformação da base técnica que estava vinculada à administração do país e empresas estrangeiras, sobretudo as norte-americanas. Já a segunda ficou marcada pelo processo de industrialização das atividades rurais e foco nas indústrias alimentícias. A terceira etapa é determinada pela promulgação da agroindústria, enquanto sua última fase consiste na integração de capitais.

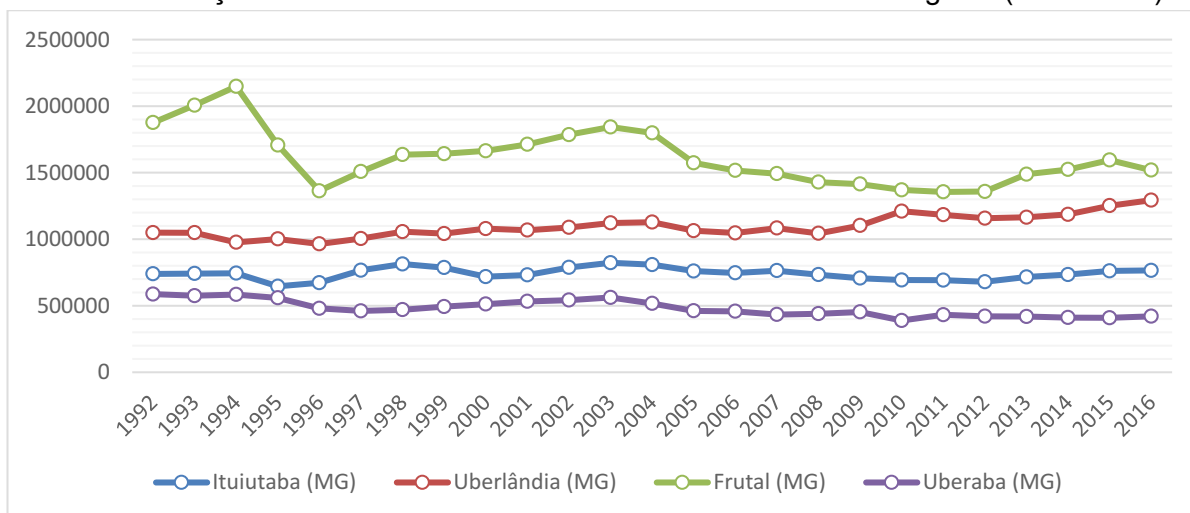
Assim, alguns projetos foram desenvolvidos, como os vinculados à irrigação (CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), ao incentivo de atividades agrícolas, como o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) (MATOS, PESSOA, 2011).

Consequentemente, a criação de bovinos, sendo a principal atividade econômica da microrregião pesquisada, não somente no seu enquadramento interno, mas também avaliando o cenário do Triângulo Mineiro, liga o campo às cidades configurando o urbano para atender suas demandas, o que será analisado e detalhado nos próximos capítulos da pesquisa.

Nessa conjuntura, Iturama (MG) — ainda sob a configuração territorial adjacente com União de Minas (MG), Limeira do Oeste (MG) e Carneirinho (MG), que se emanciparam após o início da década de 1990 —, Campina Verde (MG) e Frutal (MG) são destaques dentro da microrregião na produção pecuária, especialmente de bovinos (gráfico 06).

Isso posto, com a configuração do campo, a década de 1990 aponta a criação de gado como um dos importantes eixos econômicos da Microrregião de Frutal (MG) quando se compara com os dados das demais microrregiões no Triângulo Mineiro, como demonstra o gráfico 06.

Gráfico 06 – Triângulo Mineiro (MG):
evolução do número efetivo de rebanho bovino nas Microrregiões (1992-2016)



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 1992-2016²⁷.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um efetivo de rebanho não aparecem nas listas.

Nota²: Efetivos dos rebanhos em 31/12.

Nota³: Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Nesse âmbito intrarregional, Iturama (MG) despontava na criação pecuária, no início de 1990, exceto no segmento de galináceos. Já na segunda metade da década, juntamente com Frutal (MG) e Campina Verde (MG), elas começam a se equipararem no percentual de produção dessa atividade econômica. Esse fator também pode ser justificado devido ao desmembramento dos três últimos municípios advindos de Iturama (MG), que, após o início do século XXI, passa a redistribuir a criação animal com os demais municípios, como indicam os dados do IBGE, chegando em 2016 com a maior produção de gado em Campina Verde (MG) e Iturama (MG), de suínos em Frutal (MG) e de galináceos em Comendador Gomes (MG)²⁸.

Dessa forma, Iturama (MG) apresentou um total de bovinos superior a 700.000 mil cabeças de gado em 1992, distinguindo-se na microrregião com uma queda de 28,77% em quatro anos. Logo, a evolução do rebanho específico de Iturama (MG) apresenta uma ascensão no número de gado, de 1974 a 1992, seguido pelo número de galináceos. Até a década de 1990, os fatores que podem justificar esse crescimento progressivo são: a expansão das fronteiras, proximidade com o rio Grande, extensão de terra na formação municipal e investimentos do Estado no setor agropecuário.

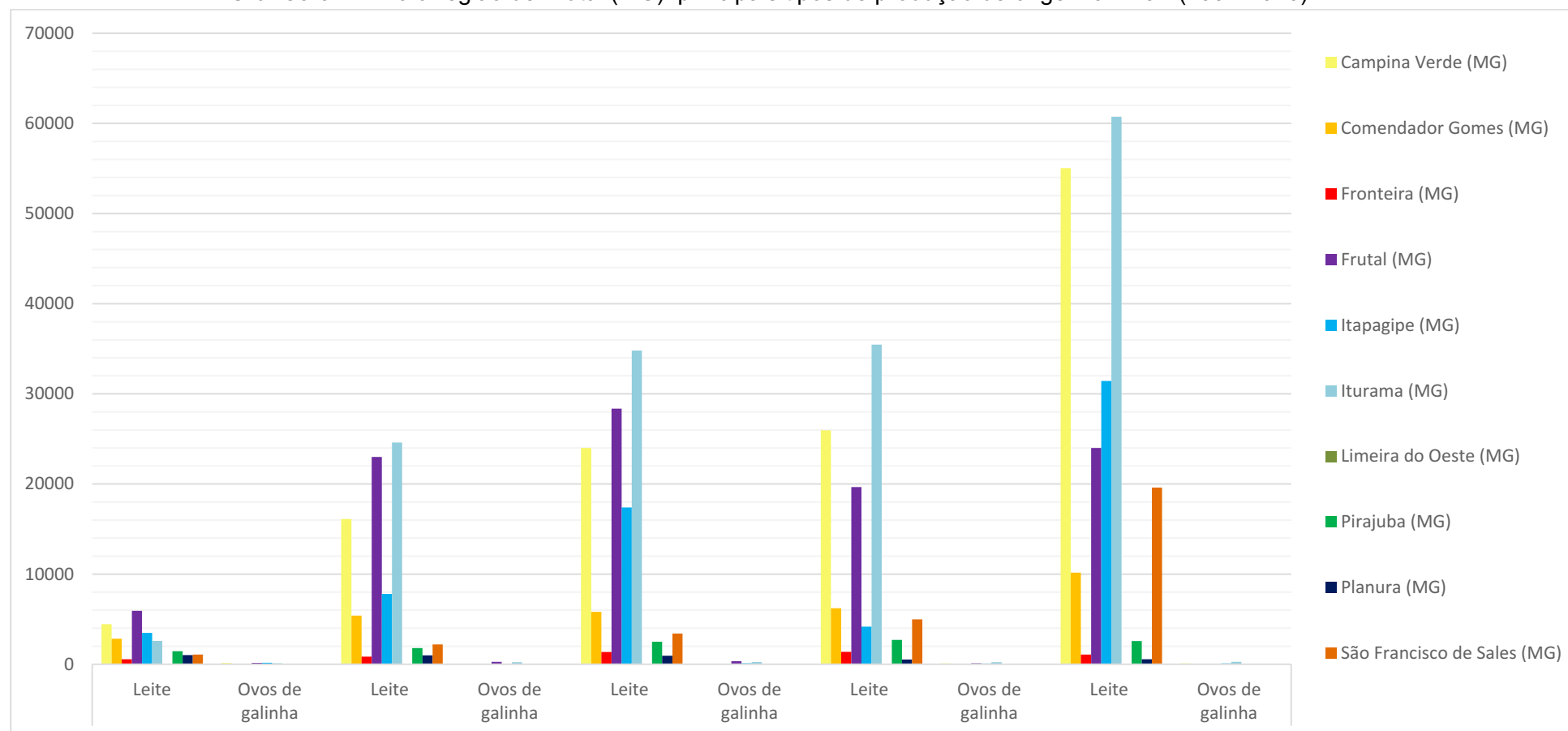
A queda no número de bovinos de 1992 para os anos seguintes, como se observa no gráfico 07, pode se embasar na divisão dos municípios ocorrida nesses anos, fazendo com que Iturama (MG) passasse de 5.934,421 km², na década de 1960, para 1.404,663 km², em 1995.

Ainda no patamar do setor primário, da produção pecuária interna da microrregião, Frutal (MG) e Campina Verde (MG) apresentam maiores percentuais de produção de leite e ovos entre 1996 e 2008. Contudo, após 2010, Comendador Gomes (MG) assume a produção de ovos de aproximadamente 70%, conforme o gráfico 07. A diminuição desse consumo, a infraestrutura viária mineira dificultando o transporte e o poderio da indústria de laticínio local com a empresa Nestlé S/A foram

²⁷ Para todas as tabelas com os dados do último ano de 2016, o IBGE reitera que são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

²⁸ Tabelas anexadas.

consideradas as impossibilidades momentâneas do crescimento desse ramo industrial (BRASIL, 1972). Em 1974, do percentual total da produção leiteira para a microrregião, Campina Verde (MG), Frutal (MG) e Iturama (MG) são os principais municípios nesse setor, segundo dados do IBGE. Após quatro anos, em 1978, a produtividade ituramense se torna a maior, delineando uma ascensão até a décadas de 1990.

Gráfico 07 – Microrregião de Frutal (MG): principais tipos de produção de origem animal⁴ (1992-2016)

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 1992-2016.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um efetivo de rebanho não aparecem nas listas.

Nota²: Efetivos dos rebanhos em 31/12.

Nota³: Ovos de galinha, valor por mil por dúzia. Leite, valor por mil litros.

Nota⁴: Esse tipo de produção consiste nos produtos que direta ou indiretamente são obtidos dos animais.

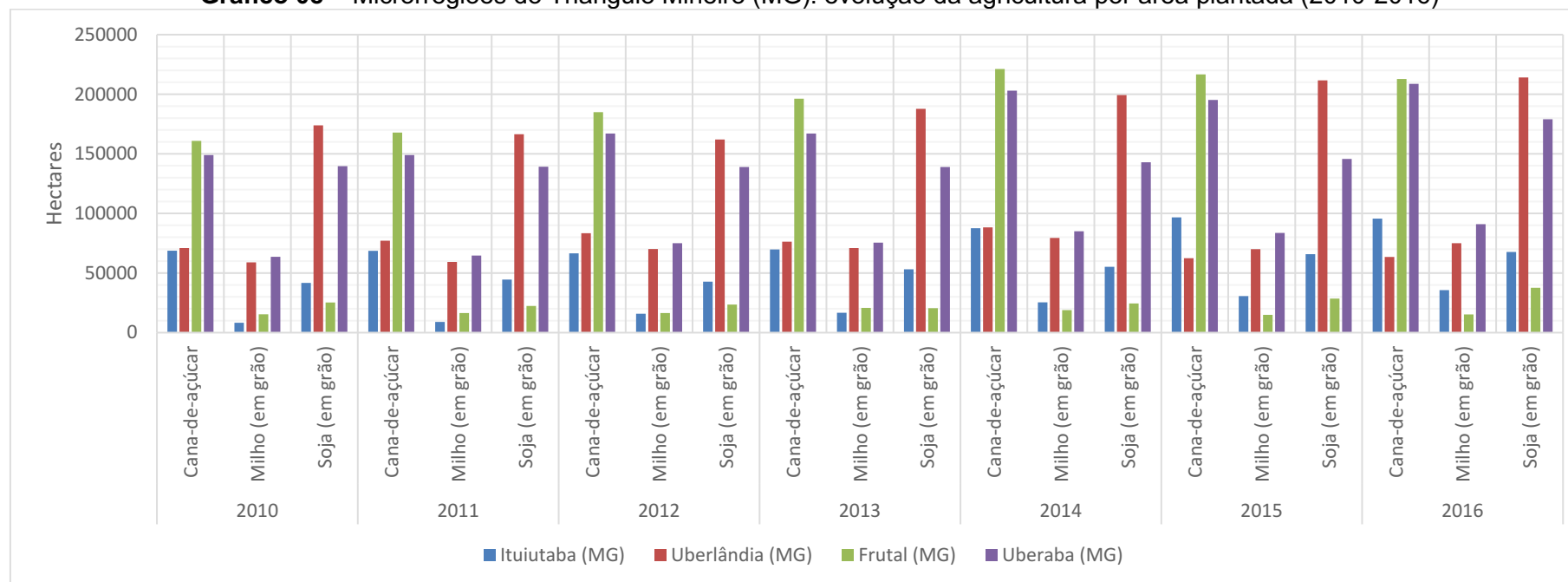
Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

A Microrregião de Frutal (MG) se sobressai na produção de cana-de-açúcar de forma adjacente com a de Uberaba (MG) a partir de 2010. Desse modo, o território da microrregião estudada deixa de atender ao plantio de grãos e se torna uma área do agronegócio canavieiro.

Logo, o campo, compreendido como atrasado por muitos, se torna parte fundamental do desenvolvimento das regiões brasileiras. A atividade agrícola “não é mais a atividade sedentária submetida à codificação tradicional. Ela capta os fluxos de capitais, rendas e mão-de-obra; fá-los circular sob forma de produtos como parte integrante do sistema mecanizado” (AMIM, VERGOPOULOS, 1977, p. 85). A agroindústria canvieira reforça a ideia de

[...] uma divisão territorial interna do trabalho que vincula a agricultura à reprodução do capital industrial mediante o repasse dos custos baixos da agricultura para baixa dos custos da redução da forma de trabalho da indústria, com efeito direto no rebaixamento dos custos gerais do todo sistêmico. (MOREIRA, 2013, p. 43)

Nessa perspectiva, a agricultura também é uma atividade econômica importante na região do Triângulo Mineiro. Este, com uma produção de grãos em queda, por meio dos incentivos passa recentemente a mostrar sua relevância na cultura da cana-de-açúcar, com a maior área plantada em 2016 sendo no território da Microrregião de Frutal (MG), como identifica o gráfico 08 seguinte.

Gráfico 08 – Microrregiões do Triângulo Mineiro (MG): evolução da agricultura por área plantada (2010-2016)

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, 2010-2016.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura temporária não aparecem nas listas.

Nota²: A quantidade produzida de abacaxi é expressa em mil frutos e o rendimento médio em frutos/ha.

Nota³: Valores para a categoria Total indisponíveis para as variáveis Quantidade produzida e Rendimento médio, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos.

Nota⁴: Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município.

Nota⁵: As culturas de abacaxi, cana-de-açúcar, mamona e mandioca são consideradas culturas temporárias de longa duração. Elas costumam ter ciclo vegetativo que ultrapassa 12 meses e, por isso, as informações são computadas nas colheitas realizadas dentro de cada ano civil (12 meses). Nestas culturas, a área plantada refere-se à área destinada à colheita no ano.

Nota⁶: A diferença entre a área plantada e a área colhida na lavoura temporária é considerada como área perdida.

Nota⁷: A variável Área plantada só passou a ser informada a partir de 1988.

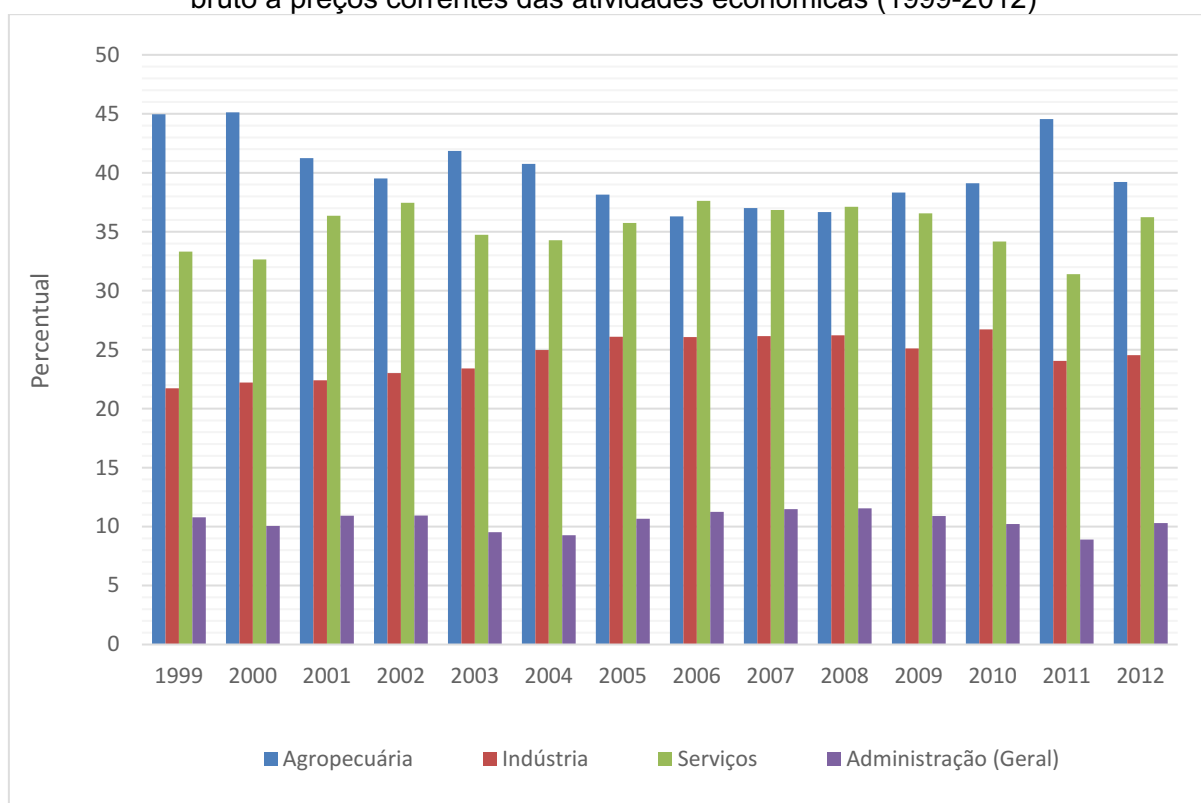
Nota⁸: Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Dessa maneira, no século XXI, os municípios com PIB não baseado no setor primário são apenas: Campina Verde (MG), Iturama (MG) e Frutal (MG), no setor de serviços, e Fronteira (MG) e Planura (MG), na indústria, com 83,66% e 55,73%, respectivamente. Na somatória total da Microrregião de Frutal (MG), a agropecuária na evolução do PIB se manteve superior a 35%, chegando aos 45% do produto interno bruto nos anos de 1999, 2000 e em 2011.

A função de destaque da arrecadação das atividades primárias paralelas a do setor de serviços na evolução do PIB da Microrregião de Frutal (MG) justifica o respaldo de que “o rural deve ser compreendido como uma questão territorial, porque, o uso de solo e as atividades da população residente no campo não se limitam mais somente à agricultura, mas se vinculam a várias atividades terciárias” (ENDLICH, 2006, p. 17).

Gráfico 09 – Microrregião de Frutal (MG): evolução da participação do valor adicionado bruto a preços correntes das atividades econômicas (1999-2012)



Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Produto Interno Bruto, 1999-2012.

Nota¹: Os dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação.

Nota²: Série encerrada devido à mudança no ano de referência.

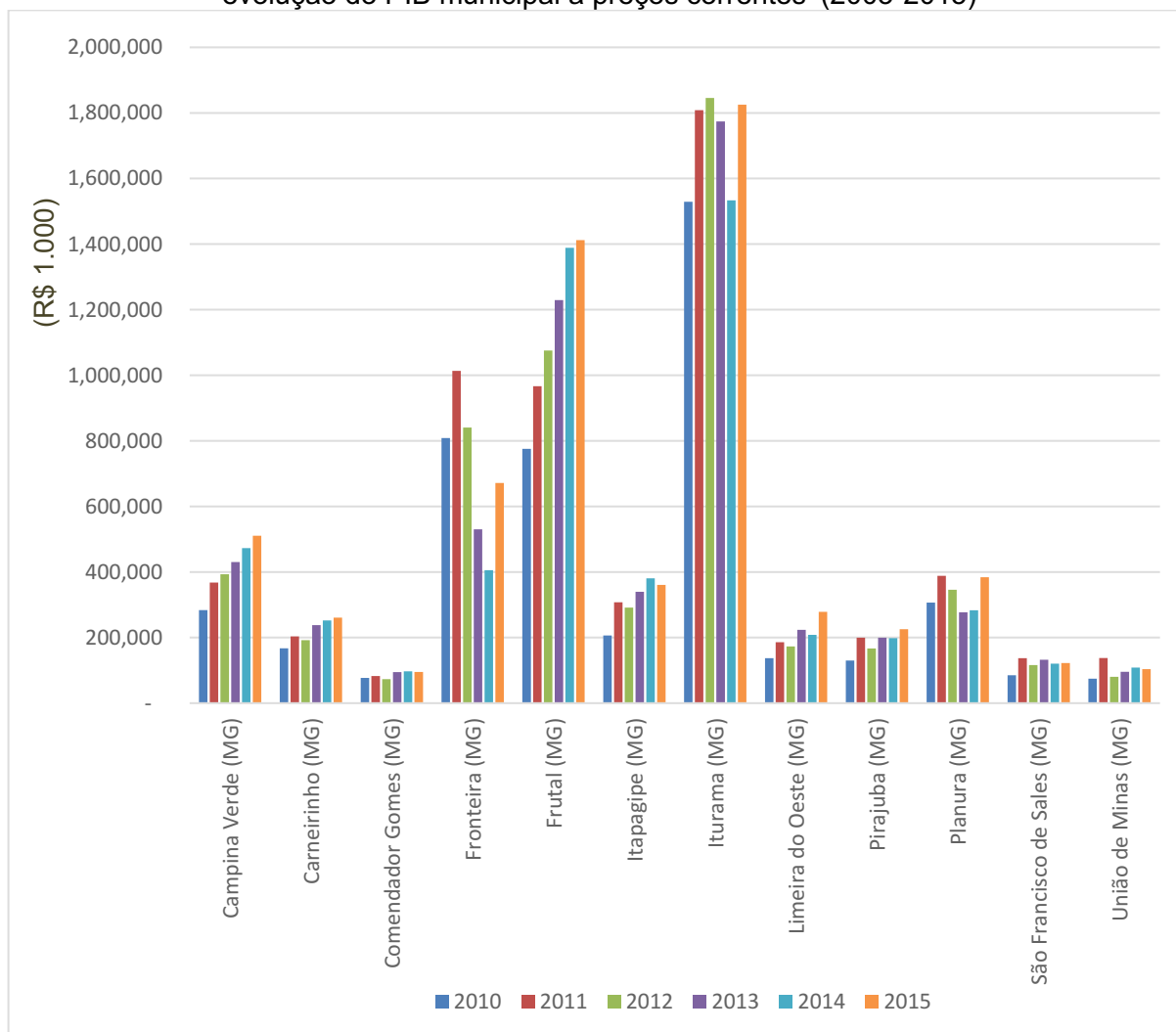
Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Nesse contexto, os dados mostram que a agropecuária rege a economia da região mesmo que não diretamente em todos os municípios. Entretanto, ela atinge as demais cidades, as quais disponibilizam serviços, bancos, armazéns, maquinário, produtos agrícolas, defensivos, mão de obra que atendem o campo, sobretudo no segmento da agronomia, zootecnia, laboratorial, melhoramento genético, veterinário, entre outros. Logo, as *cidades locais* passam a ser *cidades econômicas*, descartando o papel histórico do poder das personalidades, como do padre fundador ou os indígenas como primeiros ocupantes das terras, para se ressaltar a função do trabalho especializado e das tecnologias de produção (SANTOS, 2013).

As pequenas cidades, em sua grande maioria inseridas no segmento agropecuário, se debruçam no atendimento do campo e de suas necessidades, demandas de fixos e fluxos frequentemente concentrados em uma ou duas áreas de difusão, por exemplo, a criação de gado de corte e produção de grãos, o que as torna o local da regulação do que se faz no campo, levando-as a perder o papel de ser *no campo* que passa a ser *do campo* (SANTOS, 2013). Portanto, a atividade agropecuária fica evidente e deve ser compreendida em suas escalas locais e no âmbito intrarregional.

Assim sendo, a partir do pressuposto da análise campo-cidade, primordial para entender os municípios pesquisados devido à relevância das atividades agropecuárias, torna-se fundamental discutir primeiramente o contexto da microrregião como um todo nesse processo de produção econômica. Desse modo, ao verificar o PIB municipal, nota-se que Frutal (MG), Fronteira (MG) e Iturama (MG), desde 2002, já apresentavam destaques nas suas produções internas, sendo o município de Iturama (MG), com densidade demográfica de 24,53 hab/km² (IBGE, 2015), o que apresenta o maior PIB dentre todos da região no período pesquisado, como mostra o gráfico 10.

**Gráfico 10 – Microrregião de Frutal (MG):
evolução do PIB municipal a preços correntes² (2003-2015)**



Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Produto Interno Bruto, Base de dados 2002-2009.

Nota¹: Os dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação.

Nota²: Consiste no valor expresso exatamente de dado período, avaliado conforme os preços desse mesmo recorte temporal.

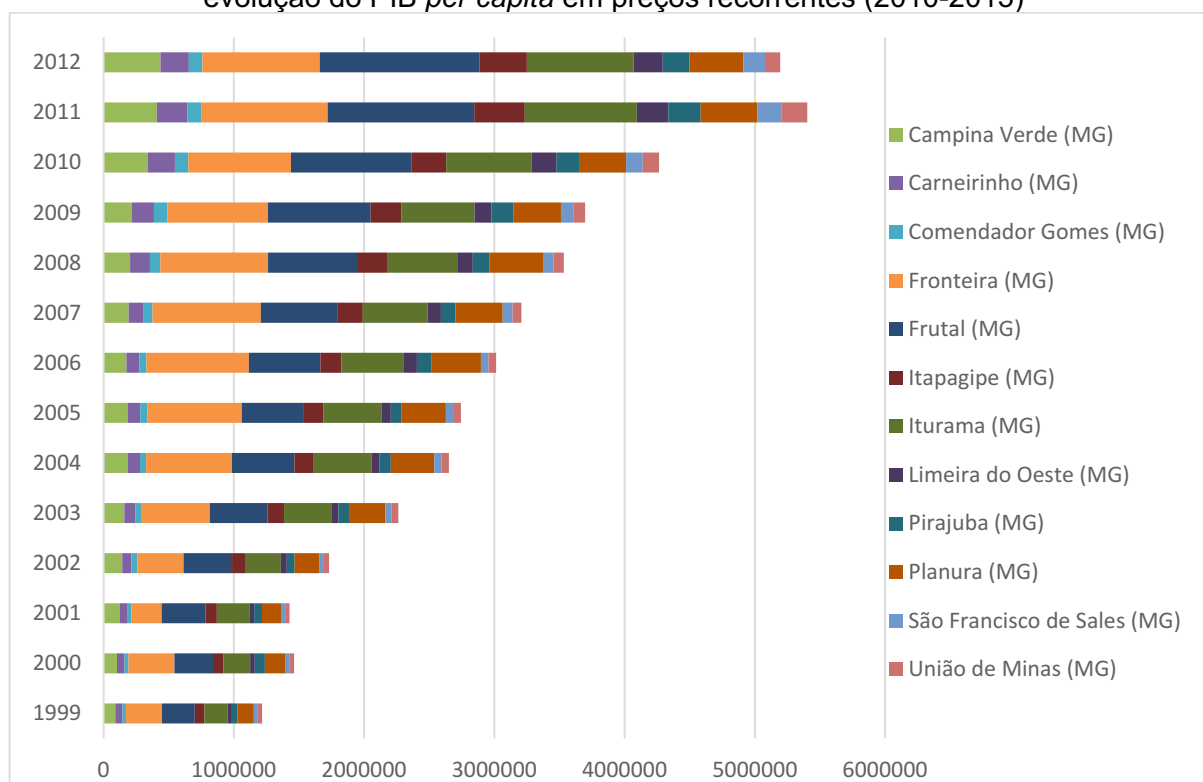
Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Fronteira (MG), apesar de apresentar densidade demográfica de 70,21 habitantes por km² e relevância distinta no processo histórico de ocupação e formação regional, como Frutal (MG), identificou um PIB superior a sede da microrregião durante o período entre 2003 a 2009, sendo Iturama (MG) o município com maior valor entre os anos analisados, conforme se observa no gráfico 10. Já Frutal (MG) exhibe sequente ascensão no seu Produto Interno Bruto, com proeminência nos últimos anos de

investigação, 2013 a 2015, mesmo assim ainda com os segundos maiores dados dentro da sua microrregião.

Dentre os indicadores econômicos, o PIB retrata a produção total municipal. Já no eixo dos indicadores de renda e pobreza, o PIB *per capita* define a relação da arrecadação de bens e serviços pelo total de pessoas (JANNUZZI, 2009). Nesse sentido, Fronteira (MG) apresentou — juntamente com Iturama (MG) — valores superiores aos demais municípios da microrregião pesquisada (gráfico 10) de 2010 a 2012. Contudo, identificou uma queda para os anos de 2013 e 2014, reflexo da diminuição do seu PIB, constatado no gráfico 11, e da manutenção da população residente.

Gráfico 11 – Microrregião de Frutal (MG):
evolução do PIB *per capita* em preços recorrentes (2010-2015)



Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Produto Interno Bruto, 2010-2015.

Nota¹: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Nota²: Os dados de 2015 estarão sujeitos à revisão na próxima divulgação.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

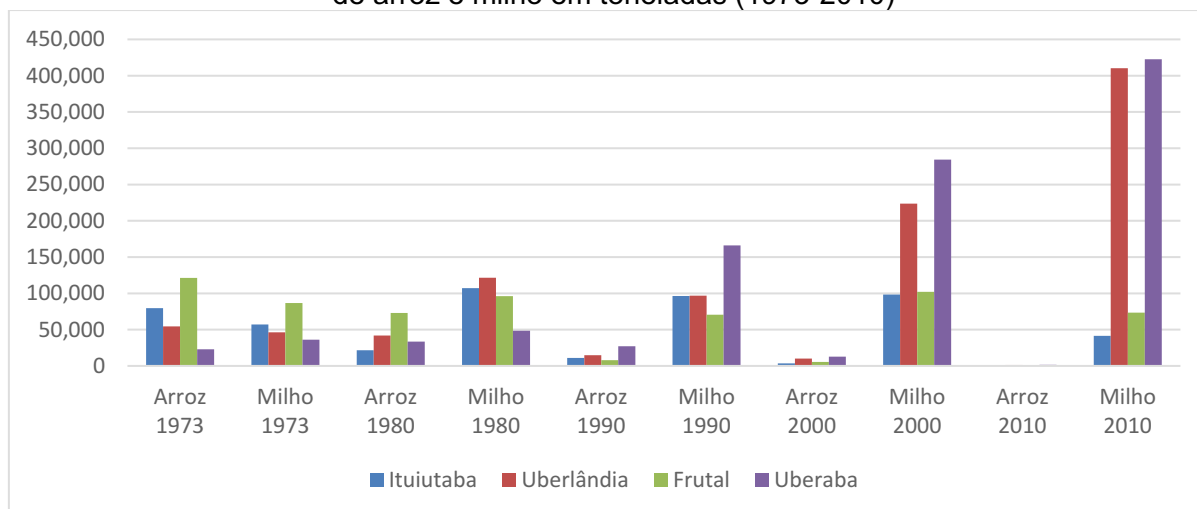
Conforme o gráfico 11 acima, Iturama (MG) também se sobressai no PIB *per capita* durante os anos analisados em relação aos demais municípios, chegando em

2015 com melhor indicador da microrregião pesquisada. Considerando que suas margens populacionais a definem como a segunda maior dentre os municípios, ela identifica uma maior representação do PIB e de sua distribuição para com a população, tornando-a um importante local de produção e investimentos na região. Já Frutal (MG), apesar de apresentar o segundo maior valor para a microrregião, contando com uma população superior, não se destaca na análise do PIB *per capita*.

Ao observar os dados do IBGE na participação das atividades no PIB da Microrregião de Frutal (MG), constata-se que a agropecuária e o setor de serviços, desde 1999, são as bases da economia da área pesquisada, chegando a aproximadamente 40% do total do PIB em 2012, enquanto os setores da indústria e da administração pública não apresentam oscilações acima de 5% no período de treze anos.

Nessa perspectiva, a agricultura também é uma atividade econômica importante na região do Triângulo Mineiro e a produção de grãos, baseada no plantio de arroz e milho, igualmente foram as bases de exploração das terras desde 1973, como identifica o gráfico 12.

Gráfico 12 – Microrregiões Geográficas do Triângulo Mineiro (MG): evolução da produção de arroz e milho em toneladas (1973-2010)



Fonte: IPEADATA

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

A Microrregião de Frutal (MG), em 1973, era a principal produtora de arroz e milho da região. Contudo, após a década de 1980, a rizicultura perdeu espaço, sobretudo em virtude da modernização da agricultura e incentivos financeiros de grupos econômicos nacionais e internacionais, que identificaram o potencial do

mercado agrícola brasileiro, modernizando as técnicas e pressionando a agricultura para o fornecimento dessas matérias-primas. Segundo Müller (1989),

Praticamente metade da produção agrícola era de interesse imediato dos setores demandantes de matérias-primas e praticamente metade das condições de produção na agricultura dependia da indústria de máquinas e demais insumos industriais (p. 37).

Nesse contexto, a produção de arroz na Microrregião de Frutal (MG) despenca, enquanto o milho e soja ganham incentivos nas décadas de 1980 e 1990. No século XXI, outro grão também é inserido na produtividade local: o sorgo. Segundo dados do IBGE, para a produção agrícola municipal de grãos, em 2016, os maiores produtores na microrregião pesquisada eram: Frutal (MG), com 48.890 mil toneladas, Planura (MG), com 41.520 mil toneladas e Pirajuba (MG), com 41.256 mil toneladas. A taxa de crescimento anual na produtividade de grãos entre 1974 e 2010 foi de 0,01%, 0,10% e 0,09%, respectivamente.

Em contrapartida, municípios como Iturama (MG), que possuía a maior produção de grãos na década de 1970, com 77.476 mil toneladas, especialmente de milho, chega em 2010 com uma taxa de crescimento negativa de 0,08%. Paralelamente a esse contexto, Itapagipe (MG) também diminui consideravelmente sua produção de arroz, milho e soja, decrescendo de 42.225 mil toneladas, em 1974, para 7.335 mil, em 2010, logo, com um índice de -0,04%. A propagação de silos na microrregião após a década de 1980 e, acima de tudo, em 2000, apresentada no tópico anterior, se deu anexada às produções de milho e soja com suas maiores produtividades, totalizando 233.036 mil toneladas.

Todo esse contexto de decréscimo da produtividade dessas sementes, analisado na tabela 08 seguinte, tem como pano de fundo os incentivos governamentais já discutidos, assim como o processo de modernização do campo que beneficiou tipos específicos de lavouras e, na Microrregião de Frutal (MG), ampliou o papel da indústria cítrica e da agroindústria canavieira, essa última em ampla escala, com importância fundamental na substituição dos grãos nos municípios com taxa negativa de crescimento analisados no parágrafo na anterior.

Tabela 08 – Microrregiões de Frutal (MG): evolução da produção de grãos em toneladas (1974 -2010)

	1974			1980			1990			2000				2010			
	Arroz (em casca)	Milho	Soja	Arroz (em casca)	Milho	Soja	Arroz (em casca)	Milho	Soja	Arroz (em casca)	Milho	Soja	Sorgo	Arroz (em casca)	Milho	Soja	Sorgo
Campina Verde (MG)	20640	8050	4	7200	7000	-	530	2716	-	300	1200	-	-	-	2400	3822	-
Carneirinho (MG)	966	4625	132	190	-	950	-	-
Comendador Gomes (MG)	2040	1305	-	1137	792	3465	84	1086	268	255	6127	875	657	208	5400	810	270
Fronteira (MG)	337	1450	397	510	360	2887	45	1013	140	340	918	625	831	-	1190	1215	-
Frutal (MG)	11286	8502	4360	9921	4464	15593	1053	12547	9994	892	28589	31250	7722	166	17679	27000	720
Itapagipe (MG)	15480	26580	165	16616	9600	353	2050	9719	3248	306	8506	5500	3540	216	9948	5670	144
Iturama (MG)	33864	42744	868	28520	64728	2009	3137	27765	2382	186	4625	1344	-	-	2250	600	-
Limeira do Oeste (MG)	1186	6250	146	-	19	2100	-	-
Pirajuba (MG)	537	582	-	2860	2400	19210	387	9335	9559	170	6260	27500	1940	65	10732	18000	95
Planura (MG)	585	825	832	1044	1584	6930	324	5190	9910	170	30550	35000	7480	-	19800	16500	88
São Francisco de Sales (MG)	10780	1440	43	5208	5160	135	278	1226	-	189	1736	392	-	64	720	1088	-
União de Minas (MG)	446	2660	460	-	3	320	224	300
Microrregião de Frutal (MG)	95549	91478	6669	73016	9608	50582	7888	70597	35501	5406	102046	103224	22360	741	73489	74929	1617

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1974-2010.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura não aparecem nas listas.

Nota²: Valores para a categoria Total indisponíveis para as variáveis Quantidade produzida e Rendimento médio, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos.

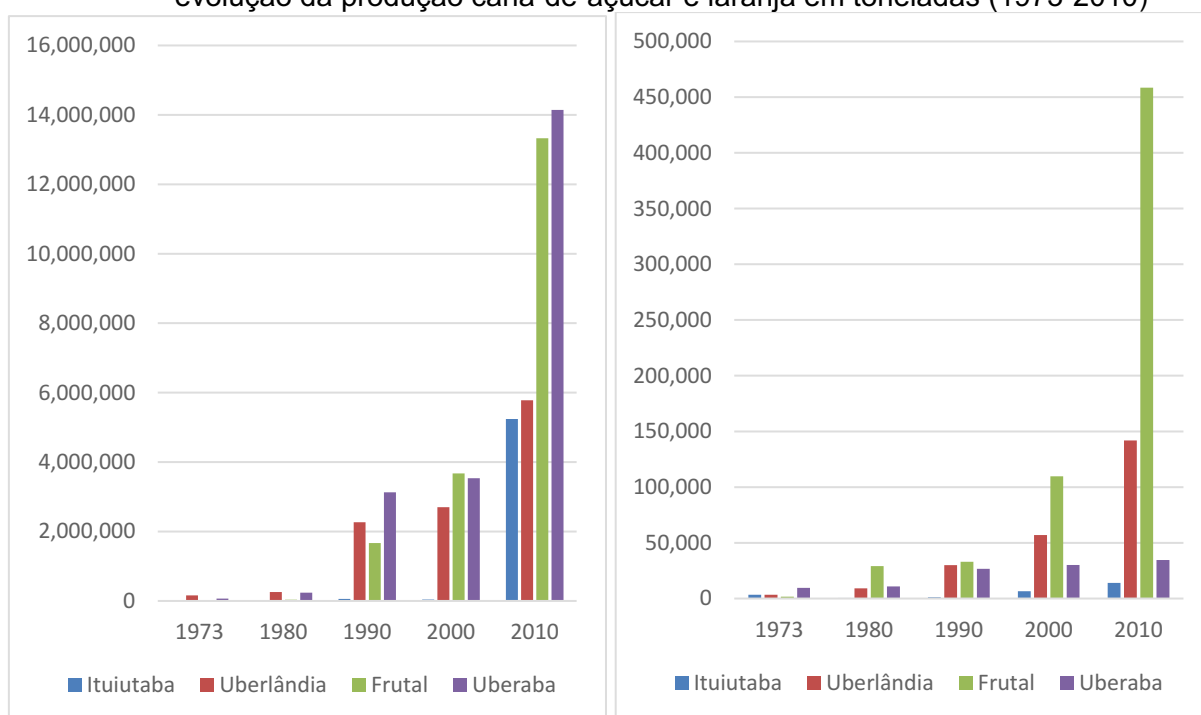
Nota³: Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município.

Nota⁴: (...) Valor não disponível. (-) Zero absoluto.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Dessa maneira, no setor da agricultura, a Microrregião de Frutal (MG) apresenta evolução determinante para sua economia no plantio de cana-de-açúcar (gráficos 13 e 14). Referente à monocultura temporária canavieira, essa é uma matéria-prima que apresenta aproveitamento amplo, “cujos produtos intermediários são dotados de grande versatilidade, podendo ser submetidos a vários tipos de processamento industrial, e dando origem a numerosos derivados e subprodutos” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 130).

Gráfico 13 e 14 – Triângulo Mineiro (MG):
evolução da produção cana-de-açúcar e laranja em toneladas (1973-2010)



Fonte: IPEADATA

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

No que se refere ao cultivo permanente de laranja, a microrregião é, em 2010, a maior produtora na região do Triângulo Mineiro, produção essa destinada, sobretudo, às agroindústrias paulistas. Em 2012, o município de Frutal (MG) identificou uma colheita dessa monocultura de 243.000 toneladas, Comendador Gomes (MG), de 200.200 toneladas (IBGE, 2012), totalizando aproximadamente 68,14% da produção de laranja no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG) (OLIVEIRA, 2015).

Dessa maneira, o setor da agricultura na Microrregião de Frutal (MG) apresenta evolução determinante para sua economia no plantio de cana-de-açúcar e laranja. No

plantio de laranjas, a área colhida em hectares passou de 157, em 1974, para 3.755, em 1980, na microrregião, sendo Frutal (MG) e Fronteira (MG) os maiores em extensão colhida. O crescimento da área colhida de laranja ocorre até o ano de 2016, com 10.858 hectares para a microrregião como um todo, sendo 66,76% só no município de Comendador Gomes (MG), como se pode constatar na tabela 09 a seguir.

Tabela 09 – Microrregião de Frutal (MG):
área colhida em hectares de lavoura permanente de laranja (1974-2016)

	1974	1980	1990	2000	2010	2016
Campina Verde (MG)	19	...	160	100	167	785
Carneirinho (MG)	15	-	-
Comendador Gomes (MG)	-	19	953	7250	8000	9200
Fronteira (MG)	8	760	226	100	47	47
Frutal (MG)	72	2543	6469	3000	6500	6700
Itapagipe (MG)	-	-	-	30	115	115
Iturama (MG)	15	-	-	-	-	-
Limeira do Oeste (MG)	54	5	-
Pirajuba (MG)	8	15	50	70	-	-
Planura (MG)	32	418	125	50	167	270
São Francisco de Sales (MG)	3	-	-	190	200	10
União de Minas (MG)	-	-	-
Microrregião de Frutal (MG)	157	3755	7983	10859	15201	17127

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1974-2010.

Nota¹: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura não aparecem nas listas;

Nota²: A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas de laranja passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, que era expressa em mil cachos.

Nota³: Valores para a categoria Total indisponíveis para as variáveis Quantidade produzida e Rendimento médio, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos.

Nota⁴: Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município.

Nota: (...) Valor não disponível. (-) Zero absoluto.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2017.

Dentre os maiores em área colhida na Microrregião de Frutal (MG), identificados na tabela anterior para 2016, Comendador Gomes (MG)²⁹ apresentou uma taxa de crescimento anual em produção em toneladas entre 1980/1990 de 0,38% e entre 1990/ 2000, de 0,34%. Esse aumento do plantio na década de 1990 se dá devido à aquisição de fazendas próprias pelas empresas do setor, levando a um maior poder de negociação dessas empresas e subordinação dos produtores ao mercado (TOLEDO, 2005).

Desse modo, a produção de laranja disseminada pela região Norte paulista ultrapassa o rio Grande e se instala no Pontal do Triângulo Mineiro. O cultivo irrigado dessa lavoura permanente em Comendador Gomes (MG) ocorre, sobretudo, na Fazenda Vale Verde³⁰, de posse da Sucocítrico Cutrale Ltda.

Essa agroindústria, de capital nacional, surge na década de 1960 no setor cítrico e se expande durante os anos, chegando em 2012 com a comercialização de soja agregada à da laranja. Do referido fruto a empresa exporta 90%, utilizando a matéria-prima na extração de óleos, produto *in natura* e no seu beneficiamento³¹. O Brasil é o país mais competitivo mundialmente, com quatro agroindústrias que monopolizam a atividade (Cargill, Cutrale, Citrosuco e Coinbra/Dreyfess), devido:

[...] a oferta abundante e alta qualidade de matéria prima; a safra que se estende pelo ano todo; o baixo custo de produção; a disponibilidade de terras e mão-de-obra baratas; ótimo clima; proximidade entre as unidades processadoras e via de escoamento (Porto de Santos); disponibilidade das grandes empresas de navios próprios para a distribuição de suco, terminais portuários particulares e canal de coordenação muito forte. (TOLEDO, 2005, p. 94)

Dessa maneira, tanto essa produção quanto a de Frutal (MG) estão vinculadas às rodovias federais, que permitem o escoamento do fruto para as indústrias paulistas do setor, em Colina (SP), Barretos (SP), Araraquara (SP), São José do Rio Preto (SP) e Catanduva (SP)³².

No que tange ao setor canavieiro no Brasil, destaca-se o processo de mudanças ocorridas nas últimas cinco décadas, apresentando uma variação de safra devido às extensões territoriais do país e à diversidade climática, que determinou o

²⁹ Sobre o cenário agrícola de Comendador Gomes (MG), confira Teodoro, Castanho (2014).

³⁰ Em 2004, a Fazenda Vale Verde, que pertencia ao grupo Cargill desde 1990, é adquirida pela Cutrale.

³¹ Informações do site da agroindústria disponíveis em: www.cutrale.com.br.

³² Referente à produção de laranja e ao mapeamento industrial do setor em São Paulo, ver mais em: Toledo (2005), Elias (2003) e no site www.citrusbr.com

plantio, em um período, nas regiões Nordeste/Norte, e outro na porção Centro-Sul, o qual, desde 1950, passou a apresentar a maior produção (SZMRECSÁNYI, 1979). A década de 1970 foi marcada pelas políticas de investimento do governo, com o II Plano Nacional de Investimentos (II PND), para estreitar a relação da agricultura com a indústria, beneficiando setores com baixas taxas de juros, crédito em larga escala, o que favoreceu a ampliação da agroindústria e de sua produção nas regiões Sul e Sudeste (CLEPS JUNIOR, 1998). Para Lencioni (1985)

Não são só as vantagens creditícias que contam, nem a garantia de venda de toda a produção. Os frequentes acordos entre usineiros e governo têm procurado garantir, também de outras formas, sobrelucros ao setor. Haja visto, por exemplo, a circular nº 913 do Banco Central onde toda a sociedade arcará com 235,7 bilhões de cruzeiros que o governo canalizará para capitalizar os encargos financeiros dos financiamentos obtidos pelas destilarias de álcool. Por decreto, socializou-se os prejuízos na manutenção de um negócio privado sem risco. (LENCIONI, 1985, p. 48)

Neste sentido, ressalta-se que a interposição do governo na economia nacional e na atividade é remota do período imperial e apresenta suas bases efêmeras após 1930, década de remodelação e preocupação do Estado com o setor agropecuário brasileiro. Um dos principais marcos dessa década foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), visando o controle das atividades canavieiras, que perdurou até 1970 em forma de um processo delineado por etapas distintas (SZMRECSÁNYI, 1979).

Dessa maneira, em 1970, a instabilidade do mercado externo na oferta de açúcar e ampliação da produção no Centro-Sul, juntamente com os programas de investimento do Estado, marcaram uma retomada dos investimentos no setor canavieiro no país, visando a exportação. Dentre os planos postos em prática nos anos iniciais, destaca-se o PLANALSUCAR (Programa de apoio à Agroindústria Açucareira).

O processo de cultivo da cana-de-açúcar e o complexo agroindustrial canavieiro é amplo na Microrregião de Frutal (MG) e já foi estudado por alguns pesquisadores, como Vilas Boas (2009), Teodoro (2016), Reis (2013), Souza (2012) e Carvalho (2009). Sendo assim, é importante de antemão entender que tal atividade no Triângulo Mineiro (MG) foi resultante dos incentivos governamentais à produção de agrocombustíveis, com o uso do álcool destilado da cana-de-açúcar, que direcionaram investimentos de São Paulo, da região Nordeste e internacionais para

essa área, reformulando as atividades agrícolas locais, devido ao privilégio recebido pelo setor e ausência de investimentos para outras culturas destinadas ao mercado interno (LENCIONI, 1985).

A elevação dos incentivos à produção sucroenergética no país permeou a aceleração em larga escala das áreas de plantio dessa monocultura. Referente ao papel dessas agroindústrias em 1990, cabe mencionar a função do PROÁLCOOL que marcou a

[...] concentração industrial e retração da produção de álcool hidratado sob a desregulamentação parcial, haja vista que o Governo Collor inaugurou a diminuição da intervenção estatal nas atividades produtivas. Foi nesse contexto que os empresários do setor sucroalcooleiro reivindicaram a manutenção do PROÁLCOOL, mediante solicitação de novos recursos públicos, redução de impostos e renegociação das dívidas junto ao Estado, em um cenário marcado pelo neoliberalismo, competitividade e uma onda de privatizações em vários setores da economia. (SANTOS, 2009a, p. 127)

Essa atividade agroindustrial no país aumentou em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, sendo atualmente um setor também de produção de “energia, pois a queima do bagaço da cana pode abastecer as próprias unidades, ou ser comercializada, além da produção de ração animal, adubo orgânico, papel e celulose (SANTOS, 2009a, p. 127). Logo, o papel dos investimentos e da modernização do campo e a inserção das biotecnologias são fundamentais para o setor canavieiro e sua expansão.

Especialmente quando tem por objetivo a produção de matéria-prima para a indústria açucareira, o cultivo da cana constitui uma atividade relativamente complexa, que exige uma adequada infra-estrutura científica e tecnológica. Isto não se aplica apenas às operações que compõem as várias etapas de seu processo produtivo, mas também — e, quem sabe, principalmente — a certas atividades correlatas. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 153)

Nesse contexto, na Microrregião de Frutal (MG), o município de Iturama (MG) iniciou a inserção da monocultura da cana-de-açúcar de forma expansiva já em 1990, devido aos investimentos públicos e privados, como a CNAA — Companhia Nacional de Álcool e Açúcar de investimentos da Carlyle-Rivestone e Global Foods (CARVALHO, 2009), sendo o maior produtor da região pesquisada. Tal fator se repete no início do século XXI, mas com o destaque de que novos municípios também passaram a produzir a matéria-prima, como Frutal (MG), Limeira do Oeste (MG), Pirajuba (MG) e União de Minas (MG), conforme dados do IBGE.

A ascensão na produção canavieira em 2010 para todos os municípios da Microrregião de Frutal (MG) pode ser justificada devido aos investimentos internos do BDMG e BNDES, além da inserção das novas unidades agroindustriais que chegaram a ser, no Triângulo Mineiro, em 2007, 53% do total geral de Minas Gerais (CARVALHO, 2009).

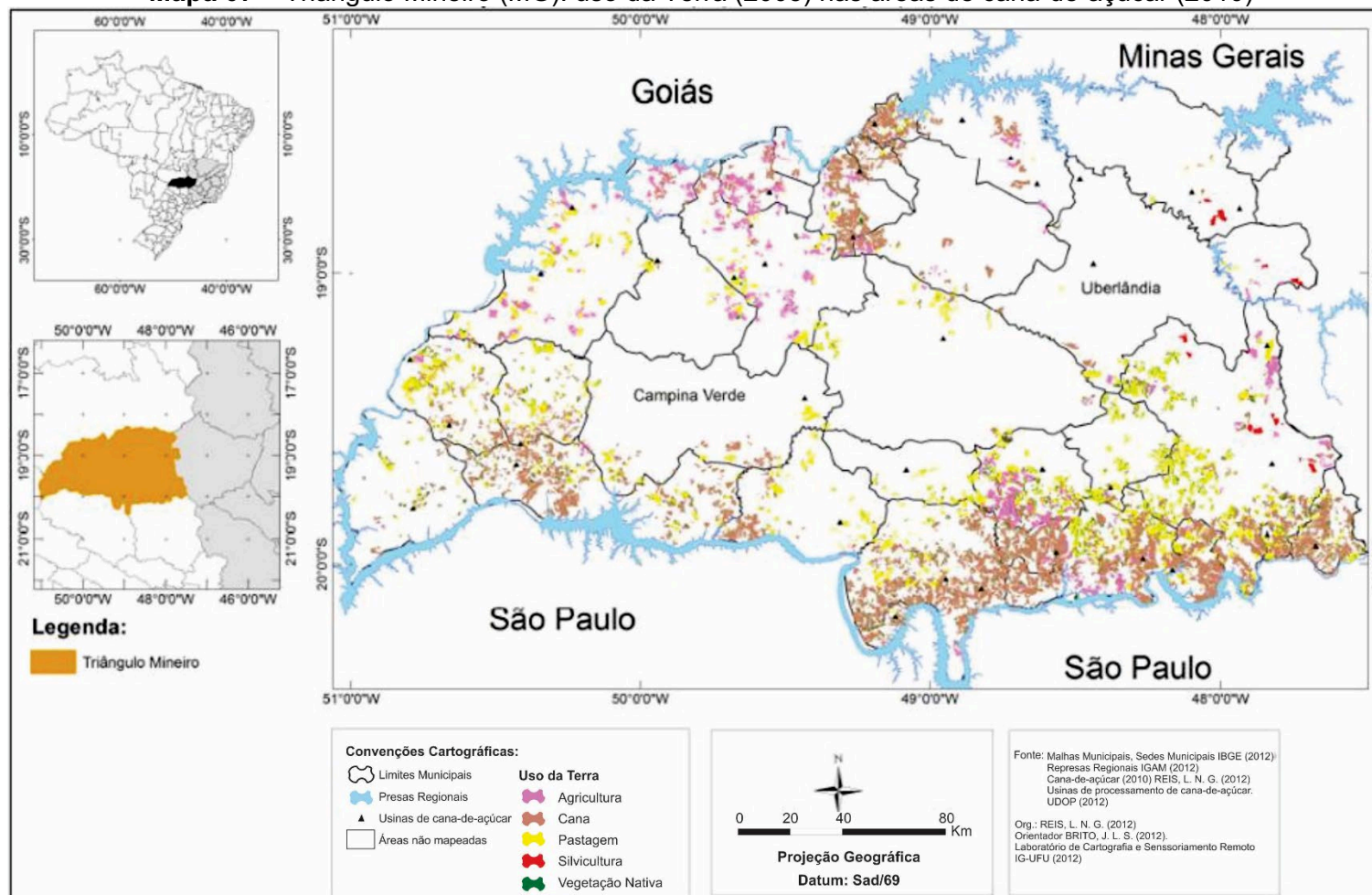
Todo esse contexto remete à instalação das usinas do grupo Tércio Wanderley, sobretudo até a metade da primeira década do século XXI, sendo as Usinas Coruripe, em Iturama (MG) e Limeira do Oeste (MG), bem como a Usina Carneirinho Agroindustrial, em processo de implantação no referido município. Limeira do Oeste (MG) ainda possui uma segunda unidade, a Cabrera Energética, que se instalou em 2008, de capital do Grupo ADM e vendida à CMAA — grupo que possui unidade em Uberaba (MG), intitulada como Vale do Tijuco — com nome de Vale do Pontal em 2016. Em Itapagipe (MG), a usina com o mesmo nome do município e de capital do grupo Bunge iniciou suas atividades igualmente na segunda metade da década de 2000, interferindo também na ampliação da produção de cana-de-açúcar municipal.

Já Frutal (MG) possui duas usinas, sendo a Cerradão — dos grupos JP Andrade Agropecuária e “Holding Queiroz de Queiroz”, com o empreendimento iniciado em 2006 e a primeira moagem em 2009 — e a usina Frutal — grupo Bunge — que se instalou no município em 2007. Em Pirajuba (MG) se encontra a usina Santo Ângelo, de capital nacional, que apresentou sua primeira safra em 1989.

O município de Fronteira (MG) apresenta a unidade mais antiga da microrregião pesquisada, com instalação na década de 1940 e atualmente pertencendo ao grupo Vale do Ivaí. Portanto, esse total de nove usinas amplia a produção da região, bem como as áreas destinadas ao plantio da matéria-prima, que necessita da proximidade com a unidade processadora.

Dessa forma, nota-se no mapa 07 a seguir esse processo de evolução do uso da terra para o plantio de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro, bem como na Microrregião de Frutal (MG) entre 2005 e 2010.

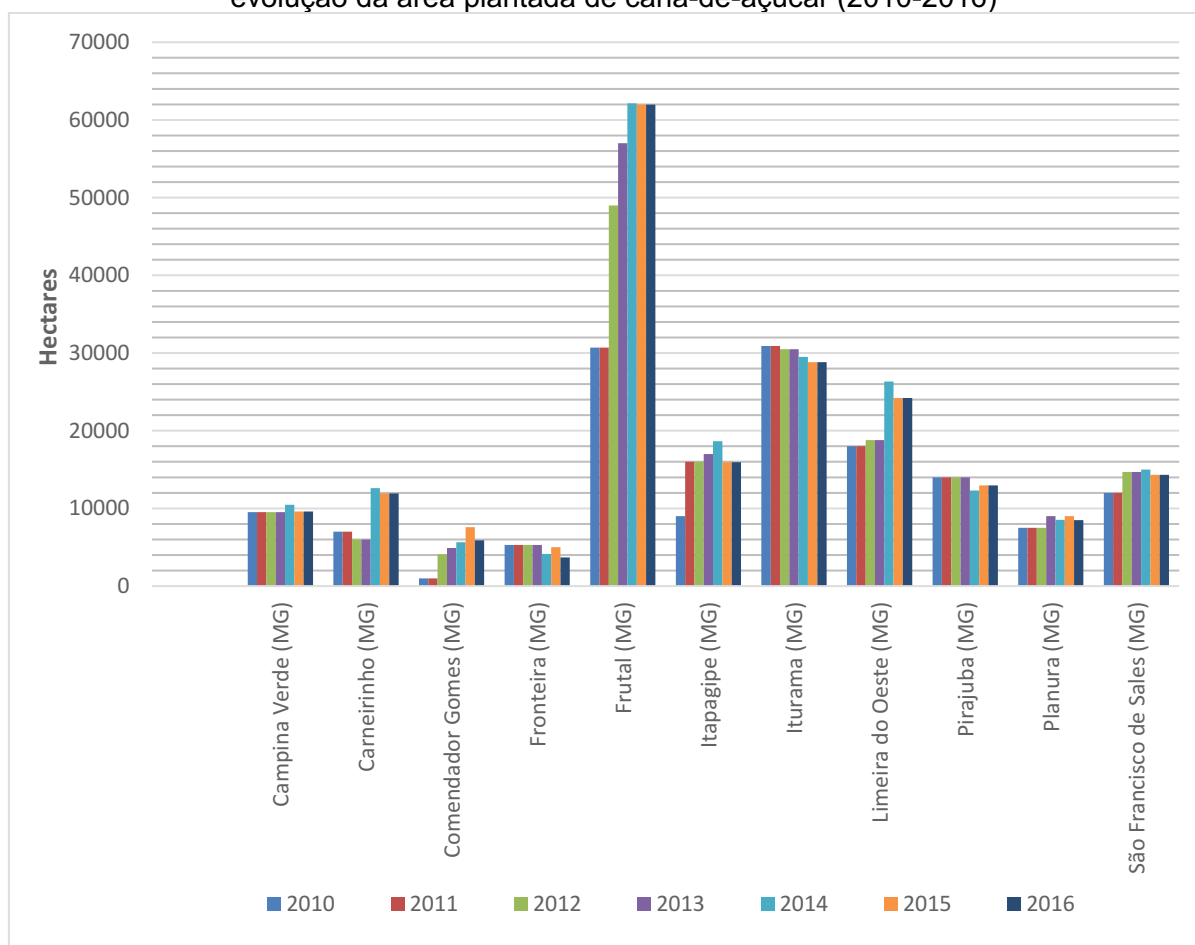
Mapa 07 – Triângulo Mineiro (MG): uso da Terra (2005) nas áreas de cana-de-açúcar (2010)



Fonte: Reis, 2013.

Nesse contexto, a produção de cana-de-açúcar intrarregional, entre 2010 e 2016, ocorre especialmente em municípios com mais de uma unidade industrial, além de serem eixos importantes na logística de transportes e deslocamento, como é o caso de Frutal (MG) e Iturama (MG) (gráfico 15). Segundo Souza (2012, p. 88), “a expansão do setor sucroenergético no estado de Minas foi cuidadosamente articulada pelo governo em suas instâncias e distintas escalas”.

Gráfico 15 – Microrregião de Frutal (MG):
evolução da área plantada de cana-de-açúcar (2010-2016)



Fonte: IBGE, Produção Municipal, 2010-2016.

Nota¹: Valor da produção: Variável derivada calculada pela média ponderada das informações de quantidade e preço médio corrente pago ao produtor, de acordo com os períodos de colheita e comercialização de cada produto. As despesas de frete, taxas e impostos não são incluídas no preço.

Nota²: Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Dessa forma, é possível constatar a alteração das atividades que utilizam pastagens e o plantio de grãos para o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar na Microrregião de Frutal (MG). Segundo Reis (2013)

[...] Limeira do Oeste concentra a maior área convertida de pastagem para a cana-de-açúcar, no período (2005-2010) com 55% de 5.989 ha, seguido pelo município de Carneirinho com 36%. No que diz respeito à conversão dos demais usos da agricultura para a cana estimou-se uma área de 957 ha na microrregião, sendo 54% do total em Carneirinho e 29% em Pirajuba. O maior desmatamento de cobertura vegetal natural para o plantio da cana ocorreu no município de Carneirinho, com 62% de 396 hectares (p. 90).

Logo, todo o processo de modernização do campo, de reestruturação das atividades agrícolas e inserção do capital interferiram na dinâmica das cidades, no comércio e consumo, tendo como papel importante as políticas públicas. Esse contexto das pequenas cidades e setores da economia, trabalho, formação, infraestrutura e fluxos serão abordados no próximo capítulo.

3. AS PEQUENAS CIDADES: conceitos, economia e dinâmicas na Microrregião de Frutal (MG)

“La ciudad, considerada como proyección de la sociedad global, es un emisor ininterrumpido de informaciones siempre renovadas. [...] Poner en evidencia el hecho de que la vida urbana es tanto más completa cuando más informaciones emite, y más renueva las informaciones” (LEFEBVRE, 1973, p. 143).

A formação histórica das cidades apresenta vários contextos históricos, de localização e de momento econômico de dado país ou região. Diante disso, a estruturação, administração e reorganização do espaço pela sociedade da época são as bases iniciais de pesquisa para cada recorte espacial. Logo, para entender as pequenas cidades não se pode partir apenas do enfoque local, visto que mesmo determinadas hierarquicamente no nível inferior, todas apresentam dados históricos e de ocupação que se ligam em rede a um retrato regional e, em alguns casos, nacional. Essa rede, que significa o entroncamento de nós, conectando-os na rede informacional tem a capacidade de expandir-se diante do papel dos fluxos (CASTELLS, 1999).

Portanto, essas ligações pertencentes à rede urbana, a qual é forma espacial e *locus* da divisão territorial do trabalho — sendo premissa e reflexo —, compreende a hierarquização urbana determinada pelas especializações e níveis de funcionalidade que conectam regiões afastadas, articulando a economia a um nível mundial, devido sobretudo à velocidade das redes de tecnologia (CORRÊA, 2006). As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes.

Assim, entender os conceitos “serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa” (LENCIONI, 2008, p. 110). Dessa maneira, vale ressaltar que o conceito se transforma no processo histórico, ele possui “movimento e por isso um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique” (LENCIONI, 2008, p. 111).

Nesse contexto, os conceitos de cidade e campo, rural e urbano, assim como o de pequenas cidades, são embasados em vertentes teóricas, formação de cada

autor e em determinados recortes temporais, por isso é importante determinar o contexto histórico e regional para entendê-los.

Em vista disso, o presente capítulo busca analisar o conceito de cidade com contribuições históricas e teóricas de Portugal, uma vez que determinados pontos da trajetória da Coroa influenciaram nos primórdios dos surgimentos das cidades brasileiras. Além disso, o texto visa apresentar a realidade viária e do contexto em rede das pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG), entremeando com a política nacional de saúde e sua regionalização, além de discutir o papel das instituições de ensino superior e os eixos de deslocamentos realizados no âmbito intra e interestadual.

Alguns autores contribuíram de forma importante para as pesquisas sobre essa área da Geografia Urbana. Por conseguinte, existe uma necessidade, cada vez maior, de se estudar o que são e como se comportam as pequenas cidades em uma análise interna e externa de suas relações com as demais, uma vez que cada região do país apresenta pequenas cidades em contextos distintos, por exemplo, o estudo na Amazônia³³, no Nordeste, na porção Oeste Paulista, Triângulo Mineiro, agreste do Rio Grande do Norte³⁴, entre outras.

3.1 Relação urbano-rural e o surgimento das cidades: análises conceituais brasileiras e contribuições dos estudos de Portugal.

As cidades contemporâneas requisitam uma análise afunilada para compreender os vários elementos que as estruturam, com as bases históricas e territoriais em suas individualidades, mas sempre diante de uma visão crítica dessas relações e não somente de suas articulações, como destaca Sposito (2008) ao afirmar que a cidade não é o

[...] conjunto de edifícios com diferentes formas de uso, ao arruamento, por onde circulam pessoas e veículos, ao território ocupado, diferentemente, pelos atores sociais e suas atividades econômicas, nem tampouco aos aspectos culturais dos grupos populacionais que vivem na área urbana. A cidade é muito mais que cada um desses aspectos – mesmo que eles sejam individualizados para que possamos compreendê-los melhor – e vai além da simples combinação ou da articulação entre eles (p. 13).

³³ Sobre pequenas cidades na Amazônia brasileira, consulte: Oliveira (2001)

³⁴ Sobre pequenas cidades no Nordeste brasileiro, consulte: Gonçalves (2005)

Apesar disso, o eixo comum entre todas as cidades, independentemente do tamanho, dos contextos espaciais, territoriais e temporais, é o processo de aglomeração que, apesar de não conceituar, permite entender como muitos povoados deram origem às cidades. As aglomerações são entrelaçadas ao tempo histórico e aos lugares, além de levar a compreensão sobre o papel também do sedentarismo que “acrescida da função de troca e da de administração pública é que fizeram com que alguns povoados se desenvolvessem como cidades” (LENCIONI, 2011, p. 90).

Diante disso, é importante avaliar o “poder urbano e do que pode ser rural com base no estudo das dinâmicas e das práticas socioespaciais” (SPOSITO, 2008, p. 15). Do mesmo modo, deve-se entender os fluxos, a circulação de mercadoria e de comunicação, por meio do papel das infraestruturas (energia, coleta de lixo, abastecimento de água e rede esgoto), rodovias e equipamentos públicos (escolas, creches, hospitais, áreas de lazer) das bases econômicas locais, do comércio, serviços e setor industrial.

Desse modo, para Monbeig (2004) é possível mensurar a influência do espaço urbano sobre o rural mesmo diante de aglomerações menores, uma vez que, para o autor, a geografia não se deve restringir aos estudos das metrópoles já que as pequenas cidades possuem inúmeros elementos de pesquisas assim como é “quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a toda velocidade em metrópoles imponentes” (MONBEIG, 2004, p. 280).

De antemão, salienta-se que o debate acerca do urbano e rural está dotado de influências da sociedade no âmbito político-ideológico, preferenciando projetos de desenvolvimento e formas inseridas no modo de produção capitalista, tão difundido no âmbito mundial (LENCIONI, 2011).

A definição e conceituação de rural e urbano é distinta em cada país. No caso brasileiro, não são considerados os dados populacionais. Basicamente, o que determina a classificação entre urbana e rural é a localização dos domicílios; para o IBGE, uma se insere nas cidades e sedes distritais e a outra se encontra fora desses limites (GIRARDI, 2008).

Nesse contexto, a cidade e o campo são delimitados e regulamentados pelas cobranças de impostos do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no recorte urbano, que para além dele é determinado pelas jurisdições do campo. Contudo,

esse limiar de separação é complexo de ser analisado diante das legislações, devido às variáveis de tamanhos, contextos regionais e sociais encontrados, especialmente no que tange às pequenas cidades.

A concepção de cidade, no âmbito político-administrativo ainda em vigor no Brasil, é dada pelo Estado conforme o Decreto-lei nº 311 do final da década de 1930, durante o primeiro período da ditadura militar, que determina cidade toda sede municipal, sede distrital como vila. Neste período, a elite no poder se sobrepôs à sociedade, seus princípios e direitos.

Esse fator, mesmo desconsiderando os elementos populacionais e de função das aglomerações, também nos permite justificar o elevado número de municípios atualmente e, portanto, de cidades no país, uma vez que isso remete à administração e destinação de recursos e verbas. No que tange ao papel das Câmaras Municipais, a Constituição Federal do país as encarrega de delimitar as cidades no sentido do seu perímetro urbano.

Tais legislações e formas de determinar as cidades no Brasil contribuem com os problemas regionais assim como de cunho da administração, em várias instâncias, sobretudo devido à ausência de infraestrutura básica em muitas cidades, o que impede o atendimento adequado e de qualidade da população local, principalmente em relação aos equipamentos públicos. Esse fator interfere diretamente na definição de cidade e urbano para as análises nacionais, uma vez que, no contexto mundial, as cidades são criadas com bases distintas, o que o sociólogo e economista José Eli da Veiga (2003, 2004) determina como sendo estruturais (localização, total de habitantes, eleitores e densidade demográfica) e funcionais, em sua análise em um modelo fechado quando se reporta às questões da Geografia Urbana.

Nesse cenário, as contribuições teórico-metodológicas, adquiridas no estágio em doutorado realizado no IGOT (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa), permitiram entender o papel conceitual e funcional das cidades portuguesas na atualidade e no seu processo histórico de formação. Mesmo com uma delimitação territorial discrepante da brasileira, Portugal apresenta cidades em uma rede funcional em níveis hierárquicos que tem como enfoques os estudos e discussões acerca da vulnerabilidade socioambiental e das cidades inteligentes (*Smart City*).

Essa releitura teórica urbana de Portugal favoreceu as análises da realidade do Brasil com contribuições ainda futuras para o caso local, mas de relevância na organização do Estado como gestor e no papel da rede funcional. Logo, o país lusitano que possui uma delimitação distinta do Brasil — em vários contextos, como histórico, de ocupação, estruturação, dominação, entre outros — contribuiu com o nível de necessidade de preocupação funcional ao considerar cidade os núcleos de oito mil habitantes e que dispõem de 50% dos equipamentos públicos listados:

[...] a) hospital de permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) casa de espetáculos e centro cultura; e) museu e biblioteca; f) instalações de hotelaria; g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundários; h) estabelecimento de ensino pré-primário e creches; i) transportes públicos, urbanos e suburbanos; e j) parques e jardins públicos. (VEIGA, 2004, p. 28)

Diante disso, cabe ressaltar o papel importante de análise da geografia urbana portuguesa na publicação da obra³⁵ de Teresa Barata Salgueiro, de 1992, que faz um diagnóstico das cidades em Portugal, interligando as áreas do conhecimento geográfico, histórico, urbanístico e sociológico. Além do mais, o processo de municipalização portuguesa também apresenta uma retomada histórica importante, desde o período medieval com o mecanismo de povoamento (MARQUES, 1994). “Em Portugal ‘cidade’ refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (Rei ou Parlamento)” (SALGUEIRO, 1992, p. 19).

Nesse contexto, a autora Marques da Costa (2017) reafirma as análises atuais de Veiga, discorrendo que um

[...] ligado ao urbano, tem uma natureza político-administrativa e está associado à classificação de “Cidade” (Lei 11/82 de 2 de junho). A “cidade” é definida por ter um “número de eleitores superiores a 8.000, em aglomerado populacional contínuo e, possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espetáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários” ou ainda “razões de natureza histórica, cultural e arquitetônica” (p. 261).

Logo, mesmo sem acompanhar o processo de urbanização da Europa, com uma evolução tardia vinculada igualmente ao crescimento econômico, não se pode

³⁵ A cidade em Portugal. Uma geografia urbana (1992).

desconsiderar o papel histórico das cidades originadas na antiguidade com a ocupação dos Romanos, posteriormente marcadas pelo estilo urbano dos Mouros (visivelmente notável pela presença das muralhas, castelos e ruas tortuosas), além das influências adquiridas por meio do comércio desenvolvido pelas grandes navegações e a peculiaridade das cidades marítimas, que absorveram perfis arquitetônicos das culturas recém-descobertas (MEDEIROS, 2009).

Nas cidades de Évora, Coimbra e Lisboa é possível identificar as estruturas que remetem à ocupação Romana, assim como em Sintra e Setúbal também nota-se como as invasões dos bárbaros influenciaram na organização urbana, a exemplo do Castelo de Sintra ou Castelo dos Mouros e o Forte de São Filipe de Setúbal, sendo o último edificado com o objetivo de conter as invasões litorâneas em Portugal. Assim, no país “em todas as épocas se fundaram cidades para exercer a administração e controlar territórios, pelo que as criações urbanas acompanharam a expansão dos impérios e a consolidação dos Estados” (SALGUEIRO, 1992, p. 19).

Gaspar (1998) vincula esse atraso na urbanização de Portugal em relação aos demais países da Europa à economia, afirmando que

The Portuguese case has certain specific facets which distinguish it from particular well-discussed aspects of the situation elsewhere in the more developed countries. At the beginning of the 1970s, at the onset of economic crisis in the industrialised European countries, the Portuguese economy was still marked by the relative importance of the primary sector (with 32.8% of active employment in 1970), and by one of the lowest levels of urbanisation in Western Europe. Only 26.5% of the population lived in urban [...]. (GASPAR, 1998, p. 64)

Para além disso, uma característica comum e evidente na ocupação do território brasileiro — no período colonial — é a presença do poder da igreja católica na organização do povoado, em grande parte do país, regido por essas instâncias religiosas.

No caso de Portugal, Salgueiro (1992, p. 22) relata que durante um longo “tempo as designações vila e cidade não eram específicas de um lugar, mas reportavam-se a todo o território administrado a partir de um centro designadamente de uma sede episcopal”.

Sob o olhar de Teixeira (1993), apesar da riqueza histórica, os estudos referentes às cidades no país não se desenvolveram, de tal forma que cada região, cada cidade, em determinado recorte temporal, apresenta seus próprios

historiadores com o enfoque local e não de interligação com movimentos históricos no âmbito geral do país. Dessa maneira, a rede urbana portuguesa se deu ao longo dos séculos nas margens litorâneas, sendo as aglomerações interioranas raras e concentradas, tendo por objetivo a defesa do território (MARQUES DA COSTA, 2000).

Diante disso, com a importância dada às duas cidades do litoral, Lisboa e Porto, “assistiu-se a um crescimento de novos eixos e sistemas urbanos liderados por pequenas e médias cidades, que foram assumindo diferentes papéis nos contextos territoriais onde estão inseridas” (MARQUES DA COSTA, 2017, p. 259).

Consequentemente, de forma geral, a urbanização em Portugal se deu como um processo descentralizado, com um percentual de população urbana ainda pouco expressivo para as décadas de 1970, sendo que esse processo de êxodo rural já em 1980 acontece de forma acentuada, sobretudo para as cidades metropolitanas de Lisboa e Porto devido à criação de cidades de pequena e média dimensão (MARQUES DA COSTA, 2000), as quais “estão organizadas em novas regiões urbano-funcionais determinadas por uma estrutura de fluxos de pessoas e bens entre as várias cidades ou vilas, que dão lugar a aglomerações polinucleadas” (MARQUES DA COSTA, 2017, p. 259).

No seu estudo sobre a cidade e seu futuro, Gaspar (1998) relata que, no decorrer da história, Portugal vivenciou um processo de rápida urbanização após 1980 que estava associado à expansão econômica, crescimento da classe média e melhoramento dos equipamentos públicos.

As vantagens da localização das aglomerações no território garantiam facilidades na organização, acessibilidade e circulação, sempre enfatizando o papel das cidades na região litorânea (MEDEIROS, 2009). Apesar disso, Costa (1993) afirma que nesse período havia uma ausência de cidades intermediárias e

[...] um grande número de pequenas cidades, desempenhando funções de ordem inferior, e duas grandes cidades (já bastante diferenciadas entre si), associadas a funções de alto nível (apesar de ultimamente se notar uma tendência para o crescimento de importância das cidades de menor dimensão, algumas das quais poderão desempenhar funções de nível intermédio agora em falta). (COSTA, 1993, p. 14)

Desse modo, as cidades tinham suas edificações formadas no litoral ou no interior do país, no caminho de rios, sendo destinado o papel administrativo às áreas

de relevo acentuado (MEDEIROS, 2009), elementos visíveis na atualidade na presença das partes “altas” e “baixas”, comumente notadas em Lisboa e no Porto. Logo, esse período foi marcado por três vertentes:

- a) concentração de população nas duas grandes cidades (Lisboa e Porto) e suas proximidades;
- b) tendência para a urbanização difusa e a densificação da dispersão (sobretudo no Norte Litoral), verificando-se processos de urbanização *in situ* (mudança de atividade econômica e modo de vida, com permanência espacial);
- c) mais recentemente, algum aumento da população nas pequenas cidades (que existem em grande número, mas são de reduzida dimensão, estando a rede urbana nacional distorcida, com falta de centros urbanos de dimensão intermédia). (COSTA, 1993, p. 5)

A autora Marques da Costa (2000, p. 172) ainda ressalta que o processo de “urbanização *in situ* [foi um] processo que não se fez pela mobilidade da população do meio rural para o meio urbano, mas pela introdução de atividades e valores urbanos em meio rural”. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, que tem por objetivo coletar, elaborar e divulgar os dados estatísticos da sociedade, segundo a Constituição da República Portuguesa de 1976, reforça que

Para o Continente, são contempladas três categorias de autarquias locais: a freguesia, o município (substantivo a designação do concelho) e a região administrativa (artigo 236º). [...] A Lei nº 11/1982, de 2 de junho, estabelece as condições que permitem a uma vila ser elevada à categoria de cidade. No entanto, a legislação é omissa em relação aos limites geográficos das cidades. Neste contexto, em 2002 e tendo por base a legislação que cria as cidades, o INE estabeleceu a “cidade estatística”, na medida em que definiu critérios estatísticos que lhe permitiram definir territorialmente os limites das cidades. (INE, 2018)

Essas cidades estatísticas são a porção territorial de reajuste do limite urbano, com base nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos no âmbito da categoria de cidade referentes às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE (2018). Assim, o processo de urbanização parte de que

[...] sempre que uma subsecção estatística é considerada urbana por critérios de ordenamento e planeamento, assume a categoria de “espaço urbano”; no caso da atribuição inicial ter sido não urbano, respeitasse o resultado obtido através da aplicação dos critérios morfológicos classificando todas as subsecções estatísticas em “espaço urbano”, “espaço semiurbano” ou “espaço de ocupação predominantemente rural”. (INE, 2014, p. 10)

De acordo com os estudos de Marques da Costa (2017), há uma classificação distinta para as cidades portuguesas baseada em uma metodologia na relação regional, internacional e nacional, que, além de conter parâmetros econômicos ambientais e sociais, permitiu identificar três grandes tipos de cidades: 1) cidades com funções intermediárias e níveis elevados de sustentabilidade, com população entre 20 e 100 mil habitantes; 2) cidades com papel intermediário, sem execução dos critérios sustentáveis com dimensão inferior a anterior, de 10 a 50 mil habitantes; 3) as cidades consideradas polos locais que apresentam funções restritas à abrangência local, com uma população entre 5 e 15 mil habitantes (MARQUES DA COSTA, 2017).

Nesse contexto, nota-se a presença das delimitações para além dos dados demográficos, mas sim sempre reforçando o papel das funções desempenhadas em cada local em um âmbito não somente regional e nacional, mas também internacional, devido à dinâmica europeia e à proximidade territorial identificada no continente, assim como nos limites de Portugal.

Dessa maneira, tanto as pequenas quanto as médias cidades portuguesas aproveitaram do desenvolvimento no segmento de infraestrutura, ocorrido após a década de 1980, para se recolocarem no âmbito regional, mas que levou a uma alteração da hierarquia das funções econômicas em função do contexto global e a crise que afetou alguns países europeus (MARQUES DA COSTA, 2017). Logo, para Salgueiro (1992, p. 30), “a consciência da pequena dimensão urbana do país justifica talvez a posição privilegiada que lugares de dimensão mais reduzida merecem em termos estatísticos”.

Para mais, essas cidades portuguesas se depararam com o sistema de planejamento, organização e programas de investimentos igualmente voltados à reestruturação socioambiental e urbana “e a sua capacidade de reagir aos impactos da globalização [...] e, em simultâneo, o efeito da crise, que impõe critérios de eficiência na prestação de funções e dos serviços econômicos e sociais” (MARQUES DA COSTA, 2017, p. 289-290). Logo, no que tange à abordagem da dicotomia rural e urbano em Portugal, a transição rural e urbano é apresentada por George (2001) como *locus do drama*, no qual

[...] as tipologias morfológicas são variadas: do corte abrupto entre tecido urbano denso, com prédios de nove andares e território totalmente rural logo em seguida (estilo São Marcos/Cacém), à ocorrência de densidade

decrecente de moradias unifamiliares que se tornam cada vez mais esparsas em loteamentos com ocupação de parcelas de uso complementar agrícola. (GEORGE, 2001, p. 120)

Partindo desse princípio analítico e de compreensão da realidade urbana e rural portuguesa, torna-se fundamental contextualizar o conceito no viés brasileiro. Anteposto, cabe ressaltar a abordagem de Lefebvre (1973) na sua obra “De lo rural a lo urbano” que contribui com essa conceituação afirmando que

La comunidad rural se mantiene, se defiende, desaparece o se reconstituye bajo modos de producción muy diferentes: esclavista, feudal, capitalista, socialista. Persiste, más o menos viva, en ascensión o disolución, desde los tiempos más remotos hasta nuestros días; ciertamente no extraña a las vicisitudes de la Historia y las transformaciones económico-políticas, pero con vida e historia propias. (LEFEBVRE, 1973, p. 27)

Assim, as atividades rurais no Brasil são basicamente as de desenvolvimentos no âmbito da produção agropecuária, minério e pesca, e as urbanas são aquelas que, desenvolvidas em indústrias ou comércio, têm vínculo com as atividades rurais (SPOSITO, 2008), sendo a agroindústria e as que produzem outras mercadorias, como os fertilizantes, exemplos importantes e observados de forma ampla nas pequenas cidades, devido à ligação intrínseca com o campo.

Complementando o conceito, “rural é tudo o que é pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; é o agrícola; é relativo à vida campestre. Ou ainda pode ser visto como a zona fora do perímetro urbano” (MEDEIROS, 2011, p. 59). Consequentemente, o campo era definido como os locais de menor densidade demográfica, distantes dos núcleos urbanos nos quais havia a dedicação limitada à produção agropecuária, sendo assim o *locus* da relação do homem com a terra, do homem com o plantio, além de ser determinante para os limites espaciais e territoriais.

Em uma analogia com as cidades portuguesas, Brito (1999), em seu capítulo sobre o fado, na obra “Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal”, mostra como, ao fazer o recorte da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755, a desordem e os ruídos no período de reconstrução passam a ser atores e processos sociais, onde a cidade é cenário e protagonista, sendo o fado cantado e executado de forma a combinar a ruralidade dentro da cidade, transmitida nas narrativas por versos que retomam a identidade com o campo. A cidade se encontra,

“em geral às escuras, confinada nas suas colinas e bairros mais antigos, ocupando uma área restrita junto ao rio, com as portas de entrada a definir um perímetro que a demarcava do espaço rural envolvente” (BRITO, 1999, p. 28).

Portanto, o rural e o urbano, o campo e a cidade, acabam por se entremear, fazendo com que um complemente o outro, tanto na análise da realidade brasileira quanto da portuguesa. As diferentes relações econômicas estabelecidas com a presença das redes de agroindústrias são um ramo fundamental de análise e compreensão dessas novas relações existentes entre o campo e a cidade (ELIAS, 2011). Para Marques (2002 p. 100), as distinções têm bases econômicas, espaciais, sociais e culturais distribuídas em:

[...] (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Logo, o campo brasileiro também apresenta uma vinculação estreita com a cidade.

Assim,

A industrialização do campo afetou não apenas a estrutura fundiária, gerando maior concentração da propriedade rural, mas também as relações de produção, gerando a diminuição do número de pequenos proprietários [...] Isso estreitou a dependência da agricultura à indústria, da qual aquela tornou-se um braço desta, assim como as relações entre o urbano e o rural, que perde muitas de suas características e é melhor definido como o agrário. (CORRÊA, 2011, p. 9)

Esse contexto de inserção do processo de industrialização mundial igualmente foi destacado por Lefebvre (1973, p. 215) quando ele relata que “no se haya destacado suficientemente este fenómeno fundamental: la industrialización en sus implicaciones con los problemas de la vida contemporánea”.

Sendo assim, com o papel do processo de industrialização e de modernização do campo brasileiro, o rural se aproxima cada vez mais das cidades, de suas inter-relações e organização com base no desenvolvimento tecnológico equivalente, remodelando a relação campo-cidade, tornando os vínculos e a vida atual mais complexos.

Logo, as indústrias nascem rompendo com o urbano, instalando-se próximas às fontes de energia, matérias-primas, mão de obra, meios e acessos de transporte, estando sempre vinculadas ao campo (LEFEBVRE, 1973). A ideia antiga de dominação da cidade sobre o campo

com base em uma divisão social do trabalho na qual à cidade estava reservado o trabalho intelectual e ao campo restava o trabalho manual, hoje em dia esta relação foi totalmente subvertida pela modernização do campo havendo fluxos intensos de informações em ambos os sentidos e direções. (SOARES, 2011, p. 77)

Diante disso, a cidade e o urbano, “como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente” (LENCIONI, 2008, p. 115).

No âmbito nacional, cidade e campo

[...] aparecem como realidades cada vez mais integradas, como expressões de uma espacialidade diversa e como produto, em nossa visão, da marcha da urbanização e da constituição da sociedade urbana, a qual, conforme diversas análises, pode se processar recriando formas de sociabilidade e espacialidades diferenciadas e até mesmo “pretéritas” ao tempo social histórico dominante no período atual de nossa sociedade. (SOARES, 2011, p. 69)

Portanto, o transcurso de expulsão da população rural para as áreas urbanas acontece sob o processo de urbanização, que não pode ser compreendido sem analisar a economia política, em razão do espaço produtivo o qual passa a ser a cidade, que se torna meio de trabalho e local de existência da população, que se opõe à ruralidade, deixando cada vez mais regiões dependentes das indústrias e comércio no recorte urbano e sua organização (LEFEBVRE, 1973).

O papel da urbanização brasileira na contextualização das pequenas cidades é essencial devido às redes urbanas regionais, que possuem papéis distintos, se articulam e se conectam pela divisão territorial do trabalho (SOARES, MELO, 2008). Portanto, “as pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana” (ENDLICH, 2009, p. 87), o que a faz deixar de ser analisada apenas quantitativamente e passa a ser o *locus* também da materialização do processo intensificado da produção do capital no campo (LENCIONI, 1985).

Dessa forma, as pequenas cidades também têm papel fundamental não somente na dinâmica populacional, mas, sobretudo, na econômica e social das regiões brasileiras, uma vez que o fluxo visando o consumo para atender o campo e as demandas da cidade as leva a uma importante relação com as médias e grandes cidades. Segundo Sposito e Jurado (2013),

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas [...] (p.17).

Dessa forma, entendê-las é um processo amplo e de análise regional. No que tange a sua conceituação, Santos (2004, p. 332) ressalta essa importância mostrando que as “cidades locais nascem e desenvolvem-se como uma resposta às novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo”.

Para Corrêa (2011), as pequenas cidades estão no encontro do campo com a cidade, sendo assim, elas assumem um papel distinto, como pequenas cidades ideais que são nós de uma rede complexa.

Apesar disso, a estruturação de um conceito de “cidade pequena” é multifacetada, uma vez que essa é uma terminologia utilizada em diversos patamares, das instância pública e privada à esfera do senso comum. Ela difere dos conceitos científicos que explicaram processos como a “etchiplanação”, vinculada à Geomorfologia, por exemplo, e demais bases conceituais que advêm da esfera científica (SPOSITO, JURADO, 2013). Esse fator é, em partes, justificado devido ao enfoque dos estudos urbanos no Brasil, sobretudo pela Geografia, ainda estarem direcionados para as grandes e médias cidades.

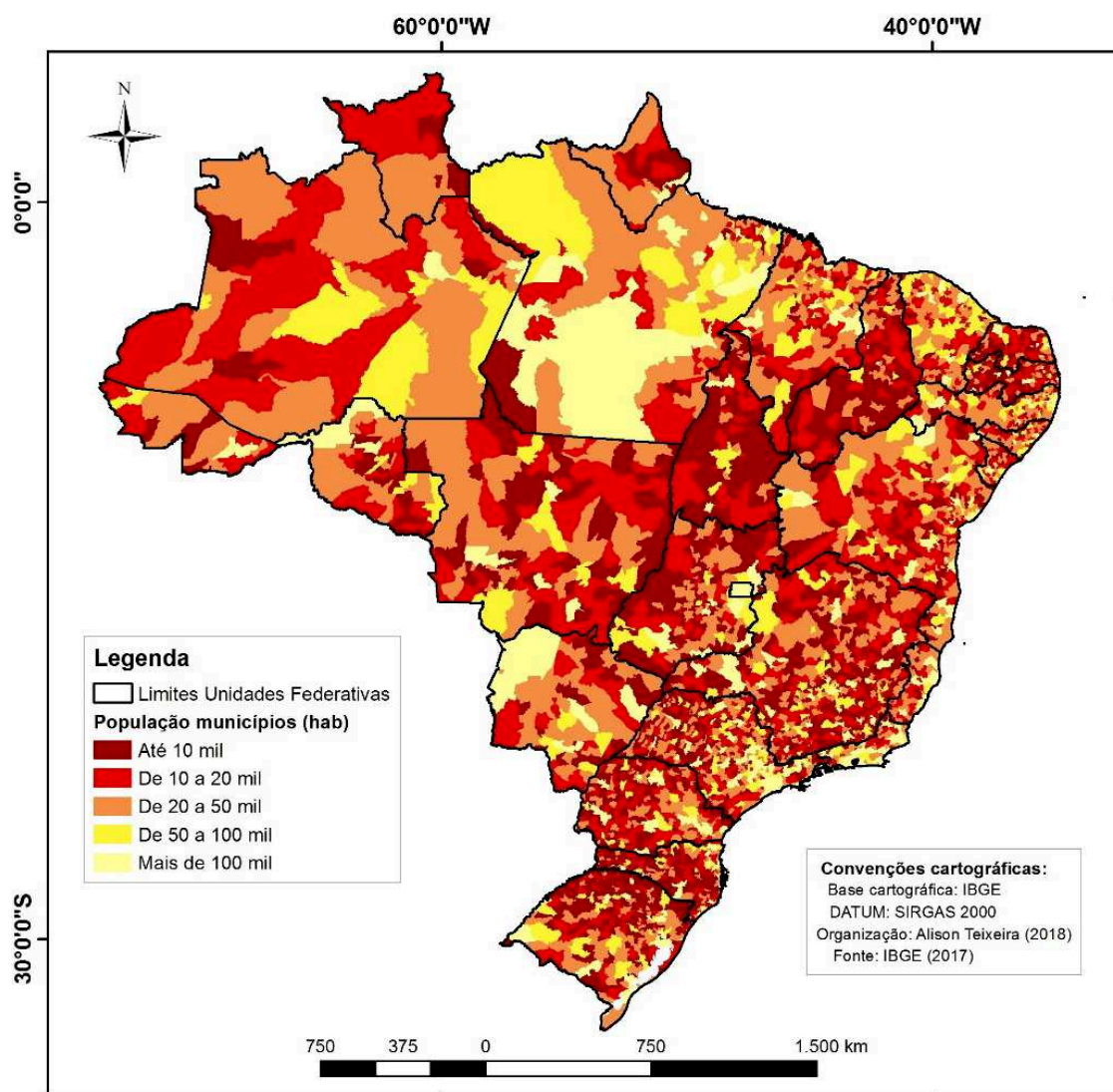
A cidade pequena, abordada por Santos (1982) como cidade local, igualmente é discutida em suas dimensões demográficas. Para o autor (1982, p. 71), essa “é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”. Nesse contexto, o número de pequenas cidades com até 20 mil habitantes e que são consideradas urbanas pela OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) é de densidade demográfica igual ou acima de 150 hab/km². Essa análise populacional

histórica vem devido ao processo de industrialização, sendo que “la concentración de población acompaña a la de los medios de producción” (LEFEBVRE, 1973, p. 227).

Logo, a apresentação dos dados demográficos não se resume à simplificação da delimitação espacial e de densidade populacional, mas sim a uma análise que visa entender a relação da industrialização, dos números, da análise crítica da inserção do Estado na gestão estratégica do território, da produção do espaço diante do viés imposto pelo capitalismo, que reproduz uma sociedade de dominantes e dominados e o papel do contemporâneo informacional e tecnológico que interliga o local ao global.

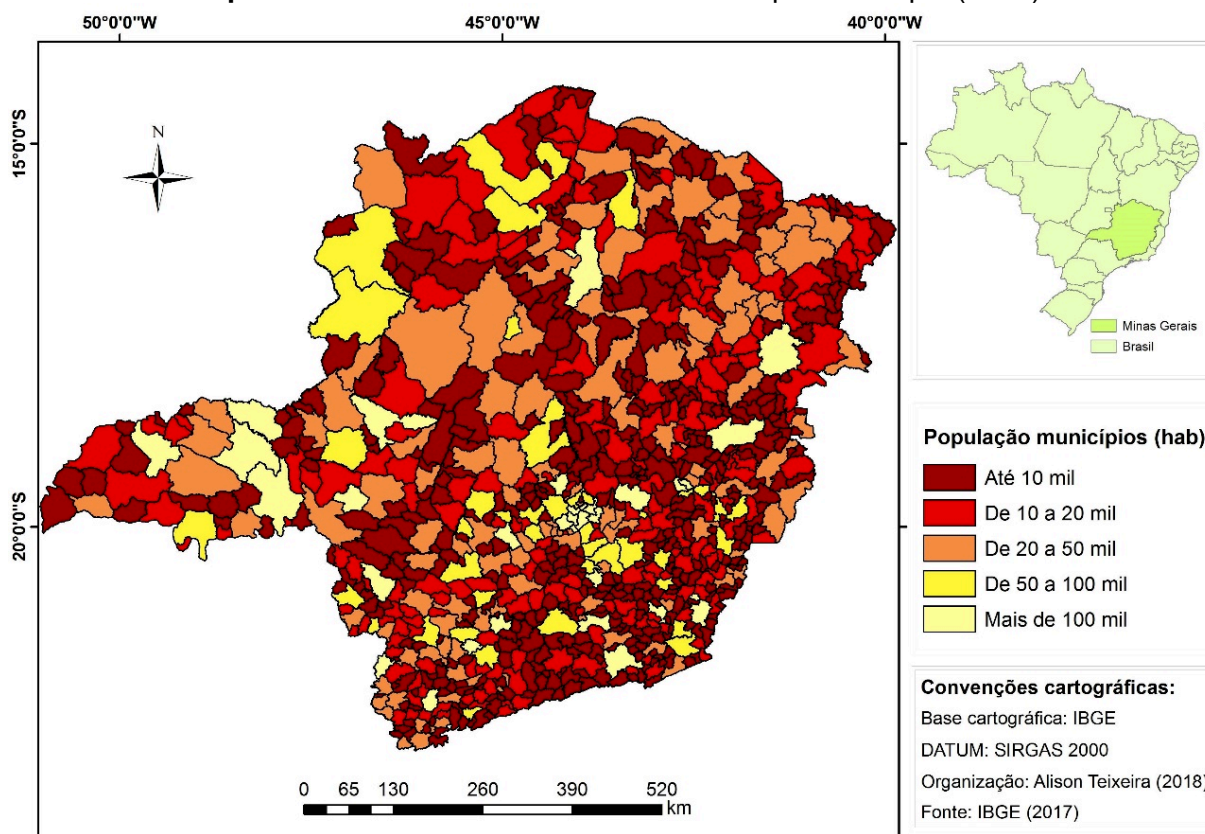
Diante disso, segundo dados do IBGE, o Brasil possuía em 2018 um total de 5.570 municípios (mapa 08), sendo 853 no estado de Minas Gerais, no qual 669 apresentam estimativa populacional igual ou inferior a 20.000 habitantes, o que corresponde a 78,42% dos municípios mineiros.

O mapa 08 permite analisar a ocupação pertinente ainda no litoral, com a localização dos maiores centros urbanos e, portanto, com maior densidade populacional.

Mapa 08 – Brasil: total de habitantes por município (2018)

Ao fazer um recorte espacial e afunilar a visualização dessa distribuição demográfica, o estado de Minas Gerais segue o perfil nacional com maior número de pessoas localizadas na porção sul e sudeste do estado, principalmente no que remete às divisas com São Paulo e o Rio de Janeiro. Outro ponto concentrador é em torno da região metropolitana de Belo Horizonte, na área central de Minas Gerais.

As mesorregiões Norte, Noroeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Jequitinhonha, Central Mineira e Vale do Mucuri apresentam os menores percentuais de habitantes, como se observa no mapa 09.

Mapa 09 – Minas Gerais: total de habitantes por município (2018)

Diante disso, é possível verificar a porção do território que ainda se vincula às atividades primárias e às pequenas cidades, uma vez que a concentração demográfica está diretamente relacionada às maiores funções das cidades, da planificação e investimento do Estado, do meio de produção e, portanto, das atividades industriais e comerciais.

Para além das questões político-administrativas do estado de Minas Gerais, outras são relevantes, assim como os limites municipais e as funções básicas necessárias desenvolvidas nessas pequenas cidades. Quando se avalia a densidade demográfica superior a 150 hab/km² no país, apenas 9% (522) dos municípios são considerados urbanos pela OCDE em 2018. Em Minas Gerais, apenas 250 municípios se enquadram nessa metodologia, chegando a um percentual de apenas 29,30% dentro do estado.

Assim, o “[...] campo e cidade se distinguem pelo âmbito e, portanto, pela natureza do poder que nelas encontra abrigo” (SINGER, 1980, p. 93). Nesse sentido, as diferenças devem ser analisadas não apenas no contexto demográfico, mas, sobretudo, na conjuntura política, econômica e social. Na análise

contemporânea, o campo se rearticula de forma a vincular-se ao processo tecnológico mundial de mercadoria, sendo nele possível verificar o papel da propriedade privada — comumente analisada nas cidades — no contexto do turismo, como um exemplo emergente que determina a contradição centro-periferia (CARLOS, 2002).

Para Sposito (2006, p. 113), essas análises metodológicas podem partir das constatações demográficas, mas não devem findar as discussões nelas; devem estar sempre correlacionadas à rede urbana e aos fluxos, nos quais objetiva-se “compreender as dinâmicas dessas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles” (ENDLICH, 2009, p. 28).

Considerando a pequena cidade como a base inicial da relação entre o rural e o urbano, de toda a hinterlândia agrária, sendo parte intrínseca das relações agroindustriais, Corrêa (2011) afirma que “insumos, equipamentos e assistência técnica, de grande demanda por parte do mundo agrário, são oferecidos por empresas locais, fortemente articuladas às grandes empresas nacionais” (CORRÊA, 2011, p. 14). Para o autor, a definição da pequena cidade deveria ser dada por meio da centralidade que ela exerce. Segundo o autor, a pequena cidade é entendida como “um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada, sobretudo, às atividades agrárias” (CORRÊA, 2011, p. 4).

Segundo Sposito (2008), existe uma complexidade para entender a cidade devido às constantes transformações internas e externas. Por isso é preciso de antemão sempre analisar as dinâmicas específicas e territoriais independente da dimensão das cidades. Assim, o desenvolvimento das tecnologias de informação e da modernização implica nas dinâmicas recentes das pequenas cidades, ultrapassando a ideia retrógrada da supremacia da cidade em relação ao campo, visto que as informações, técnicas e as redes se inserem no campo para ampliar e intensificar as produções.

Para Soares e Melo (2008)

A extensão do território e as diversidades regionais brasileiras impedem que haja uniformização na rede de cidades, em sua hierarquização e mesmo em suas funcionalidades. Pensar em uma caracterização única para as pequenas cidades no Brasil é, portanto, uma tarefa complexa e quase impossível, pois, se, para cada caso, elaboramos propostas com níveis

muito segmentados, poderemos inviabilizar estudos comparativos em nível nacional. (SOARES, MELO, 2008, p. 320)

Diante disso, as análises específicas do território permitem identificar e propor contribuições para a dinâmica e funcionalidade na rede de cidades. Compreender o papel e poder das relações em rede leva a entender o processo de deslocamento de bens e pessoas, conectando cidades para além dos limites político-administrativos estaduais e identificando fluxos que ligam à economia, à qualidade de vida, às necessidades básicas da população, entre outros elementos do mundo globalizado.

3.2 As pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG): disposição viária e o papel das mesmas na rede urbana.

Para entender o processo de urbanização brasileira, devemos considerar essa dicotomia e ao mesmo tempo o entremear das cidades com o campo, a formação administrativa das cidades e o seu papel frente às funções executadas para atender o rural. Diante desse processo de modernização do campo, o urbano se modifica, se especializa e amplia sua abrangência. As atividades do comércio e da indústria também são produto e resultado, inseridos nesse processo e sofrem alterações espaciais, de fixos e fluxos, sobretudo, na análise da rede urbana brasileira. Veiga (2003) afirma que a desigualdade “se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população” (VEIGA, 2003, p. 44).

Diante disso, as contribuições dos estudos portugueses identificam a importância de se pensar essa rede de interação, especialmente entre as pequenas cidades, de forma regionalizada, dinamizando as dinâmicas e organizando a distribuição das empresas e dos equipamentos urbanos, aprimorando a efetivação dos recursos da União e dos Estados.

Diferente da concorrência entre as cidades nos recortes interestaduais, ocorreria um estudo específico de viabilização da edificação e instalação de empreendimentos públicos ou privados não somente para ganho de um único município, mas sim de toda a hinterlândia.

As cidades cada vez mais irão necessitar da identificação de vocações no território para se articularem, viabilizarem verbas nas instâncias superiores e promoverem a articulação na microrregião de forma intermunicipal por meio dos consórcios e associações. Para que isso fosse possível, antes de mais nada, o sistema viário brasileiro deveria ser repensando.

Nesse contexto, entender o acesso rodoviário na microrregião estudada e nas regiões limítrofes é fundamental para entender as relações já estabelecidas devido à proximidade e existência de vias que permitem o deslocamento. Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do país, com 26.125, 60 km de rodovias pavimentadas e 245.019,50 km não-pavimentadas (DNIT, 2016).

Apesar disso, o estado de conservação delas, de forma geral, ainda é crítico em grande parte de Minas Gerais, especialmente nas regiões distantes do centro administrativo, Belo Horizonte (MG) e grandes cidades, mesmo apresentando praticamente 100% das estradas federais pavimentadas no território mineiro.

O mapa 10, a seguir, identifica as principais rodovias, nos limites estaduais com Mato Grosso do Sul e São Paulo. Deste modo, nota-se como o acesso a cidades de porte médio e que desempenham funções hierárquicas no estado paulista é mais facilitado do que no próprio estado mineiro, quando entendemos a localização dos municípios da Microrregião de Frutal (MG), sendo que as principais rodovias que perpassam a Microrregião de Frutal (MG) são: BR-262, BR-153 (Transbrasiliana), BR-364 e a BR-461.

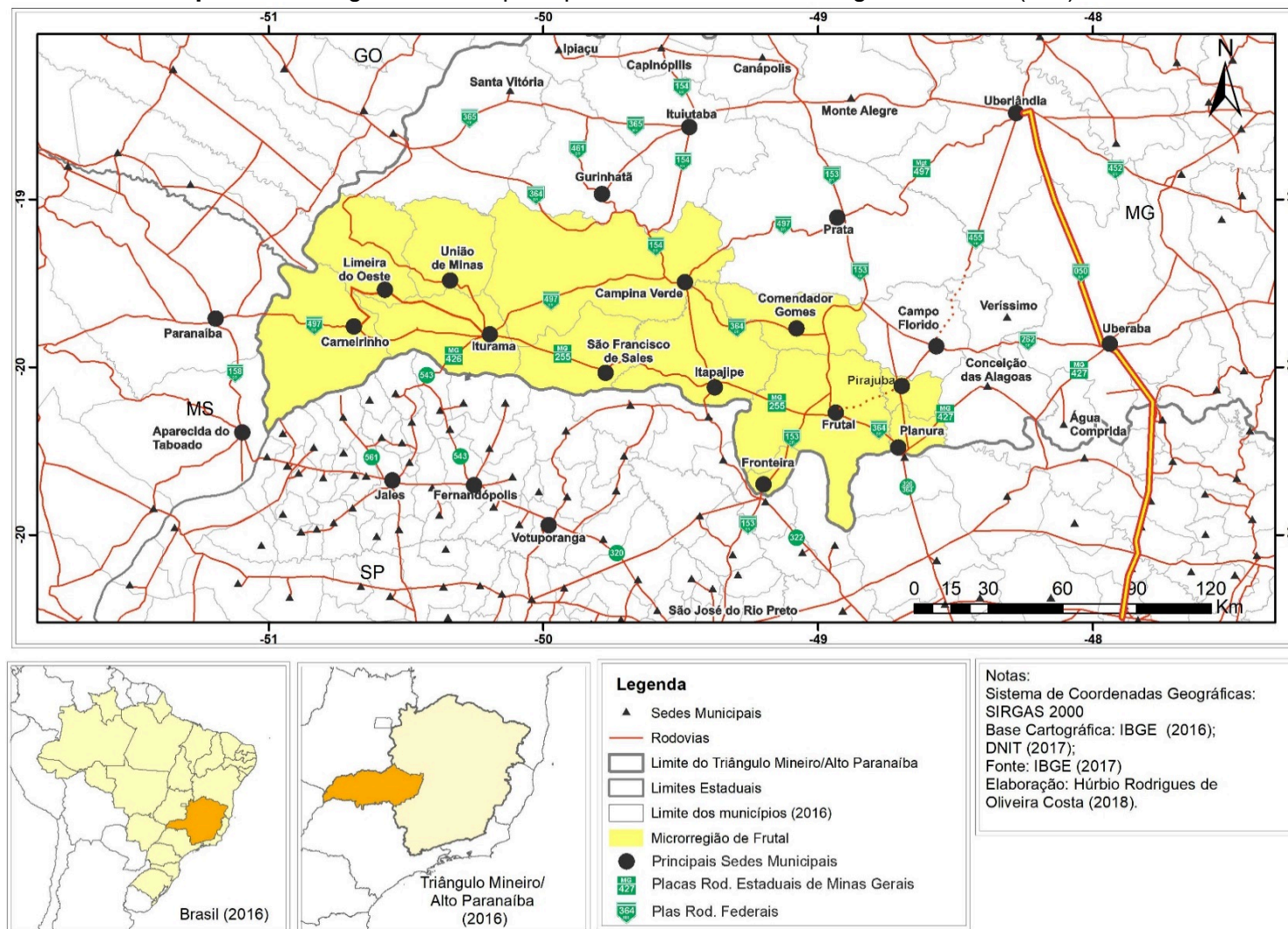
Nesse contexto, é importante entender as vias que se conectavam a Frutal (MG). Sua microrregião, em meados da década de 1960, apresentava rodovias federais (BR-153 e BR-364). Sobre a BR-153, sabe-se que é uma

Rodovia longitudinal planejada na Diretoria de Planejamento dentro do Plano Nacional de Viação do DNER, partindo de Aceguá, Rio Grande do Sul, até Tocantins do Pará. [...] O trecho pavimentado tem início em São José do Rio Preto (SP) indo até Anápolis (Goiás), cortando o Triângulo Mineiro. [...] Segue pelo Município de Frutal (30 km) até encontrar a BR – 364 ao norte da sede do Município, seguindo por mais 25 km até sair do Município. Em seguida, atravessa 20 km do Município de Comendador Gomes, para depois então se dirigir à cidade do Prata, de onde segue até o entroncamento com a BR – 365. (BRASIL, 1972, p. 6)

A BR-262 percorre 2.394,4 km, de Vitória (ES) a Corumbá (MS), com trajeto que perpassa o município de Frutal (MG), no qual há o entroncamento com a BR-153 que liga Marabá (PA) a Aceguá (RS), com um total de 3.677,1 km de extensão,

sendo esse o principal eixo norte-sul do Brasil. O trecho entre Goiânia (GO) e Fronteira (MG) pertence à concessionária *Triunfo Concebra* com único ponto de pedágio na Microrregião estudada no referido município mineiro. Já a BR-364 percorre o trecho entre Limeira (SP) até a fronteira do país com o Peru, com 4.896,7 km. Diferente das anteriores, essa atravessa dois municípios da microrregião pesquisada: Frutal (MG) e Campina Verde (MG).

Mapa 10 – Triângulo Mineiro: principais rodovias da Microrregião de Frutal (MG) – 2018



No município de Iturama (MG) passam duas rodovias que ligam a porção oeste da microrregião a São Paulo e a Uberlândia (MG): BR-461 (118,6 km) e a BR-497 – com 356 km de extensão, essa rodovia também passa por Campina Verde (MG). No que tange às rodovias municipais, o quadro 04 apresenta as extensões por município da Microrregião de Frutal (MG).

Quadro 04 – Microrregião de Frutal (MG): extensão das rodovias municipais (2018)

Município	Aprovação	Planejada	Leito Natural	Implantada	Pavimentada	Duplicada	Total
Campina Verde (MG)	1978	0	926	0	0	0	926
Carneirinho (MG)	20/01/1999	0	453,4	0	2	0	455,4
Comendador Gomes (MG)	11/03/1999	11	316,9	0	0	0	327,9
Fronteira (MG)	29/01/1999	0	117,1	0	7,3	0	124,4
Frutal (MG)	03/07/2002	0	841,2	0	0	0	841,2
Itapagipe (MG)	04/01/2002	0	642,5	14	0	0	656,5
Iturama (MG)	1978	0	1.463,00	0	0	0	1.463,00
Limeira do Oeste (MG)	11/03/1999	0	581,4	0	0	0	581,4
Pirajuba (MG)	29/01/1999	0	163,4	0	0	0	163,4
Planura (MG)	04/02/1999	0	295,5	46,5	12,5	0	354,5
São Francisco de Sales (MG)	04/09/1999	0	356,2	0	0	0	356,2
União de Minas (MG)	-	0	0	0	0	0	0
Microrregião de Frutal (MG)	-	11	6156,6	60,5	21,8	0	6249,9

Fonte: DEER-MG – Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, 2018.
Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Constata-se com o quadro 04 a presença de 6.156,6 km de leito natural de rodovias municipais na Microrregião de Frutal (MG), sendo que, dentre esses, o município com maior extensão é Iturama (MG), com um total de 1.463 km.

A criação dos trajetos e vias rodoviárias ocorreu de forma tardia no território analisado, podendo ser identificada por meio dos anos de aprovação em cada município. Chaves, Marchini e Miyazaki (2010) enfatizam essa análise, afirmando que foi

somente durante o governo militar e o lançamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs que o oeste mineiro, antes isolado do restante das áreas em desenvolvimento do país, passa a ser integrado com a abertura de rodovias. Estas vias foram primordiais para o escoamento do “ouro branco”, denominação dada ao arroz, que foi a principal cultura agrícola da década de 1970. (CHAVES, MARCHINI, MIYAZAKI, 2010, p. 3)

Isso posto, o conceito de redes se agrega à presença dos eixos viários e às relações urbanas no contexto da divisão internacional do trabalho e globalização, de modo que, para entender sua definição, Sposito (2008) considera a conexão de elementos dentro de uma análise qualitativa, os quais se concentrariam em: estrutura, agentes, escala, território e fluxos. Logo, “[...] aumento na intensidade das redes é decorrência da necessidade crescente de transpor de pessoas e de mercadorias, como também dos fluxos de informação” (SPOSITO, p. 60, 2008).

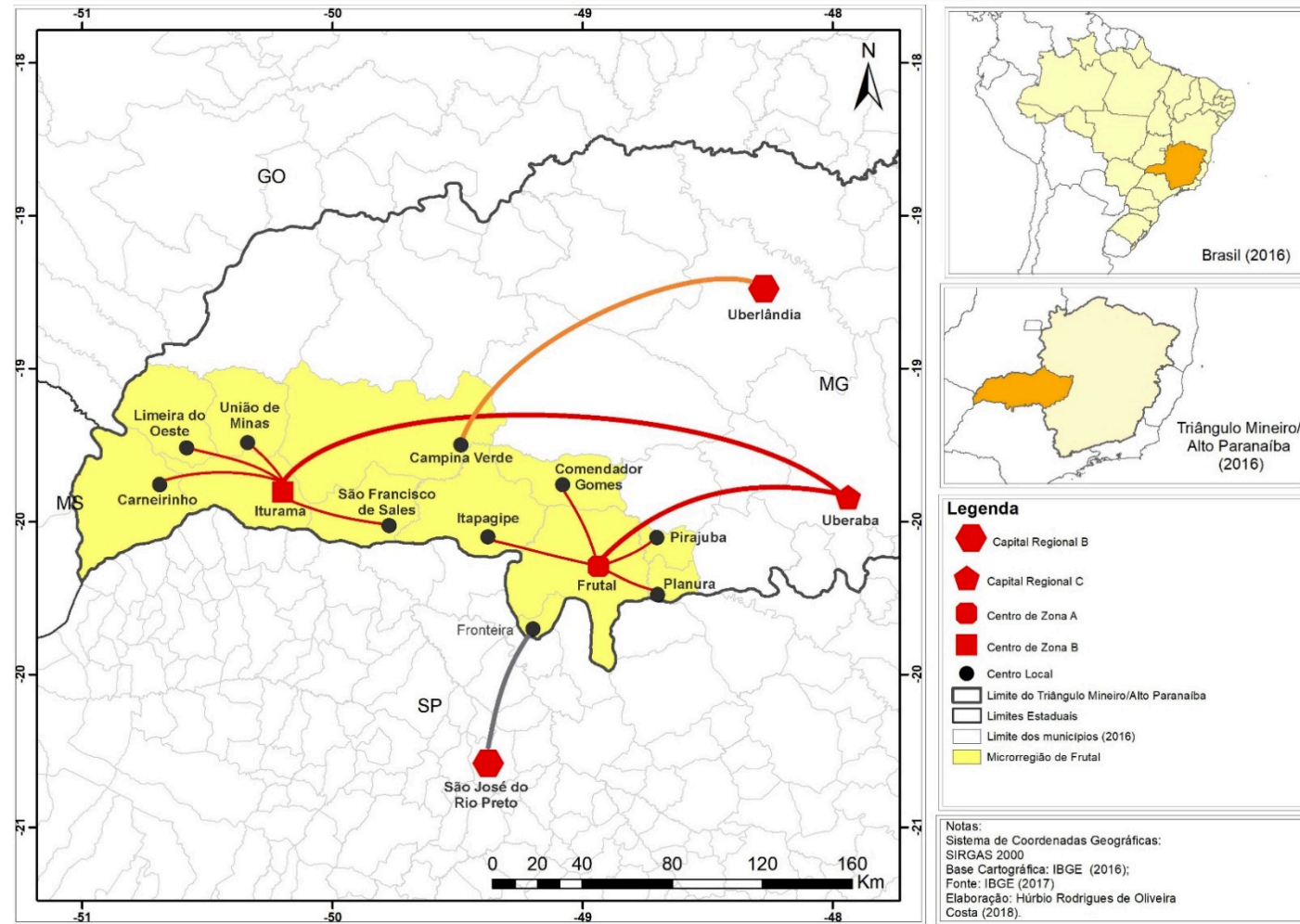
Portanto, a hierarquização da rede de cidades brasileiras diante do estudo dos fluxos e fixos dos bens e serviços prestados, definida pela REGIC – Região de Influência das Cidades –, permite compreender de forma mais afunilada a discussão iniciada com a localização e sentido das rodovias.

A análise de acessibilidade rodoviária associada aos dados da REGIC³⁶, elaborados em 2007 pelo IBGE, permitem constatar a relação da Microrregião de Frutal (MG) com a rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG), como é possível verificar no mapa 11. A REGIC delimita os centros urbanos nacionais em uma hierarquia de “cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis” (IBGE, 2008, p. 11), as categorias são: Metrópoles, Capital regional, Centro subregional, Centro de zona e Centro local. Oliveira (2015) contribui com essa análise, afirmando que, ao analisar esses dados para a região, nota-se que Frutal (MG) e Iturama (MG) estão ligadas a Uberaba (MG)³⁷ e com maiores qualificações na sua microrregião, sendo centro de zona A e centro de zona B, respectivamente.

³⁶ O estudo da Região de Influência das Cidades — REGIC — apresenta análises sobre a rede urbana do Brasil por meio de dados e pesquisas referentes às estruturas, formas e funções urbanas.

³⁷ Na rede urbana nacional, Uberaba (MG) apresenta dupla subordinação, a São Paulo (SP) e a Belo Horizonte (MG) (IBGE, 2008).

Mapa 11 – Pontal do Triângulo Mineiro (MG): região de influência das cidades da Microrregião de Frutal (MG) – 2007



Já Campina Verde (MG) se liga a Uberlândia (MG)³⁸ na rede urbana do estado de Minas Gerais, conforme mostra o mapa 11. Os municípios da microrregião pesquisada, exceto Frutal (MG) e Iturama (MG), apresentam interação de centro local, visto que se findam nas relações internas e identificam uma população de até 10 mil habitantes. Os “centros de zona” delimitam as cidades menores e com inserção na sua área de influência, enquanto o “Centro de Zona A” associa-se às cidades com uma população aproximada de 45 mil habitantes e “Centro de Zona B” às cidades intermediárias com até de 23 mil habitantes (REIS DE PAULA, 2012). Logo, Reis de Paula (2012, p. 36) ressalta que Frutal (MG), “na hierarquia urbana, considerando a sua nova dinâmica, há estudos que apontam que este centro converge para um Centro Emergente, na rede urbana do Triângulo Mineiro”.

Nas pesquisas de Filho, Rigotti e Campos (2007), referentes à hierarquia mineira, Frutal (MG) e Iturama (MG) já eram compreendidas como cidades emergentes, elemento adotado pelo IBGE no seu estudo de divisão regional divulgado inicialmente em 2017. Segundo os referidos autores, já era possível entender, em 2007, que, nas “regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente, o papel e as funções de cidades médias hierarquicamente superiores” (FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007, p. 11-12) eram exercidos de forma ainda instável por centros urbanos inferiores e com menor disponibilidade de funções, mas que atendessem às necessidades imediatas locais diante da distância com os centros maiores.

O mapa 11 identifica que, apesar da importância regional de Frutal (MG) nos setores primário e terciário, bem como por ser sede da microrregião, sua rede de influência se limita a sua hinterlândia, o que acontece igualmente em Iturama (MG). Contudo, a importância da última para o recorte territorial é mais amplo devido à distância com centros estaduais de maior influência, como Uberlândia (MG) e Uberaba (MG), levando-a atender às demandas dos quatro municípios — Carneirinho (MG), União de Minas (MG), Limeira do Oeste (MG) e São Francisco de Sales (MG) —, sendo o centro local de maior distância dentro do Triângulo Mineiro em relação às cidades de importância regional superior e de diversificação de funções.

³⁸ Diferentemente de Uberaba (MG), na rede urbana Uberlândia (MG) é subordinada apenas a São Paulo (SP).

Essa análise pode ser justificada devido a alguns fatores, como: a proximidade e a polarização de Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e São José do Rio Preto (SP) diante de Frutal (MG); o afastamento entre os municípios; além da baixa densidade demográfica das cidades, sobretudo na porção oeste da microrregião estudada. Nesse contexto, nota-se a rede de relações das cidades e suas interações com a hinterlândia, favorecendo a análise da abrangência local. Nos fluxos estabelecidos pelo comércio e consumo, administração estadual e demais setores públicos, as pesquisas de campo puderam evidenciar o deslocamento da população de Iturama (MG) e Frutal (MG) para Uberlândia (MG), mesmo Uberaba (MG) sendo a Capital Regional de ordem “C”.

Apesar disso, cabe destacar que o papel do setor agroindustrial, da divisão regional de saúde e do ensino superior fazem os vínculos de Frutal (MG) e Iturama (MG) se estenderem a outros municípios, apresentando fluxos que se direcionam para além dos limites estaduais e dos sentidos da rede de influência. E, para além, destaca-se que a agricultura e sua dominação a leva a ser considerada a atividade que menos permite “o dinamismo regional, mesmo que possam exibir altíssimos níveis de ‘eficiência’ (no sentido convencional, isto é, no pior sentido da palavra)” (VEIGA, 2003, p. 71).

Desse modo, no que tange à retomada da agropecuária e sua importância regional e nacional, cabe enfatizar que o setor primário da economia exprime a relação direta das pequenas cidades brasileiras com as atividades realizadas no limite rural, no caso específico da pesquisa, precisamente no âmbito agropecuário.

3.3 O papel da dinâmica regional da saúde e do Ensino Superior nas cidades da Microrregião de Frutal (MG).

O Sistema Único de Saúde (SUS), de direito a toda população de forma gratuita, foi promulgado por lei na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196 (nº 8.080/1990), e se apresenta subsidiado pela União, Estados, Municípios e demais fontes financiadoras. Nesse sistema, o processo de consórcios intermunicipais de saúde tomou amplitude no Brasil após a segunda metade da década de 1990. Contudo, “os consórcios não foram concebidos como uma releitura

crítica da municipalização do SUS, mas como uma solução pragmática aos problemas de deficits da atenção secundária” (PESTANA; MENDES, p.8).

Nesse contexto, é importante entender como a descentralização do sistema vem ocorrendo. Para Pestana e Mendes

[...] há uma desconcentração das Secretarias Estaduais em regionais de saúde de certas Secretarias Municipais de grandes municípios em distritos sanitários; a devolução foi realizada através, especialmente, da municipalização de serviços nacionais ou estaduais; e a delegação é uma prática rotineira, já que a maior parte dos serviços hospitalares e quase um terço dos serviços ambulatoriais do SUS são prestados por entes privados lucrativos e não-lucrativos, sob contrato com os órgãos gestores. (PESTANA, MENDES, 2004, p. 13)

Esse âmbito apresenta a divisão dos procedimentos em redes de níveis de atenção, que são: alta, baixa e média complexidade. Eles consistem nos níveis de procedimentos desenvolvidos vinculados a um limite tecnológico e de aparato científico e profissionalizante. Em um sistema articulado entre os municípios, esse processo visa agilizar e qualificar os serviços e atendimentos por meio das regiões, uma vez que se considera desnecessária a implantação de todos os níveis em todos municípios, especialmente nos de pequeno porte. Isso “pode ser feito por meio de pactos regionais que garantam às populações dessas localidades acesso a todos os níveis de complexidade do sistema” (BRASIL, 2007, p. 41).

Diante disso, a alta complexidade se direciona aos atendimentos nas escalas superiores do sistema de saúde, contendo atendimentos de elevada qualidade à população, com foco em doenças oncológicas, cardiovasculares, renais, neurológicas, entre outras. Logo, são procedimentos que necessitam de grandes investimentos em várias instâncias, como pesquisas, aparelhagem e medicamentos.

O patamar da média complexidade consiste igualmente de investimentos altos em tecnologia, incorporando maior quantidade de tecnologias que o nível primário. Por fim, a baixa complexidade contempla

[...] a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. (BRASIL, 2007)

Para além disso, e perante a dimensão do estado mineiro e suas particularidades, divide-se o sistema de saúde também por regiões, por meio de treze regiões ampliadas de saúde e setenta e sete regiões de saúde, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

No caso do Triângulo Mineiro, há duas Regiões Ampliadas de Saúde: a Triângulo do Sul e a Triângulo do Norte, sediadas por Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), respectivamente, segundo o Plano Estadual de Saúde (2012-2015). Além disso, esse documento também apresenta divisão dos municípios em classificações de níveis de necessidade de aporte financeiro, que determina o “Fator de Alocação”, o qual trabalha com vários índices e variáveis, tanto referentes ao âmbito da saúde quanto ao econômico, que resulta em quatro grupos denominados “quartis”, sendo o mais próximo de 1 (um) os municípios com baixa necessidade de recursos financeiros e, de forma oposta, os com maior necessidade apresentam quartil próximo a 4 (quatro).

A Microrregião de Frutal (MG) encontra-se dividida em duas Regiões Ampliadas de Saúde, com onze dos municípios vinculados ao Triângulo do Sul, sob Região de Saúde de Frutal/Iturama e apenas um, Campina Verde (MG), no Triângulo do Norte, na subdivisão de Ituiutaba (MG), como se observa nos dados do quadro 05. Ao entender o papel do Fator de Alocação e a estatística de análise dos grupos, compreende-se que quase todos os municípios se encontram no índice mais elevado de necessidade de recursos financeiros, ficando com o fator entre 1,17 e 1,32. Os três municípios que entram para o grupo 2 são: Carneirinho (MG), São Francisco de Sales (MG) e União de Minas (MG), com valores de 1,37, 1,35 e 1,42, respectivamente.

Quadro 05 – Microrregião de Frutal (MG): Triângulo Sul e Região Ampliada de Saúde

Região Ampliada de Saúde	Região de Saúde	Município	Fator de Alocação	Grupo (quartil)
Triângulo do Norte	Ituiutaba (MG)	Campina Verde (MG)	1,30	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Carneirinho (MG)	1,37	2
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Comendador Gomes (MG)	1,17	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Fronteira (MG)	1,24	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Frutal (MG)	1,23	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Itapagipe (MG)	1,26	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Iturama (MG)	1,29	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Limeira do Oeste (MG)	1,32	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Pirajuba (MG)	1,22	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	Planura (MG)	1,30	1
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	São Francisco de Sales (MG)	1,35	2
Triângulo do Sul	Frutal/Iturama (MG)	União de Minas (MG)	1,42	2

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (2012-2015).

Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Analisando os dados do quadro 05, pode-se constatar que os municípios com maior necessidade de recursos na Microrregião de Frutal (MG) se localizam na porção oeste da região, nos pontos mais distantes do território em relação à capital do estado de Minas Gerais, a qual, tanto no setor administrativo como no econômico e de regência do setor da saúde, concentra maiores recursos, desenvolvimento, tecnologia e funções para atender a população mineira.

No âmbito da saúde, Carneirinho (MG) é o último município na divisa com Mato Grosso do Sul e São Paulo, é o mais distante da sua Região Ampliada de Saúde, que atende complexidades de nível médio, e Uberaba (MG), que socorre alta complexidade. Compreendendo que os casos urgentes se encontram nos níveis mais elevados de necessidade de atendimento e que este, para Carneirinho (MG), se localiza a aproximadamente 350 km de distância de Uberaba (MG), há de fato uma exigência maior de recursos financeiros para atender a população local, visto a

disposição das rodovias, bem como a precariedade de alguns trechos que tornam árduo o trajeto de veículos de emergência para o atendimento dos casos com agravantes e de risco de morte.

Para União de Minas (MG), sua localização no território igualmente afeta os indicadores do fator de alocação, devido à ligação rodoviária, uma vez que não se encontra em um ponto de passagem para outras cidades, e também pela distância com as sedes regionais de saúde, como foi analisado para Carneirinho (MG). Já São Francisco de Sales (MG) fica à mercê da precariedade viária para os deslocamentos, assim como dos fatores econômicos, e mesmo que a distância das sedes regionais de saúde seja inferior, a necessidade de recursos, sobretudo para esse setor de atendimento público à população, é superior.

A questão de logística rodoviária igualmente pode justificar os motivos pelos quais Campina Verde (MG) vincula-se a Ituiutaba (MG) e não a Frutal (MG), como as demais da microrregião, tendo em vista a menor distância para o deslocamento, assim como os níveis de entendimento.

Dessa forma, Frutal (MG) e Iturama (MG) apresentam relevância no atendimento de saúde na microrregião pesquisada, com a presença de hospitais que atendem pelo SUS e de forma particular. Mesmo não apresentando níveis altos de atendimentos especializados, esse aporte permite soluções primárias para as necessidades da população local e a de sua hinterlândia.

Apesar disso, para Pestana e Mendes (2004) é incorreto apresentar as divisões em níveis de complexidade, visto que

As ações denominadas de média e alta complexidade são mais densas tecnologicamente e mais custosas, mas definitivamente não são mais complexas. Esse enfoque piramidal determina, nos sistemas de serviços de saúde, conseqüências desastrosas, especialmente quando conduz a uma banalização da atenção primária à saúde ao transformar, equivocadamente, as ações mais complexas de um sistema de serviços de saúde em ações de baixa complexidade. Essa hierarquização da atenção à saúde leva a uma representação por políticos, por profissionais de saúde e pela própria população de uma atenção primária à saúde como algo muito simples, quase banal. (PESTANA; MENDES, 2004, p. 38)

Portanto, mesmo com a presença dos níveis médios de complexidade de atendimento em dois municípios, todos da microrregião sofrem com a dinâmica da saúde estadual, especialmente os que se encontram distantes das sedes regionais e com custos baixos para os atendimentos primários, o que transfere o ônus dessa

hierarquização debilitada a toda população local — especialmente a de baixa renda —, assim como às administrações municipais, frequentemente de cidades de pequeno porte.

Essa estrutura de regionalização autônoma administrativa do estado mineiro “ainda que apresente algumas fortalezas, é um sistema que, no limite, transforma cada município num sistema fechado, o que leva a deseconomias de escala, fragmentação dos serviços e perda de qualidade” (PESTANA; MENDES, 2004, p. 16).

Mesmo sendo o SUS um sistema que aparentemente apresenta pontos positivos na sua hierarquização, é possível identificar os inúmeros danos para a sociedade diante da má-qualidade dos serviços prestados, especialmente no âmbito emergencial, de baixa complexidade e da economia nas suas três instâncias: municipal, estadual e federal. Pode-se justificar esse contexto devido ao elevado gasto nos patamares superiores da saúde, ou seja nos níveis de alta complexidade, sendo que uma administração estruturada que valorizasse o setor de prevenção – o qual deveria ocorrer no nível inferior de complexidade – apresenta gastos baixos aos cofres públicos, além de evitar epidemias e endemias que podem atingir não somente a população local, mas também regional e nacional. Pestana e Mendes (2004) reforçam essa correlação identificando como os gastos no âmbito da alta complexidade com tecnologias e pesquisas avançadas poderiam ser reduzidos com a ampliação da eficiência no setor de ordem primária – baixa complexidade – que utilizasse a prevenção e a informação da população como direcionamento inicial e ativo em todos municípios.

Todos os municípios da Microrregião de Frutal (MG) possuem as ESF — Estratégia Saúde da Família — integrando 36 unidades, como constata-se na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Microrregião de Frutal (MG): Equipe saúde da família – convencional (2018)

MUNICÍPIO	ESF	ESF M1	ESF M2	ESF QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF AGENTES
Campina Verde (MG)	5	4	0	2	27
Carneirinho (MG)	3	2	1	0	21
Comendador Gomes (MG)	1	1	0	1	7
Fronteira (MG)	3	3	0	0	24
Frutal (MG)	9	7	0	0	64
Itapagipe (MG)	1	1	0	0	29
Iturama (MG)	8	8	0	0	47
Limeira do Oeste (MG)	1	0	0	1	11
Pirajuba (MG)	1	1	0	0	10
Planura (MG)	2	1	0	0	21
São Francisco de Sales (MG)	1	1	0	0	8
União de Minas (MG)	1	0	0	0	9
Microrregião de Frutal (MG)	36	29	1	4	278

Fonte: CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES (julho de 2018).

Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

As ESFs têm como princípio a relação primária, os setores de prevenção de saúde à comunidade e objetivam expandir e promover melhorias no atendimento básico de saúde. Estruturadas com uma equipe diversificada, essas unidades devem conter minimamente um profissional das seguintes áreas: médico de saúde da família, técnico em enfermagem e um auxiliar, além dos agentes comunitários.

Alguns estabelecimentos também possuem profissionais ligados à saúde bucal, que realizam procedimentos odontológicos e são divididos por modalidade de ESF em nível 1 e 2, que possuem regulamento embasado no total de pessoas por município, exercendo também o processo de transição entre elas no decorrer dos anos, conforme a densidade demográfica aumenta. Para além disso, existem as ESFs destinadas aos atendimentos de comunidades de remanescentes quilombolas, ribeirinhas e de assentamentos.

Todo esse contexto demonstra a presença de baixos investimentos nos municípios de pequeno porte da microrregião pesquisada, especialmente os que se localizam distantes das sedes regionais com atendimentos de média e alta

complexidade, além da exaustão na saúde nos dois maiores municípios, Frutal (MG) e Iturama (MG), que acabam atendendo demandas agravadas devido à dificuldade de acesso viário.

Essa análise permite entender os motivos pelos quais a população local busca recursos e formas para que os atendimentos possam ser realizados no estado de São Paulo. Além da lentidão na disponibilidade de atendimentos mais especializados, chegando a ter demandas direcionadas a Belo Horizonte (MG), o deslocamento interfere no tratamento e na qualidade de vida dos pacientes. Diante disso, a população das pequenas cidades que pode ter acesso a instituições privadas de saúde ascende cada vez mais. Apesar disso, o deslocamento ainda permanece sob o financiamento dos municípios que destinam transportes para cidades paulistas. Os setores de hemodiálise e oncologia são os mais penosos, devido à frequência e necessidade de deslocamento, por vezes diário, às cidades que contemplam média e alta complexidade.

É nesse patamar que se inserem as instituições privadas de atendimento e os planos particulares de saúde. Uma dessas é a Unimed, cooperativa médica que atua em todo Brasil e, no recorte espacial da pesquisa, se subdivide em duas regionais: em Iturama (MG) e Frutal (MG), figura 20.

Foto 03 – Iturama (MG): Unimed Pontal do Triângulo Mineiro



Fonte: Letícia Parreira Oliveira (2019).

Segundo os dados obtidos em campo, cada unidade trabalha com aproximadamente 1.000 associados, os quais buscam por atendimentos especializados no âmbito estadual em Uberlândia (MG) e Uberaba (MG); e regional, no estado de São Paulo, em Ribeirão Preto (MG).

Com um total de clínicas e especializações hospitalares superior a Iturama (MG), Frutal (MG) possui um hospital público: Hospital Municipal Frei Gabriel, e o privado, o Hospital e Maternidade São José, com atendimento de ordem básica e de média complexidade. Este apresenta serviços relacionados ao diagnóstico de imagem, oftalmologia, urgência e emergência, laboratório clínico, entre outros (quadro 06). Além disso, os consultórios apresentam serviços particulares de atendimento ambulatorial também no âmbito da saúde auditiva, reprodutiva, de endoscopia, prótese dentária, urologia e videolaparoscopia.

Quadro 06 – Frutal (MG): estabelecimentos por tipo de serviços especializado hospitalar por atendimento não realizado no SUS (2019)

Descrição	Total
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E/OU CITOPATO	4
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	1
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS GRÁFICOS DINÂMICOS	1
SERVIÇO DE HEMOTERAPIA	1
ATENÇÃO À DOENÇA RENAL CRÔNICA	2
SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA	1
SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	2
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR LABORATÓRIO CLÍNICO	6
CIRURGIA VASCULAR	1
TOTAL	19

Fonte: CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES (2019).

Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2019.

Segundo os dados do CNES (2018), Frutal (MG) apresenta maior número de serviços especializados de atendimento hospitalar privado, com 19 estabelecimentos, mas Iturama (MG) se sobressai no total de serviços do mesmo segmento no atendimento ambulatorial privado, com 49 estabelecimentos, enquanto Frutal (MG) identificou um cadastro de 47 unidades.

Diante disso, em Iturama (MG) há três estabelecimentos de ordem hospitalar de média complexidade, sendo o Hospital Municipal Delfina Alves Barbosa, de atendimento público, e o Hospital São José e a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora Aparecida, de vínculo privado, com um total de estabelecimentos por tipo de especialidade hospitalar de 17 unidades, conforme detalha o quadro 07.

Quadro 07 – Iturama (MG): estabelecimentos por tipo de serviços especializados hospitalares por atendimento não realizado no SUS (2018)

Descrição	Total
SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	1
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	4
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS GRÁFICOS DINÂMICOS	2
SERVIÇO DE FISIOTERAPIA	1
SERVIÇO DE HEMOTERAPIA	2
SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	1
SERVIÇO DE ENDOSCOPIA	2
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR LABORATÓRIO CLÍNICO	3
ATENÇÃO EM UROLOGIA	1
TOTAL	17

Fonte: CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES (2018).

Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Com uma especialização relativa de serviços prestados, Iturama (MG) apresenta papel de atração das cidades de sua hinterlândia também no setor privado de saúde, além de identificar atendimento de média complexidade, conforme verificado nos hospitais de Frutal (MG).

Outro setor que exige deslocamento da população das pequenas cidades é o referente à educação, especificamente de ensino superior e técnico. Na microrregião pesquisada, apenas duas cidades possuem essas instituições de ensino, Iturama (MG) e Frutal (MG), e um campus do IFTM em Campina Verde (MG), com cursos técnicos concomitantes com o ensino médio presencial de administração, agropecuária e informática. Em Frutal (MG), encontram-se a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a faculdade privada, Faculdade de Frutal (FAF), que é mantida pela UNIESP — União das Instituições Educacionais de São Paulo —, as quais recebem alunos de Minas Gerais e de São Paulo.

Os dados da FAF indicam a presença de alunos das cidades vizinhas, sobretudo de Comendador Gomes (MG), Planura (MG), Fronterira (MG), Itapagipe (MG), Campina Verde (MG), Aparecida de Minas (MG) e Colômbia (SP), distribuídos em 4 cursos (quadro 08).

Quadro 08 – Frutal (MG): cursos de ensino superior e tecnólogos (2018)

UEMG	FAF
Bacharelado em Administração	Bacharelado em Administração
Bacharelado em Comunicação Social	Bacharelado em Nutrição
Bacharelado em Direito	Bacharelado em Serviço Social
Licenciatura em Geografia	Licenciatura em Pedagogia
Bacharelado em Sistemas de Informação	
Tecnologia em Alimentos	
Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	

Fonte: Trabalho de Campo

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Já a amplitude de atração da UEMG é superior, em virtude de ser gratuita e dos limites viários que se convergem no estado paulista, apresentando alunos de mais de 250 cidades de origens diferentes, com ênfase para os números que são oriundos de São Paulo, especialmente de São José do Rio Preto (SP) e Barretos (SP). Para mais, a UEMG (foto 04) em Frutal (MG) conta atualmente com dois cursos de pós-graduação: Agroecologia do Cerrado (EaD) e Direito Civil e Processual Civil.

Foto 04 – Frutal (MG): UEMG

Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2015.

A UEMG³⁹ se instalou em Frutal (MG) no ano de 2004, sendo estadualizada apenas em 2007, com cursos implantados durante os anos conforme as demandas surgiam (OLIVEIRA, 2015). Além disso, Frutal (MG) ainda possui no campo do ensino superior

o Polo de Educação à Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com cursos de Química e Ciências Biológicas ofertados pela UFMG no campus UEMG; Universidade Paulista (UNIP), ITECON (Instituto de Educação Continuada). (REIS DE PAULA, 2012, p. 140)

Em Iturama (MG) existe uma instituição de ensino superior e técnico: a FAMA (Faculdade Aldete Maria Alves) de capital privado, e o campus UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) de ensino público.

Fundada em 1998, a FAMA (foto 06) apresenta como entidade mantenedora a INSTITUES — Instituição Ituramense de Ensino Superior Ltda — criada em 1993 com o objetivo de desenvolver o campo de estudo, pesquisa e extensão na cidade e região nos âmbitos da graduação e pós-graduação. Os cursos disponibilizados na faculdade são: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Pedagogia e Psicologia. Já no segmento da pós-graduação, em 2004 foram aprovados 8 cursos *lato sensu*: Alfabetização e Letramento; Direito Processual; Gerenciamento de Obras e Custos da Construção Civil; Gestão Tributária, Controladoria e Finanças; MBA em Departamento Pessoal e Rotinas Trabalhistas; Reabilitação Cardiovascular e Prescrição de Exercícios Físicos para Grupos Especiais; Saúde Pública; Engenharia de Segurança e Higiene do Trabalho. A UFTM (foto 05) possui sede em Uberara (MG)

³⁹ Para mais informações, conferir: www.uemg.com.br

e o único campus fora dessa delimitação se instalou em Iturama (MG), em 2005, com três unidades contemplando os cursos de Agronomia, licenciatura em Ciências Biológicas e Química.

Foto 05 – Iturama (MG): UFTM



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2016.

Foto 06 – Iturama (MG): FAMA



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2016.

Portanto, nota-se o papel de sede regional de Iturama (MG) e Frutal (MG), as quais atraem público para as instituições atendendo parte da demanda de cada hinterlândia. Contudo, os levantamentos em campo constataram que, devido à logística viária, facilidade de acesso a São Paulo e qualidade de serviços prestados no estado paulista, parte da população das pequenas cidades da microrregião pesquisada busca as instituições de ensino fora desse recorte regional.

Apesar de apresentar alunos de origem do Triângulo Mineiro (MG) ou do noroeste paulista, especialmente na UEMG de Frutal (MG), alguns estudantes dos municípios a oeste da microrregião, sobretudo Iturama (MG), Carneirinho (MG) e União de Minas (MG), tendem a se direcionar às instituições de ensino superior paulistas, como a de Fernandópolis (SP), a FEF — Fundação Educacional de Fernandópolis. Os educandos de Campina Verde (MG), devido justamente à posição rodoviária e disponibilidade de vias de melhor acesso, se direcionam a Ituiutaba (MG), que possui um campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) e da UEMG, estadualizada recentemente (OLIVEIRA, 2015).

Diante desse contexto, as pesquisas de campo visaram entender como se dão os fluxos destinados à educação no nível superior e técnico (quadro 09) em cada

cidade da microrregião de Frutal (MG). Esse fator se torna preponderante nas análises locais e regionais, visto que relaciona-se ao deslocamento viário, conservação das rodovias e aos recursos utilizados que são arcados pelas administrações municipais.

Quadro 09 – Microrregião de Frutal (MG): deslocamento Ensino Superior e técnico

	Nº DE AUTOMÓVEIS	Nº ALUNOS 2018	PRINCIPAIS CURSOS
Campina Verde (MG)	3 ônibus	147	Direito e Engenharia Civil (Iturama-MG) - Educação Física, Agronomia e Odontologia (Uberlândia-MG)
Carneirinho (MG)	8 ônibus	320*	Engenharia Civil, Administração, Direito e Contábeis (Iturama-MG) - Direito, Administração e Pedagogia (Paranaíba-MS) - Educação Física, Enfermagem e Biomedicina (Jales-SP) - Veterinária, Agronomia e Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Psicologia (Votuporanga-SP) - Engenharia Química e Civil, Agronomia e Farmácia (Fernandópolis-SP).
Comendador Gomes (MG)	1 micro-ônibus	22	Administração e Direito (Frutal-MG)
Fronteira (MG)	5 ônibus	394	Enfermagem e Pedagogia (São José do Rio Preto-SP)
Frutal (MG)	7 ônibus; 2 micro-ônibus	254	Agronomia, Odontologia, Educação Física, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo (São José do Rio Preto-SP) - Direito, Engenharia Mecânica, Química e Elétrica, Educação Física (Barretos-SP).
Itapagipe (MG)	6 ônibus	279	Administração e Direito (Frutal-MG) - Agronomia, Psicologia e Direito (Ribeirão Preto-SP) - Engenharia Mecânica e Direito (Barretos-SP) - Direito e Ciências Contábeis (Iturama-MG)
Iturama (MG)	6 ônibus; 1 van; 1 micro-ônibus	270*	Engenharias (Votuporanga-SP) - Matemática e Direito (Paranaíba-MS) - Enfermagem (Jales-SP) - Odontologia e Veterinária (Fernandópolis-SP)
Limeira do Oeste (MG)	4 ônibus	170*	Engenharia Civil, Ciências Contábeis e Direito (Iturama-MG) - Pedagogia e Agronomia (São José do Rio Preto-SP)
Pirajuba (MG)	3 ônibus	116*	Enfermagem, Engenharia Civil, Direito, Pedagogia, Agronomia (Uberaba-MG) - Enfermagem, Pedagogia, Sistema de Informação e Administração (Frutal-MG)
Pirajuba (MG)	3 ônibus	116*	Enfermagem, Engenharia Civil, Direito, Pedagogia, Agronomia (Uberaba-MG) - Enfermagem, Pedagogia, Sistema de Informação e Administração (Frutal-MG)
Planura (MG)	4 ônibus	320I	Engenharia Mecânica, Elétrica e de Produção e Direito (Barretos-SP) – Agronomia (Bebedouro-SP) - Administração, Pedagogia e Enfermagem (Frutal-MG)
São Francisco de Sales (MG)	3 ônibus	100*	Enfermagem, Direito, Administração e Eletrotécnica (Iturama-MG) - Biomedicina Odontologia e Veterinária (Fernandópolis-SP) - Administração, Biomedicina e Engenharia Química (Jales-SP) - Engenharia da Computação (Votuporanga-SP)
União de Minas (MG)	-	-	-

* Valores disponibilizados por proximidade. – Não disponibilizaram dados.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Org.: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Diante do quadro 09 anterior, constata-se os principais cursos procurados pelos alunos de cada município, o que pode vincular-se às demandas locais, sobretudo das agroindústrias canavieiras e do setor público.

As cidades localizadas próximas às divisas com São Paulo tendem a apresentar maior número de alunos, que preferem se deslocar para as universidades paulistas, visto que há a presença de instituições públicas de ensino que igualmente apresentam maior variedade de cursos disponibilizados, como é o exemplo dos de Veterinária e Biomedicina, além dos Institutos Federais, como é o caso de Barretos (SP).

A porção oeste da Microrregião de Frutal (MG) apresenta alunos se deslocando para Paranaíba (MS), onde é possível encontrar dois campus de universidades públicas: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). A primeira apresenta os cursos de Matemática, Administração e Psicologia, além do MBA em Gestão em Estratégia de Organizações. Já a UEMS possui 4 cursos que são: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais; Direito e Pedagogia.

4. DAS AGROINDÚSTRIAS AO CENTRO COMERCIAL: análise das interferências da modernização do campo nas cidades da Microrregião de Frutal (MG).

“A construção social das novas formas dominantes de espaço e tempo desenvolve uma meta-rede que ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados”. (CASTELLS, 1999, p. 573)

A interação campo-cidade gera reflexos em ambos os locais, sendo que nas pequenas cidades as atividades desenvolvidas no âmbito rural se vinculam à demanda de comércio e serviços disponibilizados na área urbana. Além do mais, a diversificação da formação profissional também leva à criação de polos de ensino, profissionalizante e técnico, que atendam às atividades executadas na zona rural dos municípios.

Na Microrregião de Frutal (MG), é possível verificar tal análise, que para mais vem se reforçando nos últimos anos, por exemplo, com a disponibilidade de cursos em nível superior – discutidos no capítulo anterior – que se enquadram tanto nas atividades exercidas do rural como nas comerciais, que atendem à população urbana.

Isso ocorre uma vez que as cidades desempenham, de modo parcial, “funções de responsabilidade, no quadro das quais se contam a administração (em sentido *lato*), o ensino e a saúde” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 59). Essas funções têm papel preponderante na dinâmica da cidade, por vezes ultrapassando esse limite, atendendo também a região.

Assim, o atendimento hospitalar, o sistema educacional e a prestação de serviços direcionam o nível de especialização da cidade, o que diretamente se relaciona à disponibilidade de empregos e instituições financeiras.

Portanto, o papel das atividades agroindustriais reflete-se no comércio e consumo das áreas centrais das pequenas cidades, bem como na inserção de instituições financeiras, franquias e demais especializações do setor comercial local diante do processo de globalização que atua em todos os patamares e, sobretudo, na modernização do campo tão amplificada com o desenvolvimento técnico-científico-informacional.

Essa análise para a Microrregião de Frutal (MG) será abordada no decorrer do presente capítulo, vinculando os setores da economia às principais atividades comerciais.

4.1 O setor primário e secundário nas cidades da Microrregião de Frutal (MG): as pequenas e grandes agroindústrias.

A presença das agroindústrias canavieiras estabelece uma ligação das pequenas cidades com o mercado internacional por meio das exportações, especialmente no segmento açucareiro. Em uma relação entre 2008 e 2018, Pirajuba (MG), Carneirinho (MG), Frutal (MG) e Itapagipe (MG) apresentaram um percentual de crescimento no valor das exportações de 1,4%, 2,3%, 1,0% e 13,6%, respectivamente. Além dos incentivos governamentais e dos grandes empresários,

Outras instituições estaduais também possuem grande importância por oferecer condições organizacionais ao desenvolvimento do setor sucroenergético, como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), que auxilia os empresários nas áreas de crédito e financiamentos, sistema tributário, legislações ambientais e trabalhistas, e representação governamental, e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) [...]. (SANTOS, 2017, p. 29)

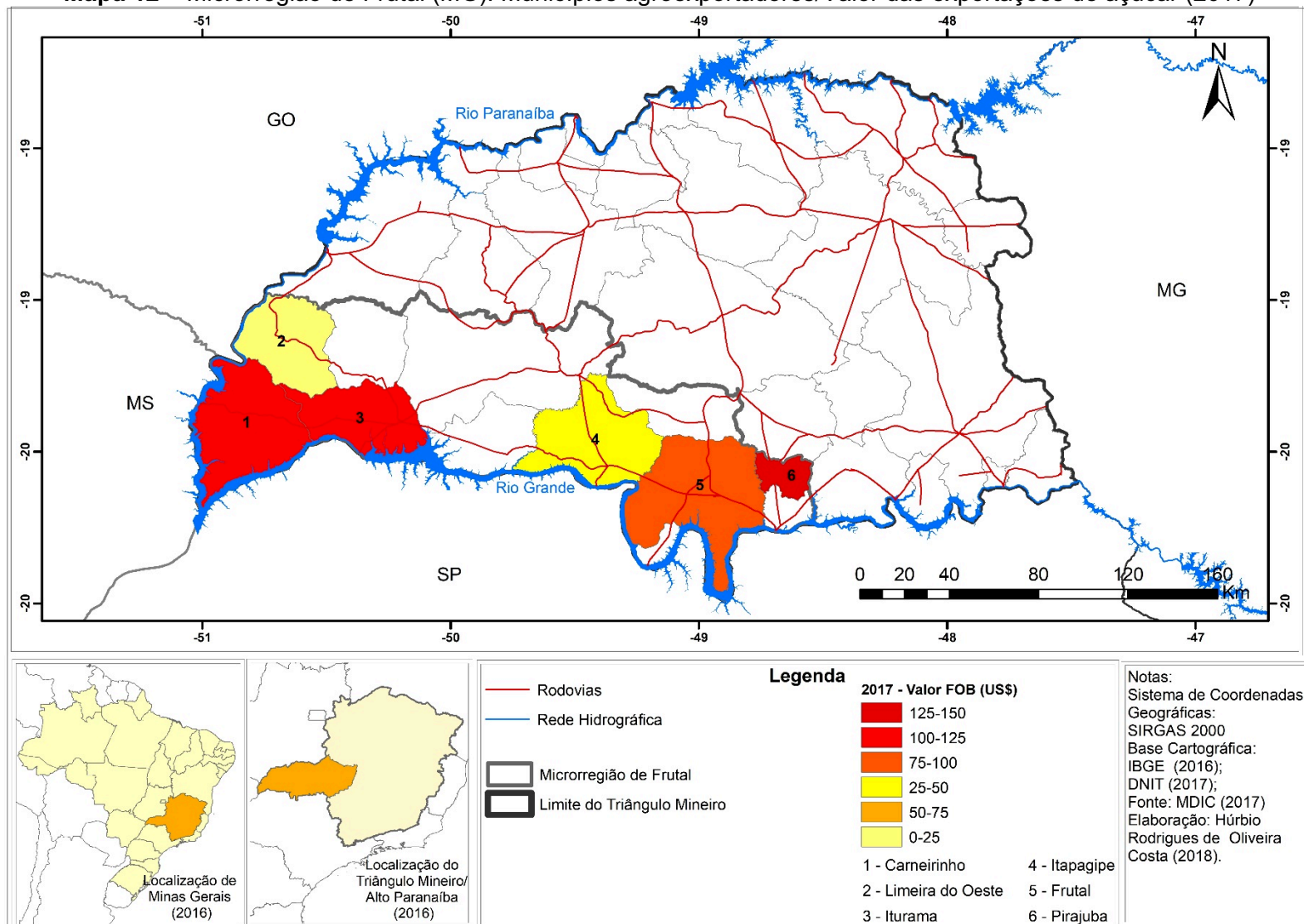
Para mais, a INDI — Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais — se enquadra do mesmo modo nesse contexto, desempenhando funções e tarefas com fundamentos em dados e informações “acerca das melhores regiões e/ou municípios para implantação de determinados projetos, linhas de crédito, operações de comércio exterior, processos trabalhistas e licenciamento ambiental [...]” (SANTOS, 2017, p. 29).

Diante disso, Iturama (MG), apesar de apresentar o maior valor no setor das exportações, no período de dez anos de análise, identificou um percentual negativo de evolução com -0,3% (MDIC — Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e, ao comparar os dois últimos anos, conforme mostram os mapas 12 e 13, em 2017, os municípios tiveram recordes de exportação.

Dentre os municípios da Microrregião estudada, em relação ao mercado externo, apenas Iturama (MG) não superou o maior valor de exportação, que, para o referido município, ocorreu em 2011, com um montante de US\$ 134.066.232,00. Apesar disso, a crise de 2018 e as incertezas político-econômicas afetaram

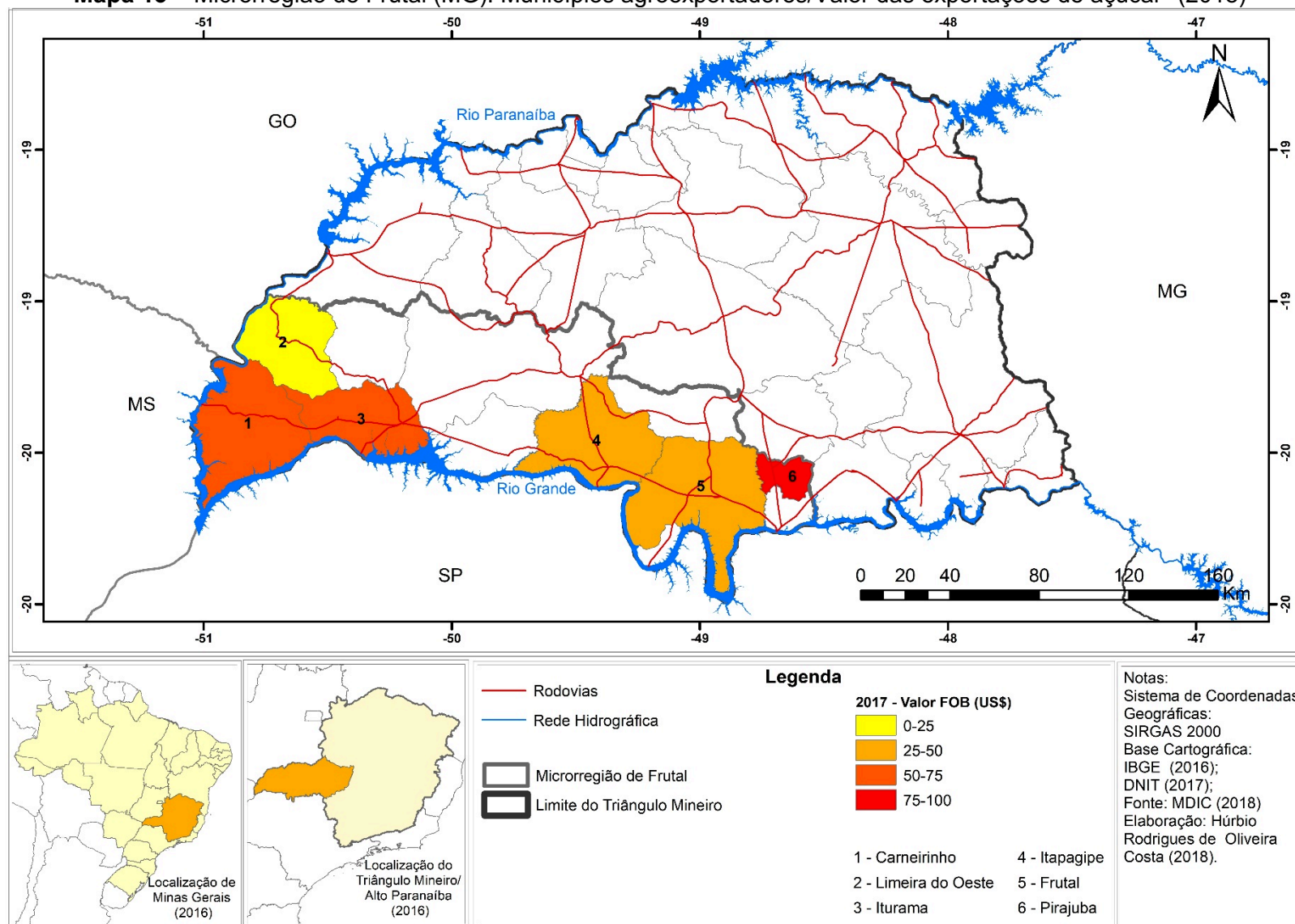
diretamente o mercado, diminuindo o valor arrecadado em uma média geral de 0,4% dos municípios pesquisados.

Mapa 12 – Microrregião de Frutal (MG): Municípios agroexportadores/Valor das exportações de açúcar (2017)



*Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido.

Mapa 13 – Microrregião de Frutal (MG): Municípios agroexportadores/Valor das exportações de açúcar* (2018)



*Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido.

Ao analisar os mapas acima, é possível identificar como Carneirinho (MG) e Iturama (MG) passam a competir com Pirajuba (MG) no que tange às exportações de açúcar entre 2017 e 2018, o que não foi verificado em Limeira do Oeste (MG), mesmo o município apresentando duas unidades agroindustriais. A Cabrera Energética, primeira nomeação de uma das usinas do município, fundada em 2008 pelo grupo ADM e, em 2016, foi adquirida pela CMAA — Companhia Mineira de Açúcar e Álcool —, passando a ser conhecida como Vale do Pontal, a qual divide sua produção entre açúcar e álcool o que justifica parcialmente o ameno crescimento nas exportações açucareiras de Limeira do Oeste (MG). A unidade do grupo Coruripe, igualmente localizada no mesmo município desde 2005, com uma implantação realizada estrategicamente para uma gestão unificada, similarmente realiza uma moagem da cana-de-açúcar direcionada para a produção de etanol anidro e hidratado.

Da mesma forma, pode-se constatar ao observar os mapas 12 e 13 que, no período de um ano, as exportações de Itapagipe (MG) definiram uma alteração limitada ao se comparar com as de Frutal (MG), essa última que passou a se destacar nesse setor em 2018 juntamente com os municípios de Carneirinho (MG) e Iturama (MG).

Para mais, as figuras acima permitem também entender a localização geográfica das agroindústrias sucroalcooleiras. É possível identificar a presença das três unidades do grupo Coruripe (foto 07), duas da Bunge, uma da CMAA, a Usina Cerradão e a Usina Santo Ângelo, todas próximas aos importantes cursos d'água da região: Rio Paranaíba e o Rio Grande.

Foto 07 – Iturama (MG): Localização industrial da usina Coruripe



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2016.

Além disso, vale ressaltar a localização delas perante as malhas viárias, apresentando reflexos nos municípios que não possuem unidades produtivas, como é o caso de São Francisco de Sales (MG). A cidade se encontra mais próxima à usina da Bunge do que a própria área urbana de Itapagipe (MG), sendo que nesse último município é que se localiza a unidade da agroindústria sucroalcooleira. Santos (2008) reforça essa análise do espaço, da circulação e da distribuição dos produtos, entendendo que

[...] a questão da distribuição se coloca de forma diferente em função de vários fatores. Entre estes se encontram: a natureza do produto e suas exigências específicas quanto ao transporte; às condições regionais e locais, entre as quais a natureza da rede regional e local e a demanda efetiva, não apenas considerada no seu aspecto global, mas levando igualmente em conta sua repartição no tempo, no espaço e segundo os segmentos sociais. (SANTOS, 2008, p. 83)

Diante disso, entende-se que a produção canavieira na região está direcionada à posição geográfica, relacionada aos aspectos físicos: de relevo favorável à mecanização; proximidade aos grandes cursos de água, sobretudo para a produção de álcool etílico e açúcar, além da ampla necessidade para todo o processo de irrigação do plantio e no sistema operacional fechado da indústria, que varia desde a geração de vapor nas caldeiras à limpeza das moendas; solo propício a correções de nutrientes e períodos chuvosos.

A água é reutilizada, em parte, após o tratamento local — especialmente para a separação do óleo —, sendo direcionada por meio de canais (foto 09), tubulações que são deslocadas, bombeamento e caminhões tanques às plantações, como adubo orgânico, diante de um processo denominado fertirrigação, o qual, realizado de forma inadequada, contamina o solo e amplia o número de moscas do estábulo que causam doenças e problemas nos bovinos, expandido os problemas dos pecuaristas (CASTRO, 2009). Além disso, há também a oferta de mão de obra, facilitação na obtenção de outorgas ambientais e licenciamentos para uso e ampliação das áreas utilizadas, incentivos fiscais estaduais e municipais de forma similar, os quais são pontos que determinam a posição da planta industrial desse setor na região pesquisada.

Foto 08 – Carneirinho (MG): planta industrial da usina Coruripe



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2016.

Foto 09 – Carneirinho (MG): canais utilizados para irrigação



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2016.

Tal processo descrito acima não diminui os problemas ambientais e sociais que envolvem desde a captação de água dos mananciais até a exclusão da classe agrária devido à pressão econômica dos grandes usineiros (ELIAS, 2003). Diante disso, a autora Scaramuzzo (2007) retrata a imponência da agroindústria canavieira e as mudanças geradas, tanto no campo quanto na cidade de Carneirinho (MG), ao relatar que

[...] poderia passar despercebida se os canaviais não tivessem "invadido" a região, disputando espaço com o gado [...] Com a sua "mineirice", a população começou a observar "se esse trem de cana ia dar certo". Mas a cana, sem pedir licença, foi chegando, chegando, e tomou conta de boa parte das pastagens da região. E não contente o suficiente, foi seduzindo pequenos pecuaristas para arrendar as terras [...] A rotina na cidade não é mais a mesma. Os dois únicos hotéis - na verdade, um hotel e uma pensão - vivem lotados. São os "forasteiros" de São Paulo e da capital mineira que chegaram antes para montar a estrutura da usina. (SCARAMUZZO, 2007)

Portanto, os impactos sociais vão desde a expulsão dos pequenos proprietários de terra devido aos elevados investimentos financeiros e tecnológicos necessários para se recolocar no setor canavieiro, assim como dos projetos da União que valorizam a produtividade da monocultura, reforçando o papel imponente dos usineiros, até a modificação da paisagem e dinâmicas do

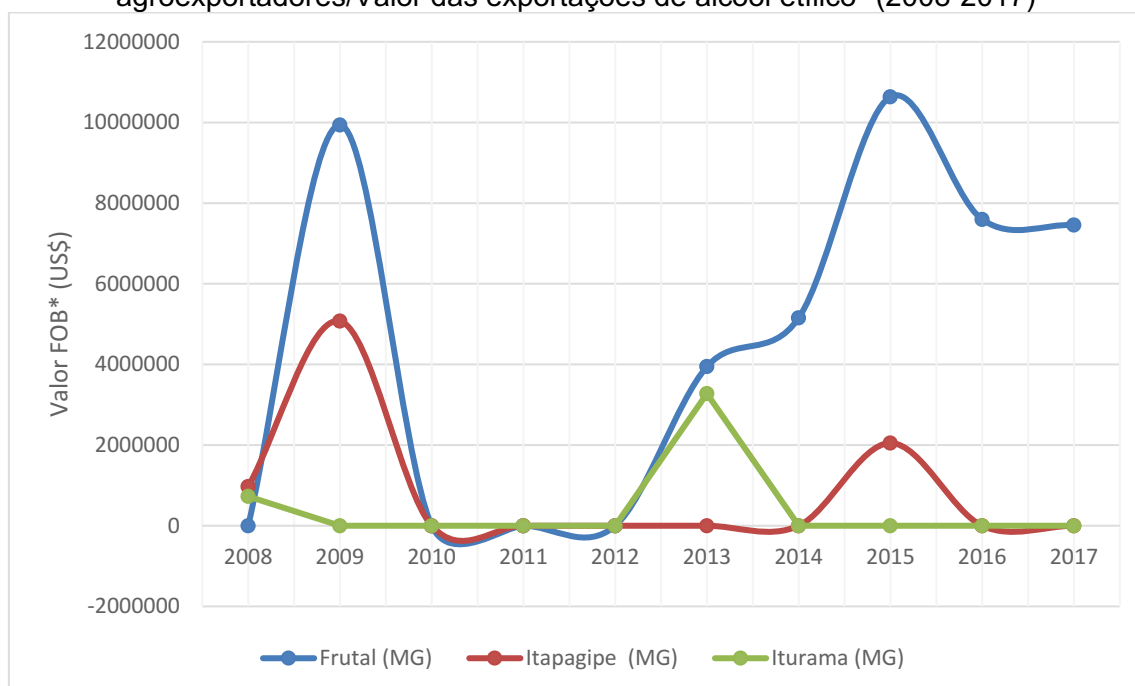
campo e da cidade. Essas transformações são visíveis também em outros estados brasileiros que possuem concentração dessa produção vinculada às agroindústrias, como relata Elias (2003) na sua abordagem sobre a região de Ribeirão Preto (SP).

Referente aos impactos ambientais, há uma busca nos últimos anos por realizar procedimentos que minimizem esses problemas. Apesar disso, os impactos permanecem atenuantes na região do Triângulo Mineiro, sobretudo os vinculados a(o):

o assoreamento dos rios causado pela erosão e pela ocupação agrícola de áreas geograficamente não adequadas; a compactação dos solos ocasionada pela intensificação da mecanização nas lavouras; a destruição de reservas de matas nativas e ciliares para ampliação das lavouras; o aumento das emissões de CO₂; a eliminação de micronutrientes e da mesofauna a partir das queimadas, contaminação de cursos d' água na lixiviação de pesticidas e fertilização; o aumento da produção de subprodutos agroindustriais como vinhaça, a torta de filtro e o bagaço. (CASTRO, 2009, p. 25)

Retomando a análise econômica, no que tange à produção de álcool etílico, ao realizar uma análise detalhada do processo de produção, pode-se evidenciar que os principais municípios agroexportadores na microrregião estudada, que são: Frutal (MG), Iturama (MG) e Itapagipe (MG). De 2008 para 2009, Frutal (MG) saltou de uma exportação nula para US\$ 9.937.724,00, enquanto Iturama (MG) apresentou uma linearidade inversa, com importante ressalva ao ano de 2013, identificando um total de US\$ 3.275.564,00. Itapagipe (MG) apresenta exportações significativas apenas nos anos de 2008, 2009 e 2015, como pode-se observar no gráfico 16 a seguir.

Gráfico 16 – Microrregião de Frutal (MG): principais municípios agroexportadores/Valor das exportações de álcool etílico* (2008-2017)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2008-2017.

* Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol; álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico.

* **Free on Bord (Livre a bordo):** normas das trocas comerciais, nas quais o frete é por conta e risco do comprador a partir do momento em que a mercadoria é embarcada.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2019.

Apesar dos anos em que os dados não registraram exportação de álcool etílico — entre 2010 e 2012 —, os demais anos mantêm a imponente das usinas Bunge e Cerradão, em Frutal (MG), que chegaram ao recorde em 2015, com US\$ 10.636.993,00 dentre os anos pesquisados.

Diante disso, além das agroindústrias canavieiras, há a presença de outras pequenas, médias e grandes empresas nas atividades desenvolvidas no campo da microrregião de Frutal (MG), e as instaladas devido à posição geográfica dos municípios nos eixos viários que ligam, por exemplo, São Paulo à região central do país.

Dentre elas, a fábrica de cerveja (figura 06) localizada no município de Frutal (MG), na BR-364, em setembro de 2018 foi adquirida pelo Grupo *Cidade Imperial* (produzindo principalmente a cerveja Império), da *Companhia Brasileira de Bebidas Premium*⁴⁰, a qual fabricava a cerveja Proibida.

⁴⁰ “Teve as suas atividades iniciadas com a cerveja, tipo pilsen, com graduação alcoólica de 4,8%, que chegou ao mercado inicialmente com a marca Fass (barril, em alemão), envasada em garrafas de 600ml, distribuída nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul” (REIS DE PAULA, 2012, p. 107).

Figura 06 – Frutal (MG): Fábrica de cerveja (2018)



Fonte: Topoagro Frutal

O novo grupo trabalha na reformulação e ampliação da planta produtiva (figura 30), expandindo a comercialização com o intuito de atingir outros estados do país, visto que a produção atual segue direto para o Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe ressaltar que os primeiros proprietários da unidade fabril foram os donos do grupo *Aralco*, os quais produziam a cerveja Premium e que em 2005 buscaram impulsionar a produção.

Figura 07 – Frutal (MG): obras de ampliação da fábrica de cerveja Cidade Imperial (2018)



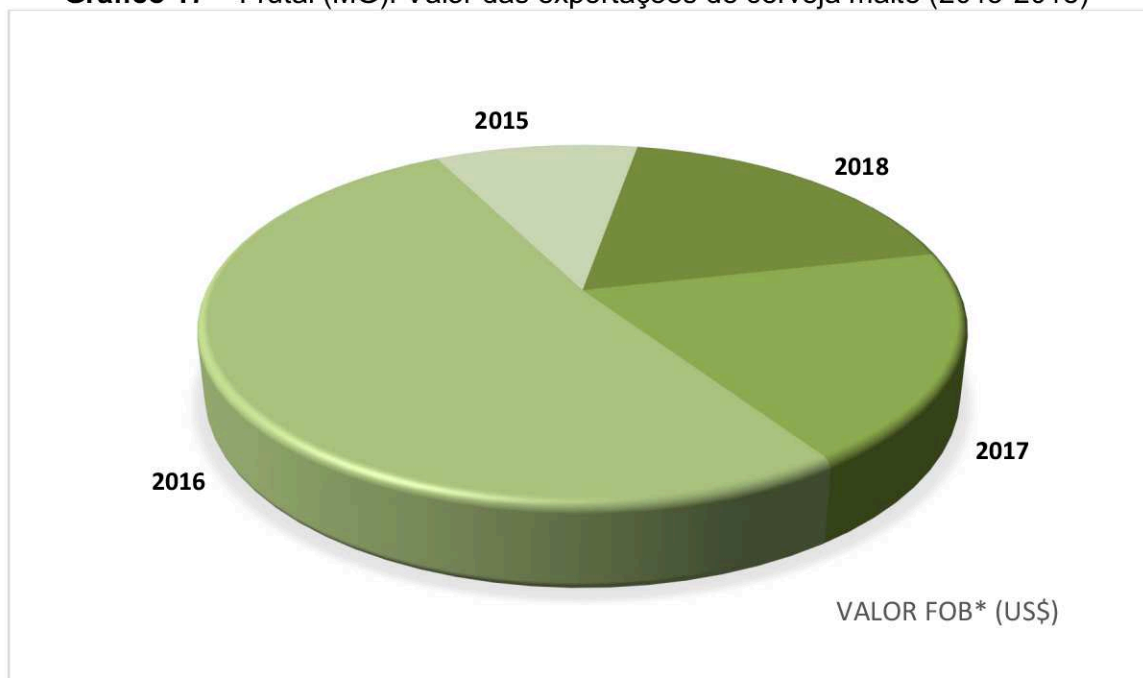
Fonte: Topoagro Frutal⁴¹

⁴¹ Empresa de topografia geral, georreferenciamento e consultoria ambiental de Frutal (MG), que realizou o levantamento topográfico e locação de obra da Cervejaria Cidade Imperial.

A evolução da produção de cerveja em Frutal (MG) pode ser verificada por meio das exportações desde 2015, conforme mostram os dados do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Do primeiro (2015) para o segundo ano (2016), o valor total de exportações passou de US\$ 259.455,00 para US\$ 1.309.603,00, identificando crescimento de 505%, como pode ser verificado no gráfico 17.

Gráfico 17 – Frutal (MG): Valor das exportações de cerveja malte (2015-2018)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2015-2017.

* **Free on Bord (Livre a bordo):** normas das trocas comerciais, nas quais o frete é por conta e risco do comprador a partir do momento em que a mercadoria é embarcada.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2019.

Apesar desse salto nas exportações, os valores para 2017 não se mantiveram e se verificou um total de apenas US\$ 482.922,00 para esse setor industrial em Frutal (MG), o que, em 2018, seguiu a média do ano antecedente com um pequeno decréscimo, chegando a US\$ 472.176,00 nas exportações de cerveja malte. A compra da unidade fabril pelo Grupo *Cidade Imperial*, outra empresa de renome no mercado, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, a qual iniciou a produção no final de 2018, pode favorecer a ampliação desse setor industrial em Frutal (MG).

Ainda é possível encontrar outras atividades ligadas às indústrias em Frutal (MG), como os laticínios — Triângulo de Minas, Sabor de Minas, Minas Forte, Suíço Holandês —, as indústrias têxteis e as fábricas de produção de

rações/suplementos minerais (*Nutrirauros*), essas últimas sobretudo de capital local.

Já em Pirajuba (MG) encontra-se o Centro Regional de Educação Ambiental, que possui parcerias da Prefeitura com empresas privadas, Usina Coruripe, Usina Vale do Tijuco (CMAA) e *Canacampo*. Em Itapagipe (MG) encontra-se a unidade industrial da *D'allora* — Entreminas Indústria e Comércio de Laticínios — na qual há captação de leite e produção de requeijão, com centro de distribuição em São Paulo. Além dessas, destaca-se a fábrica de produção de laticínios da Bonolat (processamento, pasteurização e finalização do produto), marca do segmento de produção de alimentos do grupo *Asperbras*.

De capital paulista, a empresa iniciou atuando na construção de canos de PVC destinados principalmente às atividades agrícolas. Atualmente, o grupo encontra-se espalhado com unidades e programas em três continentes: Ásia, Europa e América do Sul —, além de atuar com empresas nos ramos de: energia proveniente da biomassa, produção de leite, tubos e conexões, rotomoldagem⁴², agronegócio, projetos industriais, construção, comercialização de veículos, perfuração de poços artesianos, empreendedorismo imobiliário, produção de painéis de madeira e MDF, entre outros.

União de Minas (MG) possui um laticínio, *Unileite* (Laticínio Casinhas Ltda), e São Francisco de Sales (MG) conta com a Indústria e Comércio de Laticínios Minas Bahia, além das indústrias têxteis e tecelagens: Têxtil Plena, Têxtil Souza, Têxtil Lander, GS Têxtil e Têxtil Primus. Para Alegre (1970), esse tipo de indústria exige maior mão de obra com salários inferiores, em contrapartida, há a indústria moderna que, devido ao maquinário e tecnologia, recruta um menor número de trabalhadores.

Apesar de apresentar o terceiro parque têxtil nacional, o estado de Minas Gerais ainda representa uma porcentagem baixa na produção, sendo que, na região do Triângulo Mineiro, Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) são as principais cidades representantes desse setor industrial, podendo, dessa forma, vincular a concentração das tecelagens de São Francisco de Sales (MG) também à proximidade com as áreas de importância na produção regional, à confecção de produtos para o ensacamento de açúcar proveniente das usinas sucroalcooleiras

⁴² Consiste na produção de peças técnicas agrícolas e/ou automobilísticas, jardinagem, além de tanques, lixeiras para saneamento e tanques químicos.

nos municípios vizinhos, assim como panos para o uso interno dessas agroindústrias.

Diante desse contexto, é possível verificar a importância do setor leiteiro na Microrregião de Frutal (MG), ficando evidente que as atividades, antes do desenvolvimento imponente da produção de grãos — que chegam no Cerrado na década de 1980 e, posteriormente, com a ocupação das áreas próximas aos grandes rios pelo setor sucroalcooleiro —, congregavam os pequenos produtores com destino específico às agroindústrias de leite e seus derivados existentes na região, sobretudo em Ituiutaba (MG) e na microrregião de Uberlândia (MG), como mostra Souto e Bezzi (2018). Portanto,

A pecuária leiteira é de fundamental importância para o setor agropecuário brasileiro, tendo em vista que a atividade leiteira participa na formação da renda de grande número de produtores, além de ser responsável por elevada absorção de mão-de-obra rural (contratada e familiar), propiciando a fixação do homem no campo. (CAMPOS; PIACENTI, p. 4, 2007)

Nesse sentido, com a necessidade de abastecer o mercado interno e externo, a década seguinte de 1990 reunifica os produtores e contribui diretamente na geração de empregos e renda.

Seguindo o papel das empresas agroindustriais, tanto Iturama (MG) quanto Planura (MG) possuem escritórios da empresa *Granol*, de capital brasileiro do setor do agronegócio, que atua no beneficiamento de grãos e biocombustíveis. A *Campofert*, empresa do mesmo ramo, possui unidade comercial e armazém atuante no beneficiamento de grãos, comercialização de insumos e nutrição animal. Possui unidades também em Frutal (MG) e Pirajuba (MG). Para além dessas, Iturama (MG) ainda possui a *Calu* e a *Pecuarista*, empresa de capital local que comercializa produtos agropecuários e presta serviços nas diversas atividades do campo.

No segmento pecuarista, no Pontal do Triângulo Mineiro há duas unidades da JBS⁴³, uma em Ituiutaba (MG), a qual realiza o abate e

⁴³ A JBS, a qual possui as iniciais do seu fundador José Batista Sobrinho, é uma grande indústria do ramo de alimentos que processa carnes bovinas, suínas, ovinas e de frango que teve início em Anápolis (GO). A empresa também atua no segmento de produtos de limpeza e higiene. Para mais informações, acessem: www.jbs.com.br

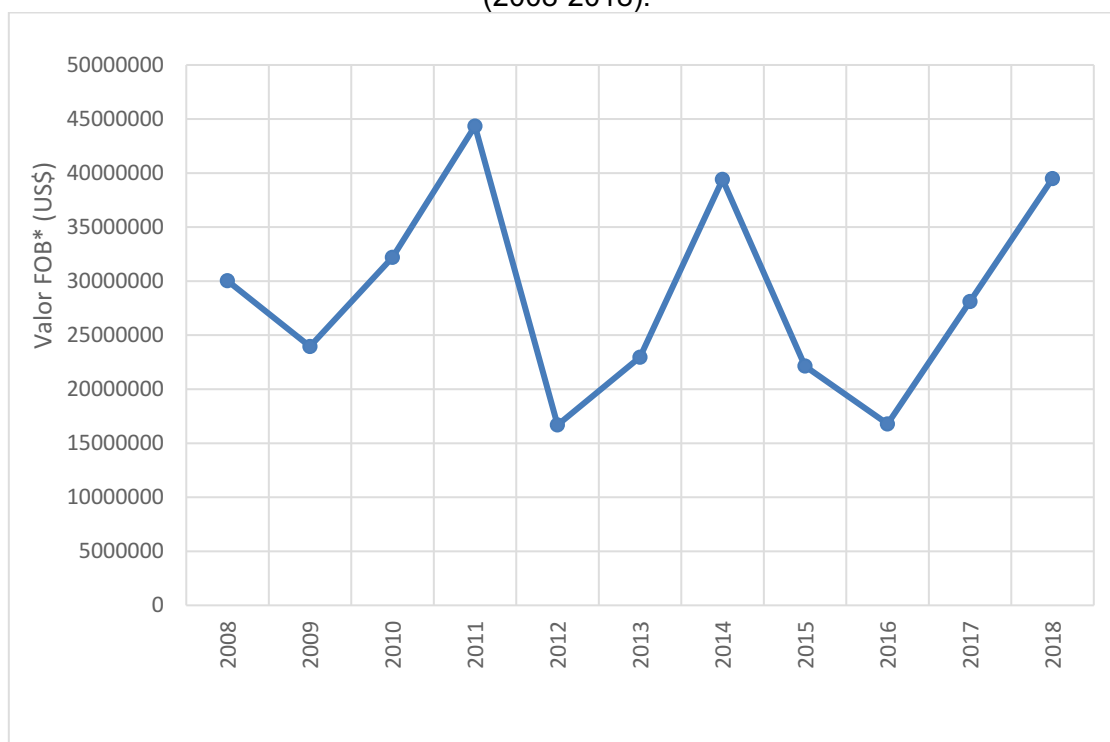
processamento, e outra em Iturama (MG) que também tem como função a distribuição das mercadorias (OLIVEIRA, 2015).

Fatores como localização geográfica, proximidade com a produção pecuária, vias de deslocamento e processo de modernização dos transportes são os principais pontos que levam as grandes corporações a se instalarem na região. Santos (2008) já enfatizava que esse processo e a ampliação da tecnologia de comunicação têm efeitos libertadores das modernizações de centros externos, deixando que apenas a fábrica se instale no local e as sedes administrativas e industriais permaneçam em grandes cidades, nas quais os aparatos logístico, estrutural e de investidores já se encontram consolidados. Portanto, a lógica, identificada em uma de suas estruturas do espaço de produção contemporâneo, da “localização industrial é sua descontinuidade geográfica, paradoxalmente formada por complexos territoriais de produção. O novo espaço industrial é organizado em torno do fluxo da informação [...]” (CASTELLS, 1999, p. 483).

No contexto analisado da pesquisa, a fábrica se instala próximo à matéria-prima e à mão de obra barata — no caso da pesquisa, nas pequenas cidades —, permeando fluxos de informação, tecnologia em rede, logística e múltiplos setores industriais rentáveis para as grandes organizações empresariais, as quais localizam suas sedes de gestão nas cidades corporativas. Diante disso, esse contexto urbano-industrial em rede faz com que, por meio do agronegócio, as pequenas cidades se conectem mundialmente, tornando a hierarquia urbana cada vez mais complexa.

A presença da indústria concentra as exportações de carne bovina da microrregião de Frutal (MG), sendo o principal município, com um valor total, em 2018, de US\$ 39.484.321,00, ciclos de altas e baixas exportações durante dez anos de análise e picos em 2011 e 2014, como mostra o gráfico 18.

Gráfico 18 – Iturama (MG): Valor das exportações de carne bovina congelada (2008-2018).



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2008-2018.

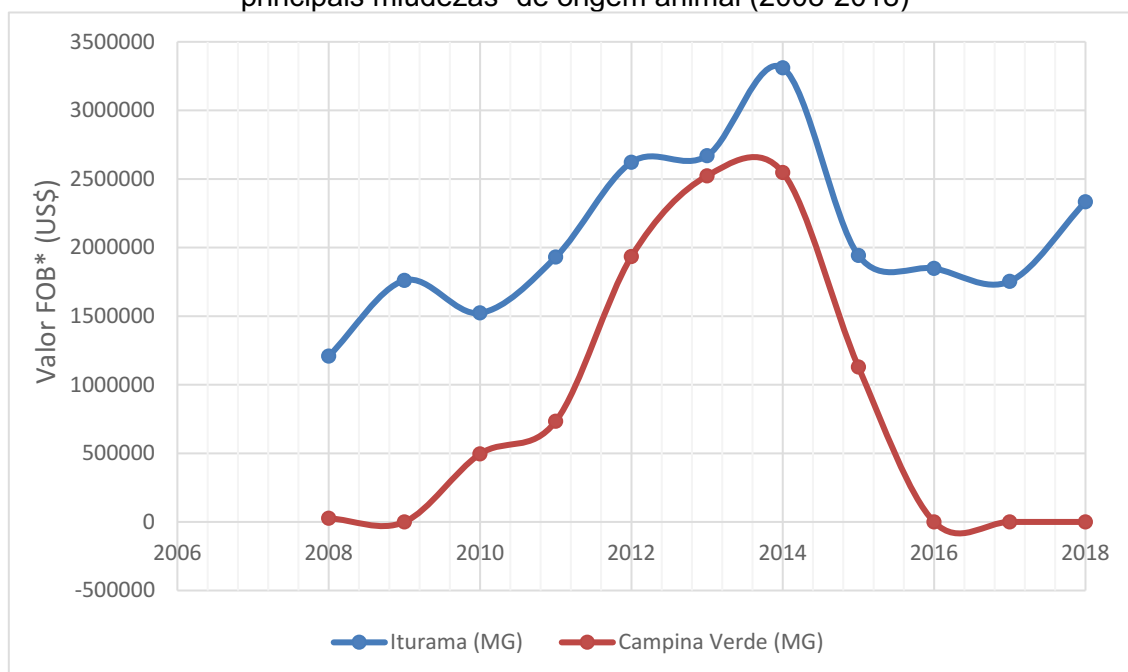
*** Free on Bord (Livre a bordo):** normas das trocas comerciais, nas quais o frete é por conta e risco do comprador a partir do momento em que a mercadoria é embarcada.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2019.

Cabe ressaltar que o município de Campina Verde (MG) apresentou exportações de carne bovina congelada em 2013 e 2015, com US\$ 117.224,00 e US\$ 191.405,00 (MDIC), respectivamente. Ainda assim, bem abaixo dos valores atingidos por Iturama (MG). Já no setor das principais miudezas (inteiras ou em pedaços) de animais — exceto peixe — os dois municípios se destacam no valor total de exportações.

Com um período de ascensão entre 2013 e 2014, o montante foi de US\$ 3.309.946,00 para Iturama (MG) e de US\$ 2.547.434,00 para Campina Verde (MG), como se pode observar no gráfico 19. Já no ano de 2015, registrou-se uma queda nessas exportações para os dois municípios, permeando um valor nulo de 2016 a 2018 em Campina Verde (MG), que apresentou uma exportação voltada para maquinários, aparelhos e instrumentos eletromecânicos em geral, como bombas de ar, condensadores, motores e geradores elétricos (MDIC).

Gráfico 19 – Iturama (MG) e Campina Verde (MG): Valor das exportações das principais miudezas¹ de origem animal (2008-2018)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2008-2018.

* **Free on Bord (Livre a bordo):** normas das trocas comerciais, nas quais o frete é por conta e risco do comprador a partir do momento em que a mercadoria é embarcada.

¹ Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, inteiros ou em pedaços, frescos, refrigerados, congelados, salgados, secos ou defumados.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2019.

Referente à localização da JBS, considerada uma das maiores indústrias de processamento de carnes do mundo, na microrregião pesquisada, os escândalos vinculados a corrupção, transações ilegais e irregularidades políticas levaram ao caos financeiro da empresa e, conseqüentemente, ao fechamento de unidades, bem como queda brusca nas exportações, essas que iniciaram com a crise econômica nacional em 2014.

Além disso, em Campina Verde (MG) encontra-se a *Friverte* — Indústria de Alimentos — e a *AgroVerde*⁴⁴, cooperativa de capital local que atua no ramo do agronegócio, nos segmentos de laticínio, loja agropecuária, nutrição animal e, recentemente, postos de combustíveis.

⁴⁴ A cooperativa AgroVerde, fundada em 1992, reuniu 25 produtores rurais locais que apostaram no sistema de cooperativismo para ampliar a produção e enfrentar as crises particulares, visando valorizar o leite produzido na região. Para mais informações, acesse: agroverde.coop.br.

Foto 10 – Campina Verde (MG): Laticínio AgroVerde



Fonte: agroverde.coop.br

Essa conjuntura permite entender a interação das regiões de atividades desenvolvidas no campo e a inserção do setor terciário por meio dos pontos comerciais. Nesse contexto, Santos (2013, p. 73-74) analisa essa conexão, afirmando que

[...] não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias como ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais.

Logo, essas pequenas cidades desempenham o papel de gerir toda a demanda socioeconômica da zona rural, sendo local de moradia da população que trabalha nas atividades agrícolas. Dessa maneira, a população deixa de ser do campo e passa a consumir e exercer atividades agrícolas.

Além disso, Alegre (1970), em sua análise quantitativa, entende que a produção agrícola não pode ser avaliada apenas considerando o total de pessoas vinculadas a ela, mas sim, mais que isso, deve-se entender as condições ambientais, os métodos, a técnica e os desafios químicos/físicos da terra, lembrando que, do total da população destinada ao trabalho no campo, há uma grande parcela que não reside na zona rural, mas sim nas cidades, o

que amplia a necessidade de melhoria das vias de circulação. Santos (2013) reforça essa concepção afirmando que

[...] nas *regiões agrícolas*, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel. (SANTOS, 2013, p. 76)

Portanto, é possível verificar o papel regional e o poder das atividades desenvolvidas no campo da Microrregião de Frutal (MG) e entender como os setores agrícolas “têm sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades” (SANTOS, 2013, p. 76). Diante disso, é possível entender o papel da indústria nessas cidades, enfatizando que essa carrega uma gama de serviços e funcionalidades consigo, favorecendo a expansão do setor terciário que define a estrutura hierárquica da cidade (ALEGRE, 1970).

Por isso, compreender o papel do setor terciário permite enriquecer as análises das atividades desenvolvidas no âmbito do rural e como elas se recolocam importantes nas pequenas cidades.

4.2 O setor terciário nas pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG): o comércio e prestação de serviços.

A relação de consumidores e produtores resulta na organização da sociedade e a direciona para a cidade como *locus* da força de trabalho. Para Beaujeu-Garnier (1997, p. 249), “todos os indivíduos são consumidores, mas nem todos são produtores”, ou seja, na cidade há a concentração populacional que, em parte, participa da produção e do consumo e visa lucrar com o excedente, enquanto o agricultor, no campo, pode renovar sua produção, seu plantio. Além disso, a modernização do campo eleva a produção, e esse consumo gerenciado pelas grandes empresas efetivou transformações profundas no Brasil nessas últimas décadas, fragilizando as atividades agrícolas periféricas devido à ausência dos recursos tecnológicos, que deixam

os pequenos e médios proprietários à mercê das grandes corporações nacionais e internacionais (SANTOS, 2013). Essa reflexão também é realizada para a região de Ribeirão Preto (SP) frente ao setor agroindustrial (ELIAS, 2003), que pode ser verificada em determinadas relações na Microrregião de Frutal (MG), sendo que

[...] nas áreas que participam de forma mais complexa do processo de modernização agrícola, o consumo produtivo do campo tem o poder de adaptar as cidades próximas as suas principais demandas, convertendo-as em laboratório da produção agropecuária moderna, uma vez que fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização. (ELIAS, 2003, p. 191)

Diante disso e do papel do setor terciário nas pequenas cidades, o IBGE, de 2006 a 2016, apresenta dados nos quais o número total de empresas por unidades locais para a Microrregião de Frutal (MG) passou de 4.520 para 5.313; e o total gasto com salários e demais remunerações passou para R\$ 876.970⁴⁵ reais em 2016. A somatória total de assalariados ocupados da microrregião, em 2016, foi de 28.967 pessoas.

Nesse contexto, o maior número de empresas foi identificado em Frutal (MG) e Iturama (MG), com 1.495 e 1.083 em 2006, e 1.633 e 1.224, respectivamente, em 2016. Isso é justificado pela análise do segundo capítulo, com a evolução do PIB focado no setor terciário, ou seja, novas especializações se relacionaram às atividades desenvolvidas no campo, criando níveis funcionais, sobretudo no setor de maquinários, hospedagem, ensino técnico, entre outros. Logo, fatores como

a modernização criam novas atividades ao responder a novas necessidades. As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. (SANTOS, 2008, p. 48)

O crescimento negativo entre os dez anos avaliados ocorreu apenas em União de Minas (MG), que chegou a um decréscimo de 34%. Vários fatores justificam esse resultado e toda a oscilação — que pode ser verificada nas

⁴⁵ Valor aproximado de US\$ 275,00.

tabelas em anexo — no número de cadastros das empresas locais. Dentre eles, destacam-se a crise financeira nacional, agravada em 2015, e a base econômica agropecuária do município, que, para além da produção pecuária, se encontrava embasada nas atividades sucroalcooleiras das indústrias instaladas nos municípios limítrofes.

Recentemente, essas agroindústrias, detalhadas no segundo capítulo, deixaram de buscar funcionários na cidade de União de Minas (MG), o que é resultado da diminuição de moradores, haja vista que alguns necessitaram se realocar para manterem os vínculos empregatícios. Esse contexto reflete-se diretamente no setor de comércio e serviços, que perdem demanda local. Assim, nota-se o aumento significativo da área empresarial para a Microrregião, em Frutal (MG) e Iturama (MG), as quais ampliam o comércio no centro comercial, com novas empresas, novas franquias, diversificando produtos e serviços disponíveis à população local e regional.

Nessa conjuntura do setor terciário, conforme apresenta Beaujeu-Garnier (1997, p. 219), “o comércio procura a posição mais central possível para tirar o máximo proveito da rede de comunicações convergentes que caracteriza quase sempre as estruturas urbanas”. Santos (2008b), ao trabalhar com os subespaços, discorre sobre as interferências de ordem local, regional, nacional e internacional que se ligam aos diversos setores da economia, bem como ao estímulo aquisitivo e ao consumismo. Para o autor

As influências locais são consideradas aqui no nível das unidades agrícolas e urbanas, das características da população, das características dos modelos de localização das atividades dos homens. Os estímulos regionais dependem da competitividade econômica das atividades ou competitividade vertical, referindo-se à atividade do mesmo gênero ou de gêneros diferentes pela evolução das atividades existentes ou pela criação de novas. [...] Quanto aos estímulos nacionais, eles são muito numerosos mas pode-se colocar em primeiro lugar as demandas ou necessidades de uma zona industrial ou urbana, assim como movimentos da economia, tais como a inflação e a deflação [...]. (SANTOS, 2008b, p. 219)

Remetendo às demais características da cidade, a microrregião, em 2006, possuía 69 estabelecimentos agropecuários, como Maqnelson, Shopping Rural Coopercitrus, Camda – Cooperativa Agropecuária, Arakaki Máquinas – Massey Ferguson Brasil. Em 2016, passou para 89 unidades. O destaque vai para os setores de comércio voltados à assistência e reparos em veículos de transporte

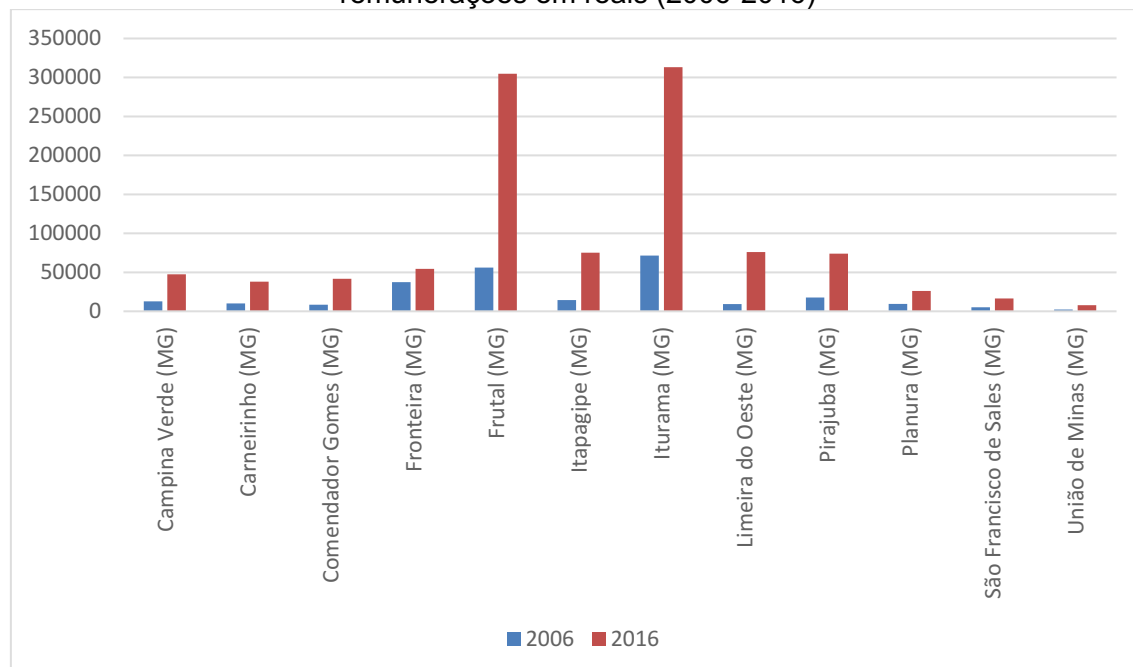
viário, com 2.346 unidades em 2006 e 306 unidades agropecuárias, passando para 2.302 e 304 em 2016 (IBGE). Logo, esses maiores setores perderam unidades empresariais ao longo de uma década, enquanto houve uma ascensão no total de empresas ligadas ao armazenamento, alojamento, alimentação, atividades administrativas, técnicas e científicas. Esse contexto das atividades comerciais e industriais permite analisar a média do rendimento dos assalariados. Segundo dados do IBGE (2016), Pirajuba (MG) registra a maior média salarial dentre as demais analisadas na microrregião pesquisada, com aproximadamente três salários mínimos e um percentual de 37,24% de habitantes ocupados e assalariados. Fronteira (MG), em seguida, com dois salários mínimos e meio. Em contraposição, a menor média salarial é verificada em Comendador Gomes (MG), com apenas um salário mínimo e meio aproximadamente, mas a cidade apresenta maior gasto médio por habitante, com salários chegando a 13,33% e, assim, com um percentual de 40,67% do total de habitantes assalariados ocupados. Pirajuba (MG), igualmente, apresenta gasto médio de 13,07% e Planura (MG), a menor média, de 2,23% com os salários. Esse contexto permite analisar que o papel do setor terciário não é o único determinante para garantir salários melhores nas pequenas cidades pesquisadas.

Diante disso, em Comendador Gomes (MG), mesmo o município apresentando uma média salarial baixa, quando se avalia o total gasto pelo número de habitantes, verifica-se que há uma maior igualdade na distribuição dos rendimentos na população local. Em contraposição, em 2016, segundo o IBGE, Fronteira (MG), com uma das médias salariais mais altas para a microrregião, apresenta um total de valor gasto por pessoa de 3,25% e um decréscimo de 9% no total de assalariados ocupados entre 2006 e 2016, além de passar de uma média de salários que girava em torno de aproximadamente quatro salários mínimos para apenas dois salários e meio, o que permite entender que há um valor total acima de dois e três salários mínimos, mas que não é uniforme. Isso faz com que a média caia, principalmente quando se considera o total de habitantes.

Já Frutal (MG), maior cidade da microrregião estudada, identificou em 2016 uma média de gastos de dois salários e meio e um total de R\$ 304.709 reais gastos com rendimentos pagos, sendo que, ao se analisar a relação com

o total de habitantes, a média de Frutal (MG) é de 5.22% (IBGE), como se observa no gráfico 20, a seguir.

Gráfico 20 – Microrregião de Frutal (MG): valor gasto com salário mínimo e outras remunerações em reais (2006-2016)



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2006-2016.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Essa análise permite entender que há o maior valor gasto, mas que a cidade também apresenta maior percentual populacional na comparação com todas as pesquisadas. Logo, ao observar o gráfico anterior, é possível verificar que, no período de dez anos, entre 2006 e 2016, Pirajuba (MG) apresentou o maior percentual de crescimento no setor de empresas, sendo 61% no total de unidades empresariais. Referente ao total de assalariados ocupados e aos gastos com salários e remunerações, Limeira do Oeste (MG) desponta com 124% e 724%, respectivamente.

Já Iturama (MG) exibe os maiores valores gastos com os salários nos dois anos de comparação, com R\$ 71.455 e R\$ 313.151 por essa ordem, além de definir uma média do total de salários por habitantes de 8,21% e percentual de 24,15% habitantes ocupados e assalariados, o que é superior a Frutal (MG), que atinge, em 2016, apenas 19% nesse último dado. As menores porcentagens são identificadas em Planura (MG) e Campina Verde (MG), com 9,03% e 9,05%, respectivamente. Isso permite verificar uma adaptação do

setor terciário às mudanças nas principais atividades econômicas e na renda da população local, que começa a necessitar de outras demandas, especialmente devido à ampliação e melhoria viária, assim como instalação de instituições de ensino. Apesar disso, vale destacar que

A cidade tem sido encarada como arena para o consumo. A conveniência política e comercial deslocou a ênfase do desenvolvimento urbano de atender às necessidades mais amplas da comunidade para atender às necessidades circunscritas de indivíduos. A busca deste objetivo estreito minou a cidade em sua vitalidade. (RORGES; GUMUCHDJIAN, 2001, p. 09)

Nesse contexto de grande valorização do consumo, vale ressaltar o papel das lojas de departamentos, como Magazine Luiza, Eletrosom, Ricardo Eletro e, recentemente, as Lojas Americanas (ainda em processo de construção) e Lojas Pernambucanas, que atendem as cidades de Frutal (MG) e Iturama (MG) e a região. Já a loja Eletrozema pode ser encontrada, além dessas duas principais, em Fronteira (MG), Carneirinho (MG), Campina Verde (MG), Limeira do Oeste (MG), Itapagipe (MG), Pirajuba (MG), Planura (MG) e São Francisco de Sales (MG).

Sendo assim, é fundamental também entender a disponibilização das franquias na microrregião, visando analisar o seu processo de centralização, a importância em sua rede urbana e o consumo. As unidades pouco diversificadas se concentram nas duas principais cidades, Frutal (MG) e Iturama (MG), porém identificam o processo do consumo em um mundo moderno e global no qual o modo de produção capitalista domina, com o objetivo de oferecer novidades diárias e bens duráveis com menor tempo de vida útil.

Dessa maneira, pesquisas contemporâneas apresentam que as lojas de departamento “desde meados do século XIX, tornam-se elas próprias uma mediação entre as esferas da produção e do consumo, convertendo ‘coisas’ inertes, impessoais e indistintas em bens repletos de significados” (FRID, 2017 p. 21).

Além do mais, todo impacto visual e estimulador do consumo exercido por meio das grandes vitrines e publicidades — que vinculam o bem-estar à utilização de cada vez mais utensílios — não ficou apenas nas grandes

idades, chegando às médias e pequenas aglomerações urbanas, visando um público diferenciado, mas que já se inseria no mundo consumista.

No mesmo patamar e inserido no âmbito empresarial, o setor do *franchising* — “sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso da marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços” (BRASIL, 2005, p. 7) — cresce no país, abarcando o comercial, principalmente o ramo alimentício e o de serviços, chegando às pequenas cidades devido ao poder das marcas e à sociedade em rede conectada com o mundo em tempo real. Por conseguinte,

[...] como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (CASTELLS, 1999, p. 563)

Dessa forma, além da transferência da marca, o setor de *franchising* “possui uma natureza empreendedora única, pois conta com o envolvimento de dois empreendedores que buscam oportunidades e as gerenciam de forma a explorá-las lucrativamente” (ESPINHA, MACHADO; RODRIGUES, 2005, p. 552).

Nesse segmento, algumas franquias possuem importante papel no espaço urbano e na sua centralidade, haja vista que tal setor contempla outras atividades e relaciona-se à ampliação do consumo pela população, às vezes não ficando claro o ramo de pequena empresa, já que a ideia ressaltada das franquias é em um contexto de rede, numa totalidade, e não em unidades, delimitadas pelo total de funcionários e faturamento (ESPINHA, MACHADO; RODRIGUES, 2005). Essa relação primária da estruturação das redes é um acelerador do desenvolvimento econômico das cidades, sendo que, nas pequenas, esse fator torna ainda mais visível a segregação espacial, em função de ser esse um processo excludente em vários setores da população, gerando uma problemática na sociedade que é desconsiderada pelos agentes econômicos (LOPES, 1998). Portanto, frente ao

[...] enfraquecimento do estado-nação, gerado pela globalização, cria a necessidade de que as cidades assumam um papel mais

independente na formulação e implantação de seu processo de desenvolvimento e acumulação de riquezas. O isolamento das cidades na definição de seu futuro, ao mesmo tempo que aumenta os graus de liberdade, institui novas responsabilidades no conjunto de lideranças da sociedade urbana. (LOPES, 1998, p. 69-70)

Diante disso, a Microrregião de Frutal (MG) apresenta aproximadamente 52 franquias⁴⁶ diversificadas nos segmentos que perpassam desde o setor alimentício até as escolas de idiomas. O maior número se concentra na sede da microrregião e em Iturama (MG), sendo as do segmento alimentício, farmacêutico e de cosméticos e perfumarias as mais comumente encontradas nas demais pequenas cidades pesquisadas. Especificamente nesse último ramo, é possível encontrar lojas da franquia “O Boticário” em todas cidades da microrregião pesquisada, com exceção de Carneirinho (MG), onde a unidade está em um de seus distritos, São Sebastião do Pontal (MG).

Já no setor farmacêutico, a Rede Inova apresenta franquias em oito cidades da microrregião pesquisada: Frutal (MG), Iturama (MG), Campina Verde (MG), Carneirinho (MG), Limeira do Oeste (MG), Itapagipe (MG), Planura (MG) e União de Minas (MG).

Diante disso, Frutal (MG), em 2018, apresentava um total de 21 unidades franqueadas, com ênfase nas do setor de ensino, com dois representantes de cursos profissionalizantes, dois de alimentos, um de locação de veículos, três de cosméticos e perfumaria, um restaurante, três escolas de idiomas, cinco farmácias franqueadas, uma escola de informática, duas franquias de ensino regular e uma de venda de piscinas, como se pode observar no quadro 10 a seguir.

⁴⁶ O campo permitiu verificar a importância de determinadas franquias, que se destacam por desde suas características orçamentárias até o papel do capital inicial local e os vínculos diretos com as cidades da região pesquisada.

Quadro 10 – Frutal (MG): Franquias (2018)

Prepara	Cursos Profissionalizantes
Cacau Show	Alimentos
Localiza	Locação de veículos
Ensinamais	Cursos Profissionalizantes
Chiquinho Sorvetes	Alimentos
O Boticário	Cosmético e perfumaria
Provanza Aromas e Sabores	Cosmético e perfumaria
Água de Cheiro	Cosmético e perfumaria
Água Doce Cachaçaria	Restaurante
CCAA	Escola de Idiomas
Wizard	Escola de Idiomas
Fisk	Escola de Idiomas
Americana	Farmácia
Farmais Brasil	Farmácia
Drogasil	Farmácia
Ultra Popular	Farmácia
Farmácia Inova	Farmácia
Microlins	Escola de Informática
Sistema Objetivo	Escolar
Kumon	Escolar
IGUI	Piscinas

Fonte: Trabalho de Campo

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Dentre as franquias listadas no quadro acima, a Água Doce⁴⁷ Cachaçaria (foto 12), instalada em Frutal (MG) em 2010, apresenta aproximadamente 100 unidades distribuídas pelo país, sobretudo no estado paulista. Além disso, vale destacar a franquia alimentícia Chiquinho Sorvetes⁴⁸ (foto 11), que teve início em Frutal (MG) por volta da década de 1980. Ela expandiu sua produção e as franquias, chegando em 2018 com mais de 470 lojas distribuídas pelo Brasil (OLIVEIRA, 2015), sendo possível encontrar uma unidade também na cidade de Iturama (MG).

⁴⁷ Para mais, confira: www.aguadoce.com.br

⁴⁸ Para mais informações sobre Chiquinho Sorvetes: www.chiquinho.com.br

Foto 11 – Frutal (MG): Chiquinho Sorvetes



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2015.

Foto 12 – Frutal (MG): Água Doce Cachaçaria



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2015.

Além disso, as franquias farmacêuticas cresceram nos últimos anos, chegando às pequenas cidades e influenciando, sobretudo, a competitividade dos comerciantes locais, o que igualmente pode-se constatar nas filiais de cosméticos e perfumarias.

O Grupo Americana⁴⁹ é uma das franquias desse setor que mais vem se destacando nos dias atuais, sobretudo no estado mineiro, onde ela teve início, especificamente na cidade de Varginha (MG). Atualmente o grupo possui mais de 400 unidades franqueadas, distribuídas por nove estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

É possível encontrar unidades dessa franquia em quatro municípios da Microrregião de Frutal (MG): Campina Verde (MG), Fronteira (MG), Frutal (MG) e Iturama (MG), essa última ilustrada na foto 13 a seguir.

⁴⁹ “O Grupo Americana conta com as marcas Drogaria Americana e Drogaria Poupe Já, conhecidas e estabelecidas no mercado, e que a cada dia vêm tomando mais força por meio de uma gestão sólida, fundamentada constantemente no estudo de mercado e apoiada por grandes parceiros” (www.franquiuaamericana.com.br).

Foto 13 – Iturama (MG): drogaria Americana



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

A cidade de Iturama (MG) também tem destaque no desenvolvimento de novas franquias, como é o exemplo da Paper Pão. De segmento especializado na publicidade e propaganda, o empreendimento faz da sacola de papel para pães um meio de divulgação econômica e criativa.

Com aproximadamente oito unidades já disseminadas pelo país, a rede possui um escritório em São José do Rio Preto (SP) e unidades no Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Diferentemente de Frutal (MG), Iturama (MG) apresenta uma maior diversidade de franquias ligadas ao segmento de ensino, com cursos técnicos e profissionalizantes. A maioria de capital paulista, apresentam cursos direcionados aos setores agroindustriais e eletroeletrônicos, como é o exemplo da unidade do IEP — Instituto Educacional Profissionalizante —, que apresenta 10 cursos técnicos: eletrotécnica, manutenção automotiva, técnico em açúcar e álcool, técnico em edificações, informática, administração, estética, química, farmácia e radiologia.

Quadro 11 – Iturama (MG): Franquias (2018)

Paper Pão	Publicidade e Propaganda
Localiza	Locação de veículos
Casa do Construtor	Materiais para construção
Cacau Show	Alimentos
Tia Sô	Alimentos
Chiquinho Sorvetes	Alimentos
Prepara	Cursos Profissionalizantes
MacPoli	Cursos Profissionalizantes
IEP	Curso Técnico
Direitos de Ouvir	Aparelhos auditivos
O Boticário	Cosmético e perfumaria
Global School	Escola de Idiomas e Cursos Profissionalizantes
CCAA	Escola de Idiomas
Welcome	Escola de Idiomas
Sistema Objetivo	Escolar
Sistema COC	Escolar
Kumon	Escolar
Farmais Brasil	Farmácia
Farmácia Inova	Farmácia
Americana	Farmácia

Fonte: Trabalho de Campo

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Nesse contexto, constata-se o papel do setor terciário cada vez mais destinado a atender as demandas que surgem das atividades ligadas à agropecuária e ao agronegócio. Isso é notável pelas franquias e expansão dos supermercados direcionados à alimentação, à saúde privada e farmácias em ampliação, devido à presença dos planos de saúde nas agroindústrias; a especialização cada vez mais afunilada dos cursos técnicos, com foco na operacionalização e manutenção das máquinas do campo modernizado; e os cursos superiores que se inserem, voltados igualmente às atividades administrativas e às ciências do solo e biológicas, como pode ser analisado no capítulo anterior.

Esse diagnóstico permite reforçar que uma das “consequências de uma modernização é gerar um efeito especializado, isto é, uma possibilidade de dominação. A especialização é responsável por uma polarização” (SANTOS, 2008, p. 51). As demais especificações também podem ser verificadas no centro comercial por meio dos supermercados, lojas de departamentos e

agências bancárias, que se aprimoram para atender a nova demanda do campo e da cidade.

4.3 A prestação de serviços, o comércio varejista e o papel das instituições financeiras.

No que se refere ao contexto urbano, o conceito correto para tratar a dinâmica comercial é a abrangência da área central, que “resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial” (CORRÊA, 1997, p. 123). A área central é a porção de maior representatividade e importância na cidade, sendo que nela são encontradas as atividades comerciais e de prestação de serviços, além dos fluxos que estão vinculados à centralidade urbana.

Conforme apresenta Ribeiro Filho (2004, p. 155), desde sua criação, “essa área tem passado por vários processos de mudanças tanto em sua forma, quanto em seu conteúdo”. Contudo, diante da restrição das atividades e do espaço com baixa diversificação para as pequenas cidades estudadas, optou-se por tratar essa área de análise como centro comercial.

As pequenas cidades apresentam um centro comercial reduzido, mas deixam nítidas as mudanças que ocorrem no decorrer das análises espaço-temporal, além “dos usos diversos e não-agrícolas, a fronteira cidade-campo é distinta das áreas centrais urbanizadas e com o acesso a diferentes serviços públicos” (FERREIRA; ROMANATTO; SOUZA, 2008, p.294). Logo,

[...] a extensão das cidades pequenas está relacionada à compreensão do sítio e da situação, à análise da rede urbana, ao papel e ao significado de núcleo urbano face às transformações do capitalismo e à divisão territorial do trabalho [...] Nessa dimensão, admitimos que devem ser observadas as relações campo/cidade e o urbano/rural na escala do município, mas, por outro lado, a articulação de escalas local, nacional, internacional, pensadas à luz dos pressupostos conceituais e analíticos da Geografia. (SPOSITO, JURADO DA SILVA, 2013, p.41)

Diante disso, como o campo, as cidades apresentam ligações sobretudo vinculadas ao centro comercial, como no caso de Frutal (MG), onde se concentram, além das franquias, todo comércio e serviço de vestuário,

alimentação, escritórios (advocacia, imobiliária, contabilidade), farmácias, óticas, clínicas (odontologia, oftamologia), loja agropecuária, lojas de departamento (Eletrosom, Eletrozema, Casas Bahia, Móveis Estrela, Lojas Cem, Magazine Luiza e Lojas Pernambucanas), oficinas, lojas de móveis, cartórios, correios, agências de viagens, bem como a rede bancária e administração pública da cidade. Cabe ressaltar que

Um urbano é aquele que, ao mesmo tempo, vive num espaço com determinadas características, tem uma profissão fora da agricultura ou da pesca e pertence a um grupo de indivíduos com o mesmo tipo de actividades, de hábitos de vida e de consumo, que necessitam da presença e do trabalho de outros numerosos grupos de produtores, vivendo, em particular, no mesmo espaço. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 16)

Portanto, dentre as redes de supermercados, Frutal (MG) possui um número pequeno de unidades da rede Smart de Supermercados (foto 14), visto que o JB Group, de capital local, possui sete unidades locais e duas em Fronteira (MG) e Iturama (MG). Sua matriz em Frutal (MG) (foto 15) é a maior da cidade e região, atendendo uma rede de cidades em suas histerlândias. Beaujeu-Garnier (1997, p. 17) define essa região urbana “como a zona de relações prioritárias directas e imediatas duma cidade de certa importância com sua periferia. Ultrapassa, portanto, largamente, a área construída”.

Assim, o mercado local e suas gestões necessitam se adaptar às mudanças ocorridas no campo e na cidade, ampliando os investimentos em infraestrutura e variedade de produtos, visando atender uma população crescente, com poder aquisitivo maior e demandas cada vez mais específicas, fator esse intensificado pela globalização e as mídias tão imponentes nesse consumismo.

Foto 14 – Limeira do Oeste (MG):
supermercado Santa Rita – Rede
Smart



Fonte: Letícia Parreira, 2016.

Foto 15 – Frutal (MG): supermercado JB



Fonte: www.supermercadosjb.com.br

Em Iturama (MG), o centro comercial concentra lojas de departamentos (Magazine Luiza, Eletrosom, Eletrozema, Lojas Pernambucanas e Móveis Estrela), além das demais atividades ligadas ao consumo e prestação de serviços. Segundo Trinta (1998, p. 32), “as lojas de departamento surgiram com a missão de reunir em um só local tudo aquilo de que o consumidor precisasse para atender a suas necessidades de produtos não alimentícios”.

Com um papel atuante nas pequenas cidades brasileiras, a rede Eletrosom e Eletro Zema são as mais encontradas no território triangulino, sendo assim um avanço do setor varejista para os municípios de pequeno porte. Logo,

A partir da década de 30 começaram a surgir modelos de varejo que concentravam as operações de vários varejistas em uma única instalação. Acredita-se que derive daí a prática de terceirizar setores de lojas de departamento. Esse tipo de comércio evoluiu para outro em que apenas um comerciante operava com vários produtos, organizando-os de acordo com determinados critérios previamente definidos, dando assim origem aos departamentos. (TRINTA, 1998, p. 35)

Portanto, o foco dessas duas redes de departamento é justamente atingir um público distinto e que não é absorvido pelas demais lojas, como a Casas Bahia. As redes Eletrosom e Eletro Zema visam atender a demanda de cidades com aproximadamente 60 mil habitantes. A Eletro Zema é de capital

mineiro, tendo seu início em Araxá (MG) e, em 2019, está difundida na política devido ao atual governo estadual. Com mais de 500 lojas localizadas em cinco estados, a rede possui apenas uma loja em uma cidade de médio/grande porte, Uberlândia (MG), o que, segundo leituras, ocorre apenas devido à posição geográfica e o papel de logística⁵⁰.

Já a rede Eletrosom (foto 17) possui também sedes em cidades de médio porte, com mais de 200 unidades distribuídas em seis estados. Tem como início da sua história a fundação em Monte Carmelo (MG) e, diante da proximidade, também se destaca como loja de departamento nas pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG). Já a rede Magazine Luiza é de capital paulista e foi fundada em 1957. Mesmo visando cidades maiores, com o intuito de competir com lojas de departamentos, como a Casas Bahia, é possível identificar a sua presença em pequenas cidades, como em Iturama (MG), identificada na foto 16 a seguir.

Foto 16 – Iturama (MG): Magazine Luiza



Foto 17 – Iturama (MG): Eletrosom



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

As pequenas cidades apresentam uma gama inferior de produtos, comércios e serviços básicos e mais avançados para o processo de vida dos sujeitos locais, quando se compara com os centros de médio e grande porte. Apesar disso, o desenvolvimento das redes tecnológicas, sobretudo do poder da

⁵⁰ Informações disponíveis em: exame.abril.com.br/negocios/eletro-zema-a-varejista-que-foge-das-capitais/.

internet, liga os pequenos centros com o mundo por meio do processo de globalização. Esse contexto só carrega tamanha importância devido também à ampliação tecnológica dos bancos, bem como das formas de pagamentos por meio de boletos e cartões, além da circulação das mercadorias, em uma rede de logística mundial e nacional para entrega das encomendas.

Logo, no centro comercial também se encontram as instituições financeiras, dentre elas, o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC e Itaú, conforme se verifica no quadro 12. Nesse segmento, segundo Santos (2008, p. 58) “o Banco tem, pois, um papel seletivo fundamental. Em primeiro lugar, ele paga diferentemente aos seus diversos depositantes e em segundo lugar, ele cobra de forma também diferente aos tomadores”.

Quadro 12 – Microrregião de Frutal (MG): Instituições financeiras (2018)

	Banco Brasil	Bradesco	Sicoob	Itaú	Caixa Econômica Federal	Casas Lotéricas	Correios	Santander	HSBC
Campina Verde (MG)	X	X	X	X	X	X	X		
Carneirinho (MG)		X	X			X	X	X	
Comendador Gomes (MG)		X	X			X	X		
Fronteira (MG)		X	X		X		X		
Frutal (MG)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Itapagipe (MG)	X	X	X		X	X	X		
Iturama (MG)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Limeira do Oeste (MG)		X	X			X	X		
Planura (MG)	X	X				X	X		
Pirajuba (MG)			X	X	X	X	X		
São Francisco de Sales (MG)		X	X			X	X		
União de Minas (MG)			X			X	X		

Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Contudo, na Microrregião de Frutal (MG) destaca-se o papel dos bancos SICOOB⁵¹ (Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil) e da CREDICITRUS⁵² — Cooperativa de Crédito Rural Coopercitrus — (fotos 39 e 40), que visam atender os empresários, produtores e trabalhadores do campo vinculados à agropecuária ou à agroindústria local, especialmente os que estão envolvidos nos setores canavieiro, de citrícos, da pecuária leiteira ou de corte.

Além dos produtores agrícolas, igualmente podem se associar pecuaristas, profissionais com formação na área da saúde e da agronomia, empresários de micro e pequenas unidades empresariais (OLIVEIRA, 2015). Enquanto isso, a cooperativa do Sicoob apresenta uma maior abertura à população, atendendo outras demandas. Para Santos (2013, p. 76), “todas as cidades (e regiões urbanas) do sistema urbano nacional são, de uma forma ou de outra, interessadas pela atividade rural, às quais se ligam segundo diversos níveis de inter-relação e de controle”.

Foto 18 – Frutal (MG): Credicitrus



Foto 19 – Comendador Gomes (MG): Banco Sicoob



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

⁵¹ As cooperativas de crédito do Sicoob são regulamentadas pelo Banco Central do Brasil. Com todos os serviços bancários, o seu diferencial está na partilha dos resultados com os associados e na interação com a comunidade (www.sicoob.com.br)

⁵² Também do Grupo SICOOB, a CREDICITRUS foi criada em 1983 e tem suas bases paulistas. Com aproximadamente 60 mil associados, ela possui mais de 52 filiais no estado de São Paulo e na região do Triângulo Mineiro (MG).

Atualmente, o Sicoob é uma das maiores cooperativas brasileiras, apresentando divisões internas, nas quais destacam-se as cooperativas singulares de crédito, que reúnem associados que tem como objetivo captar capital, transformando-os em investimentos. A Microrregião de Frutal (MG) conta com cinco unidades Centrais do Sicoob, as quais têm por finalidade prevenir e reajustar ações incorretas que possam levar risco à solidez das cooperativas filiadas, além de assessoria jurídica, cursos de capacitação, supervisão e assessoria de comunicação (SICOOB, 2019).

A cooperativa central em Iturama (MG), nomeada como Credirama, apresenta agências também em Limeira do Oeste (MG), União de Minas (MG) e Carneirinho (MG). Já a de Frutal (MG), possui unidades em Comendador Gomes (MG), Fronteira (MG) e Pirajuba (MG). Além dessas, existem as centrais CrediCampina, em Campina Verde (MG), outra em Itapagipe (MG) e a CrediSales, em São Francisco de Sales (MG), sendo elas ligadas aos sindicatos rurais municipais. A única cidade que não possui cooperativa do Sicoob na Microrregião pesquisada é Planura (MG).

As demais agências bancárias têm um papel amplo nas duas principais cidades da microrregião pesquisada, Frutal (MG) e Iturama (MG), devido à expansão do setor terciário e das demais pequenas indústrias que ampliaram as necessidades financeiras. Além disso, as estruturas de crediário, dos pensionistas e dos cargos públicos igualmente atraem o setor bancário para essas cidades.

De forma incomum para a Microrregião de Frutal (MG), há a presença de outras agências que se instalam nas cidades menores da região pesquisada devido, sobretudo, ao vínculo com as agroindústrias, como é o caso do Santander e do Bradesco (foto 21), localizados em Carneirinho (MG), os quais possuíam importância na realização dos trâmites financeiros dos funcionários externos e internos da usina sucroalcooleira. Os demais municípios que possuem agências bancárias do Santander são Iturama (MG) — foto 20 — e Frutal (MG), como foi apresentado no quadro 12 anteriormente.

Foto 20 – Iturama (MG): Banco Santander



Foto 21 – Carneirinho (MG): Bradesco



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Outro setor local e de suma importância para a dinâmica econômica das pequenas cidades é o dos órgãos de gestão administrativa. As prefeituras são, juntamente com as atividades agropecuárias, a fonte de renda e trabalho para a população que reside nesses pequenos núcleos, em especial, os que moram e dependem das atividades urbanas.

Nessa conjuntura, as agências bancárias se instalam também por esse motivo e, como a demanda é pequena diante do porte da cidade, por vezes identificam-se nessas áreas urbanas apenas um banco e os correspondentes bancários ligados à agência de Correios (fotos 22 e 23) — no caso, o Banco do Brasil — e a Loteria Federal, com atendimento da Caixa Econômica Federal.

Foto 22 – São Francisco de Sales (MG): Agência dos Correios



Foto 23 – União de Minas (MG): Agência dos Correios



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), atualmente denominada como Correios⁵³ e vinculada ao Ministério das Comunicações nacional, teve seus primórdios em 1663 com o objetivo de atender a população no que tange ao transporte de correspondências (CORREIOS, 2019).

No decorrer das décadas, a modernização e a utilização das novas tecnologias permitiram a ampliação e a melhoria dos serviços públicos prestados pela empresa, que apresenta uma logística e interligação por meio de uma rede que atende todo o país, chegando aos locais mais isolados, fator preponderante ao se considerar as distâncias existentes entre os grandes núcleos brasileiros, *locus* da dinâmica inerente do capital financeiro, dos trâmites bancários e administrativos.

Esse contexto, juntamente com a criação das franquias ou do sistema de *franchising*, que deram origem às “agências” em 1989, ano em que ocorreu o início da implantação dessa nova forma de gestão, permitiram também aos Correios ofertar funções financeiras e bancárias, levando aos pequenos núcleos urbanos uma prestação de serviços à população ainda distante de tais realidades, devido à localização geográfica e logística nacional. Diante disso, houve a abertura para concorrência pública de pessoas jurídicas de direito

⁵³ Para mais informações sobre os Correios, confira: www.correio.com.br.

privado com interesse em instituir e administrar, de forma terceirizada, a Agência de Correios Franqueada – AGF (CORREIOS, 2019).

Tal processo foi interrompido em 1994 em virtude de se apresentar ilegal diante da legislação, sendo transposto para um sistema de licitação (PINTO; BARBOSA; MARINHO, 2016). Diante disso, houve a ampliação das postagens e a

[...] diversificação na qualidade dos fluxos, conforme foram sendo criados novos serviços, principalmente os expressos com suas diferentes temporalidades. Contribuiu enormemente para o aumento do fluxo postal o segmento de encomendas que foi impulsionado a partir das práticas de compras pela *Internet*. (VENCESLAU, 2017, p. 194)

Nesse contexto, a Caixa Econômica Federal também apresenta importância para os municípios, assim como os serviços prestados pelas casas Lotéricas. Com seu surgimento ainda em meados do século XIX, sob o período Imperial, a Caixa Econômica, que sempre apresentou um viés por meio da poupança, era o local no qual a população detentora de rendas pequenas realizava o depósito de suas economias (SANTOS, 2011).

Contudo, o confisco das cadernetas de poupança realizado durante o mandato do presidente do período, Fernando Collor de Mello, em 1990, rompeu com os anos de local seguro para se poupar rendimentos. Para além do intuito de estimular a guardar economias, a Caixa já apresentava um cunho social quando foi criada, o que pode ser notado na contemporaneidade ao evidenciá-la como a única instituição que realiza os trâmites vinculados aos direitos trabalhistas no país. Segundo Santos (2011, p. 177),

Dentre os principais fundos e programas sociais administrados pela Caixa estão: o FGTS, fundo que prioriza o atendimento aos setores de habitação e saneamento básico; o PIS, o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre outros. Além destes programas, a Caixa realiza operações normais de um banco, pois ainda oferece produtos como o penhor. Nesse tipo de produto, a ideia é permitir certa tranquilidade a quem dispuser de economia para guardar ou necessita de empréstimos a juros mais acessíveis. Com tudo isso, pode-se perceber claramente que a Caixa Econômica Federal é de fato a instituição social oficial do Brasil, pois atende às áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços.

Diante dessa apresentação direcionada das funções da Caixa Econômica Federal, é possível verificar e justificar o papel dessa agência bancária para os núcleos urbanos e atendimento aos trabalhadores de vários patamares, sobretudo, os ligados à prestação de serviços públicos.

Apesar disso, não são todas as cidades que possuem uma unidade da Caixa Econômica Federal na Microrregião de Frutal (MG). Os menores núcleos, por exemplo Carneirinho (MG), Limeira do Oeste (MG) — foto 25 — e União de Minas (MG), apresentam apenas um correspondente localizado nas Casas Lotéricas. Para realizar trâmites voltados aos direitos trabalhistas e com maior nível de complexidade, a população local precisa se deslocar à agência da Caixa em Iturama (MG), visto que as Casas Lotéricas realizam trâmites restritos e voltados às atividades bancárias.

De forma antagônica, Pirajuba (MG), que possui um percentual de habitantes inferior a Carneirinho (MG) e Limeira do Oeste (MG), inaugurou no ano de 2013 uma unidade da Caixa Econômica Federal (foto 24), fator esse que reforça o importante papel da economia do município, que apresenta o terceiro maior PIB *per capita* da microrregião pesquisada, com destaque para a presença do setor canavieiro e recente inserção do plantio de laranja, como foi apresentado no início do presente capítulo.

Foto 24 – Pirajuba (MG): Caixa Econômica Federal



Foto 25 – Limeira do Oeste (MG): Casas Lotéricas



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Portanto, o papel de representante bancário da Caixa é realizado pelas Casas Lotéricas, essa última que já existe no país há 100 anos, mas que passou a ter a funcionalidade bancária (restrita) apenas a partir da década de 1980, devido à crise dos bancos estaduais, sendo irrelevante para as agências que se mantiveram em funcionamento demandar atendimento e funções para apenas receber contas de valores pequenos — até R\$ 2.000,00 —, como de água e energia e saque de no máximo R\$ 1.500,00 (IPEA, 2010).

Assim, a Caixa, instituição que rege as normas de instalação e operação das unidades lotéricas, realizou um contrato experimental com a rede lotérica na região Nordeste, especificamente no estado da Paraíba, “para receber contas das concessionárias de água (Cagepa) e energia elétrica (Saelpa) nas unidades locais, em 1 de fevereiro de 1991” (IPEA, 2010, p. 24).

Cabe ressaltar que,

Num país com as dimensões do Brasil é de fundamental importância a existência de mecanismos que facilitem o acesso aos serviços financeiros básicos em todo o território nacional, principalmente nos locais em que a realidade socioeconômica torna inviável o funcionamento de agências bancárias. O acesso aos serviços bancários é mais que uma simples questão de negócios: é também uma forma de garantir a cidadania e estimular o desenvolvimento econômico e social. (IPEA, 2010, p. 28)

Nessa conjuntura, a rede lotérica na Microrregião de Frutal (MG) não foge à regra do contexto nacional e se vê igualmente dependente desse segmento financeiro para atender a população local, os trabalhadores, as microempresas em diversos patamares, perpassando desde local, para liquidar inúmeros títulos e boletos, até o pagamento dos benefícios sociais do governo federal, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Esse contexto permite entender o papel social das Casas Lotéricas para além das atividades bancárias, se sobressaindo como, por exemplo, na facilidade de acesso dos aposentados em receber o benefício em pontos financeiros cada vez mais perto de suas residências devido à expansão das unidades de Casas Lotéricas no país. Para mais, as pequenas cidades se veem diretamente necessitadas dos serviços prestados nas loterias,

especialmente no que tange ao acesso para quitação de dívidas e saques, que só eram realizados em bancos específicos.

Para finalizar, é importante apresentar as unidades do Banco do Brasil na microrregião pesquisada. Diante disso, Fronteira (MG) foi a única cidade da Microrregião de Frutal (MG) que entrou na lista das que tiveram agências fechadas no corte nacional realizado em 2016. O atual Banco do Brasil, fundado por D. João com a finalidade de realizar procedimentos financeiros para o governo, passou a se tornar banco emprestador a partir de 1920, não sendo assim um banco fiscalizador e regulamentador do sistema financeiro brasileiro (BANCO DO BRASIL, 2010).

Diante disso, na atualidade, o Banco do Brasil estatal é uma das maiores instituições financeiras do país, apresenta funções do setor público nacional e passou a ganhar significado de banco múltiplo na década de 1980, com a criação da BB Financeira, BB Leasing, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens e BB Administradora de Cartões de Crédito (DALLA COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

Para além da dominação do mercado interno, o Banco do Brasil também “lidera o movimento de internacionalização dos grandes bancos brasileiros, construindo um caminho seguido por Itaú/Unibanco e Bradesco, fazendo o uso de aquisições e parcerias para alavancar a expansão” (DALLA COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, p. 06). Diante disso, o Banco do Brasil ainda se mantém como um dos mais tradicionais no setor, dentro e fora do país, sobretudo devido à facilidade para sua internacionalização. Na Microrregião de Frutal (MG) existem agências em cinco cidades: Campina Verde (MG), Frutal (MG), Itapagipe (MG) — foto 26 —, Iturama (MG) e Planura (MG).

Foto 26 – Itapagipe (MG): agência do Banco do Brasil



Fonte: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

Diante desse contexto, a compreensão e análise do papel dos centros comerciais e disposição das atividades primárias, secundárias e terciárias permite entender a dinâmica regional das pequenas cidades do recorte espacial selecionado para a pesquisa. Apesar da função de apresentar elementos relacionados a funcionalidades diversas, fixos e fluxos, observar os agentes isolados e inter-relacioná-los às questões socioeconômicas levam a considerações distintas e cada vez mais específicas. Por isso,

A cidade actual apresenta, tanto em população como em extensão, dimensões extremamente variáveis; pode ser envolvida por extensos arrabaldes e transforma-se, então, em aglomerações. Estes arrabaldes são constituídos por espaços directamente dependentes, se a circunscrição territorial administrativa é vasta e contém em si toda a população aglomerada; são apenas demográfica e economicamente ligados ao centro, se têm autonomia administrativa. (BEAUJEU-GARNIER, 1997p. 15)

Dessa maneira, todos esses elementos mencionados acima precisam ser verificados, conectados no recorte espacial e temporal no âmbito da formação histórica e econômica de cada pequena cidade para, assim, poder-se posteriormente entender o processo e as dinâmicas desses núcleos locais no contexto regional, o que igualmente é indispensável para a análise campo-cidade.

Portanto, os municípios da Microrregião de Frutal (MG) se ligam ao mundo por meio das redes de informação e tecnologia, especialmente inseridas nas atividades agrícolas e no setor do agronegócio, que carrega a

modernização de todo seu processo como base fundamental da produção em larga escala, o que permite atender o mercado externo, exportando produtos de consumo básica. Em contrapartida, esse mesmo espaço de relações socioeconômicas restritas no passado se vê em um processo de metamorfose intenso com a chegada das agroindústrias que não necessariamente disseminam todo aporte tecnológico e informacional à população local. Esse contexto exige uma reorganização político-administrativa da cidade e seus gestores para atender à nova demanda financeira, de infraestrutura e de equipamentos públicos urbanos para atender os viajantes, trabalhadores migrantes e o setor comercial que se modifica conforme as necessidades das atividades agrícolas se expandem, retraem ou se transformam.

As pequenas cidades se encontram em um viés distinto, no qual a administração pública encara as mudanças de forma positiva no que tange à arrecadação municipal, mas, ao mesmo tempo, se depara com uma gama de novas funções e funcionalidades incoerentes à dinâmica urbana vivenciada até essa fase econômica. Chegam novas e modernas formas de interação da população com a região e com o mundo, as unidades bancárias, o comércio e a ampliação dos sistemas de telecomunicação permitem que cidades isoladas na dinâmica territorial de logística rodoviária se conectem.

Apesar disso, a população do campo se vê ainda mais vinculada à cidade, e o campo se ressignifica. Enquanto cidades como Frutal (MG) definiram um crescimento visando maior funcionalidade e níveis de especialização com dinamização dos setores industriais e comércios, Iturama (MG) encaminha sua reorganização urbana conforme às necessidades da agroindústria e do agronegócio. Isso pode ser observado, por exemplo, no número de cursos técnicos e superiores disponíveis visando atender as atividades da zona rural e na limitação da diversidade de franquias, especialmente quando equiparada às identificadas em Frutal (MG).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico da formação territorial do Triângulo Mineiro (MG) possibilitou entender como os aspectos geográficos determinaram a dinâmica dos primeiros percursos em direção ao interior do Brasil, da mesma forma que representou a busca por novas terras produtivas para uma parcela da população; para a outra fração, apresentou um sinônimo de refúgio, como é o caso dos quilombolas.

Às margens dos principais cursos d'água do Pontal do Triângulo Mineiro, os rios Paranaíba e Grande – leitos fluviais que evidenciam a localização geográfica da Microrregião do Pontal –, vestígios históricos dos povos indígenas ainda são evidentes e, ao retomar importantes autores e viajantes do século XVIII, pode-se compreender como o território, que tardiamente foi ocupado quando comparado à região central do estado de Minas Gerais, identificava uma ocupação primária do solo e dos recursos naturais realizada pelos índios. Esse fato pode ser observado por meio dos documentos e relatos arquivados na casa cultural de Iturama (MG), a qual reforça a riqueza histórica dessa região nos aspectos culturais e de formação da região interiorana do país, sobretudo, quando se trata dos caminhos em direção a Goiás, sendo o Pontal sempre o ponto de ligação ou de “entrave” para as bandeiras que subiam de São Paulo ao interior brasileiro.

Em 1858, Frutal (MG), com seu poderio político e por apresentar estruturas urbanas semelhantes às das principais cidades da região, se viu como fronteira importante para os que por ali passavam por meio da ponte do Jaraguá, sob o rio Grande. Contudo, a história inverteu seu sentido, e o progresso seguiu a direção das linhas férreas que chegam à região, conforme o plantio do café se alastrava. Assim, a ocupação da microrregião pesquisada ficou ainda mais à mercê de uma imponência de Uberaba (MG) e, posteriormente, Uberlândia (MG).

Conforme a monocultura do café atingiu o norte e noroeste de São Paulo, tem-se a transposição do Rio Grande pelos trilhos. Com todo esse contexto histórico, atinge-se o objetivo de compreender a formação e ocupação da região estudada, diante da estruturação territorial dos municípios e,

portanto, das aglomerações urbanas. É com base nesses primórdios que se torna possível analisar a dinâmica das cidades, a modernização do campo e o sentido dos fluxos nos dias atuais em uma análise com o que se foi apreendido nos dados históricos da formação da Microrregião de Frutal (MG). No caso singular desse trabalho, avaliar os municípios da microrregião reporta-se também à ampliação das pesquisas científicas realizadas sobre do Pontal do Triângulo Mineiro (MG), contribuindo para entender as relações socioeconômicas e espaciais com o estado de Minas Gerais e seu papel de fronteira com São Paulo, Mato Grosso do Sul e seus municípios limítrofes.

Desse modo, parte-se do princípio da formação territorial para a análise das atividades do campo. Os contextos históricos de produção sempre estão atrelados às necessidades da sociedade local em determinado recorte temporal, como no caso da área pesquisada, que, devido à proximidade com importantes rios e ampla disponibilidade de terra para cultivo e para pecuária, desenvolveu a criação de gado visando atender as comunidades e novos aglomerados que iam surgindo com as linhas férreas que perpassavam próximo à região.

Diante disso, o processo de desmembramento do território da Microrregião de Frutal (MG) se deu paulatinamente conforme ocorriam os incentivos às emancipações no Brasil. Tal fator definiu a conjuntura de fronteiras, assim como as oscilações dos contingentes populacionais, que seguiram um crescimento comumente configurado nas regiões interioranas do país. As distinções entre o período de emancipação e a análise contemporânea estão no processo de urbanização que levou a população ao êxodo rural e, assim, ao deslocamento para as cidades.

Essa observação genérica esbarra na tardia urbanização de Comendador Gomes (MG), município que somente em 2010 apresentou uma população urbana superior à rural. A análise empírica pode enfatizar que há na cidade uma estrutura ainda incipiente para atender a demanda local, que se vê necessitando desse deslocamento principalmente até Frutal (MG), cidade a aproximadamente 51 Km e que possui um aporte de infraestrutura e comércio, tanto para as atividades rurais quanto urbanas.

Nesse contexto, ao entender como o campo atua, quais suas principais atividades, avaliando os ciclos das economias locais, inserção ou não de

indústrias e comércios, tornou-se possível verificar alguns deslocamentos populacionais visando oportunidades de trabalho, saúde e educação. Por esses motivos, o processo de modernização é o eixo norteador da pesquisa, visto que ele permitiu entender como as modificações no campo resultaram em transformações nas pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG).

Logo, o processo técnico-científico chega ao campo, especifica o tipo de produção e a amplia. Na microrregião pesquisada, pode-se constatar como a região determinava sua produção visando atender o mercado paulista e do sul do Brasil no abastecimento de carne bovina, posteriormente com os grãos destinados às beneficiadoras e, atualmente, com o setor sucroalcooleiro e suas indústrias localizadas também no território de Minas Gerais.

Destaca-se a Microrregião de Frutal (MG), no âmbito do Triângulo Mineiro, sobretudo no que tange ao número de maquinários agrícolas — um dos elementos de análise da modernização do campo —, o qual identifica para o ano de 2017 dados superiores à Microrregião de Uberaba (MG) para o total de tratores.

Esse fator apresenta a modernização e a tendência às atividades ligadas ao agronegócio em detrimento da criação de gado de corte e leiteira na região pesquisada, assim como no plantio de grãos, visto que em 1995 a Microrregião de Frutal (MG) possuía o maior número de silos dentre as demais do Triângulo Mineiro, perdendo seu posto posteriormente para a Microrregião de Uberlândia (MG).

Essa atividade pecuária ligada aos rebanhos bovinos, mesmo perdendo espaço para as demais, até os dados de 2016 definiu a microrregião como a maior em número efetivo de cabeças de gado para o Triângulo Mineiro. Portanto, a modernização do campo trouxe para a região novas propostas e possibilidades de utilização do solo, o que não extinguiu as produções herdadas dos períodos de emancipação. De qualquer forma, vale ressaltar que há uma reconfiguração da utilização do campo com a modernização agrícola, principalmente após a chegada das usinas sucroalcooleiras.

Assim, é possível verificar os eixos econômicos vinculados ao campo de cada município — sempre ligados à criação de bovinos — direcionados aos frigoríficos, como é o caso de Iturama (MG), e os utilizados na produção leiteira, exemplo de Campina Verde (MG). Há também os que se abriram para

o mercado do agronegócio das indústrias canavieiras e do plantio de laranja, direcionados às empresas de processamento de cítricos. Essa recente dependência da monocultura da cana-de-açúcar, a qual ocupa grande percentual do espaço produtivo da Microrregião de Frutal (MG), leva a complexas análises, considerando que os impactos socioeconômicos e ambientais se agravaram, especialmente diante das oscilações da economia nacional e das crises recorrentes do capitalismo mundial. A identificação de outros setores econômicos em desenvolvimento é restrita às atividades e às indústrias de pequeno e médio porte, o que atenua a dependência de uma microrregião de dimensão territorial ampla e que se subordina ao capital usineiro em relação aos demais setores econômicos.

Diante disso, os dados do PIB para a Microrregião de Frutal (MG) enfatizam toda a análise do campo ao evidenciar seus valores superiores aos demais setores, sendo pareado pelo setor de serviços que, em grande parte, visa atender as atividades agropecuárias. Nesse contexto, vale destacar o papel de Iturama (MG), que se sobressai nos valores totais também no PIB *per capita*, configurando um importante eixo agropecuário do Triângulo Mineiro e centralizando serviços e investimentos.

Portanto, considera-se que a Microrregião de Frutal (MG), especialmente após o processo de modernização do campo brasileiro, passou por um crescimento no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, tornando-se região fundamental nesse setor da economia do Triângulo Mineiro, do estado, assim como das indústrias paulistas. A produção do campo da microrregião escoia para dois eixos principais e industriais de Uberlândia (MG) e dos municípios do noroeste paulista.

A cidade, como *locus* das atividades terciárias, é essencial na análise do espaço geográfico, sobretudo no enfoque da modernização do campo, haja vista que é nela que ocorre a efetivação do capital na venda dos maquinários, insumos e demais utensílios necessários para as atividades desenvolvidas na zona rural. Por meio dessa observação é que, ao entender conceitualmente as pequenas cidades, pode-se vincular a elas a produção realizada no campo e suas repercussões. Partindo desse pressuposto, as pequenas cidades deveriam apresentar uma infraestrutura básica para atender a demanda do campo e da cidade. Por isso as análises constatadas em Portugal contribuíram

para um olhar crítico das pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG), visto que a funcionalidade de algumas ainda é restrita ao se considerar a amplitude da rede urbana mineira.

Constata-se, de forma nítida, o processo de apropriação pelo agronegócio das cidades da região pesquisada, como, por exemplo, pode ser verificado em Carneirinho (MG), Limeira do Oeste (MG) e União de Minas (MG), o que deixou essas aglomerações urbanas, no decorrer dos anos, cada vez mais vulneráveis às profundas transformações do espaço, sobretudo as verificadas no comércio e na disponibilidade de serviços que não eram identificadas nas pequenas cidades, permitindo entender como essas infraestruturas básicas urbanas levam o “modo de vida na cidade” a se modernizar.

União de Minas (MG) se apresenta em uma dessas conjunturas de análise particular e que demanda atenção, visto que a pequena cidade possui ligações tênues com os demais municípios limítrofes, possuindo uma área restrita de oferta de comércio, consumo e infraestrutura básica de atendimento à população local. Grande parte dos procedimentos administrativos de necessidades vinculadas a uma especialização mediana são realizados apenas em Iturama (MG). Portanto, a dependência cada vez maior do campo e as oscilações das produções, atualmente correlacionadas à produtividade da cana-de-açúcar, podem definir maior instabilidade econômica e socioespacial. O município não apresenta uma unidade agroindustrial, nem vínculo rodoviário com outras regiões ou cidades, o que, devido a sua posição geográfica, poderia ocorrer com a porção norte do Triângulo Mineiro, ligando a Santa Vitória (MG) e às dinâmicas do Sudoeste Goiano.

As pequenas cidades da região, principalmente as com população inferior a 20 mil habitantes, identificam como o tempo muda, o deslocamento se modifica, a ideia de local pacífico se perde diante do fluxo de migrantes. A pequena cidade deixa o ar “rural” e passa a ter uma inserção mundial na modernização do capital e da globalização, mas sem possuir e exercer as funções básicas da cidade, ou seja, sem apresentar infraestrutura de ensino, saúde, moradia e deslocamento para a população local. Diante disso, esse não é o estudo do campo apenas pela modernização, mas é a análise da interferência desse processo em detrimento dos municípios e da perspectiva

regional de funcionalidade das cidades que sofrem mudanças drásticas sem um aporte administrativo e planejado para tais processos.

Na Microrregião de Frutal (MG), há um fator atenuante que é a sua localização geográfica no que tange ao território do estado de Minas Gerais. Sua posição distante da capital Belo Horizonte (MG), com uma malha viária que deixa as cidades cada vez mais próximas e ligadas às paulistas, tanto na qualidade quanto na proximidade, leva as questões burocráticas de administração estadual a serem ainda mais onerosas às prefeituras locais, permitindo entender que o recorte espacial da Microrregião não a explica por si só, justamente devido às relações intensas estabelecidas para fora dela.

A regionalização do setor público de saúde e as atividades educacionais de nível superior evidenciam esse processo ardiloso para as pequenas cidades da Microrregião de Frutal (MG), que se veem territorialmente limitadas diante dos longos deslocamentos até as principais cidades do Triângulo Mineiro — Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) —, sendo que de forma mais próxima há em São Paulo, nas cidades como Jales (SP), Barretos (SP), Ribeirão Preto (SP), a oferta de serviços privados e infraestrutura com qualidade mais abrangente.

No segmento público da saúde, Iturama (MG) passou a estruturar um hospital de caráter regional apenas em 1998, mas ainda de forma restrita, recebendo investimentos somente anos depois para a ampliação efetiva de sua infraestrutura. Apesar disso, e da sua disposição na rede regional, a amplitude de caráter emergencial e de média e alta complexidade ainda é limitada diante da demanda da região. Em Frutal (MG) ocorre a mesma situação no Hospital Frei Gabriel, que apresenta atendimento regional, mas é mantido em sua grande porcentagem pela administração municipal. Com ausência de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) à disposição da população, toda a demanda desse aporte é direcionada para Uberaba (MG) e, nos casos de convênio particular, para São José do Rio Preto (SP).

Portanto, o fluxo de grande parte da população das cidades está voltado para Ribeirão Preto (SP), Jales (SP), Barretos (SP), São José do Rio Preto (SP), entre outros. A malha viária permite entender como as vias de ligação à porção norte e nordeste do Triângulo Mineiro são desfavoráveis devido também às distâncias. Diante disso, a rede de influência das principais cidades da região pesquisada, Frutal (MG) e Iturama (MG), se limita a sua hinterlândia,

especialmente na disponibilização de saúde, tanto no âmbito público como privado, além das instituições de ensino e disponibilidade de comércios e serviços diversificados.

Nessa perspectiva, Iturama (MG) sempre despontou como importante *locus* do desenvolvimento agropecuário regional. Nas últimas décadas, vem se tornando cada vez mais importante na dinâmica, fluxos e funcionalidades, levando a cidade e o setor de comércio a se reestruturar para atender às novas demandas que vieram com a modernização do campo. Nesse pressuposto, destaca-se a recente regionalização, elaborada em 2017 pelo IBGE, na qual se considera Iturama (MG) uma sede regional, assim como Frutal (MG) foi para todo esse território desde sua emancipação. A crítica à visão longitudinal da regionalização antiga criada pelo IBGE se baseava justamente no papel funcional de Iturama (MG) para a porção oeste do Pontal do Triângulo Mineiro (MG), tornando-a ainda mais essencial na dinâmica para com sua hinterlândia que Frutal (MG), quando se considera principalmente as distâncias com outros centros de expressividade na oferta de serviços e produtos.

Assim, o direcionamento das malhas viárias é fator primordial de compreensão das cidades de Frutal (MG) e Iturama (MG), já que elas regem as relações regionais e de escoamento da produção até em detrimento das exportações, sempre inseridas no capital externo, lojas, serviços e mercadorias. A contextualização da localização geográfica das cidades de Frutal (MG) e Iturama (MG) é essencial para verificar o processo logístico da agropecuária e do agronegócio, uma vez que a produção se destina às indústrias que, em grande parte, estão no estado de São Paulo.

Diante disso, Frutal (MG) tem seus vínculos sobretudo com as cidades paulistas e com Uberlândia (MG) e Uberaba (MG), devido aos eixos de deslocamentos principais — rodovias de acesso — em Minas Gerais, sobretudo, os efetivados no âmbito dos trâmites administrativos dos setores estaduais, como o IGAM — Instituto Mineiro de Gestão de Águas —, que possui sua sede regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Uberlândia (MG); patamar superior de complexidade de atendimento da saúde pública; diversidade de cursos profissionalizantes e superiores, além de diversificação das instituições públicas e privadas. No que tange ao fluxo voltado a São Paulo, destacam-se as atividades no enquadramento privado, especialmente

no que se refere ao atendimento médico especializado, concessionárias de máquinas agrícolas, serviços de lazer — restaurantes e *shoppings* —, assim como setores da educação em nível superior e técnico.

Em contrapartida, as redes de relações de Iturama (MG) no estado mineiro apresentam maiores entraves diante da disposição da malha rodoviária e das grandes distâncias em relação aos principais centros gestores e administrativos de Minas Gerais. Os setores de segurança, legislação estadual, saúde e educação são os mais penosos quando se analisam as necessidades dos deslocamentos. Iturama (MG) passou a contar com uma unidade do corpo de bombeiros para atender à cidade e à região apenas em 2004, sendo que anteriormente a porção oeste da Microrregião de Frutal (MG) era subordinada às atividades do 8º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Uberaba (MG) e possuía atendimento do Pelotão de Frutal (MG). Os níveis de complexidade da saúde pública igualmente são onerosos aos administradores e à população, devido aos longos deslocamentos até Frutal (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), cidades essas que possuem atendimentos de média e alta complexidade no âmbito regional.

Nessa conjuntura, as dinâmicas, na sua amplitude geral, ocorrem em maior frequência com as cidades paulista de Jales (MG), Fernandópolis (SP) e Votuporanga (MG), além de Paranaíba (MS), sobretudo no que tange aos setores de serviços ligados ao comércio, consumo, saúde e à educação no nível superior, com a presença de Universidades públicas e faculdades particulares (UFMS, UNIJALES, UNIP, FEF, UNICASTELO, UNIFEV).

Portanto, constata-se que a modernização agrícola permitiu observar como Frutal (MG) divide seu papel de centralidade com Iturama (MG) na região. Essa verificação pode ser fundamentada devido à divisão territorial do estado de Minas Gerais, papel de fronteira com São Paulo, bem como dos seus municípios que se apresentam em uma estrutura horizontal em um arranjo, de forma que a região oeste é articulada pela funcionalidade de Iturama (MG), ligando esses de forma mais direta a São Paulo. A porção leste, polarizada por Frutal (MG), além da ligação com as cidades paulistas, destaca-se pelo vínculo com Uberaba (MG) e Uberlândia (MG).

Ademais, as economias desses dois municípios pesquisados são regidas por atividades que se sobressaem no campo e na cidade. Tanto Frutal

(MG) quanto Iturama (MG) definem uma dinâmica ligada às atividades agropecuárias, explicitadas na diversidade das atividades agrícolas e do agronegócio da região pesquisada e com um campo modernizado que determina outros setores da economia, como de vendas de maquinários, além de reconfigurar o espaço urbano. Entretanto, a área urbana se relaciona igualmente com outros elementos, como com os fluxos de estudantes e o consumo específico gerado por eles.

Portanto, as duas cidades possuem comércio, serviços, sistemas de franquias e investimentos voltados a atender a dinâmica do campo e as novas exigências da população, que se vê diante de um mundo globalizado e com uma parcela de trabalhadores possuindo salários maiores e vislumbrando novas formas de consumo e lazer. Apesar da popularização das redes de franquias determinarem o segmento direcionado às classes sociais restritas, ela eleva o consumo, o que se enquadra, nos dias atuais, num discurso preocupante no viés socioeconômico e sustentável, mas que para as pequenas cidades está ligado à ampliação da economia e fluxo de capital. Com a chegada das instituições de ensino superior e profissionalizantes, o fluxo diário de estudantes se intensifica nas regiões de suas hinterlândias, o que leva o setor terciário à expansão visando suprir essa nova demanda. Esse papel é exercido pelas franquias que chegam às cidades de Frutal (MG) e Iturama (MG), com foco em atingir públicos cada vez mais diversificados, complementando e ampliando a concorrência com o comércio local.

A modernização do campo se reflete nos vetores do comércio e serviços, franquias, assim como no setor da saúde e nas instituições de ensino superior, nas quais passam a tramitar novos fluxos basicamente em função de atender as atividades rurais e das agroindústrias, fatores perceptíveis nas discussões da pesquisa, especialmente quando se analisa o setor de saúde privado (vínculo conveniado das agroindústrias com os trabalhadores — UNIMED), pela ampliação dos cursos técnicos e tecnólogos comumente destinados às usinas canaveiras e o setor terciário que se amplia com novas unidades específicas para atender o campo por meio de serviços veterinários, melhoramento genético, vendas de insumos e produtos agrícolas e maquinários.

Além do mais, as atividades realizadas no campo geram fluxos de trabalho, temporário ou especializado, que elevam o papel das cidades no que tange ao número de alojamentos (hospedagens) e restaurantes, como é o caso de Fronteira (MG), que apresenta pontos de verificação próximos às análises de uma cidade dormitório. Para mais, cabe ressaltar a dinâmica bancária e a disponibilização de crédito rural, fortemente regido pelas atividades agropecuárias e constatados na pesquisa por meio das cooperativas de crédito Sicoob e CrediCitrus, além das do setor de laticínios, com ênfase em Campina Verde (MG).

As exportações permitiram entender a dinâmica das atividades do agronegócio em cada município, evidenciando os principais direcionamentos econômicos e o surgimento de novos a serem pesquisados, como é o exemplo da indústria cervejeira em Frutal (MG), que segue o projeto de ampliação do parque industrial, bem como de sua produção.

Dessa maneira, a vinculação dos dados desse trabalho apresenta o papel da modernização do campo e da reconfiguração das pequenas cidades em relação às atividades agropecuárias, identificando, desde o processo histórico de formação territorial, uma linha histórica percorrida durante as décadas por cada município da Microrregião de Frutal (MG) até as observações atuais que definem as cidades de Frutal (MG) e Iturama (MG) como sedes dessa região denominada Pontal do Triângulo Mineiro, exercendo assim centralidade e funcionalidade importante para o limiar das relações urbanas. Estas, apesar de restritas, são fundamentais para o desenvolvimento econômico de cada localidade.

Nesse segmento, o presente trabalho visa contribuir para os estudos já realizados sobre o Pontal do Triângulo Mineiro, com o objetivo de abranger e diagnosticar possíveis e novas discussões e, assim, colaborar ainda mais com as análises referentes ao papel da modernização do campo e das pequenas cidades brasileiras, assim como das dinâmicas urbanas e regionais, visto que é impossível entender esse contexto de forma isolada.

Dessa maneira, alguns questionamentos surgiram conforme a pesquisa foi sendo desenvolvida. Eles podem ser base para novos estudos e trabalhos visando expandir as análises e afunilar o que foi debatido nessa pesquisa, são eles: Como a presença dessas duas cidades que possuem restritas interações

pode polarizar o desenvolvimento da região do Pontal do Triângulo Mineiro? Qual o papel dos agentes políticos na visão futura do desenvolvimento de Frutal (MG) e Iturama (MG)? Quais modificações sociais já podem ser verificadas em detrimento das oscilações do capital e das empresas vinculadas ao agronegócio na última década? Como se dão as relações culturais de vínculo de identidade da população com o campo nesses municípios com a chegada das agroindústrias? Como é estruturada a economia da cidade de Fronteira (MG) com a presença dos aspectos verificados que a ligam às cidades dormitórios? Como se apresenta a dinâmica do mercado imobiliário em Frutal (MG) e Iturama (MG) ao longo das últimas décadas? Além da formação territorial, quais os demais elementos que impediram o desenvolvimento da região do Pontal do Triângulo Mineiro (MG) e qual a interferência política ou ausência dela que pode justificar tal contexto?

Todas as questões fomentarão novas ideias e outras problemáticas a serem pesquisadas e desenvolvidas, uma vez que o processo de modernização do campo resulta em diferenças internas nos municípios, possivelmente ocorridas no processo de urbanização do Pontal do Triângulo Mineiro, afunilando as questões de cada município e permitindo que outras pesquisas sejam realizadas, objetivando sempre melhor entender as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais no espaço geográfico, base das análises da geografia como ciência.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Marcos. **Aspectos do fato urbano no Brasil**: análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp de Presidente Prudente, 1970.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.21. 2003. P. 25-39.

ALVES, Izolda Aparecida Maria. “**De Porteirão a União de Minas**” – “**Porteirão**”. Acervo Prefeitura Municipal de União de Minas.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras**: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVII. 2001. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. A geografia e a sociedade. In: SOUZA, M.A.A; SANTOS, M; SCARLATO, F.C; ARROYO, M (Org). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 1987.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama; SANTOS, Manoel Leonardo. O município na política brasileira: revisitando coronelismo, enxada e voto, 2004. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Eds.). **O sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2004.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Os mitos do “sertão” do Triângulo Mineiro**: as cidades de Estrela do Sul e Uberlândia nas teias da modernidade. Uberlândia: Gráfica Composer, 2003.

BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil**: 200 anos – 1964-2008. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação e Marketing, 2010. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/07/fernando-nogueira-da-costa-banco-do-brasil-200-anos-1964-2008.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1999. 517p.

BESSA, Kelly. A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX. **Revista de Histbrazilian**

Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 4, n. 2, p.509-528, jul. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/23684>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo:** capital comercial, geopolítica e agroindustrial. 1989. 189f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento. **Cartilha O que é franquia.** 2005.

BREMAEKER, François E. J. de. Limites à criação de novos municípios: A emenda constitucional nº 15. In: **Revista de administração municipal**, v. 43, nº219, p'. 118-128. Rio de Janeiro: IBAM, 1996. Disponível em:< http://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=167>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara. Atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira. In.: **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva.** Org.: Sylvia Constant Vergara, Vera Lúcia de Almeida Corrêa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 188p.

CAMPOS, Kilmer Coelho; PIACENTI, Carlos Alberto. Agronegócio do leite: cenário atual e perspectivas. In: XLV Congresso da SOBER, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 2007. p. 1-18.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas, Editora da Unicamp, 2002. 148 p.

CARLOS, Ana Fani. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula (resenha). **GEOUSP: Espaço e Tempo.** nº. 13. São Paulo, 2003.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de. **Transformações socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro.** 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução Roneide Venancio Majer; 6ª ed, 14º reimp. Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A.A; SANTOS, M; SCARLATO, F.C; ARROYO, M (Org). **Natureza e sociedade de hoje:** uma leitura geográfica. 3ª ed. São Paulo. Hucitec. 1997.

CASTRO, Cristina Veloso de. Responsabilidade socioambiental das usinas sucroalcooleiras da região do Triângulo Mineiro. 148 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito). Universidade Ribeirão Preto – UNAERP, Ribeirão Preto, 2009.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise da criação de municípios no Estado do Paraná. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CHAVES, Luciana Domingues; MARCHINI, Mariana Forlini; MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Localização e Acessibilidade das Microrregiões de Ituiutaba e Frutal, Triângulo Mineiro**: a importância das rodovias para a dinâmica triangulina. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos - Porto Alegre RS - 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre, 2010. Disponível em <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2361>. Acesso em: 19 set. 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga/Portugal, v. 16, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf Acesso em: 22 set. 2017.

CORONEL, D. A.; AMORIM, A. L.; BENDER FILHO, R.; SOUSA, E. P. Métodos qualitativos e quantitativos em pesquisa: uma abordagem introdutória. In: LANA, R de P.; GUIMARÃES, G.; LIMA, G. S. (Org.). **Multifuncionalidades sustentáveis no campo**: agricultura, pecuária e florestas. 1ed. Viçosa-MG: Arka Editora, 2013, p. 307-338.

CORRALO, Giovani da Silva. **Município**: autonomia na Federação Brasileira. Curitiba: Juruá, 2006. 234p.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geosp, São Paulo, n.30, p.5-12, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2011.74228>

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 336.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 304.

CORREIOS. Disponível em: <http://www.correios.com.br/>. Acesso em: 04 jan. 2019.

DALLA COSTA, Armando; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. A internacionalização do Banco do Brasil em dois momentos distintos de sua história. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 26, n. 7, p. 1-8, jun./set., 2011. <https://doi.org/10.5380/ret.v7i3.26627>

DAVIM, David Emanuel Madeira; KÜNZIL, Ruth. Formação do espaço do Pontal do Paranapanema a partir da contribuição e formação étnica: Kaingang, mineiros e paulistas. In: **X Encontro Internacional de Geógrafos da América Latina**,

Por uma Geografia Latino Americana: do labirinto da solidão ao espaço da sociedade. São Paulo, 2005. Acesso em: 28 ago. 2018.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

_____. **Globalização e Modernização Agrícola**: a região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, BOGOTÁ. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2012.

ENDLICH, Ângela. Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 11-31.

ESPINHA, Pedro Guena; MACHADO, Hilka Pelizza Vier; RODRIGUES; Rosângela Mazzia Inocêncio. Considerações sobre o empreendedorismo e a exploração de negócios no franchising In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 552-564.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira, ROMANATTO, Maria José, SOUZA, Anderson Rafael Bento de. A cidade e o campo em seus limites: o rural e o urbano em suas interações. In: **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Org: MARAFON, Gláucio José, PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. 2008. 281-301.

FONTANARI, Rodrigo; SAES, Alexandre Macchione; OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Transporte ferroviário e economia regional em São Paulo: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana E.F. (1900-1920). In: **XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social** 2013. Braga, Portugal. Estado, sociedade e mercados num mundo global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, 534p.

FRID, Marina de Castro. Cidades, magias e consumos: os bens e as lojas de departamentos na vida moderna. **Volume Especial da Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE. v. 20, n.1, p.16-31. 2017. <https://doi.org/10.35701/rcgs.v20n3.379>

GEORGE, Pierre. **Geografia agrícola do mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. **Tese de Doutorado**. UNESP. Presidente Prudente. 2008.

GONCALVES, Francisco Edinardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. 3ª ed. rev. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996. 217p.

GUERRA, Maria Eliza Alves. Vilas operadoras de Furnas nas bacias do Rio Grande e Paranaíba – da concepção à realidade. 2008. 534f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia.

GUMARÃES, Eduardo Nunes. **A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro**. 2004 [1994]. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF> . Acesso em: 02 jan. de 2018.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 254. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-249-6>

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.917.a13531>

HESPAANHOL, Rosangela Ap. Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 12, p. 103-112-112, 2013. <https://doi.org/10.4215/RM2013.1202.0007>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central das Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1950** – Minas Gerais – VII Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional, v. XXI , Tomo 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960** – Minas Gerais – VII Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional, v. II , Tomo IX, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 92p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volumes 24, 25, 26 e 27. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Itatiaia, 1975.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acesso em: 28 ago 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Estoques 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Agrícola 1992-2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB – Produto Interno Bruto, 1999-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999-2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária 1974**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária 1978**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária 1982**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária 1986**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal 1992-2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Rede Lotérica no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6476 . Acesso em: 02 fev. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. 4ª ed. Campinas: Alínea, 2009.

KLUG, João. O Brasil agrícola: o tortuoso e difícil "caminho da roça". **Revista História: Debates e Tendências**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.152-165, 12 ago. 2016. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.16n.1.6263>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6263> . Acesso em: 02 ago. 2018. <https://doi.org/10.5335/hdtv.16n.1.6263>

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3ª reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008 176p.

LE MOS, Fernanda Kesrouani. A evolução da bovinocultura de corte brasileira: elementos para a caracterização do papel da ciência e da tecnologia na sua trajetória de desenvolvimento. 2013. 239p. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LENCIONI, Sandra. Agricultura e urbanização - A Intensificação do Capital no Campo e a Nova Relação Rural Urbano no Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 4, p. 41-51, 1985. <https://doi.org/10.7154/RDG.1985.0004.0005>

LENCIONI, Sandra. Algumas observações sobre a construção de conceitos e os conceitos de cidades e urbano. In: Marcos Aurélio Saquet; Júlio Cesar Suzuki; Glaucio José Marafon (ORG). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino americanas e francesas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1, p. 79-98.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 358. <https://doi.org/10.7476/9788570785169>

_____. Das Fronteiras do Império ao Coração da República: o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. 2007. 306p. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y. *et al.* (org.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2008, p. 13-52.

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. 3ªed. Trad. Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 198 p.

MANO, Marcel. Metáforas Históricas e Realidades Etnográficas: A construção de uma histórica do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. In: **Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia**, v.23, n.2, jul./dez.2010.

MARQUES, José. Os municípios portugueses: dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis, alguns aspectos. In: **Anais I Colóquio de Estudos Históricos Brasil Portugal**. Belo Horizonte: PUC.MG, p. 7-22, 1994

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112. 2002.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo**. Contagem: Ed. Santa Clara. 2008. Disponível em:<http://www.mgquilombo.com.br/download/quilombodocampogrande.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação de Açúcar**. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/>>. 2017-2018.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação de Alcool Etílico**. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/>>. 2008-2017.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação de Carne Bovina Congelada**. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/>>. 2008-2018.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação de Cerveja Malte**. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/>>. 2015-2017.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação das Principais Miudezas de Origem Animal**. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/>>. 2008-2018.

MATOS, Patrícia. Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia. Salazar. A modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do Território. Ano 13, nº. 22, v. 2, **Geo UERJ** 2º semestre de 2011 p. 290-322. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2011.2456>

MELLO, Diogo Lordello de. A multiplicação de municípios no Brasil. In: **Revista de administração municipal**, v. 39. nº 203, p.23-28, Rio de Janeiro: IBAM, 1992. Disponível em: http://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=27. Acesso em: 28 ago. 2018.

MELO, Nágela Aparecida de. Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas, 2008. 527f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequena cidade, um desafio metodológico: os instrumentos e os escuros para a pesquisa em Geografia. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. v. 1, p. 395-420.

MEDEIROS, Carlos Alberto. As aglomerações urbanas. In: **Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana, uma introdução**. 6ª ed. Lisboa: Editora Estampa, p. 237 – 256, 2009. ISBN: 978-972-33-1609-4

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Dilemas na reconceituação do campo e do rural no Brasil. In: Marcos Aurélio Saquet; Júlio César Suzuki; Glaucio José Marafon. (Org.). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões. 2011, v. 1, p. 59-65.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. **Anuario Estatístico**. Ano 1 – 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Volume II (Situação Demographica), 1925. Disponível em: <http://archive.org/details/anuario1921mg2>. Aceso em: 28 ago. 2018

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC-POLIS, 1984. (tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva). 392 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, Anos III - IV, 4-5: 11-23. 2003. Disponível em:

<<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil:** Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goyases:** Guerra e etnogênese no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Século XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo, HUCITEC, 1989.

NEVES, Evaristo Marzaball; RODRIGUES, Luciano; GASTALDI, Heitor Luiz Gut. Defensivos Agrícolas e Custos na Produção de Citros. **Visão Agrícola** (Piracicaba), Piracicaba, v. 2, p. 127-131, 2004.

NUNES, Marcos Antônio, GARCIA, Ricardo Alexandrino. Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém-criados. **Revista GEOgrafias**, Belo Horizonte, vol. 11, p. 108-127, 2015.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. 431f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

OLIVEIRA, Letícia Parreira. Centralidade urbana no Pontal do Triângulo Mineiro: um estudo sobre Frutal (MG) e Ituiutaba (MG). 2015. 142f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia. 2015.

PEDROSA, António de Sousa, SOUZA, Rita de Cassia Martins. As unidades de paisagem no Triângulo Mineiro: “desaparecimento” da paisagem Cerrado. Alfenas, **I Simpósio Mineiro de Geografia**. 2014.

PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das Sesmarias ao polo urbano:** formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Composer Editora, 2010.

PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal.** Frutal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura - Governo Federal, 2003.

Pinto, Alexandre Jiddu Ferreira; BARBOSA, Edson Moreira; MARINHO, Flavio Lima. A extensão dos Correios através das agências franqueadas como alternativa estratégica de gestão. **Monografia de Conclusão de Curso.** RIUFF, 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2199>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. 341p. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/arquivo_publico/arquivos/Livr

[o%20Hildebrando%20Pontes/mobile/index.html#p=6](http://www.hildebrando20Pontes/mobile/index.html#p=6)>. Acesso em: 04 fev. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO. Disponível em:< <http://www.carneirinho.mg.gov.br/>> . Acesso em: 15 fev. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA. Disponível em:< <https://www.frenteira.mg.gov.br/>> . Acesso em: 22 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL. Disponível em:< <http://www.frutal.mg.gov.br/>> . Acesso em: 10 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Laís Naiara Gonçalves dos. Mapeamento multitemporal e conversão do uso da terra a partir da expansão canavieira no Triângulo Mineiro (2000-2010). 2013. 125 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2013.

REIS DE PAULA, Adriano Silva. As transformações socioespaciais de Frutal – MG. 162f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

REVISTA FURNAS. Marimbondo comemora três décadas de operação comercial. **Revista de Furnas**, XXXI nº 327, Dez. 2005. Disponível em: <www.furnas.com.br/arqtrab/ddppq/revistaonline/linhadireta/rf327_marimb.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2018.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A Área Central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza** (UFU. Impresso), Uberlândia-MG, v. 16, p. 155-167, 2004.

ROCHA. Magda Nunes. **Porto Colômbia festeja 44 anos de operação comercial**. 2017 Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/detalhesNoticiaExterna.aspx?Tp=N&idN=4803>>. Acesso em: 05 fev. 2018

ROGERS, Richard, GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um Pequeno Planeta**. Editora Gustavo Gili, SA: Barcelona. 2001, 180p.

ROSA, Lindarci Oliveira. **Na linha do tempo – Triângulo Mineiro**: São Francisco de Sales, região dos lagos. Gráfica e Tipografia Oliveira: Iturama. 2011. 147f.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da 'estrada dos Goiaes' no trecho da atual mancha urbana de Campinas. São Paulo: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 14, n. 2, julho/dezembro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142006000200006. Acesso em: 24 jan. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142006000200006>.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.181.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Ed. USP: Belo Horizonte/ São Paulo, 1975.

SALIM, Celso Amorim. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, n. 3 (2), mai./ago. 1986.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba - história, fatos e homens**: introdução geral ensaios biografias dispersos. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de publicações do município de Uberaba, 1971.

SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes: São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

SANTOS, Henrique F dos. **Revista Formação (ONLINE)**, v.1, n.25, Mai-Ago/2017, p. 5-37. ISSN: 2178-7298, ISSN-L: 1517-543X. <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i25.5025>

SANTOS, Jailson Moreira dos. A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa/Trabalhos Premiados**, São Paulo, cap. 8, p. 167-183, jan. 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 176p.

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 120p.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b, 285p.

_____. **Espaço Dividido**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440p.

_____. **Espaço e Sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982, 156p.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2ª ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 144p.

SAUER, Carl. Ortwin. Foreword to Historical Geography. **Annals of the Association of American Geographers** 31. ed. 2006, 1-24, 1941. Disponível em:

<https://www.colorado.edu/geography/giw/sauerco/1941_fhg/1941_fhg_body.html>. Acesso em: 24 jan. 2018 <https://doi.org/10.1080/00045604109357211>

SCARAMUZZO, Mônica. **Carneirinho vê um “trem de cana” chegar**. Valor Econômico, 2007. Especial. p. A14. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/480471/noticia.htm?seque_nce=1> Acesso em: 22 dez. 2018.

SICOOC – **Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil**. Disponível em:<<https://www.sicoob.com.br/>>. Acesso: 02 jan. 2019.

SILVA, André Carlos. Estado federal e poder municipal. **Brasília**, Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., v. 6, n. 2, p. 351-378, jul./dez. 2009. <https://doi.org/10.5102/prismas.2010.06.2.06>

SILVA, Cassia Queiroz da; BORGES, Maria Celma. Caminhos Antigos no Sul de Mato Grosso (século XIX): a Estrada do Piquiri. In: **Anais XV Semana de História do CPTL/UFMS – Política, Mídia e Movimentos Sociais**, 2013, Três Lagoas – MS. Disponível em: <http://ndh.ufms.br/wp-anais/AnaisdaSemanaDeHistoria/edicaoatual.html>. Aceso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Olintho Pereira da. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p.77-86, 1995. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/217>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: _____. **Economia política da urbanização**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 93-113.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 366f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Dilemas na conceituação das cidades e do urbano no Brasil. In: Marcos Aurélio Saquet; Júlio César Suzuki; Glaucio José Marafon. (Org.). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões. 2011, v. 1, p. 67-78.

SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA (Org). **Sociedade e Política no Brasil, pós-64**. São Paulo Brasiliense, 1983.

SOUTO, Thales Silveira; BEZZI, Meri Lourdes. O cenário produtivo da agroindústria leiteira do município de Ituiutaba/MG: (re)articulação socioespacial. In: **As múltiplas facetas do rural no Triângulo Mineiro**. (Org). CHELOTTI, Marcelo Cervo; CASTANHO, Roberto Barboza Castanho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 86-100.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Ver. e Atual. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Andreza Gomes de. A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal-MG. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 196 p.

SOUZA JÚNIOR, Alcione. A formação do Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio (MG, Brasil): uma reflexão sobre a colonização no sertão mineiro (1750-1820). **Revista de História da UEG**, Goiânia, v. 4, n. 1, p.98-118, 2015. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3072> . Acesso em: 03 ago. 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério, JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.

TEODORO, Marcelo Alves, CASTANHO, Roberto Barboza. A constituição do cenário agrícola de Comendador Gomes – MG de 1980 a 1990. **Observatorium**, v.6, p. 85-104, 2014.

TOLEDO, Marcio Roberto. Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TRINTA, José Luiz. Desenvolvimento do formato de lojas de departamento no Brasil: estudo de casos. **Dissertação de Mestrado em Administração** – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD), Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. 164p.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social. In: CUNHA, M. C. da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 311-338.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura** (SBPC), São Paulo, SP, p. 26 - 29, 01 abr. 2004.

VEIGA, José Eli da, *et alii*. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: FIPE/IICA - MDA/CNDRS/ NEAD, 2001.

VENCESLAU, Igor. **Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VERGOPOULOS, Samir Amin K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZAMBELLO, Marco Henrique. Ferrovia e Memória: estudo sobre a vida social e o trabalho dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas-SP. In: **XXII Simpósio Nacional de História**, 2003, João Pessoa-PB. História, Acontecimento e Narrativa - XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Saúde solicitando os dados para a pesquisa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**



Uberlândia, 04 de junho de 2018.

Ofício nº 01/2018

DO: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

PARA: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Solicitação de dados para pesquisa de Letícia Parreira Oliveira (IG-UFU)

Senhor(a) Secretário(a) da Saúde,

Tendo em vista a realização da pesquisa da doutoranda Letícia Parreira Oliveira, Pós-Graduanda do Instituto de Geografia (IG-UFU) sobre o tema: MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E AS PEQUENAS CIDADES: formação socioeconômica e espacial da Microrregião de Frutal (MG). Venho por meio deste solicitar de Vossa Senhoria a disponibilização de dados referentes ao consórcio intermunicipal de saúde, número de postos/centros de saúde, origem da população atendida nos hospitais, número de deslocamento de pacientes a outras cidades e qual o destino (se há ou não custos extras ao município), além dos atendimentos mensais ou por ano (2015 a 2018). Esta informação é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa que está em sua fase de conclusão. Contando com a colaboração de Vossa Senhoria, colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e para contato pessoal na sede da Secretaria de Saúde.

Atenciosamente,

Vitor Ribeiro Filho

Professor Dr. do Instituto e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFU

APÊNDICE B: Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Educação solicitando os dados para a pesquisa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**



Uberlândia, 04 de junho de 2018.

Ofício nº 02/2018

DO: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

PARA: Secretária Municipal de Educação

ASSUNTO: Solicitação de dados para pesquisa de Letícia Parreira Oliveira (IG-UFU)

Senhor(a) Secretário(a) de Educação,

Tendo em vista a realização da pesquisa da doutoranda Letícia Parreira Oliveira, Pós-Graduanda do Instituto de Geografia (IG-UFU) sobre o tema: MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E AS PEQUENAS CIDADES: formação socioeconômica e espacial da Microrregião de Frutal (MG). Venho por meio deste solicitar de Vossa Senhoria a disponibilização de dados referentes ao número de alunos que se deslocam a outras cidades visando a área de educação técnica e ensino superior (especificação por curso), além dos destinos e se há ônibus específico que se desloca a cada cidade próxima (Qual número de viagens que realizam por dia ou semana?) no período semestral ou anual (2015 a 2018). Esta informação é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa que está em sua fase de conclusão. Contando com a colaboração de Vossa Senhoria, colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e para contato pessoal na sede da Secretaria de Educação.

Atenciosamente,

Vitor Ribeiro Filho

Professor Dr. do Instituto e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFU

APÊNDICE C: Modelo do Ofício encaminhado às Secretarias de Desenvolvimento Rural solicitando os dados para a pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Uberlândia, 04 de junho de 2018.

Ofício nº 03/2018

DO: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

PARA: Secretaria Municipal de Administração e Serviços Rurais

ASSUNTO: Solicitação de dados para pesquisa de Letícia Parreira Oliveira (IG-UFU)

Senhor (a) Secretário (a),

Tendo em vista a realização da pesquisa da doutoranda Letícia Parreira Oliveira, Pós-Graduada do Instituto de Geografia (IG-UFU) sobre o tema: MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E AS PEQUENAS CIDADES: formação socioeconômica e espacial da Microrregião de Frutal (MG). Venho por meio deste solicitar de Vossa Senhoria a disponibilização de dados referentes:

- 1- As principais empresas ligadas às atividades da agricultura e pecuária;
- 2- As principais indústrias;
- 3- Ao ano de iniciação das atividades no das empresas e indústrias município;
- 4- As empresas e indústrias que pagam impostos ao município e quais estão isentas.

Esta informação é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa que está em sua fase de conclusão. Contando com a colaboração de Vossa Senhoria, colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e para contato pessoal na sede da Secretaria.

Atenciosamente,

Vitor Ribeiro Filho

Professor Dr. do Instituto e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFU

APÊNDICE D: Tabela da Microrregião de Frutal (MG): Número de estabelecimentos por máquinas agrícolas (2017).

Municípios	1975	1980	1985
Campina Verde (MG)	-	18	47
Carneirinho (MG)	-	-	-
Comendador Gomes (MG)	-	4	6
Fronteira (MG)	1	2	5
Frutal (MG)	6	17	161
Itapagipe (MG)	1	7	43
Iturama (MG)	1	6	15
Limeira do Oeste (MG)	-	-	-
Pirajuba (MG)	-	-	3
Planura (MG)	-	5	8
São Francisco de Sales (MG)	1	5	5
Microrregião de Frutal (MG)	10	46	246

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1975, 1980 e 1985.

Nota de Tabela¹ - Ausência de dados.

Organização: Letícia Parreira Oliveira, 2018.

APÊNDICE E: Tabela da Microrregião de Frutal (MG): Equipe de Saúde da Família – Convencional – Grupo 1

MUNICÍPIO	ESF	ESF_M1	ESF_M2	ESF QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF_M1 QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF AGENTES
CAMPINA VERDE	5	4	0	2	2	27
CARNEIRINHO	3	2	1	0	0	21
COMENDADOR GOMES	1	1	0	1	1	7
FRONTEIRA	3	3	0	0	0	24
FRUTAL	9	7	0	0	0	64
ITAPAGIPE	1	1	0	0	0	29
ITURAMA	8	8	0	0	0	47
LIMEIRA DO OESTE	1	0	0	1	0	11
PIRAJUBA	1	1	0	0	0	10
PLANURA	2	1	0	0	0	21
SAO FRANCISCO DE SALES	1	1	0	0	0	8
UNIAO DE MINAS	1	0	0	0	0	9

APÊNDICE F: Tabelas por município da Microrregião de Frutal (MG): unidades de saúde cadastradas no CNES

Campina Verde (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
UBS NICOLAU GERALDO FERREIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
POSTO DE SAUDE IRMAO MARIA AUGEOUX	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
POSTO DE SAUDE BASTOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESF JOAO LUIZ FRANCA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESF DR ADEMAR GERALDO DE QUEIROZ	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESF ANA CANDIDA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ASSOSIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO SAO VICENTE AMBASV	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO OPERARIO AMBO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Carneirinho (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UBS VILA GRACILANDIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UBS VILA BARBOSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UBS SAO SEBASTIAO DO PONTAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNEIRINHO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FARMACIA DE TODOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA VICENTE LUIZ ALVES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL OLEGARIO FRANCISCO QUEIROZ	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA BOM SUCESSO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Comendador Gomes (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
PSF SANTA RITA DE CASSIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAUDE DE COMENDADOR GOMES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Fronteira (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
UNIDADE PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA II	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRONTEIRA MG	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRONTEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
PSF UNIDADE BASICA DE SAUDE DE FRONTEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
POLO DA ACADEMIA DE SAUDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESF III FRONTEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL POLIANA ZIZA FERREIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL JOAO KOPKE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE FRONTEIRA I	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE ANTONIO BARBOSA LAGOA SECA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Frutal (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
ESCOLA MUNICIPAL CORONEL ALONSO DE MORAIS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE GILBERTO ARTHUR ABATE PSF PROGR N SRA APDA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL FREI TEODOSIO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
BANCO DE SANGUE DE FRUTAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL GOMES DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO COMUNITARIO NOSSA SENHORA APARECIDA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BANDEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JESUS SOUZA E SILVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL VICENTE DE PAULO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE AGUA SANTA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FUNDACAO HOSPITAL FREI GABRIEL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE BOA ESPERANCA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
HOSPITAL MUNICIPAL FREI GABRIEL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE SAGRADO CORACAO DE JESUS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
LABORATORIO MUNICIPAL DE PATOLOGIA CLINICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CLINICA ODONTOLOGICA MUNICIPAL ROMES CASTANHEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
NUCLEO DE VIGILANCIA EM SAUDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL GERALDA DE CARVALHO SOUZA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
POSTO SAUDE FREI GABRIEL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
PROGRAMA MUNICIPAL DE DSTAIDS CTASAE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL ANGELO RICARDO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA CAJU VILA ESPERANCA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CASA DE SAUDE PAULO MUSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

PSF BAIRRO XV DE NOVENBRO PRINCESA IZABEL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE GARIMPO DO BANDEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE CARLOS ALBERTO VIEIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
DISPENSARIO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS FARMACIA MUNICIPAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL VICENTE MACEDO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE GERALDO PAIVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE GERALDO CHICO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE DR SANDOVAL HENRIQUE DE SA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE DR ANTONIO ONOFRE MIZIARA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL CANDIDA ARANTES CARVALHO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL LAURISTON DE SOUZA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO ESTADUAL DE ATENCAO ESPECIALIZADA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE APARECIDA DE MINAS DONA SINHANA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD LUIZ PAULINO JR	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Itapagipe (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
PSF DR MARDONE BALDUINO DE REZENDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
VIGILANCIA SANITARIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ACADEMIA DA SAUDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE PSF DR EDSON RODRIGUES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 HORAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA DE SAUDE DE ITAPAGIPE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
PSF DR NOHAD ANDRADE MALUF	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL GIL BRASILEIRO DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE FARMACIA DE TODOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
POSTO DE SAUDE SERRA DA MOEDA VILA SAO SEBASTIAO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO GONCALVES FERREIRA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Iturama (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
UBS DR MILTON DE ANDRADE HORTA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
USF FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UBS PREFEITO ALIPIO SOARES BARBOSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CAPS I DE ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE VIGILANCIA EM SAUDE DE ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE TIRADENTES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE JARDIM AMERICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UNIDADE DE SAUDE DE ALEXANDRITA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
UBS RUI GOMES NOGUEIRA RAMOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO MUNICIPAL DE REABILITACAO DE ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE E ENDEMIAS DE ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
HOSPITAL MUNICIPAL DELFINA ALVES BARBOSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FARMACIA DE TODOS ITURAMA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Limeira do Oeste (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
VIGILANCIA SANITARIA DE LIMEIRA DO OESTE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
VIGILANCIA AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMEIRA DO OESTE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FARMACIA DE MINAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO VICENTE DA FONSECA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA ESTADUAL IZOLDINO SOARES DE FREITAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ACADEMIA DE SAUDE NILTON CESAR GARCIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Pirajuba (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAJUBA MG	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

Planura (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANURA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FARMACIA DE MINAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESF ORLANDO GANGINI	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL JOAO ALVES DE PAIVA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

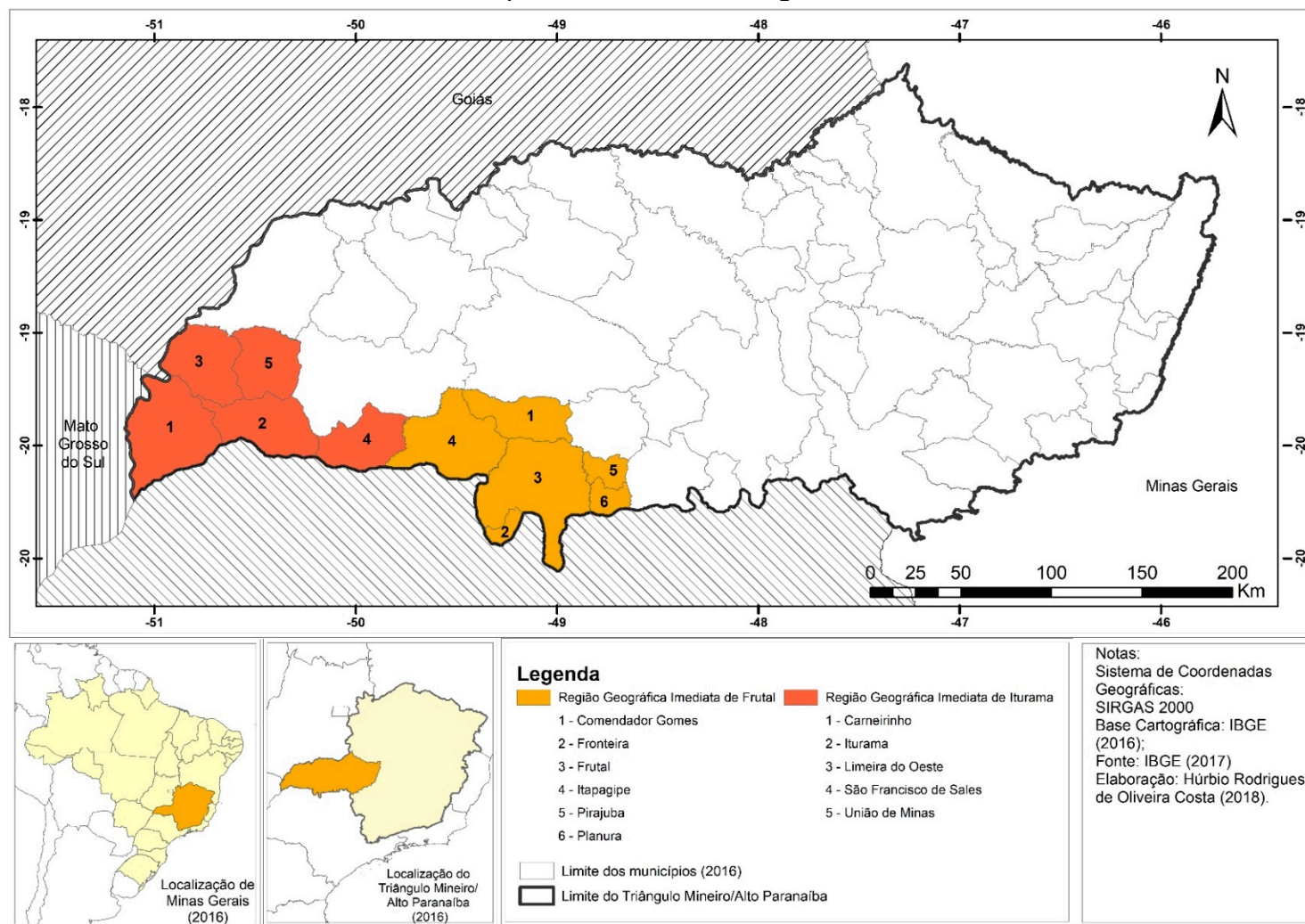
São Francisco de Sales (MG)

Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
FARMACIA DE MINAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
CENTRO DE SAUDE SAO FRANCISCO DE SALES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

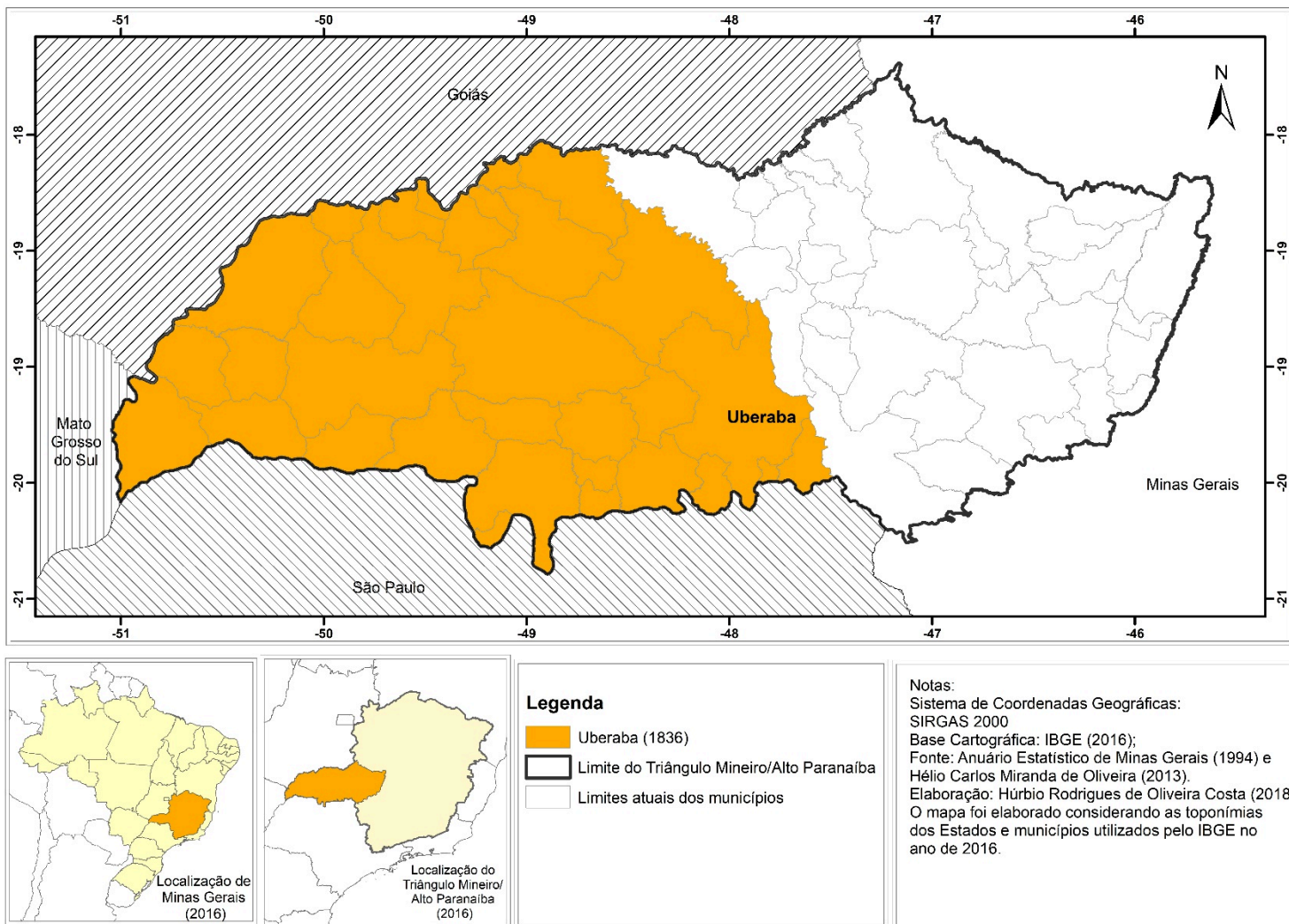
União de Minas (MG)

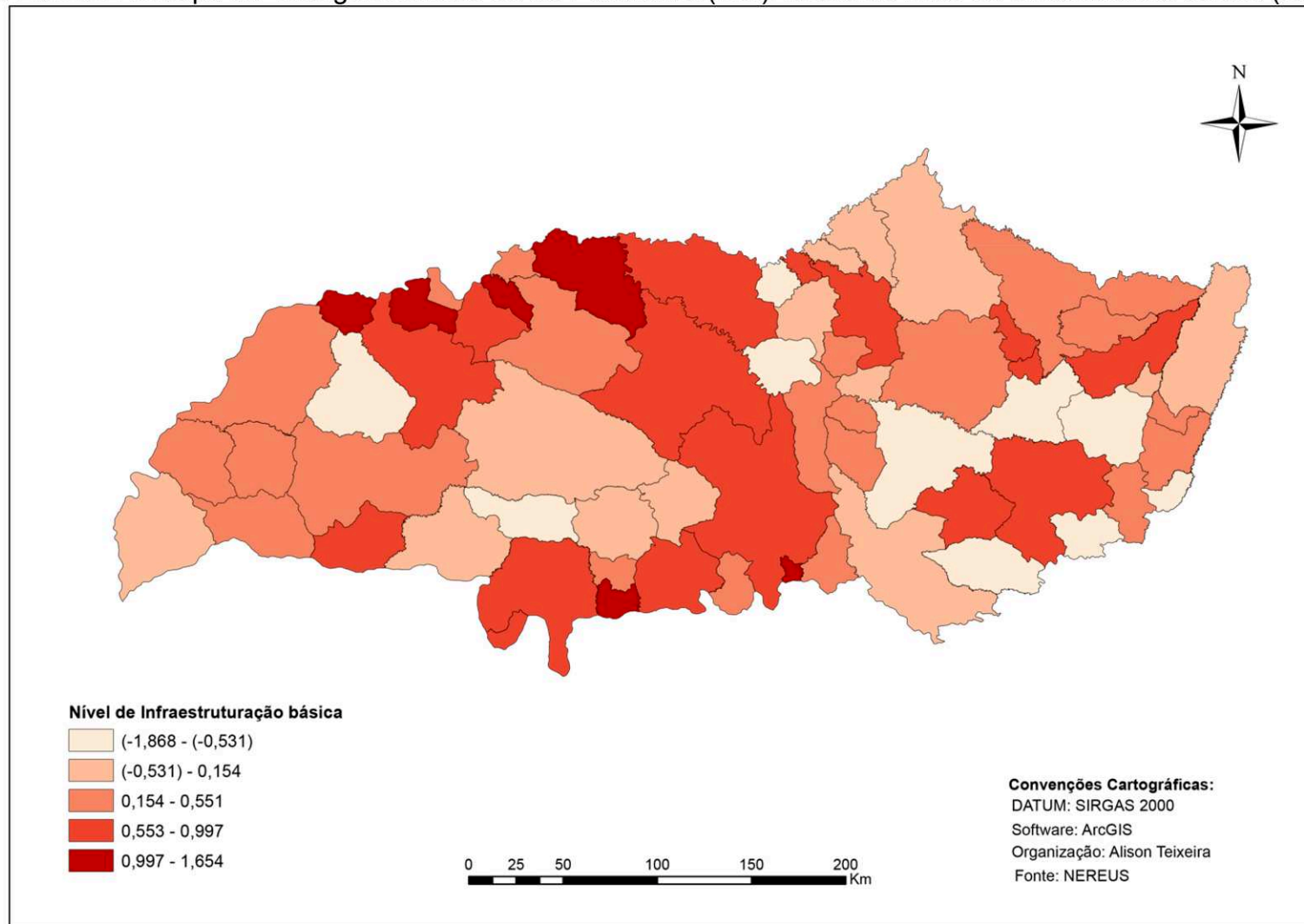
Nome Fantasia	Natureza Jurídica	Atende SUS
SECRETARIA DE SAUDE DE UNIAO DE MINAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM
ESCOLA MUNICIPAL JOSE LUCIO DE SAMPAIO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SIM

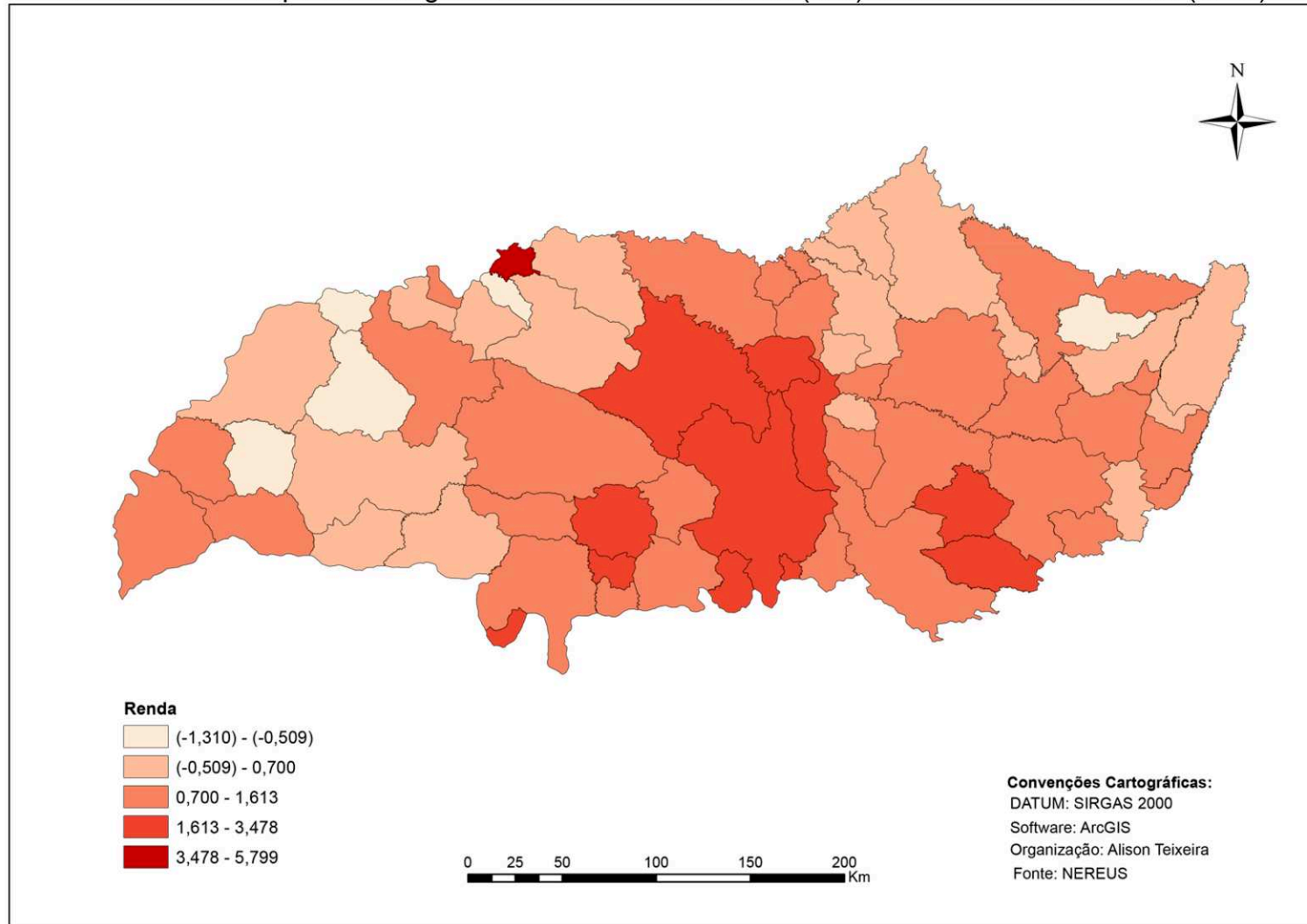
APÊNDICE G: Mapa da nova divisão regional do IBGE - 2017

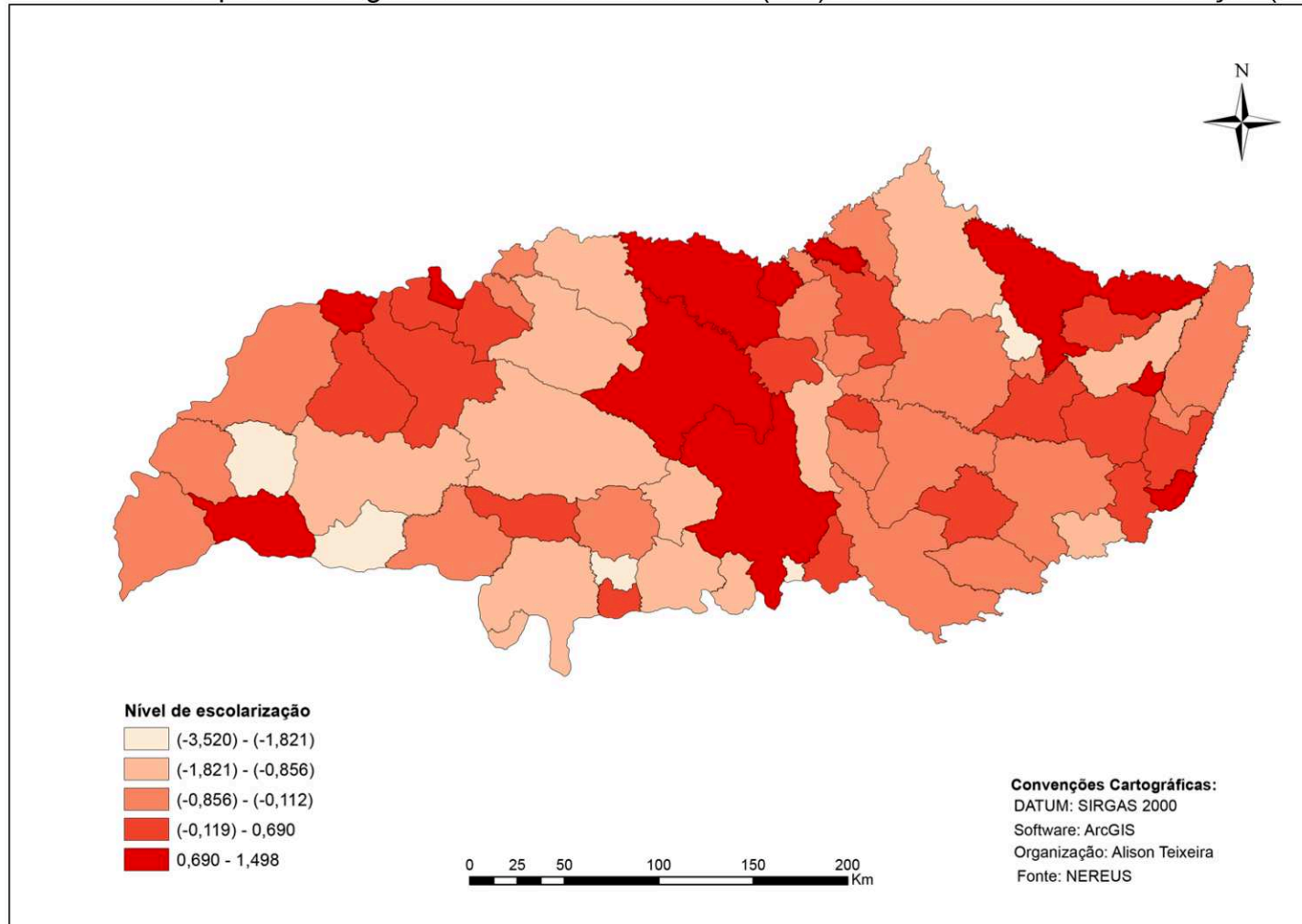


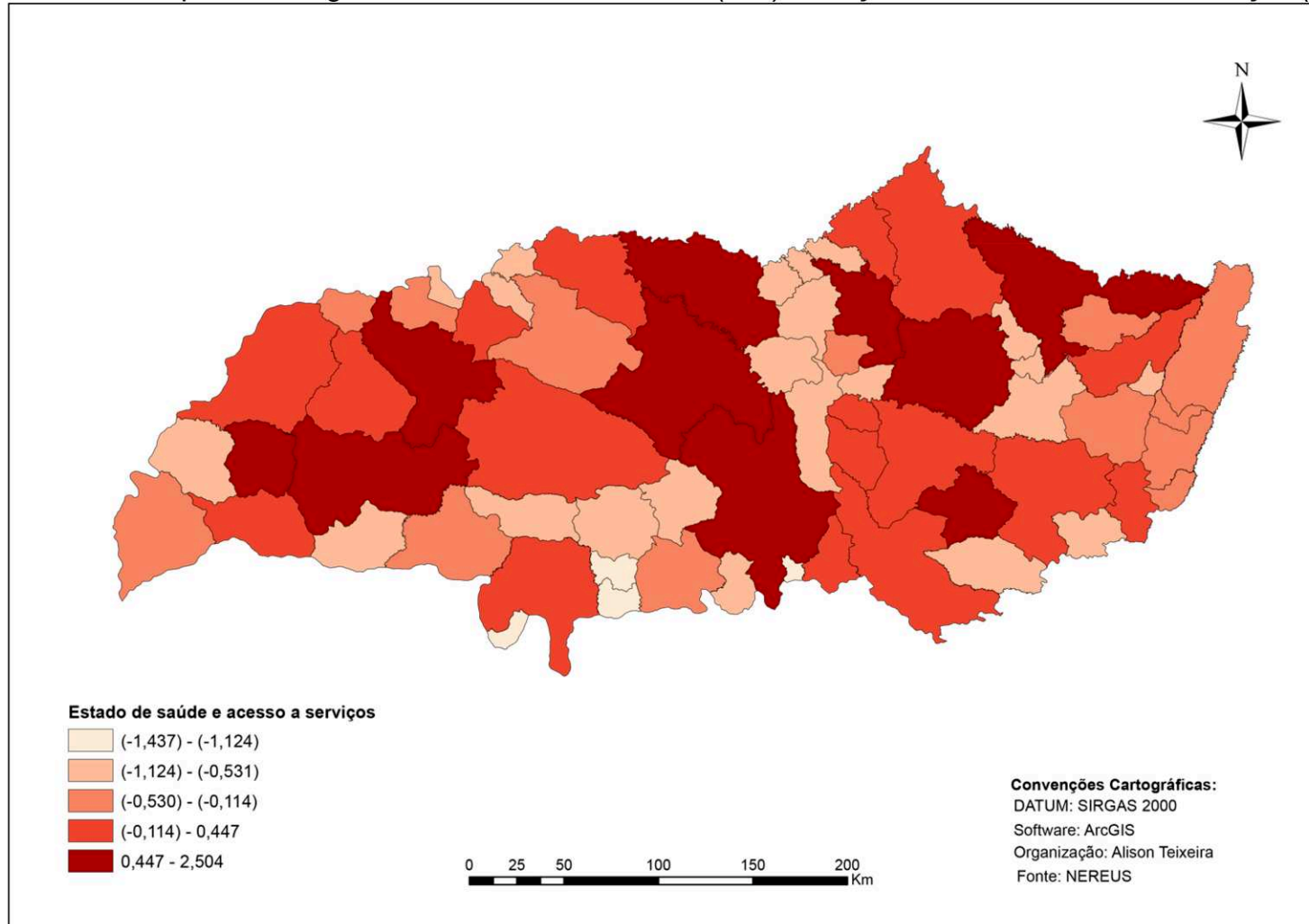
APÊNDICE H: Mapa de delimitação do município de Uberaba em 1836

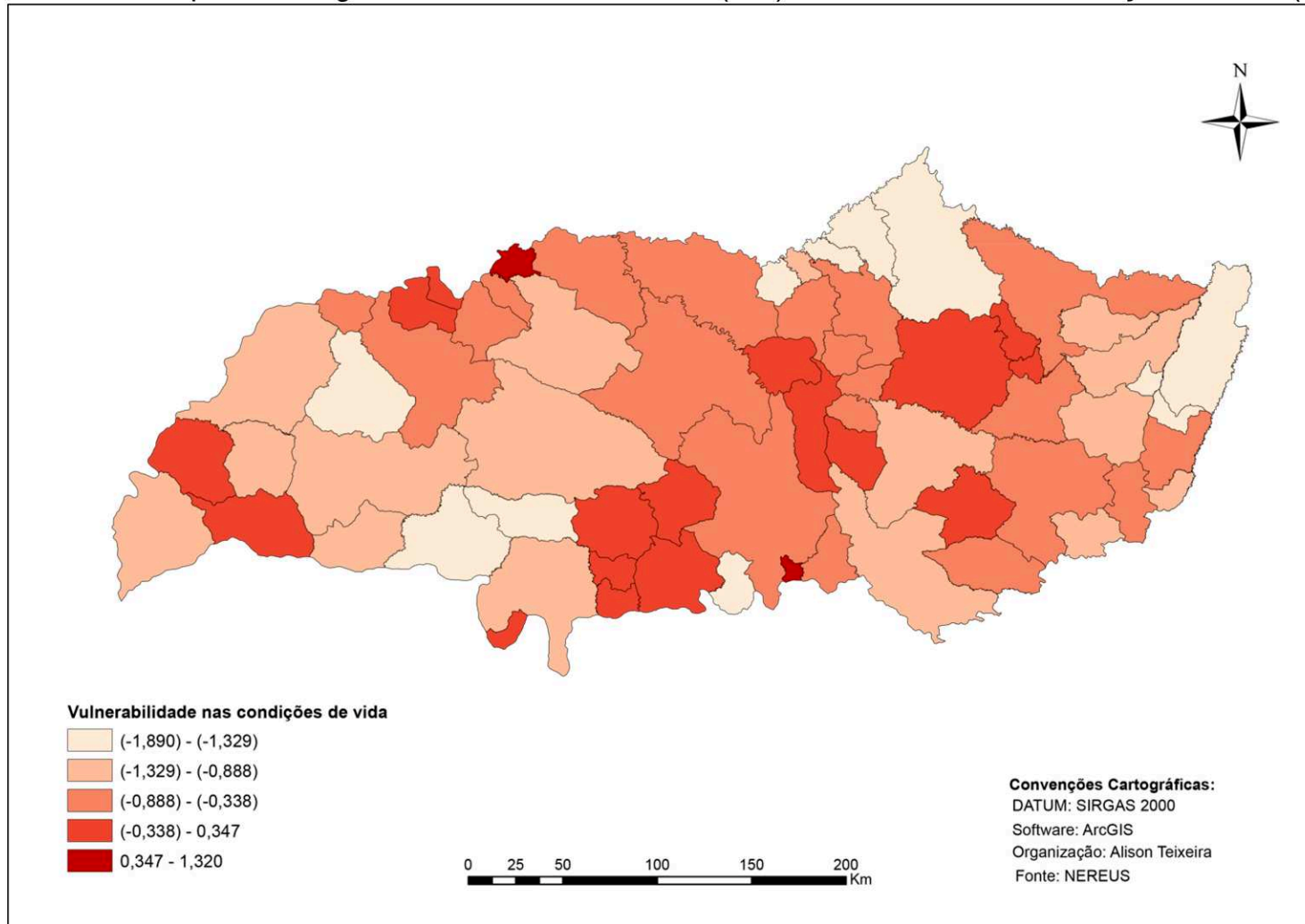


APÊNDICE I: Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice de nível de infraestrutura básica (2016)

APÊNDICE J: Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice de nível de renda (2016)

APÊNDICE K: Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): índice de nível de escolarização (2016)

APÊNDICE L: Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): situação de saúde e acesso a serviços (2016)

APÊNDICE M: Mapa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): vulnerabilidade das condições de vida (2016)

ANEXOS

ANEXO A – Primeira igreja de Limeira do Oeste (MG), localizada no local onde se encontra a atual prefeitura municipal da cidade (1969)



Fonte: Acervo cultural da Biblioteca Municipal de Limeira do Oeste (MG)

ANEXO B – Avenida Bahia, uma das principais de Limeira do Oeste (MG), localizada em frente a atual praça principal da cidade



Fonte: Acervo cultural da Biblioteca Municipal de Limeira do Oeste (MG)

ANEXO C – Reportagem em jornal impresso que elucidava o desejo de emancipação de Limeira do Oeste (MG)

DISTRITO

Limeira também quer emancipação

Ao se falar em emancipação de Distritos, Limeira D'Oeste é o que mais reúne condições no município de Turma. Fundado em 1988, o distrito tem hoje aproximadamente 13.500 habitantes e conta com uma Agência do Banco de Crédito Real, uma Central de Telefones da CTBC e postos da Canga e Copasa, além de escolas, igrejas e diversos estabelecimentos comerciais. Recentemente, o Departamento de Obras da prefeitura de Turma implantou mais de 2.400 metros de meio-fio e a Copasa — Companhia de Saneamento Básico — em convênio com o município, instalou no distrito a rede de água.

Apontando estes argumentos, o vereador Raimundo Nogueira da Silva — representante de Limeira na Câmara de Turma — contou que dia 28 de maio, na campanha do prefeito Valdecir Pichioni, do assessor jurídico Devanir Torres Alves e do vereador João José da Orosio, esteve em Belo Horizonte. Entre outros afazeres a comitiva manteve contato com o Secretário da Administração, Euripedes Craide. "Além de outros assuntos, falamos do ensino da população em ter o distrito de Limeira D'Oeste emancipado", salientou Raimundo.

Tal como aconteceu com representantes do Distrito de Carneirinhos (que também tocam no assunto com o Secretário), Craide não descartou a possibilidade e incentivou que lideranças do distrito plasmassem uma luta neste sentido, reconhecendo que os consilientes podem fazer alguma coisa.

Uma reunião que contou com as presenças dos vereadores Raimundo Nogueira da Silva, José Cândido de Lima e Onofre Severino e o prefeito



Valdecir Pichioni, serviu para definir que a melhor estratégia é formar uma Comissão, para pugnar pela emancipação de Limeira. "A união faz a força", acredita Raimundo. "Todos estão dispostos a se unir, para que façamos um bom trabalho e atingirmos os órgãos competentes e ganharmos a emancipação".

A POPULAÇÃO OPINA

O vereador Raimundo Nogueira da Silva garante duas coisas: que o prefeito Valdecir Pichioni é favorável a emancipação de Carneirinhos e Limeira D'Oeste, e que a população de ambos os distritos, fazem da idéia "seus maiores sonhos".

O prefeito Valdecir Pichioni, procurado pela reportagem do JORNAL ESQUEMA, não foi encontrado para emitir a sua opinião. Quanto a população de pelo menos Limeira D'Oeste, Raimundo tem razão. Ela aprova a idéia de emancipação e inclusive manifesta-se disposto a entrar na luta, que possivelmente será desencadeada nos próximos dias.

A grande maioria dos habitantes de Limeira, entrevistada pela reportagem do JE, citou como a maior prioridade do momento a emancipação do distrito. Morando há 17 anos na localidade, o comerciante Paulo Sérgio Moreira, 24 anos, afirma ser favorável a idéia de emancipação, "porque já temos uma boa estrutura para isso".

Natal Maria, 44 anos, é outro morador de Limeira que defende o seu desmembramento do restante do município. Como o gerente do Posto São Paulo, Antonio Guilherme, Moreira sugere a criação de dois novos municípios, o de Carneirinhos e o de Limeira. "Sem essa divisão não dá para a prefeitura fazer o que é necessário que se faça. Depois, ambos os distritos já estão estruturados para isso".

Fonte: Acervo cultural da Biblioteca Municipal de Limeira do Oeste (MG)

**ANEXO D – Narrativa de Juscelino Kubitschek sobre a visita a Iturama (MG)
em 1951**



Fonte: Acervo cultural de Iturama (MG)

ANEXO E – Artigo referente à “Cratera” localizada no município de Iturama (MG)

Tribuna da Região

Edição 158 • 5 de maio de 2011

■ ARTIGO

Aspectos Geológicos da “Cratera” de Iturama

Juarez Leal de Souza

A denominada “Cratera” de Iturama está localizada no Município de Iturama, MG, às margens do Ribeirão Água Vermelha, próxima ao seu cruzamento com a rodovia que liga esta cidade à Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. O acesso é feito pela rodovia Iturama-Porto Alencastro, BR-497, num percurso de 8 km, seguindo-se depois pela rodovia que liga Iturama à Hidrelétrica de Água Vermelha, MG-426, por mais um percurso de aproximadamente 8 km. As coordenadas geográficas do local são: Latitude: 19° 47' 11,00" S; Longitude: 50° 18' 35,00" W.

Aspectos geológicos regionais

Na região de Iturama, MG, predominam as litologias areníticas, pertencentes ao Grupo Bauru, e basálticas, pertencentes à formação Serra Geral. Essas litologias são partes integrantes da grande bacia geológica conhecida como Bacia do Paraná. É válido ressaltar que os arenitos do Grupo Bauru foram, nesta região, os últimos sedimentos depositados na bacia, constituindo, portanto, a cobertura litoestratigráfica típica. Esses arenitos, pertencentes ao Período Cretáceo Superior (± 80 milhões de anos atrás), sobrepõem diretamente sobre os basaltos de idade jurocretácea (± 140 milhões de anos atrás).

Aspectos geológicos locais

Localmente, a “Cratera” de Iturama está encravada em litologias basálticas pertencentes à Bacia do Paraná. O material rochoso apresenta acentuado grau de intemperização, estando quase totalmente transformado em solo.

A observação das litologias semidecompostas revela que estes basaltos tiveram contato direto com o ar no seu processo eruptivo,

dada a abundante presença de estrutura vesicular encontrada nestas rochas. Esse tipo de estrutura é formado por cavidades originalmente preenchidas por gás e que, depois, foram preenchidas com material mineral em processos posteriores. A sílica criptocristalina e cristalina dominam o preenchimento dessas vesículas em quase toda a extensão da “cratera”. O alto grau de decomposição das rochas locais possibilitou, assim, a concentração de algumas variedades mineralógicas do grupo da sílica, tais como a calcedônia, a ágata,

o cristal de rocha e o quartzo leitoso, podendo-se encontrar também estruturas do tipo drúscas e geoidais de dimensões centimétricas. O aparecimento dessa mineralização no local se deve graças à grande resistência apresentada por esses minerais ao intemperismo, ficando, portanto, remanescentes ao processo de decomposição da rocha.

A “Cratera” de Iturama apresenta forma geométrica ligeiramente arredondada na sua extremidade nordeste, com um diâmetro chegando próximo de 400 metros. As escarpas erosivas que se formaram nessa direção medem em torno de 20 metros de altura. Elas apresentam coloração vermelha escura, vermelha-amarelada e tonalidades verdes amareladas e recorte ligeiramente festonado em quase todas as suas extensões.

O aspecto algo arredondado desta feição aliado com a presença de paredes íngremes em quase todo o contorno da “cratera” pode sugerir, ainda, uma estrutura de impacto de dimensão bastante considerável. Entretanto, a presença de material rochoso com silicificação típica, o qual poderia indicar um possível choque, não foi observado

localmente.

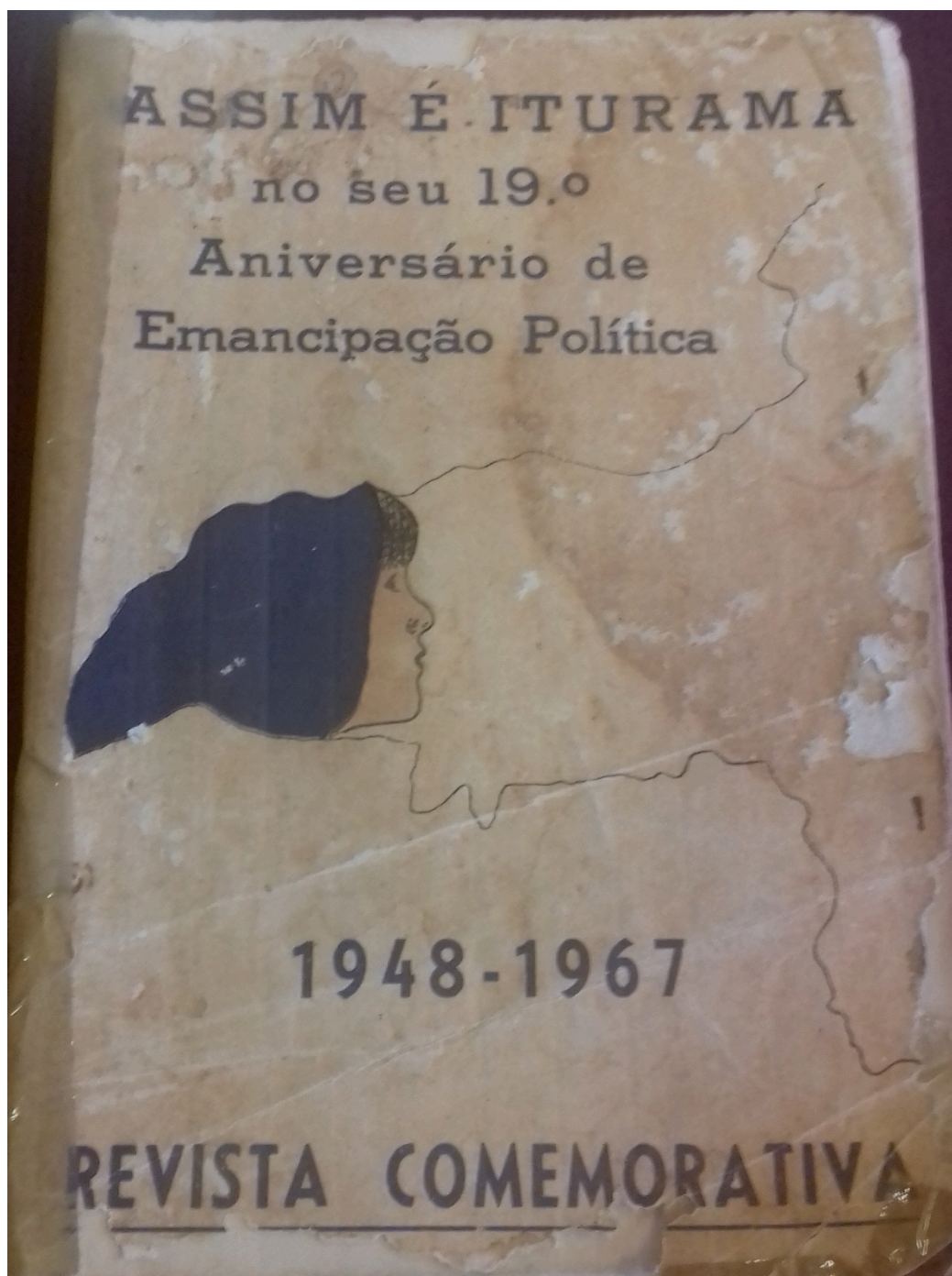
Pelas observações de campo realizadas ali, conclui-se que o agente geológico causador da formação e expansão da “cratera” é, sobretudo, um processo erosivo realizado pelo trabalho das águas de chuva em solo proveniente de rochas basálticas, normalmente conhecido como terra-roxa. Esse processo erosivo foi, sobremaneira, favorecido, no local, pela declividade ligeiramente acentuada do terreno, fator esse que favoreceu a sua progressão e expansão na direção nordeste.

Observa-se, também, que o ponto inicial de formação da “cratera”, isto é, o ponto inicial da erosão se deu bem junto às margens do Ribeirão Água Vermelha, há, provavelmente, muitas centenas de anos. O seu caminhamento, a partir dali, ocorreu por cerca de 1.300 metros, expandindo-se sob a forma de leque na direção nordeste, seguindo alguma rede de drenagem mais acentuada. A presença de vegetação exuberante do tipo mata, em seu interior, vem comprovar a atuação de um processo erosivo bastante longo, iniciado, talvez, há mais de 1 mil anos.

Posto isto, poderíamos classificar a “Cratera” de Iturama como uma voçoroca gigante natural, em cuja dimensão e recorte de suas paredes, além da rica e diversificada flora reinante no local, residem a sua beleza extremamente peculiar, digna de ser apreciada, estudada e, sobretudo, preservada.

Juarez Leal de Souza é Engenheiro Geólogo e Mestre em Geociências, ex-professor do Curso de Geologia da UFOP e atualmente é professor da Oficina de Xadrez da Fundação Credirama Viva de Iturama

**ANEXO F – Revista comemorativa do aniversário de emancipação de Iturama
(MG)**



Fonte: Acervo cultural de Iturama (MG)

ANEXO G – Francisca Justina de Andrade – Fundadora de Iturama

Fonte: Casa da Memória de Iturama. Trabalho de Campo, 2016.